

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA**

**FERNANDA PARAGUASSU**

**MÍDIA, REFÚGIO E ESTIGMA NA MODERNIDADE TARDIA**  
**Uma análise a partir da teoria da estruturação**

Rio de Janeiro

2024

**FERNANDA PARAGUASSU**

**MÍDIA, REFÚGIO E ESTIGMA NA MODERNIDADE TARDIA**  
**Uma análise a partir da teoria da estruturação**

Tese apresentada em cumprimento parcial às exigências do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Escola de Comunicação (POS-ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Linha de pesquisa Mídia e Mediações Socioculturais (MMS) – para obtenção do grau de doutora.

**Orientador:** Prof. Dr. Mohammed ElHajji

Rio de Janeiro  
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P222	<p>Paraguassu, Fernanda. Mídia, refúgio e estigma na modernidade tardia: uma análise a partir da teoria da estruturação / Fernanda Paraguassu. Rio de Janeiro, 2024. 186 f. : il.</p> <p>Orientador: Mohammed ElHajji.</p> <p>Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, 2024.</p> <p>1. Mídia – Aspectos sociais. 2. Multiculturalismo. 3. Comunicação intercultural. 4. Refugiados. I. Elhajji, Mohammed. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação.</p> <p>CDD: 302.23</p>
------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Elaborada por: Adriana Almeida Campos CRB-7/4081

**ATA DA QUINGENTÉSIMA SEXAGÉSIMA QUARTA SESSÃO PÚBLICA  
DE EXAME DE TESE DE DOUTORADO DEFENDIDA POR FERNANDA  
ESPÍNOLA PARAGUASSU DE SÁ NA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA  
UFRJ**

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, por meio de videoconferência, foi realizada a defesa de tese de doutorado de Fernanda Espinola Paraguassu de Sá, intitulada: *"Mídia, Refúgio e Estigma na Modernidade Tardia: uma análise a partir da teoria da estruturação"*, perante a banca examinadora composta por: Mohammed ElHajji [orientador(a)], Isabel Siqueira Travancas, Maria Alice de Faria Nogueira, Marcelo Alario Enes e Camila Escudero. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua tese:

**APROVADA**

E, para constar, eu, Thiago Couto, lavrei a presente, que segue datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Doutor(a) em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2024

Documento assinado digitalmente  
 MOHAMMED ELHAJJI  
Data: 24/12/2024 15:50:30-0300  
Verifique em <https://validar.ufjr.br>

Mohammed ElHajji [orientador e presidente]

  
Isabel Siqueira Travancas [examinador(a)]

Documento assinado digitalmente  
 MARIA ALICE DE FARIA NOGUEIRA  
Data: 18/12/2024 21:20:04-0300  
Verifique em <https://validar.ufjr.br>

Maria Alice de Faria Nogueira [examinador(a)]

Scanned with  


Documento assinado digitalmente  
 MARCELO ALARIO ENES  
Data: 18/12/2024 09:41:13-0300  
Verifique em <https://validar.ufjr.br>

Marcelo Alario Enes [examinador(a)]

Documento assinado digitalmente  
 CAMILA ESCUDERO  
Data: 18/12/2024 09:53:0300  
Verifique em <https://validar.ufjr.br>

Camila Escudero [examinador(a)]

Documento assinado digitalmente  
 FERNANDA ESPINOLA PARAGUASSU DE SA  
Data: 23/12/2024 09:32:31-0300  
Verifique em <https://validar.ufjr.br>

Fernanda Espinola Paraguassu de Sá [candidato(a)]

Para as pessoas refugiadas.

## **Agradecimentos**

Ao meu orientador, Prof. Mohammed ElHajji, que acompanha a minha jornada acadêmica desde o mestrado.

Aos professores da banca, Camila Escudero, Maria Alice Nogueira, Isabel Travancas e Marcelo Ennes.

Aos colegas do grupo de pesquisa sobre migrações transnacionais Diaspotics.

A todos que, de alguma forma, me apoiaram durante o caminho.

À minha família.

## Lista de figuras

- Figura 1: “Peste Gay é a epidemia do século” e “Pânico entre os homossexuais”
- Figura 2: Menino refugiado na praia de Bodrum, na Turquia, em 2015
- Figura 3: Avião militar americano segue para o Qatar com 823 afegãos a bordo, 2021
- Figura 4: Infância interrompida na Ucrânia (4/3/2022)
- Figura 5: Criança na guerra da Ucrânia dentro do trem para o refúgio, 5/3/2022.
- Figura 6: Refugiados ucranianos cruzam fronteira com Polônia (7/3/2022)
- Figura 7: Sem precedentes: Leste europeu abre braços para ucranianos (7/3/2022)
- Figura 8: Barcos fantasmas com imigrantes (13/3/2015)
- Figura 9: Refugiados ucranianos cruzam fronteira com Polônia (7/3/2022)
- Figura 10: ONU registra recorde de deslocados e refugiados (18/6/2021)
- Figura 11: UE ajudará vizinhos para evitar refugiados afegãos no bloco (31/8/2021)
- Figura 12: Barco com imigrantes naufraga na Líbia e deixa 116 desaparecidos (25/7/2019)
- Figura 13: Soldado dos EUA aponta arma para afegão (17/8/2021)
- Figura 14: Socorrista turco próximo ao corpo do menino em Bodrum (2/9/2020)
- Figura 15: Menino resgatado após bombardeio na Síria (18/08/2016)
- Figura 16: Guerra gera crianças refugiadas na Ucrânia (9/3/2022)
- Figura 17: Homem e bebê tentam cruzar fronteira na Hungria (18/2/2016)
- Figura 18: Refugiado sírio espera atrás da cerca (18/2/2016)
- Figura 19: Curso de gastronomia ajuda a inserir refugiados (5/12/2015)
- Figura 20: Crianças venezuelanas em Boa Vista (27/7/2019)
- Figura 21: Refugiados da Venezuela assistem jogo da Copa América (28/6/2019)
- Figura 22: Refugiado congolês abre mostra de arte (17/9/2016)

Figura 23: Refugiados ocupam vagas de baixa qualificação (21/1/2018)

Figura 24: Refugiada congoleza vive em São Paulo com a família (3/6/2015)

PARAGUASSU, Fernanda. **Mídia, refúgio e estigma na modernidade tardia**: uma análise a partir da teoria da estruturação. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação, UFRJ. Rio de Janeiro, 2024.

**Resumo:** A proposta deste estudo é de ordem teórica-conceitual e empírica-investigativa. O objetivo é buscar uma teoria para compreender de que maneira a mídia influencia o estigma e o poder de agência do refugiado na modernidade tardia. Considerada um fato social total, sabemos que a migração não tem todos os seus aspectos englobados por uma única teoria. Com isso, optou-se pela teoria da estruturação de Anthony Giddens, com foco sobre a compreensão da agência humana e das instituições sociais. De acordo com a teoria giddensiana, estruturas podem permitir ou restringir ações de uma pessoa, que, por sua vez, tem poder de agência para modificar estruturas. O processo metodológico consistiu na seleção de fotos sobre o refúgio publicadas na mídia, agrupadas em quatro grupos de diferentes contextos. Em seguida, adotou-se a abordagem qualitativa, com sete entrevistas semiestruturadas feitas com delegados da Conferência Estadual de Migrações, Refúgio e Apatridia (Comigrar) do Rio de Janeiro de 2024, entre migrantes em contexto de refúgio e refugiados, para analisarem as imagens. A percepção dos refugiados foi predominantemente negativa, revelando impactos profundos sobre suas vidas, e contribuindo para a estigmatização do refugiado como vítima e reflexos sobre seu poder de agência. Ficou evidente a necessidade de uma comunicação mais equilibrada e eficiente. No mundo globalizado da modernidade tardia, em que o passado é algo que pode ser questionado, o presente é território desconhecido e o futuro tornou-se uma paisagem borrada, a estrutura impõe importantes desafios difíceis de serem transpassados.

*Palavras-chave: mídia; refugiado; estigma; teoria da estruturação*

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	<b>9</b>
Fórum Global de Refugiados	
<b>Introdução</b>	<b>18</b>
<b>1 Migração e refúgio na modernidade tardia</b>	<b>35</b>
1.1 O contexto da migração na nova ordem intercultural	
1.2 O imigrante refugiado	
1.3 O dinamismo da modernidade	
1.4 Estudos e teorias	
1.5 Insights da teoria da estruturação	
1.6 Síntese provisória	
<b>2 Refugiados: Forasteiros estigmatizados</b>	<b>75</b>
2.1 Ser estrangeiro	
2.2 O medo às minorias	
2.3 <i>Outsiders</i> : sobre desviantes	
2.4 Do estereótipo ao estigma	
2.5 Identidades forjadas	
2.6 Síntese provisória	
<b>3 A Mídia e o Outro</b>	<b>106</b>
3.1 Forma de vida que condiciona a ação humana	
3.2 A representação do Outro estigmatizado	
3.3 Entre a sensibilização e o entorpecimento	
3.4 A construção midiática do refúgio	
3.5 Síntese provisória	
<b>4 Percepções e agência</b>	<b>140</b>
4.1 A percepção do refúgio na mídia	
4.2 O contradiscurso	
4.3 A tipologia da agência	
4.4 Síntese provisória	
<b>Considerações finais</b>	<b>172</b>
<b>Referências</b>	<b>176</b>
<b>Apêndice</b>	<b>183</b>

## APRESENTAÇÃO

### Fórum Global de Refugiados 2023

Desembarquei em Genebra, em dezembro de 2023, para assistir à segunda edição do Fórum Global de Refugiados. Foi um encontro de três dias organizado pela Agência da ONU para Refugiados (Acnur) e o governo da Suíça, após uma década de deslocamento recorde. O Fórum é um evento ministerial convocado para todos os Estados-membros das Nações Unidas, juntamente com as partes interessadas relevantes, incluindo organizações internacionais, atores humanitários e de desenvolvimento; instituições financeiras internacionais e regionais; organizações regionais; autoridades locais; sociedade civil; organizações religiosas; acadêmicos e outros especialistas; setor privado; meios de comunicação; membros da comunidade anfitriã e os próprios refugiados.

A participação é apenas por convite. Eu obtive autorização das Nações Unidas ao solicitar credenciamento como jornalista do site *Oestrangeiro.org*, do grupo de pesquisa Diaspotics, vinculado à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenado pelo meu orientador prof. Mohammed ElHajji. De lá, também enviei conteúdo para a plataforma *MiRe* – Migração e Refúgio na infância e adolescência, um *hub* de informações sobre crianças e adolescentes em situação de refúgio que criei em outubro de 2023. Eu era a única jornalista brasileira que acompanhou o evento de forma presencial durante todos os dias, uma demonstração evidente da falta de interesse da mídia nacional sobre a temática.

Realizado a cada quatro anos, o Fórum é o maior encontro internacional sobre refugiados do mundo, concebido para apoiar a implementação prática dos objetivos estabelecidos no Pacto Global sobre Refugiados, aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2018. Há ainda uma série de discussões paralelas sobre temas que vão de esporte e educação a gênero, inovação em finanças e ações climáticas. O documento prevê um apoio mais previsível e sustentável para:

- aliviar as pressões sobre os países que acolhem refugiados;
- propiciar meios para que os refugiados se tornem autossuficientes;
- ampliar o acesso ao reassentamento de refugiados em outros países e outras vias complementares;

- apoiar os países de origem dos refugiados para que eles possam regressar em segurança e com dignidade.

O Pacto estabelece mecanismos para garantir que tanto as pessoas refugiadas quanto as comunidades de acolhida se beneficiem desse apoio. Um mecanismo central é o Fórum Global sobre Refugiados. A cada encontro, é feito um balanço dos desafios e oportunidades, são anunciados novos compromissos, e compartilhadas boas práticas para inspirar mais ações e divisão de responsabilidades em benefício dos refugiados. Entre os compromissos apresentados pelo governo brasileiro como boas práticas no Fórum Global sobre Refugiados em 2019, estão a Operação Acolhida e a decisão do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) de reconhecer mais de 21 mil solicitantes de refúgio venezuelanos como refugiados.

**A edição de 2023** – Em 2023, o Fórum Global sobre Refugiados reuniu 1.600 compromissos no valor de US\$ 2,2 bilhões para melhorar a vida de refugiados e aliviar a pressão sobre os países acolhedores. O evento teve a participação de mais de 4.200 pessoas de 168 países, entre autoridades públicas, membros do setor privado, instituições financeiras internacionais, setores da sociedade civil, academia, agentes humanitários, além da presença de 300 refugiados. Em 2019, eram apenas 70 refugiados. Apesar do aumento, o número ainda foi considerado pequeno em 2023. Afinal, os participantes do evento avaliam que os refugiados devem ser ativos nas discussões sobre o próprio futuro.

Houve compromissos e contribuições nas áreas de educação, acesso ao mercado de trabalho, construção da paz, mudança climática, e reassentamento. Os Estados também se comprometeram a reinstalar 1 milhão de refugiados até 2030, enquanto governantes e fundações anunciaram o compromisso apoiado por um novo fundo de financiamento global para ajudar mais de 3 milhões de refugiados a migrar para outros países por meio de patrocínio comunitário.

Um compromisso multilateral sobre a proteção digital para ajudar a prevenir o impacto prejudicial do discurso de ódio, das *fake news* e da falta de informação foi uma das iniciativas inovadoras anunciadas ao fim do evento. A responsabilidade ficou por conta de governos, do setor privado, da sociedade civil, da ONU e de outros integrantes.

A edição de 2023 foi realizada quando a Declaração Universal dos Direitos Humanos completava 75 anos. Considerada uma resposta da Organização das Nações Unidas às

atrocidades cometidas nas duas guerras mundiais, a declaração ainda hoje é mencionada como guia para encontrar soluções para o deslocamento forçado. Atualmente, são mais de 120 milhões de pessoas em deslocamento forçado no mundo, incluindo 43,4 milhões de refugiados. Os dados apurados até abril de 2024 são do Relatório Tendências Globais de Deslocamento 2023, divulgado pelo Acnur.

Durante o Fórum, o chefe do Acnur, Filippo Grandi, lembrou que o mundo vive um momento de tragédias humanitárias e precisa de agências fortalecidas para fazer frente às demandas globais. “Enquanto persistirem deslocamentos e outras crises humanitárias, vamos precisar de um influxo igualmente grande, sustentado e urgente de recursos humanitários”.

Nesse sentido, ele lembrou que agências humanitárias e ONGs enfrentam graves questões de financiamentos e destacou que devem ser apoiadas para ampliarem suas respostas e salvar vidas. Grandi adiantou na ocasião que o Acnur fecharia o ano com um déficit de US\$ 400 milhões e que a agência deveria cortar 900 postos de trabalho, o equivalente a 5% de toda sua equipe. Para 2024, antevia ele, o cenário era preocupante.

O chefe do Acnur fez também um apelo especial de apoio à UNRWA, a agência que ajuda os palestinos, para que as necessidades das pessoas em Gaza que sofrem com a guerra entre Israel e o Hamas desde 7 de outubro de 2023 fossem totalmente financiadas. Grandi destacou a urgência de um cessar-fogo imediato e da libertação dos reféns israelenses.

### **Compromissos do Brasil:**

O governo federal apresentou compromissos complementares e avançados em relação a 2019, nas temáticas de fortalecimento do seu sistema nacional de asilo; de aprimoramento da concretização do direito à união familiar; da criação de um novo programa de reassentamento; da promoção da participação efetiva das pessoas refugiadas nos processos de decisão de matérias de seu interesse. Além disso, também se comprometeu com a regulamentação da Política Nacional sobre Migrações, Refúgio e Apatridia, e a Política Nacional de Saúde de Pessoas Refugiadas, Migrantes e Apátridas.

O Brasil aderiu a um compromisso regional para a busca de proteção e soluções para pessoas refugiadas no marco da celebração do 40º aniversário da Declaração de Cartagena de 1984. Foi essa Declaração que ampliou o conceito de refugiado e incluiu “graves violações aos direitos humanos”.

A Defensoria Pública da União (DPU) também propôs compromisso para fortalecer sua atuação a favor dos direitos dos refugiados e demais necessitados de proteção internacional no Brasil. Já o setor privado brasileiro, composto por empresas integrantes do Fórum Empresas com Refugiados, articulou-se para promover compromissos relacionados à contratação e à capacitação de pessoas refugiadas para o mercado de trabalho formal brasileiro. Com isso, 18 empresas e organizações se comprometeram a contratar 1,2 mil de pessoas refugiadas e apoiar mais de 15 mil com capacitações, treinamentos, inclusão financeira e outros apoios de inserção laboral até 2027.

A academia apresentou compromissos, por meio da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVVM), que aumentam várias iniciativas já lideradas por instituições de Ensino Superior no Brasil, como a ampliação ao apoio à saúde mental para pessoas refugiadas, uma maior qualificação dos cursos de português, o fortalecimento dos serviços de assistência jurídica, e a ampliação de atividades de *advocacy* quanto às políticas públicas locais e nacionais direcionadas a essa população.

De acordo com o Acnur, no âmbito internacional, as CSVVM Brasil uniram-se à Rede Global Interdisciplinar Acadêmica (GAIN) e às CSVVM de países como México, Itália, Costa Rica, Etiópia, Sérvia, República Dominicana, Estados Unidos e Reino Unido para proporem compromissos conjuntos em favor das pessoas refugiadas nas esferas do ensino, pesquisa e extensão. Como parte desse esforço, espera-se que mais de 16.400 vagas de ingresso facilitado para refugiados no ensino superior sejam oferecidas no Brasil nos próximos quatro anos.

**Direitos das crianças** - Na primeira edição do Fórum Global sobre Refugiados, realizada em 2019, 83% dos compromissos firmados pelos países participantes não tinham crianças no centro de seus objetivos. Quatro anos mais tarde, os organizadores comemoraram a marca de 85 compromissos assumidos por 11 países exclusivamente voltados para crianças de zero a 18 anos, segundo definição da Convenção Internacional de Direitos das Crianças.

O Brasil, por sua vez, não fez parte de nenhum deles, mesmo identificando um expressivo aumento de crianças e adolescentes imigrantes e refugiados no país, segundo

Relatório Anual de 2023<sup>1</sup> divulgado no início de dezembro pelo OBMigra em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

De maneira inédita, a edição desse ano do relatório do OBMigra incluiu um capítulo sobre crianças e adolescentes na imigração internacional no Brasil, justamente por observar uma mudança na configuração do fluxo migratório para o país. Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, criança tem de zero a 11 anos de idade completos, e adolescente, de 12 a 18 anos.

Nos primeiros anos de existência do OBMigra, que acabava de completar uma década, a imigração era muito masculinizada e adulta. Em 2022, os dados mostraram uma feminização do movimento, com a entrada de mais crianças e adolescentes no país. A maior parte (94%) vem da Venezuela, seguida de Cuba, Síria e Iraque, com 1% cada um. A maioria dos adolescentes é formada por meninos.

A compilação desses dados foi possível a partir do cruzamento de três bases distintas: o Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA); o Sistema de Tráfego Internacional (STI-MAR); e o Sistema do Comitê Nacional para Refugiados (SISCONARE). Com isso, o governo brasileiro começa a esboçar um panorama migratório desse grupo etário.

“Para que novos estudos e evidências sejam fomentados, é preciso que haja a ampliação do acesso às informações relativas à caracterização migratória, assim como aos dados sobre saúde, educação, proteção social de crianças e adolescentes imigrantes e refugiadas no Brasil”, destacam Zakia Hachem e Tânia Tonhati, que assinam o capítulo no relatório (OBMigra, 2023).

Entre os compromissos assumidos pelo Brasil no Fórum Global sobre Refugiados que podem afetar crianças, apesar de não ter esse grupo etário como objetivo específico, estão: o aprimoramento do direito à reunificação familiar; a implementação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia; a implementação da Política Nacional de Saúde de Pessoas Refugiadas; a prevenção e erradicação da apatridia na região.

---

<sup>1</sup> CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. L. Relatório Anual OBMigra 2023 - OBMigra 10 anos: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra\\_2020/OBMIGRA\\_2023/Relat%C3%B3rio%20Anual/RELAT%C3%93RIO%20ANUAL%2005.12%20-%20final.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Relat%C3%B3rio%20Anual/RELAT%C3%93RIO%20ANUAL%2005.12%20-%20final.pdf)

A embaixadora Maria Laura da Rocha, secretária-geral de Relações Exteriores, ressaltou no plenário do Fórum que o Brasil tem orgulho de sua tradição humanitária e de sua legislação de imigração e refúgio. Ressaltou a diversidade dos países que acolhe, e o fato de refugiados terem acesso aos mesmos direitos que os brasileiros no país, como educação, saúde, moradia e oportunidade de emprego. Destacou ainda que o Brasil ampliou sua política de acolhimento humanitário para outras situações, como mulheres e meninas vítimas de mutilação genital.

Segundo a presidente do Conare, Sheila de Carvalho, o Brasil se consolida como “referência global em política de refúgio para atendimento de solicitações de pessoas refugiadas, especialmente de políticas de grupos sociais em situação de maior vulnerabilidade, como afrodescendentes, mulheres em contexto de alta violência de gênero, pessoas LGBTQs criminalizadas por sua existência”. Segundo Sheila, as crianças não estavam no radar do governo para selecionar os compromissos para o Fórum por conta da falta de dados. A partir do momento em que as informações sobre o grupo etário começam a ser organizadas, ela diz que as propostas serão estudadas.

**Contexto** – Atualmente, 40% dos refugiados no mundo são crianças, de acordo com o relatório Tendências Globais de 2023 do Acnur. Entre 2018 e 2022, mais de um milhão de crianças nasceram como refugiadas. A maioria das crianças hoje deslocadas passará toda a sua infância em deslocamentos prolongados, de acordo com o UNICEF<sup>2</sup>.

É consenso no debate internacional que as crianças fazem parte do grupo de maior vulnerabilidade. Enfrentam riscos de separação familiar, trabalho infantil, casamento infantil, e outras formas de abuso, exploração e violência. Portanto, a criança tem demandas diferentes de um adulto e o direito a ser protegida contra todo tipo de violência.

Apesar da urgência, o mundo não está adotando a celeridade necessária para a proteção das crianças. Um levantamento feito pelo Acnur revela que existe uma lacuna enorme entre o montante solicitado (US\$ 154,5 milhões) e o efetivamente aplicado pelos planos de resposta aos refugiados (US\$ 37,5 milhões) na proteção da criança, especialmente

---

<sup>2</sup> Ver: *Number of displaced children reaches new high of 43.3 million*. Disponível em: <https://www.unicef.org/press-releases/number-displaced-children-reaches-new-high-433-million>

para seis regiões: Afeganistão, República Democrática do Congo, Sudão do Sul, Sudão, Síria e Ucrânia.

**Participação das crianças e adolescentes** - Nessa edição do Fórum, pela primeira vez, quatro adolescentes participaram de forma ativa do evento e representaram as milhões de crianças refugiadas no mundo. Eram Naya e Sedra da Síria, Sophia e Maxim da Ucrânia. Os quatro tiveram a oportunidade de mandar seus recados e **foram enfáticos ao afirmar que precisam ser escutados e que querem participar das decisões que afetam suas vidas.**

Naya, a menina síria de 16 anos que atualmente mora na Holanda, resumiu em poucas palavras como uma criança é afetada pelo refúgio. “Uma criança não vê o refúgio pela perspectiva da política, mas pela lente do sentimento”. Ela quer “cuidado, respeito e dignidade”, completou Naya.

**Manifesto** – Sedra, de 15 anos, foi uma das adolescentes refugiadas que assinou o Manifesto da Juventude, apresentado durante o Fórum deste ano. No documento, os jovens afirmam que suas vozes são potentes e essenciais. Lembram que são profundamente afetados por questões globais e querem compartilhar suas visões para o futuro. “Queremos que nossas vozes não sejam apenas ouvidas, mas que sejam um fator decisivo na mudança global.”

### *Manifesto*

Entre os desafios que enfrentam, destacam o sexismo, o racismo e a falta de oportunidades. Os jovens querem seguir estudando, trabalhar legalmente e integrar-se à sociedade. Pedem acesso à documentação e ressaltam as políticas que restringem a liberdade de movimento e os mantêm confinados em campos de detenção, dificultando o desenvolvimento de seu potencial, bem como o acesso a direitos humanos básicos e perspectivas de futuro.

Instam os governos, as ONG, as organizações humanitárias, a comunidade e outras instituições educacionais e privadas para:

– Alocar recursos financeiros e materiais duráveis para garantir uma vida inclusiva e oportunidades educacionais equitativas para todos os refugiados;

- Garantir que os jovens refugiados em campos e assentamentos urbanos recebam os documentos necessários, permitindo-lhes o acesso à educação;
- Priorizar a igualdade e a diversidade de gênero em todos os compromissos e iniciativas, oferecer às meninas refugiadas uma educação acessível e de alta qualidade, adaptada ao seu ambiente e às suas experiências;
- Apoiar as jovens mães e os seus filhos, garantindo que possam completar os estudos e receber cuidados psicológicos adequados;
- Combater a violência contra meninas e mulheres jovens refugiadas, promovendo educação transformadora de gênero;
- Prevenir e abordar ativamente exploração e abuso com mecanismos especializados, políticas e intervenções;
- Estabelecer leis e políticas que capacitem os jovens refugiados a garantirem emprego e sustentar-se;
- Implementar programas de educação e empreendedorismo baseados em evidências, incluindo programas que abordam a violência baseada no gênero.

**Edição de 2027** - A próxima edição do Fórum Global sobre Refugiados será em 2027 e o Brasil terá a oportunidade de se comprometer com iniciativas que abordam os direitos da criança especificamente ou, se estiver envolvido em outros compromissos multissetoriais, pode se comprometer a atender a necessidades específicas das crianças ou de serviços sensíveis a elas.

Ou seja, dentro de compromissos gerais, pode mencionar intenções específicas relacionadas a esse grupo etário. Por exemplo, pode se comprometer com ações centradas na criança em cuidados de saúde e saúde mental e apoio psicossocial, proteção social e violência de gênero ou outros compromissos multissetoriais relevantes. Vale ressaltar que os compromissos não precisam ser financeiros. Podem ser leis, políticas públicas ou até mesmo ações de advocacy. Também não precisam ser sempre adotados pelo governo federal. Pode ser agência humanitária, setor privado, academia ou sociedade civil.

Enfim, estar presente num evento global sobre refugiados amplia a possibilidade de compreender a situação de uma forma mais sistêmica. Infelizmente, a mídia brasileira não demonstrou interesse pelo tema ao não enviar jornalistas para acompanhar o evento. A situação é bastante complexa e a solução está na divisão de responsabilidades de diversos

atores. Sabe-se, porém, que a falta de informação e conhecimento sobre o assunto é uma das grandes barreiras para o acolhimento.

Por outro lado, a louvável conquista destacada de um evento para outro foi a presença de mais refugiados. A participação de refugiados na discussão precisa aumentar. Afinal, são eles os impactados pelas medidas que estão sendo negociadas. São muitos os desafios para ajudar os refugiados, mas também são inúmeras as possibilidades. O primeiro passo deve ser escutá-los. Foi essa a proposta do meu trabalho de mestrado ao abordar crianças refugiadas. Mais uma vez, me proponho a compreender o estigma e o poder de agência dos refugiados por eles mesmos.

## INTRODUÇÃO

Naquele tempo, toda a terra tinha a mesma língua. Falavam um único idioma. Usavam as mesmas palavras. Logo após o dilúvio, os homens saíram da arca e partiram para o leste. Encontraram uma planície e combinaram de construir uma cidade com uma torre que deveria alcançar o céu. Queriam permanecer unidos e não mais se dispersar pelo mundo. Foi quando Ele desceu para ver o que estavam aprontando aqui embaixo. Notou que, se a proposta era essa – uma clara desobediência a seu mandamento de povoar a terra –, nada dali em diante seria impossível para aqueles homens ambiciosos e arrogantes. Então, como castigo divino, Ele os confundiu com línguas diferentes, para que não conseguissem mais entender uns aos outros, e os espalhou pelo mundo inteiro. A construção da cidade, que recebera o nome de Babel, acabou sendo interrompida.

O mito bíblico da torre de Babel relatado na Gênese 11 tem sido objeto de constantes interpretações e releituras ao descrever a perda de consenso entre os homens e o início da má pluralidade. Babel – do verbo hebraico *balal*, que significa misturar, confundir – é o nome de nossas inquietudes e a atualidade do mito babélico está no modo como o traduzimos, ou seja, na forma como o inserimos em nosso imaginário.

Naturalmente que a história da Humanidade não surgiu de repente na névoa do Egito bíblico. O começo do processo de hominização se confunde com a história das migrações, que teve seu início há pelo menos 70 mil anos, com a saída do *homo sapiens* da África e sua dispersão pelo mundo. Mas ao transformar o mito babélico em dispositivo metafórico, segundo Larrosa e Skliar (2011), damos sentido à nossa experiência num mundo disperso e confuso em tempos igualmente confusos e dispersos. É possível compreender a nossa Babel? E mais: podemos identificar sua língua, suas fronteiras, sua cultura, sua gente, suas histórias? Como é a Babel dos nossos tempos?

Parece não ser mais o paraíso perdido com o pecado do homem e da mulher – que comeu a maçã proibida da frondosa árvore sob a péssima influência da serpente – de que trata o Antigo Testamento, mas a passagem mítica sobre o caos babélico que “catalisa nossas perplexidades” atuais. Nossa condição contemporânea é confusa, desordenada, incerta.

O mundo globalizado apresenta desafios que nos fazem pensar como babilônios, como habitantes de Babel. A tecnologia que conecta também segmenta e afasta, os espaços de convívio desaparecem, a diferença incita a violência. Entram em jogo questões “da unidade e

da pluralidade, da dispersão e da mesclagem, das fronteiras e da ausência de fronteiras, da territorialização e da desterritorialização (...), do exílio e do desenraizamento” (Larrosa e Skliar, 2011, p. 9).

A perspectiva do filósofo alemão Peter Sloterdijk (1999) instiga ao levar o mito de Babel para o âmbito político. A história da fracassada construção da torre, segundo Sloterdijk (1999, p. 13), poderia ser lida como um mito “radicalmente antipolítico e antiimperial”, por estabelecer a ausência de uma obra comum às pessoas por decreto divino. Como se a cidade tivesse que ruir para que a sociedade de castas pudesse funcionar. Era um reino da ética da diferenciação, em que semelhanças desmedidas com um deus todo-poderoso não eram toleradas. As pessoas de Babel sabiam exatamente o que deviam fazer e queriam conquistar.

Com isso, foram expulsas do paraíso unitário e da perfeita concordância de mentalidades e missões. A dispersão foi uma medida antimimética, equivalente a uma castração política da espécie, metafisicamente virulenta, que deveria ser punida e humilhada com a queda na pluralidade. E a questão linguística foi apenas o meio a serviço de um fim, conforme explica Sloterdijk.

Numa revisão gnóstica do mito de Babel proposta por Sloterdijk (1999, p. 3), no entanto, Deus teria mudado de opinião e “convocado de volta a Babel os povos dispersos, com a ordem de continuarem a construção das cidades até a pós-modernidade”. Mais além do que a doutrina católica, está o conhecimento gnóstico da psique da humanidade derrotada. Pois um deus malvado é bem capaz de “reconhecer que a humilhação do homem pela pluralidade não pode ir tão longe quanto a humilhação por conta do projeto de uma reunificação” (Sloterdijk, 1999, p. 14).

O filósofo alemão afirma que documentos antigos esclarecem que a humanidade oculta há milhares de anos um paradoxo que leva a uma fórmula: “pertencer-se com aqueles com os quais não se pertence”. A história das ideias políticas, segundo Sloterdijk, pode ser interpretada como uma série de tentativas de amenizar esse paradoxo político.

Por isso, na politologia clássica trata-se sempre da repressão dos dramas que devem eclodir caso os horizontes de pertença de grupos e povos se expandirem a dimensões imperiais e, para além disso, do mundo e da espécie em geral. (Sloterdijk, 2011, p. 15)

A partir disso, o filósofo alemão destaca que politólogos sabem que “sociedades serão sociedades enquanto presumirem convictamente serem sociedades” (Sloterkijk, 2011, p. 15) e nos alerta em seu projeto de hiperpolítica que o mundo global conectado carece de um princípio de copertencimento. Há uma dificuldade de se conviver com o outro e compreender a unidade.

Nesse sentido, seguem Larrosa e Skliar (2011), circula hoje um pensamento segundo o qual Babel seria o sintoma de nossas enfermidades e então teríamos que recompor a pluralidade humana. De acordo com esse pensamento antibabélico, nossa tarefa não seria mais reconquistar o paraíso, mas refazer a unidade ou, no mínimo, administrar a diversidade, sempre visando o lucro do capital e a ordem do Estado.

Assim, seria necessário ordenar as diferenças, vigiando-as e tornando-as produtivas. Nesse caso, vozes dissonantes são harmonizadas, silêncios são governados e movimentos, regularizados. Em outras palavras, explicam Larrosa e Skliar (2011), os homens voltam a se reunir a partir de uma diversidade bem ordenada, bem comunicada, num mundo com fronteiras de Estados-nação administradas, em que tudo está sob controle: o sim e o não; o ser e o não ser; o possuir e o não possuir; o mesmo e o diferente.

Nesse ambiente, a homogeneização ganha nova roupagem, e as aspirações totalitárias são atualizadas. Identidades são refeitas, assim como valores, crenças e violências. O tema do outro ressurge para forjar novas formas de convívio social com o diferente.

A proposta deste trabalho está em linha com o desafio de compreender as adversidades do convívio com o diferente. Neste caso, o diferente é o refugiado. O objetivo é identificar os caminhos da estigmatização do refugiado no mundo pós-moderno e o poder de agência desse indivíduo na nova ordem mundial. Para isso, buscarei uma teoria social que dê conta de analisar a responsabilidade da mídia, enquanto instituição simbólica com o poder de representar, em relação ao estigma do refugiado. Neste sentido, é a teoria da estruturação, de Anthony Giddens, que foi escolhida como base teórica para responder as questões desta pesquisa, por seu conceito-chave de dualidade da estrutura, que será explicado adiante.

### **A ideia**

A ideia desta tese surgiu logo após a conclusão do meu trabalho de mestrado, quando tratei da criança refugiada e fui agraciada com o Prêmio Compós, na categoria Melhor Dissertação, de 2021. A dissertação foi publicada em livro pela editora Mauad X, primeiro

título da Coleção Renovação, de discentes premiados ou indicados a prêmios, da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em *Narrativas de infâncias refugiadas: a criança como protagonista da própria história*, busquei a abordagem direta com a criança, ao identificar uma lacuna em trabalhos acadêmicos com esse método. Consideradas apêndices da família, crianças refugiadas costumam ser duplamente invisibilizadas. Portanto, ao oferecer uma escuta sensível para um grupo de refugiados interiorizados no estado do Rio de Janeiro, o objetivo foi tornar a criança protagonista da própria história.

Definições da Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) foram usadas para a análise do processo migratório, assim como será feito neste trabalho. Os refugiados são pessoas que foram obrigadas a deixar seu país de origem devido a fundado temor de perseguição por questões relacionadas a raça, religião, nacionalidade, pertencimento a determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados e, por isso, precisam de proteção internacional.

Como expliquei no meu trabalho anterior (Paraguassu, 2022), o termo refugiado foi definido pela Convenção das Nações Unidas de 1951, que estabeleceu os direitos e deveres entre os refugiados e os países que os acolheram até aquela data. Depois, em 1967, um protocolo ampliou as provisões da convenção, retirou limites de datas e espaço geográfico, e, em 1984 a Declaração de Cartagena ampliou a definição do termo. Solicitantes de refúgio são aqueles que requerem a condição de refugiado em outra nação.

O Acnur informa que não há definição legal para o termo migrante 'migrante', muitas vezes usado como sinônimo de refugiado pela mídia e em discussões públicas. No entanto, a agência da ONU destaca que o migrante pode mudar de país voluntariamente. Já o termo 'migração forçada' abarca uma série mais ampla de motivos para o deslocamento, tais como desastres ambientais, fome e projetos de desenvolvimento em larga escala, não sendo um conceito legal e, portanto, o Acnur evita usá-lo para tratar de refugiados, termo claramente definido pelo direito internacional e regional com obrigações legais pelos Estados. (Paraguassu, 2022, p. 23)

O método comunicativo mostrou-se instrumento vigoroso para explorar níveis simbólicos e subjetivos da realidade migratória na infância, tanto no plano epistemológico como empírico, em que a singularidade do sujeito social está fortemente intrincada no

ordenamento do discurso dito e não-dito. Logo, isso nos leva a um processo de produção, transmissão e decodificação de sentido que deve pressupor uma dinâmica em termos simbólicos, subjetivos e ideológicos. Nesse contexto, a comunicação intercultural constituiu a interface simbólica por meio da qual ocorreram as trocas sociais fruto dos contatos com as crianças refugiadas (Paraguassu, 2019). A comunicação intercultural seguirá sendo utilizada neste trabalho, uma vez que serão feitas entrevistas com refugiados para buscar a percepção de cada um do grupo selecionado sobre a representação midiática do refúgio.

Vale ressaltar que meu interesse pelo tema dos refugiados teve como ponto de partida o livro infantil *A menina que abraça o vento: a história de uma refugiada congoleza*, de minha autoria, publicado no fim de 2017 pela Vooinho, selo infantil da Editora Voo. Com mais de 300 mil exemplares vendidos, a obra foi selecionada por importantes editais, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2023 para os primeiros anos do Ensino Fundamental. Inspirado em histórias reais de meninas da República Democrática do Congo com as quais tive contato, o livro é usado em escolas públicas e privadas do país e começa a ser vendido no exterior em traduções para o inglês e o francês.

### **A questão da tese e os conceitos-chave**

Partimos do pressuposto de que a representação da mídia estigmatiza o refugiado, ora como vítima, ora como ameaça à segurança nacional. A partir daí, busquei compreender como a mídia retrata o tema do refúgio por meio da percepção do próprio refugiado. Considerei que a mídia reproduz informação e cria relacionamentos a partir da ação comunicativa. Além disso, está sujeita às principais transformações da sociedade moderna, ao mesmo tempo em que é agente de modernização.

Portanto, como forasteiros duplamente estigmatizados por essa narrativa da mídia, pela condição de estrangeiro e de refugiado, estarão eles inabilitados para a aceitação social plena? E ainda: eles têm consciência do próprio poder de agência, justamente por serem refugiados? **Que teoria social seria convincente da agência humana e como ela poderá esclarecer a natureza da agência dos refugiados? A teoria da estruturação, de Anthony Giddens, dará conta de tratar das questões que levam ao estigma do refugiado?**

Os conceitos-chave utilizados nesta tese são mídia, refugiado e estigma, além de agência, poder e estrutura. O termo estigma será discutido com mais profundidade no Capítulo 2. Agência, poder e estrutura serão analisados no âmbito da teoria da estruturação,

de Anthony Giddens. Mídia será definida no capítulo 3, quando trataremos da representação midiática (Hall, 2016). O conceito de refugiado tem sido usado nas esferas política, legal, humanitária e acadêmica numa variedade de definições. Neste trabalho, não estaremos limitados à definição legal da Convenção de 1951, uma vez que determinados grupos de deslocados serão incluídos na discussão, por vivenciarem experiências semelhantes de exílio forçados, mas não estarem contemplados na definição do Direito Internacional, como é o caso dos haitianos. Também vamos incluir uma imigrante com vivência em ambientes de acolhimento de refugiados. Vale notar que esta pesquisa não pretende generalizar a opinião dos refugiados, uma vez que o grupo selecionado é composto por sete participantes.

### **A proposta metodológica**

A proposta deste trabalho é de ordem teórica-conceitual e empírica-investigativa. O primeiro aspecto diz respeito à ambição de compreender a teoria da estruturação, do sociólogo inglês Anthony Giddens, no contexto da representação midiática do refúgio. A teoria da estruturação é uma teoria social que busca resolver a **dualidade da estrutura**, expressa por Giddens da seguinte maneira: “as estruturas sociais são constituídas pela ação humana, mas ao mesmo tempo são o meio desta constituição” (Giddens, 1976, p. 121).

No plano empírico, o objetivo é demonstrar os refugiados como indivíduos agentes de mudança, de acordo com os conceitos da teoria da estruturação. Ou seja, não se trata apenas de descrever uma nova teoria social para explicar aspectos relacionados ao fenômeno migratório, mas desvelar os diversos mecanismos simbólicos, subjetivos, políticos, culturais que criam estigmas e afetam a capacidade de agência do refugiado enquanto sujeito social na sociedade que o recebe. Para tanto, serão entrevistados refugiados e migrantes que lidam com o contexto do refúgio no Brasil, por meio de abordagem qualitativa em entrevistas semiabertas.

Mais uma vez, como mencionado anteriormente, o método intercultural, intensificado pelos dispositivos tecnológicos, que acelera e irradia a reverberação das trocas e modifica o campo social de seus interlocutores, se mostra potente para analisar a pluralidade das instâncias de enunciação e da polifonia dos enunciados que marca a época da modernidade tardia. Serão considerados os conceitos de agência/poder e de reflexividade, de acordo com a teoria da estruturação.

Este estudo selecionou como entrevistados os delegados do Rio de Janeiro eleitos para defender as propostas do estado votadas durante a 2ª. Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (Comigrar), realizada em novembro de 2024. O evento é uma iniciativa de mobilização nacional dos diversos atores sociais, políticos e institucionais interessados no tema das migrações, refúgio e apatridia, promovida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, com objetivos de:

I – Aprofundar o debate sobre migrações, refúgio e apatridia;

II – Propor e discutir diretrizes e recomendações para políticas públicas para pessoas migrantes, refugiadas e apátridas;

III – Promover a participação social e política de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas;

IV – Fomentar a integração entre os entes federativos, organizações da sociedade civil e associações e coletivos de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas que atuam no tema.

A etapa preparatória do Rio de Janeiro foi convocada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, em janeiro de 2024. Tive a oportunidade de participar como voluntária do evento, que cumpriu o compromisso de eleger somente delegados migrantes, refugiados e apátridas, com equidade de gênero. O tema da etapa do Rio de Janeiro foi “Refúgio, Migração e Apatridia: pelo reconhecimento pleno da cidadania”, e teve como objetivo contribuir para a consolidação da participação social de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas na formulação de políticas públicas, programas e ações voltadas para a inclusão e o combate às desigualdades. As propostas votadas na etapa estadual serão apresentadas na fase nacional pelos delegados.

### **Questões éticas**

Para esta pesquisa, foram buscados os oito delegados eleitos pelo Rio de Janeiro. Obtive o retorno de quatro delegados e três delegadas. O registro e o termo de consentimento livre e esclarecido (ver Apêndice) foram apresentados antes da conversa e enviado por WhatsApp com informações sobre a pesquisa, e todos autorizaram a divulgação de seus respectivos nomes. Optou-se pela divulgação dos nomes e informações pessoais dos

entrevistados, uma vez que estão em lugar de representantes de refugiados em um evento de âmbito nacional e se posicionam com perfil ativista da temática migratória. Nenhum participante recebeu compensação financeira nem qualquer outro tipo de benefício para participar desta pesquisa. Dada a sensibilidade de alguns temas, os participantes foram alertados para responder apenas aquilo que os deixassem confortáveis. Houve a preocupação sobre o contato com imagens de impacto, que gerou perturbação em alguns participantes. O compartilhamento das imagens foi imediatamente interrompido e a conversa foi conduzida de forma a resgatar o bem-estar do participante.

### **Procedimento metodológico**

Todas as entrevistas foram feitas de forma remota, por videochamada. Logo no início, foi projetada a questão central da pesquisa: “De que forma a mídia é responsável pelo estigma dos refugiados? Por outro lado, os refugiados são capazes de agir e provocar mudanças na estrutura social?”. Um roteiro inicial de perguntas foi cumprido com todos os participantes.

Nome:

Idade:

Nacionalidade:

Há quanto tempo está no Brasil?

Onde mora no Brasil?

Tem filhos?

Estuda?

Trabalha?

Como acompanha notícias?

Lê jornal? Qual?

Usa rede social? Como usa? Qual?

Acompanha notícia sobre refúgio? Como?

Observou-se que todos acompanham notícias – uns mais, outros menos – especialmente sobre o refúgio. “*Não aparece muito. Quando aparece, paro e leio*” (Jean Baptiste, Haiti). Adel Bakour, que trabalha com assistência a refugiados, contou que acompanha pouco o tema do refúgio na mídia. “*Não me interessa muito*”. Mariama Bah disse

que tem se afastado das notícias porque estão muito trágicas e isso a tem deixado angustiada. *“Mas tem notícia que tem que ver... eu prefiro notícias mais positivas. Eu me inspiro por coisa positiva. As coisas tristes me paralisam”*. Já a imigrante Catalina Revollo Pardo consome várias notícias sobre refúgio, de agências internacionais, de grupos institucionais e acadêmicos sobre migrações no WhatsApp. Aliás, além de sites de notícias, grupos de WhatsApp também foram mencionados pelos participantes para se manterem atualizados. O uso de redes sociais foi unânime, principalmente o Instagram para entretenimento.

A seguir, os entrevistados refugiados e imigrantes em contexto de refúgio, ou seja, que estão em contato permanente com indivíduos em situação de refúgio.

Nome do entrevistado	Idade	País de origem	Há quanto tempo no Brasil	Estuda?	Trabalha?	Acompanha notícias?	Lê notícias sobre refúgio?
<b>Adel Bakkour</b> - refugiado	31 anos	Síria	12 anos	Sim. Superior.	Sim	Rede social (Instagram, WhatsApp) e sites: G1, O Globo, Uol.	Pouco. Não tem muito interesse.
<b>Catalina Revollo Pardo</b> - migrante	44 anos	Colômbia	18 anos	Sim. Superior.	Sim.	Folha de S.Paulo, Globo, Record. Instagram, Facebook.	Sim. WhatsApp, G1, site do governo do Brasil.
<b>Daniel Diowo</b> - refugiado	38 anos	República Democrática do Congo	11 anos	Não.	Sim.	Todo dia. TV Globo. WhatsApp – grupo de imigrantes.	Sim. Maior parte por grupos de WhatsApp.
<b>Garry Ulysse</b> - refugiado	34 anos	Haiti	8 anos	Sim. Ensino Médio.	Sim.	Jornal, site, Instagram da prefeitura, SBT, Record TV Globo.	Sim.
<b>Mariama Bah</b> - refugiado	35 anos	Gâmbia	10 anos	Sim.	Sim.	Tenta se afastar das notícias porque fica mal.	Depende do tipo de notícia. Prefere as mais otimistas.

<b>Sandra</b> Cardozo - refugiada	60 anos	Venezuela	8 anos	Não.	Não.	Sobre a Venezuela. WhatsApp, e Instagram.	Sim.
Wildouard <b>Jean</b> Baptiste - refugiado	36 anos	Haiti	11 anos				

As imagens da pesquisa detalhadas no capítulo anterior foram compartilhadas em tela sem legenda ou indicação de contexto. O restante da conversa foi feito por meio de entrevista semiestruturada<sup>3</sup>, afinal a prioridade era deixar os participantes se expressarem livremente sobre os temas abordados. As perguntas centrais a seguir guiaram a conversa, enquanto as imagens selecionadas e agrupadas em quatro blocos eram projetadas.

- Já viu essas imagens?
- Onde viu?
- Sabe do que se trata?
- O que sente quando vê?
- Por quê?
- Se identifica com a situação? Por quê?

Estas etapas constituem um processo de pesquisa participativa chamado fotovoz (photovoice), em que a pessoa pode “identificar e representar e aprimorar sua comunidade por meio de uma técnica fotográfica específica” (Wang; Burris, 1997). O método photovoice foi criado na década de 1990 por Caroline C. Wang e Mary Ann Burris como uma ferramenta de pesquisa em saúde pública. Wang e Burris utilizaram o photovoice como uma forma de capacitar comunidades rurais na China a documentar suas próprias necessidades de saúde e condições de vida. O objetivo é permitir que as pessoas contem suas próprias histórias por

---

<sup>3</sup> A entrevista semi-estruturada é uma entrevista semi-aberta, que segue um roteiro com temas abertos e são conduzidas de forma espontânea, de onde emergem informações de forma mais livre. (Ver MANZINI, E.J., **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**, UNESP.

meio de fotografias, chamando atenção para temas que muitas vezes são ignorados pelos formuladores de políticas e pela mídia.

O photovoice é fundamentado em três objetivos principais: capacitação de participantes – ao usar a fotografia, os indivíduos podem refletir sobre suas próprias vidas e comunidades; promoção do diálogo – as imagens capturadas são usadas como pontapé inicial para discussões e aumentar a conscientização sobre questões essenciais; influenciar políticas públicas – ao apresentar fotografias e narrativas aos formuladores de políticas e ao público em geral, o photovoice pretende estimular mudanças sociais e políticas (Wang; Burris, 1997).

A ferramenta foi adaptada para esta pesquisa, uma vez que os entrevistados não produziram as próprias fotos, mas foram convidados a analisar as imagens selecionadas publicadas originalmente em jornais e divulgadas na internet, e apresentarem suas percepções, num exercício de elicitación do que acharam mais marcante. Com isso, ao aplicar o photovoice, os refugiados deixam de ser meros receptores passivos das representações midiáticas estigmatizantes e desumanizadoras, e passam a exercer seu poder de agência, segundo a teoria da estruturação, compartilhando suas próprias análises e experiências, desafiando as narrativas dominantes e propondo novas formas de entendimento sobre suas vidas. Assim, o photovoice torna-se muito mais do que uma ferramenta de expressão, transformando-se numa prática de empoderamento. Ao permitir que os refugiados analisem suas próprias representações, abre-se caminho para uma reestruturação da narrativa social, promovendo uma representação mais autêntica e complexa dos refugiados, desafiando os estigmas. Esse é um exemplo da capacidade dos refugiados de agirem para transformar as estruturas que moldam suas vidas, alinhando-se aos princípios da teoria da estruturação.

### **O contexto da modernidade tardia**

Este trabalho pretende analisar a representação estigmatizada do diferente, retratado pela figura do refugiado em imagens divulgadas pela mídia, na modernidade tardia, período em que a própria modernidade tenta se entender, segundo o sociólogo inglês Anthony Giddens (1991). Na Babel do nosso tempo, vivenciamos eventos que não compreendemos completamente e que parecem estar fora de nosso controle. A modernidade tardia, ou pós-modernidade, não se trata, portanto, de um ciclo que se fechou, mas de uma trajetória rumo a uma nova ordem social.

Giddens adota uma abordagem diferente para analisar o surgimento dessa nova ordem, inerentemente globalizante, com um lado sombrio e consequências desestabilizadoras, que formam um universo em que risco, tempo e espaço tomam outras formas. Essa perspectiva de Giddens nos ajuda, por sua vez, a compreender a subjetividade moderna do sujeito migrante e como essas mudanças podem afetar a segurança ontológica de quem atravessa fronteiras num mundo que também está em movimento.

O sociólogo argumenta que a globalização é um fenômeno que vai além do desenvolvimento de redes mundiais, ou seja, de sistemas sociais e econômicos. É também, segundo ele, um fenômeno local, que afeta a todos nós no nosso dia a dia. “O modo como pensamos nós mesmos e nossas ligações com outras pessoas está sendo profundamente alterado pela globalização”, que força as pessoas a viverem de um modo mais aberto e reflexivo (GIDDENS, 2008, p. 68). Isso significa, explica ele, que respondemos e nos ajustamos constantemente às mudanças de ambiente ao nosso redor.

Nesse contexto de reflexividade, o conhecimento e a informação de todos os tipos têm “o poder de alterar os processos de tomada de decisões das pessoas e de conduzir a ações imprevisíveis” (Giddens; Sutton, 2017, p. 64). É evidente que a mídia exerce um papel mais importante que em períodos anteriores, “mas não se pode afirmar que as pessoas simplesmente engolem cegamente o conteúdo midiático” (Giddens; Sutton, 2017, p. 30). Há ampla corrente de pesquisas que apontam que os telespectadores tiram suas próprias conclusões ao interpretar o conteúdo da mídia. A rede mundial de computadores também oferece fontes alternativas de informações à mídia de massa tradicional.

As teorias sociológicas das diversas formas de mídia nos mostram que elas jamais podem ser consideradas politicamente neutras ou socialmente benéficas. Ao mesmo tempo, porém, as mazelas do mundo não podem ser depositadas na conta da mídia de massa, e devemos partir do princípio de que as pessoas não são “idiotas culturais” incapazes de detectar o caráter tendencioso. (Giddens; Sutton, 2017, p. 240)

Giddens e Sutton (2017) ressaltam que o noticiário sobre assuntos polêmicos tem sido alvo de muitas pesquisas, especialmente a cobertura do terrorismo e das políticas do governo dos Estados Unidos. Os autores destacam o trabalho *The mass media and terrorism*, realizado por David Altheide em 2007, com uma análise qualitativa das fontes da mídia daquele país após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001.

No lugar de noticiar mudanças na política externa norte-americana, a mídia acabou por fundir a nova pauta da “guerra ao terror” com o antigo discurso do “medo da criminalidade”. “O resultado é a apresentação da vida cotidiana cada vez mais perigosa e arriscada” (Giddens; Sutton, 2017, p. 241). Essa “culpa” por alardear ou exagerar riscos é uma das consequências do tipo de representação que a mídia adota e do discurso dominante para tratar de determinado tema.

No entanto, ainda que o público seja capaz de interpretar e confrontar o conteúdo, o mundo pós-moderno, o nosso caos babélico de que tratamos anteriormente, traz uma série de outras incertezas que se somam a um fluxo contínuo de informações, que pode influenciar sua percepção dos fatos. Por isso, torna-se relevante analisar as consequências da modernidade, também proposta por Anthony Giddens, como pano de fundo para compreender a responsabilidade da mídia na estigmatização do refugiado.

### **Revisão bibliográfica**

Para conhecer o que tem sido investigado sobre o tema e nos certificarmos de que o recorte proposto nesta pesquisa oferece uma contribuição intelectual inovadora, busquei as palavras-chave mais relevantes na plataforma Google Acadêmico Brasil. Não foi possível encontrar ocorrências com a combinação das palavras ““refugiado+mídia+estigma” no título entre 2015 e 2022. Quando a palavra mídia é retirada da busca, novamente não há artigo encontrado. Mas quando apenas o termo estigma é extraído da busca no título, aparecem quatro resultados, sendo um deles repetido (*Mídia, mobilidade e cidadania no contexto do capitalismo global: reflexões a partir da trajetória de um refugiado sírio* – DM Cogo – Contemporânea Revista de Comunicação, 2019; *Entre a foto e o choque: a construção da imagem do refugiado sírio na mídia ocidental* – C Damasceno Jales – World Tensions, 2018; *O refúgio entre a lei e a mídia: análise discursiva da construção da imagem de refugiado (a) na Lei 9.474/1997 e em notícias online do jornal Folha de São Paulo* – ACL Corrêa, 2018 – btdtd.uerj.br)

Se a pesquisa pelas três palavras for ao longo do texto, o número de ocorrências encontradas é bem maior, em torno de 4.720 artigos, de várias áreas de estudo, além da Comunicação, como Psicologia, Saúde Mental, Terapia Ocupacional, Serviço Social, Direito, Educação, entre outras. São trabalhos que vão desde revisão de literatura até estudos de casos, como de haitianos, venezuelanos, congolezes, sírios, com recortes que tratam da

invisibilidade ao protagonismo do sujeito migrante, além de questões de gênero, acolhimento e adaptação abordadas por veículos regionais e internacionais.

Entre os temas emergentes de pesquisas sobre migração, estão as redes, os retornados, as remessas, a segunda geração, a multiculturalidade, além de suas declinações como trabalho, gênero, segurança, religião, identidade, racismo, violência, discriminação e direitos humanos (Lussi, 2015).

Esta pesquisa se debruça sobre o estigma porque considera que o tema é uma das dimensões das desigualdades que se inter cruzam e geram padrões cada vez mais complexos de discriminação de refugiados. A questão do estigma será conjugada à perspectiva comunicacional em termos simbólicos, subjetivos e ideológicos. Nesse caso, o estigma surge como atributo depreciativo, que denotaria “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (Goffman, 2004, p. 4).

Goffman afirma que o estigma está relacionado à questão do desvio. Na medida em que a sociedade categoriza as pessoas que podem ser encontradas em determinado ambiente, quando um estranho surge, os atributos de sua identidade social são ressaltados. Ou seja, é imputado um caráter ao indivíduo, a partir de um retrospecto em potencial, que passa a ser um tipo de identidade social virtual. O que vier a ser na realidade será chamado de identidade social real. “Um estigma é, então, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (Goffman, 2004, p. 7). Goffman (2004, p. 8) destaca que, por definição, “acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano”.

Com isso, há atos de discriminação, reduzindo as chances de vida da pessoa estigmatizada. “Construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças” (Goffman, 2004, p. 8). Vale ressaltar, porém, que a pretensão inovadora deste trabalho é a utilização da teoria da estruturação de Giddens como forma de contribuição para elucidar questões do poder de agência do refugiado e de responsabilidade da mídia sobre suas representações estigmatizantes, com reflexos na integração dos indivíduos na sociedade acolhedora.

### **O pilar teórico**

O pilar teórico desta pesquisa é a teoria da estruturação, de Anthony Giddens, e suas lógicas da perspectiva institucional. Lussi (2015) lembra o argumento de Sayad de que o

fenômeno migratório é um fato social total e que, por isso mesmo, não é estático nem está sujeito a conclusões definitivas. Além disso, as teorias disponíveis não englobam a multiplicidade dos aspectos que envolvem o complexo processo de migração. Alguns questionamentos são transversais entre as teorias, tais como tentar entender o motivo pelo qual as pessoas migram.

No caso desta pesquisa, porém, o objetivo é compreender dois aspectos, sendo um macro e outro micro: a estrutura social e o indivíduo como sujeito de ação no contexto da pós-modernidade. “A modernidade deve ser entendida num nível institucional; mas as transformações introduzidas pelas instituições modernas se entrelaçam de maneira direta com a vida individual, e, portanto, com o eu”, (Giddens, 2002, p. 9).

Consideramos a mídia como estruturas que condicionam e permitem a ação humana reflexiva, ou seja, reproduzem informação e criam relacionamentos a partir da ação comunicativa (Hjarvard, 2014). Além disso, a mídia está sujeita às principais transformações da sociedade moderna, ao mesmo tempo em que é agente de modernização. Analisei a narrativa de fotos de grande repercussão midiática a partir de 2015 que retratam o refúgio como eventos da catástrofe humana causadores de comoção pública para levar à ação.

No momento seguinte, busquei identificar as ações na sociedade de destino e a percepção do refugiado sobre sua situação subjetiva na pós-modernidade. Como forasteiros duplamente estigmatizados por essa narrativa da mídia, pela condição de estrangeiro e de refugiado, estarão inabilitados para a aceitação social plena? Ainda que os indivíduos sejam submetidos a recursos e regras não negociáveis – a estrutura, segundo Giddens –, será possível encontrar espaço para agirem de outra forma? Afinal, pela teoria de Giddens, agentes informados e estrutura social interagem para provocar mudanças sociais.

Entrevistas qualitativas com refugiados de diferentes nacionalidades que moram no Brasil e expressam seu ativismo de variadas maneiras mostram como percebem o estigma, a consciência de seu poder de agência perante a estrutura social e o que fazem – ou se têm a consciência de que fazem algo – para tentar romper limites coercitivos e o estigma.

Nesse sentido, em que medida consequências impremeditadas das ações reproduzem práticas institucionalizadas em relação ao refugiado estigmatizado? Vamos observar a contribuição da teoria da estruturação para a reflexão sobre a necessidade de renovação da fixidez relacionada a aspectos da vida do migrante refugiado, que está em busca de sua segurança, inclusive da segurança ontológica, em um novo ambiente cultural, social e

simbólico. É importante estar atento que, no mundo globalizado da modernidade tardia, o passado é algo que pode ser questionado, o presente é território desconhecido e o futuro tornou-se uma paisagem borrada.

A teoria social de Giddens dá liberdade ao pesquisador por não impor um “bisturi metodológico” nem proibir o uso de técnicas específicas para a interpretação dos resultados. “O foco incide sobre a compreensão da ‘agência’ humana e das instituições sociais” (Giddens, 2009, p. XVIII). Ainda que as questões repercutam na filosofia, Giddens (2009) afirma que não é primordialmente um esforço filosófico. Seu objetivo é elucidar processos concretos da vida social. Afinal, as imagens divulgadas pela mídia retratam quem chega para contribuir com a sociedade receptora ou como um fardo, ou seja, um peso para o Estado-nação que apenas cumpre uma obrigação legal de abrir as portas ao forasteiro? O que acontece quando a segurança ontológica de quem chega e a de quem recebe são abaladas?

### **O percurso da tese**

A partir desse pressuposto, esta pesquisa está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo, “Migração e refúgio na modernidade tardia”, trata de contextualizar o tema no período da modernidade tardia, que impõe a redefinição de conceitos. Depois de refletir sobre os conceitos de modernidade tardia e pós-modernidade de acordo com Giddens, apresentarei o contexto da migração transnacional na nova ordem intercultural, para depois abordar suas consequências desestabilizadoras, que integram um universo em que confiança e risco, tempo e espaço, e a reflexividade da vida social tomam outra forma. Explicarei a diferença entre imigrante e refugiado para o Direito Internacional. Nessa parte entrarei ainda em contato com *insights* da teoria da estruturação para explicar os argumentos que servem como base para a reflexão deste trabalho.

No capítulo seguinte, discorrerei sobre os forasteiros estigmatizados, tratarei do estigma. A estrangeiridade sempre foi, em si, um estigma – conceito utilizado por Goffman para se referir a alguém incapaz de ser plenamente aceito. Uma das explicações passa pelo potencial subversivo da figura do estrangeiro de provocar estranheza, transparecendo um reflexo oposto da maioria e um dinamizador da diferença. Kristeva (1994, p. 10) argumenta que o indivíduo moderno, “defensor de sua diferença, não somente nacional e ética, mas essencialmente subjetiva”, não aceita o estranho. Afinal, esse estranho – no caso, o estrangeiro e, especificamente, o refugiado – dissemina a contradição de não ser

“inteiramente verdadeiro nem inteiramente falso”, porque tem necessidade de se fechar com suas angústias e sentir a segurança de ser (Kristeva, 1994, p. 16). O medo às minorias e o desvio também serão ideias abordadas no capítulo 2.

No terceiro capítulo, a construção midiática sobre a representação do Outro é o ponto de partida para tratar da mídia como estrutura que condiciona e permite a ação humana reflexiva, de acordo com a teoria de Giddens. Nesse contexto, analisarei a representação de refugiados por meio de imagens divulgadas pela mídia que aproximam a dor do outro e despertam a comoção pública, apoiados em argumentos levantados por Susan Sontag e John Jervis. É a hipervisibilidade midiática versus a invisibilidade social. Também explicarei como foi feita a seleção de fotos e a divisão em quatro grupos temáticos das imagens que foram expostas aos entrevistados: Vida biológica; ameaça; empatia e hospitalidade.

O quarto e último capítulo, “Percepções e agência”, traz uma reflexão sobre o poder de agência e a percepção dos refugiados sobre a representação midiática do refúgio. Como agentes de mudanças, será que conseguem romper o estigma reforçado por imagens divulgadas pela mídia? Nessa parte da pesquisa estão registrados os resultados de entrevistas qualitativas semiestruturadas feitas com um pequeno grupo de refugiados que estão no Brasil. Apesar de não representarem a totalidade dos refugiados que se encontram no país, esse grupo permite apresentar um recorte de possibilidades de ativismos, protagonismos, ou até mesmo de outras formas de agência contra o estigma, de maneira consciente ou não.

Ainda que as conclusões deste trabalho não sejam universais, pois cada região e cada época pode influenciar o processo de maneira única e, como consequência, a subjetividade do sujeito migrante, esta pesquisa se compromete a traçar caminhos para contribuir com o debate sobre a renovação da segurança ontológica do refugiado. E faz um alerta: na modernidade tardia, com seu lado sombrio e seu itinerário de eliminação, exclusão e expulsão, vamos correndo o risco de sermos todos refugiados, em nosso próprio país, numa busca interminável de nós mesmos.

## 1 Migração e refúgio na modernidade tardia

A nova ordem social do mundo contemporâneo nos leva a revisitar conceitos e a entrar em contato com um novo léxico para compreendermos os impactos das constantes transformações na vida cotidiana. Teorizar sobre os fenômenos sociais de um mundo em movimento não é tarefa fácil. Seja qual for o conceito, ele pode influenciar a percepção das pessoas sobre o ambiente em que vivem a ponto de modificar ideias e comportamentos. É um processo de “mão dupla” da Sociologia, como explica Anthony Giddens (2017, p. 2). O mesmo não acontece nas Ciências Naturais, por exemplo, que não têm o poder de transformar nada com a criação de outros conceitos. Plantas e animais não mudarão com o surgimento de novos termos.

Por isso, no mundo social, é importante analisar o conceito dentro de seu contexto histórico e teórico. Não raro, conceitos desenvolvidos em uma perspectiva teórica são usados em outras e, nesse processo, acabam sendo modificados. Alguns são questionados e outros se tornam irrelevantes. Nada mais compreensível, portanto, quando as múltiplas perspectivas teóricas se esforçam para construir um panorama atualizado de um mundo dinâmico e diverso.

Esta pesquisa está situada historicamente no período da pós-modernidade ou algo do gênero, como discutirei agora. Uma variedade de termos tenta dar conta do período de transição que vai além da própria modernidade e indica a emergência de um novo tipo de sistema social, como a sociedade da informação ou a sociedade pós-industrial, o pós-modernismo e a pós-modernidade, sendo esta uma noção popularizada por Jean-François Lyotard (1985). Ulrich Beck chama de modernidade reflexiva, enquanto Bauman optou por pós-moderna. “O tempo em que vivemos agora, na nossa parte do mundo (ou, antes, viver nessa época delimita o que vemos como ‘a nossa parte do mundo’...)” (Bauman, 1998, p. 30).

A perspectiva pós-moderna liquida a narrativa dominante em que o progresso é planejado humanamente, na qual temos um passado definitivo e um futuro que pode ser previsto. Na pós-modernidade não funciona mais assim, a ciência perde seu lugar privilegiado e uma desorientação se expressa na sensação de que somos apanhados por uma série de eventos que parecem estar fora de nosso controle. Giddens (1991) nos oferece, então, uma abordagem diferente para estudarmos a questão da modernidade e as tendências globalizantes que transformam a vida social cotidiana com a chegada do século XXI.

A preocupação de Giddens (1991) é fazer uma análise em nível institucional e aplicar uma interpretação descontínuista do desenvolvimento social moderno. O sociólogo ressalta tratar de uma descontinuidade específica associada ao período moderno, uma vez que os modos de vida produzidos pela modernidade acabaram nos desprendendo de outras formas tradicionais de ordem social, de uma maneira sem igual na História. As transformações são muito mais profundas que nos períodos anteriores. “Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intencionais, elas vieram a alterar das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana” (Giddens, 1991, p. 10).

A noção de pós-modernidade a que se refere Giddens é algo diferente dos conceitos de pós-modernismo e pós-industrial, apesar de em alguns momentos serem usados como sinônimos por estudiosos. O conceito de sociedade pós-industrial foi fundamentado por Daniel Bell no livro *O advento da sociedade pós-industrial* em 1970, quando o autor adverte que o conhecimento teórico será o principal eixo da sociedade e que os serviços baseados no conhecimento devem apresentar uma estrutura de uma nova economia e de uma sociedade sustentadas na informação, surgindo aí a ideia de “sociedade da informação”.

Sobre o pós-modernismo, Giddens (1991) traça uma distinção em relação a pós-modernidade. Segundo o sociólogo, pós-modernismo é mais apropriado para fazer referência a estilos ou movimentos no interior da literatura, artes plásticas ou arquitetura. Está relacionado a aspectos da reflexão estética sobre a natureza da modernidade. Então do que se trata a pós-modernidade, segundo Giddens?

Ainda que o prefixo “pós” exprima a noção de momento posterior, para Giddens, a pós-modernidade não é uma fase que meramente suplanta a modernidade. Essa ruptura com a coerência histórica é algo que Nietzsche já vinha sinalizando há quase um século, a partir de pressupostos ocultos do próprio Iluminismo. Segundo Giddens (1991, p. 47), faz sentido considerar “a modernidade vindo a entender-se a si mesma ao invés da superação da modernidade enquanto tal”.

Para Giddens, a historicidade deve ser entendida como o uso do passado para ajudar a moldar o presente, mas não devemos ficar presos a ele. Pelo contrário, o conhecimento sobre o passado, nos permite romper com ele ou ao menos manter apenas parte do que se pode justificar de maneira proba. Portanto, a historicidade nos orienta para o futuro, com possibilidades abertas. As rápidas mudanças, de escopo global, e a presença de novas

instituições sociais que não existiam em períodos históricos anteriores, como o sistema político do Estado-nação, dão forma a um ambiente em constante transformação. Se a globalização conectou o mundo, também plantou dúvidas. A dissolução da tradição e o questionamento de informações trouxeram efeitos para as estruturas sociais e o cotidiano dos indivíduos. Tantas mudanças forçaram uma nova forma de ser e de interagir no mundo.

O conceito de interação é definido como qualquer forma de encontro social entre dois ou mais indivíduos e sua aplicação foi usada em diversas áreas da existência humana há várias décadas. Mais recentemente, pode ser encontrado em estudos focados em compreender as interações sociais e a comunicação no ciberespaço, um ambiente mediado pela tecnologia, diferente do encontro cara a cara, em que a percepção do real é modificada e o padrão ético é radicalmente alterado (Giddens, 2017).

Neste capítulo, analisarei o contexto da migração na nova ordem social global e o conceito de refugiado definido em dispositivos do Direito Internacional e seus aspectos subjetivos. Também serão abordadas as mudanças da pós-modernidade sobre os temas tempo e espaço, confiança e risco, reflexividade – considerados na teoria da estruturação – e questões existenciais associadas ao migrante em situação de refúgio.

### **1.1 O contexto da migração na nova ordem intercultural**

A migração é condição fundadora da espécie humana, sustentou o processo de hominização e continua reformulando o sentido ontológico do ser humano. Narrativas que tratam do início do mundo costumam estar relacionadas a migração real, simbólica ou metafórica. De Ulisses a Noé, de Jesus a Maomé, de Xangô a Buda, todos peregrinos, alguns predestinados, que se deslocaram de sua terra natal para cumprir missão em outro lugar.

Mais recentemente, episódios históricos aceleraram o ritmo dos deslocamentos humanos, como as perseguições religiosas, as colonizações e, depois, as decolonizações. “De tal modo que se pode afirmar, sem medo de exagerar, que os fluxos migratórios pontuam e continuam pontuando a marcha da Humanidade no seu longo percurso natural evolutivo e cultural civilizacional” (ElHajji, 2010, p. 4).

Na maioria das vezes, as ciências sociais e naturais relacionam o impulso migratório a causas materiais, como guerras, crises sociais, falta de recursos, chegada de novas tecnologias e mudanças climáticas. Além disso, afirma ElHajji, outro fator considerado pelas

mesmas teorias inerente à natureza humana é o psicológico. Ou seja, migrar é sempre um desejo de descobrir novos horizontes. Não somos migrantes por opção, mas por nossa condição humana. Com isso, “além de ser um imperativo evolucionário determinante para a sobrevivência e melhora da espécie, essa inclinação migratória constitui um arquétipo mítico-mitológico” (ElHajji, 2010, p. 3).

O fenômeno migratório vem sofrendo transformações profundas. Percebe-se, então, que os movimentos de migração correspondem às estruturas impostas pelas principais plataformas discursivas, ideológicas e organizacionais de cada época e contexto da civilização humana. Na nova ordem global interconectada da globalização, fatores de ordem política, econômica, organizacional e social tornam os deslocamentos mais visíveis, quantificáveis e coercíveis. Segundo ElHajji (2010), a mídia global também tem seu papel de estimular o imaginário e acentuar o desejo de migrar, ao reproduzir uma festa de consumo e gozo ininterruptos de povos e nações.

Assim, ao contrário das migrações consequentes da industrialização dos países centrais ou das descolonizações que tinham como principal motivo a produção material ou a disputa das narrativas políticas, as migrações atuais não podem ser dissociadas da ordem do simulacro midiático e consumista. (ElHajji, 2010, p. 6)

ElHajji (2023) atenta, portanto, que a situação se torna ainda mais complexa quando se considera a natureza duplamente doméstica, ou seja, o país de origem e o de destino. Nesse contexto, relações geopolíticas se conectam de tal forma em que países ricos, centrais e antigas metrópoles se opõem às nações menos desenvolvidas, periféricas e antigas colônias. “Narrativas inflamadas disputam, assim, a produção de sentido em torno da questão e a legitimação ou condenação de determinadas ações e atitudes” (ElHajji, 2023, p. 16). Racismo e xenofobia surgem na ausência de propostas políticas efetivas de acolhimento, segundo ElHajji, enquanto discursos humanistas, humanitários e igualitaristas defendem princípios da cidadania global e livre circulação de pessoas e ideias.

Didier Fassin (2012), em *Humanitarian Reason – a Moral History of the Present*<sup>4</sup> –, alerta que a questão humanitária se tornou mais familiar por meio de acontecimentos catastróficos, que tiveram imagens divulgadas pelos meios de comunicação. Fassin afirma que

---

<sup>4</sup> Razão Humanitária – uma História Moral do Presente.

o humanitarismo se trata de um modo de governar que diz respeito às vítimas da pobreza, do desemprego e do exílio, além das catástrofes, da fome, das epidemias e das guerras. Enfim, de todas as situações caracterizadas pela precariedade. E essa forma de governo inclui não apenas Estados, mas organizações não governamentais, agências internacionais e indivíduos. Desperta sentimentos morais, mobiliza compaixão, tecnologia e logística. Está presente em lugares como clínicas para pessoas em situação de vulnerabilidade e campos de refugiados. “Na verdade, o humanitarismo tornou-se uma linguagem que liga inextricavelmente valores e afetos, e serve tanto para definir como para justificar discursos e práticas de governo dos seres humanos”<sup>5</sup> (FASSIN, 2012, p. 2). Mas não é qualquer ser humano. São aqueles em situação de precariedade.

Nesse contexto, está dada a relação entre os mais fortes e os mais fracos, os mais frágeis, aqueles que são considerados vítimas de um destino avassalador, em que a exclusão não é apenas social, mas política. E assim, Fassin (2012), distingue a moral humanitária, que seria a justificativa para implementar ações, das políticas humanitárias, que seriam a implementação efetiva das ações. A primeira estaria limitada ao território nacional, a fim de mobilizar sentimentos morais como a compaixão, e a segunda teria abrangência também externa, com intervenções em zonas de desastres e conflitos.

Portanto, se a globalização é a nova ordem social, cujo início foi marcado pela queda do Muro de Berlim, a interculturalidade é o meio pelo qual damos sentido às práticas e relações sociais. Ou seja, o conceito surge como um recurso simbólico para os estudos migratórios contemporâneos, como afirma Escudero (2015). “O reconhecimento do ‘outro’ (alteridade) possibilita que relações de contato e troca cultural se efetivem em grupos diferentes” (Escudero, 2015, p. 85). Com isso, explica a autora, esses grupos podem se reelaborar e se inserir no mundo acelerado pela lógica da globalização.

Para Canclini (2005), a ideia de interculturalidade remete à mistura de sujeitos e sociedades. E essa situação somente ganha relevância para o autor quando as diferenças se encontram em “circuitos globais, superando fronteiras, tornando porosas as barreiras nacionais ou étnicas e fazendo com que cada grupo possa abastecer-se de repertórios culturais diferentes” (Canclini, 2005, p. 43). Os processos derivados dos novos sentidos dados

---

<sup>5</sup> *In fact, humanitarianism has become a language that inextricably links values and affects, and serves both to define and to justify discourses and practices of the government of human beings.*

às novas práticas subjetivas e culturais com as quais os grupos têm contato recebem de Canclini o nome de hibridação.

Para o autor, porém, a noção de interculturalidade vai além da hibridação, uma vez que inclui outras relações entre culturas, que podem ser conflitivas (Canclini, 2007a). Assumir a interculturalidade, na visão de Canclini, é admitir que a sociedade em que vivemos é modificada com a presença de outros modos de vida. Mas isso não é tarefa fácil, ainda mais quando interesses econômicos, étnicos, políticos e culturais se entrecruzam. “Com muita frequência, as tentativas de construir ágoras resultam em torres de Babel” (Canclini, 2007b, p. 24). Ou seja, as investidas de reunir diferentes vozes para um debate construtivo, com base em variados pontos de vista, terminam em desordem onde ninguém se entende, ou simplesmente não quer entender.

Assim, segundo Canclini, na globalização imaginada, do campo do ilusório, é preciso encarar a heterogeneidade, a diferença e a desigualdade, assumir a responsabilidade sobre os imaginários com que trabalha e a interculturalidade que mobiliza.

As tensões entre globalização e interculturalidade podem ser concebidas como uma relação entre épica e melodrama. As cisões que hoje separam as ciências sociais ocorrem, em grande medida, entre quem procura montar relatos épicos com as conquistas da globalização (na economia, em certa parte da sociologia e na comunicação) e os que constroem narrações melodramáticas com as fissuras, as violências e as dores da interculturalidade (na antropologia, na psicanálise, na estética). (Canclini, 2007b, p. 32)

Ainda segundo Canclini (2007b), mais do que contrapor identidades essencializadas à globalização, trata-se de questionar se é possível inserir sujeitos em estruturas sociais ampliadas. A ideia é, aponta o autor, proliferar redes que negociam a diversidade, onde os estereótipos com que representávamos o distante nos tempos da colonização e do imperialismo são desconstruídos na medida em que o encontramos com mais frequência na convivência global. Para isso, é preciso expandir o imaginário e estimular o interesse pelo estranho à nossa existência.

Nesse sentido, ElHajji (2006) sustenta que a ideia de pluripertencimento identitário está em jogo e não o percurso migratório em si. Não é a superação ou a negação dos deveres cívicos locais do território de acolhimento. É a conciliação sincera, honesta e generosa entre

os diferentes quadros simbólicos de identificação. “Para adquirir uma identidade é preciso reconhecimento recíproco e, aí, pode estar toda a chave dos problemas atuais resumidos na expressão ‘crise migratória’” (Escudero, 2015, p. 89).

Relatório divulgado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2021) em 2022 destaca que fatores históricos e atuais seguem testando a resiliência de sistemas, países, populações e indivíduos. Desde 2005, avanços tecnológicos que resultaram na chamada “quarta revolução industrial” têm modificado a forma como operam não apenas os sistemas globais econômicos, mas também políticos e sociais.

Por um lado, a tecnologia digital serviu de suporte para migrantes evitarem serem explorados, buscarem apoio nos países acolhedores e manterem laços no país de origem. Mas, por outro, o relatório da OIM ressalta a capacidade de qualquer um publicar desinformação em redes sociais, que servem de palco para ativismos da extrema direita que busca influenciar o debate público.

Há ainda o aumento de dados produzidos pelos usuários, que resultam na “dataficação” da interação humana, e o desenvolvimento de inteligência artificial (AI) nas empresas e governos. Dados de AI seguem sendo cada vez mais utilizados durante o ciclo migratório, como em processos administrativos e na previsão de tendências, com impactos inclusive negativos na proteção de direitos humanos. Isso porque sistemas de AI costumam ter um viés na coleta e interpretação de informações, o que pode ampliar o preconceito e levar à discriminação, resultando em decisões incorretas e tendenciosas, de acordo com o documento.

Além da tecnologia, eventos geopolíticos têm afetado historicamente o movimento migratório, como as duas guerras mundiais, a Guerra Fria e o ataque terrorista de 11 de setembro, que marcaram viradas na governança da migração. Ao mesmo tempo em que os avanços da globalização, o acesso a novas tecnologias de comunicação e o barateamento dos meios de transporte tornaram o mundo mais integrado, a hipersecuritização de fronteiras impõe um regime de controle e soberania do Estado contra quem tenta cruzá-las. É o paradoxo contemporâneo: o mundo que anseia ser cosmopolita e universal fecha as portas para se proteger da própria miséria e violência (OIM, 2021).

Póvoa Neto (2018) afirma que a fronteira, em diversas situações, deixa de ser área de contato, zona de transição, espaço de troca e passagem, e passa a representar o contrário dessas possibilidades por meio de muros, cercas e faixas militarizadas. As chances de

hibridização somem junto com a abertura ao Outro. De um lado, categorias valorizadas de indivíduos qualificados como “cosmopolitas” ou “cidadãos globais”. De outro, expressões de valorização inferior, ou até mesmo negativa, como “imigrantes”, “deportados”, “inadmitidos”, “refugiados”.

A própria ideia de cidadania, vinculada a direitos e deveres em um determinado âmbito territorial, encontra como limitação a demarcação fronteiriça nacional. As categorias valorizadas referidas dizem respeito a situações em que as possibilidades mais favoráveis ao trânsito significariam um privilégio no mundo globalizado, equivalendo quase que a uma espécie de “cidadania supranacional” (Póvoa Neto, 2018, p. 92).

Mais recentemente, a pandemia de Covid-19 provocou mudanças severas no contexto migratório, como períodos de quarentena rigorosos em diversos países. O trânsito parou para trabalhadores, turistas, estudantes, migrantes, enfim, para todos. De acordo com a OIM, as consequências econômicas da pandemia declarada em 2020 se desdobrariam nos anos seguintes.

No cenário pandêmico de um mundo cada vez mais conectado, torna-se importante diferenciar conceitos de mobilidade – deslocamentos de curto prazo, como viagens de negócios e de estudos, turismo, trabalhadores em região transfronteiriça – e migração, que é o deslocamento de longo prazo. “A pandemia global de Covid-19 chegou em um momento de grande incerteza causada por mudanças fundamentais na tecnologia, adicionando enorme complexidade e ansiedade a um mundo que já estava passando por transformações significativas” (McAuliffe; Triandafyllidou, 2021, p. 2).

O mundo já tinha assistido a cidades em quarentena e à dizimação de parte da população nas epidemias do passado. Tampouco é novidade que, junto com a corrida pela cura, também há a busca pelos culpados (Ujvari, 2020). Foi assim, por exemplo, na peste bubônica no século XIII, considerada a pior epidemia da História, com a morte estimada de 20 milhões de pessoas em apenas dois anos. Para conter o pânico, a Igreja dava explicações para evitar o mal e dizia que a peste era castigo de Deus para punir os pecados da humanidade. Ao tentar encontrar um culpado para o castigo divino, acabou gerando consequências desastrosas. Entre os culpados estava o povo judeu, que se tornou alvo constante de acusações e perseguições e ficou ainda mais segregado.

A desinformação, as dúvidas e as incertezas, portanto, sempre acabavam influenciando comportamentos sociais, o que se repetiu com outras tantas doenças difíceis

de controlar. Mas a pandemia de Covid-19 teve algo peculiar: pela primeira vez, o mundo inteiro parou. No início de 2020, países fecharam suas fronteiras e entraram em isolamento social. Naquele ano, a OIM registrou 281 milhões de migrantes internacionais – 3,6% da população global –, sendo que cerca de dois terços eram migrantes laborais. Os números mostram que a maior parte da população mundial continua residindo em seu país de origem.

Vale notar que a migração não é uniforme ao redor do mundo. Há diferentes padrões, além de corredores de deslocamentos que, em geral, tendem a se formar entre países em desenvolvimento e economias maiores, como Estados Unidos, Emirados Árabes e Alemanha; e outros corredores que resultam da fuga de conflitos de guerra, como da Síria para a Turquia. O país turco continuou sendo, pelo quinto ano consecutivo, o principal destino de refugiados, principalmente de sírios. Há ainda migrações Sul-Sul e intrarregionais.

A edição de 2024 do relatório do Acnur<sup>6</sup> contabilizou 117,3 milhões de pessoas em deslocamento forçado em 2023 – um aumento de 8% em relação a 2022 – por conta de perseguição, violência, violação de direitos humanos e eventos que perturbam a ordem pública. Nos primeiros quatro meses de 2024, calcula-se que o número tenha ultrapassado a marca de 120 milhões. Uma em cada 69 pessoas, ou 1,5% de toda a população mundial, está em deslocamento forçado.

Entre os conflitos que mais forçaram deslocamentos em 2023, o relatório destaca os ocorridos no Sudão, em Mianmar e na Palestina. Do total de deslocados, 43,4 milhões ultrapassaram a fronteira de seus países, aumentando em 7% a população refugiada no mundo. O restante se deslocou dentro do próprio país. A maioria dos refugiados são provenientes do Afeganistão e da Síria, seguidos da Venezuela e da Ucrânia. Na última década, o número de refugiados triplicou. Crianças de zero a 17 anos correspondem a 41% do total de refugiados. Meninas somam 20%.

Ainda que números não sejam eternos nem absolutos, que seu sentido e valor possam ser ressignificados de acordo com o recorte teórico-metodológico, é certeza que evidenciam tendências do fenômeno migratório. Por exemplo, ElHajji (2023) explica que, atualmente, o volume das migrações Sul-Sul já é superior ao das migrações Sul-Norte. Enquanto as migrações Norte-Norte e Norte-Sul são constituídas de aposentados e expatriados, as

---

<sup>6</sup> United Nations High Commissioner for Refugees. Global Trends: Forced displacement in 2023. Copenhagen, Denmark: United Nations High Commissioner for Refugees, 2024. Disponível em: <https://www.unhcr.org/sites/default/files/2024-06/global-trends-report-2023.pdf>. Acesso em: 17/6/2024.

migrações Sul-Sul são o resultado de deslocamentos laborais, ambientais e/ou em decorrência de conflitos armados.

## 1.2 O imigrante refugiado

De início, é importante esclarecer que todo refugiado é um imigrante, mas nem todo imigrante é um refugiado. O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)<sup>7</sup> define o imigrante em seu *site* como aquele que escolheu se deslocar e pode voltar a qualquer momento ao seu país de origem ou onde vivia, pois não corre riscos por lá. São os que vieram estudar, trabalhar, ou estão em busca de melhores condições de vida. Para viver de forma regular no Brasil, devem pedir autorização de residência e as modalidades estão previstas na Lei 13.445, de 24 de maio de 2017, que instituiu a Lei de Migração.

No texto “O que é um imigrante?”, publicado originalmente em *Peuples méditerranéens*, em 1979, Sayad (1998) afirma que os imigrantes vivem sob a condição de um estado provisório (de direito) e a situação duradoura que a caracteriza de fato. No entanto, é imposto ao imigrante – e à sociedade que o recebe e à de origem – a manutenção da ilusão coletiva de um estado que não é provisório nem permanente. Ou seja, segundo Sayad (1998), numa sociedade que sentem hostil, os próprios imigrantes devem se convencer que estão ali de passagem, mesmo contra as evidências.

As comunidades de origem consideram seus emigrantes “simples ausentes”, por mais longa que seja a ausência. O mesmo funciona com a sociedade que o instala de maneira provisória e que, assim, “nega-lhe todo direito a uma presença reconhecida como permanente, ou seja, que exista de outra forma que não na modalidade do provisório contínuo, e de outra forma que não na modalidade de uma presença apenas tolerada” (SAYAD, 1998, p. 46). Assim, a sociedade consente em tratá-lo, ao menos enquanto encontra nisso algum interesse, como se esse provisório fosse definitivo ou se prolongasse de maneira indeterminada.

O interesse, sustenta Sayad (1998), está no trabalho, que é o que faz “nascer” o imigrante, que o faz existir. E é ele que faz “morrer” o imigrante, que decreta a sua negação ou empurra-o para o “não-ser”. Portanto, o trabalho condiciona a sua existência. Mas não é

---

<sup>7</sup> BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **O que é refúgio?**. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/o-que-e-refugio>. Acesso em: 20/6/2024.

qualquer trabalho. É somente aquele que o “mercado de trabalho para imigrantes” lhe atribui. Para ele, a imigração acabou por se constituir em “problema social” antes de se tornar objeto da sociologia.

O discurso sobre o imigrante e a imigração é sempre um discurso imposto. O imigrante, na avaliação de Sayad (1998), é sempre percebido, definido e pensado como um problema social. Essa relação entre um grupo social e um conjunto de problemas acaba sendo a problemática de pesquisas, e a forma como são conduzidas estão em conformidade com a percepção social da figura do imigrante e da imigração. Numerosas representações coletivas sobre a imigração tornam-se realidades parcialmente autônomas. Percepções coletivas que estão no princípio da definição dada do imigrante passam pelo entendimento que temos de nossa ordem social e política.

(o imigrante) não é apenas um *alógeno* mas, mais do que isso, um “não-nacional” que, a este título, só pode estar excluído do campo político. Política e polidez, e sem dúvida mais a polidez do que a política, exigem semelhante *neutralidade*, que é também chamada de “obrigação de ser reservado”: a forma de polidez que o estrangeiro deve adotar e que ele se sente na obrigação de adotar – e, no limite, ele só deve adotar essa polidez porque se sente obrigado a adotá-la –, constitui uma dessas malícias sociais (ou malícias do social) pelas quais são impostos imperativos políticos e consegue-se a submissão a esses imperativos. Sem que se perceba perfeitamente a arbitrariedade (no sentido lógico) que existe em opor “nacional” e “não-nacional” e em reduzir todas as discriminações de fato a esta oposição (de direito) fundamental, a distinção legal, ou seja, refletida, pensada e confessa, que se opera assim no plano político de modo totalmente decisivo constitui como que a justificativa suprema de todas as outras distinções. (Sayad, 1998, p. 57)

Não à toa que Bourdieu (1998) considera Sayad o responsável por tornar o sociólogo um escritor público. Afinal, antes mesmo do tema da migração vir a debate, foi Sayad quem deu voz aos “mais cruelmente despossuídos”, auxiliando-os por vezes em entrevistas, tanto com seus silêncios quanto com suas perguntas, a encontrar palavras para contar uma experiência que descreve seu exílio. É Sayad, segundo Bourdieu, que lança o imigrante no cerne da contradição de uma vida impossível e inevitável ao evocar mentiras inocentes que são reproduzidas sobre a terra do exílio. Sayad traça um retrato das “pessoas deslocadas”, sem um lugar apropriado no espaço social e nas classificações sociais.

Como Sócrates, o imigrante é *atopos*, sem lugar, deslocado, inclassificável. Aproximação essa que não está aqui para enobrecer, pela virtude da

referência. Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o “imigrante” situa-se nesse lugar “bastardo” de que Platão também fala, a fronteira entre o ser e o não-ser social. Deslocado, no sentido de incongruente e de importuno, ele suscita o embaraço; e a dificuldade que se experimenta em pensá-lo – (...) ele obriga a repensar completamente a questão dos fundamentos legítimos da cidadania e da relação entre Estado e a Nação ou a nacionalidade. (Bourdieu, 1998, p. 11)

A categoria de imigrante que está relacionada à própria sobrevivência porque o Estado de origem não tem mais condições de prover sua segurança é o refugiado. Em outras palavras, o refugiado é o imigrante que foi forçado a se deslocar e tem a proteção internacional e o princípio da não-devolução. Ou seja, voltar ao seu lugar de origem pode significar um risco à vida e, por isso, ao solicitar refúgio em outro país, não pode ser devolvido. No Brasil, após análise do processo de solicitação de refúgio e decisão do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), a pessoa passa a ter status de refugiado e autorização de residência por tempo indeterminado, com embasamento legal pelo refúgio. Vale ressaltar que, no território brasileiro, todos os imigrantes, incluindo refugiados, têm os mesmos direitos à educação, à saúde e ao trabalho.

Estudiosos apontam a existência de refugiados ainda na Antiguidade, mais especificamente no Egito antigo. Mas foi a partir do século XV que os refugiados começaram a aparecer de forma mais sistemática, motivo para a data ser apontada para o surgimento da temática (Jubilut, 2007). Contudo, a proteção institucionalizada, por meio de um instituto jurídico, apareceu somente na segunda década do século XX. Nessa época, a comunidade internacional se deparou com a fuga de milhões de russos de seu Estado, por conta das alterações políticas que ali ocorriam. A partir daí, outros contingentes de pessoas perseguidas em seus Estados que perdiam a proteção estatal foram aparecendo, como armênios e turcos. Sempre tratados como algo pontual, por serem vistos como “elementos indesejáveis”, como escreve Hannah Arendt em *Origens do totalitarismo* (1989), “a comunidade internacional se recusava a vislumbrar a possibilidade de esse problema ser permanente” (Jubilut, 2007, 24).

No entanto, os refugiados seguiam aparecendo. Foi quando a comunidade internacional sentiu a necessidade de criar regras de proteção para essas pessoas, e ainda assegurar a manutenção da segurança dos Estados que as recebiam (Jubilut, 2007). Jubilut (2007) explica que, além da quantidade de pessoas batendo à porta, na casa das centenas de

milhões, outro fator levou a comunidade internacional a criar as normas: a configuração geopolítica. Antes da criação dos Estados-nações independentes, as possibilidades para o refúgio eram inúmeras. Na década de 1920, com a comunidade internacional organizada em unidades políticas autônomas, sem regras internacionais para o tema, cada país determinava suas regras de entrada em seu território, “excluindo, na maioria das vezes, os refugiados, que chegavam (e ainda chegam) sem dinheiro, sem referência e, à época, em grande número” (Jubilut, 2007, p. 25).

No século XX, guerras e revoluções estiveram associadas de maneira complexa à magnitude do deslocamento global para a construção da figura do refugiado moderno. Segundo Gatrell (2010), a criação de uma categoria jurídico-burocrática resultou da consolidação do Estado-nação e das noções associadas de pertencimento e titularidade. Após a Segunda Guerra Mundial e sob os auspícios da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), foi estabelecida uma entidade universal para cuidar exclusivamente dos refugiados. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) foi instituído em 1950, inaugurando uma nova fase de proteção internacional dos refugiados (Jubilut, 2007). No ano seguinte, verificou-se a concretização do Direito Internacional dos Refugiados, com a Convenção das Nações Unidas de 1951, criada para resolver a situação dos refugiados na Europa. O tratado global definiu quem viria a ser um refugiado e esclareceu os direitos e deveres entre os refugiados e os países acolhedores.

(...) em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (CONVENÇÃO de 1951)

No entanto, a Convenção só abrangia eventos ocorridos até 1º de janeiro de 1951 na Europa. Com o tempo, o surgimento de outros conflitos levou novos fluxos de refugiados a buscar proteção. Foi então que, em 1966, um Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados foi submetido à Assembleia Geral das Nações Unidas para que todos os refugiados fossem enquadrados na definição da Convenção, sem limite de datas e de espaço geográfico. Apesar

de relacionado à Convenção, o Protocolo, que entrou em vigor em 1967, é um instrumento independente e sua ratificação não é restrita aos signatários da Convenção de 1951.

Segundo Gatrell (2010), ninguém como Arendt conseguiu capturar as consequências desse processo de construção do refugiado moderno. No seu livro sobre as origens do totalitarismo, Arendt afirma que os novos refugiados (ela queria diferenciar os refugiados do século XX dos exilados do século XIX) foram perseguidos não por terem feito ou pensado de um jeito ou de outro, mas por causa do que eles imutavelmente eram. Ou por terem nascido no tipo errado de raça ou o tipo errado de classe. No texto escrito em 1943, publicado originalmente no jornal *The Menorah*, Arendt afirma que o homem é um animal social e, por isso, a vida não é fácil quando as ligações são cortadas. “Somos pessoas com uma ideia fixa que não conseguem parar de disfarçar um estigma imaginário. Assim gostamos entusiasticamente de qualquer nova possibilidade que, sendo nova, parece poder fazer milagres” (Arendt, 2013, sp).

Gatrell (2010) afirma que a formação do refugiado moderno não diz respeito apenas à categorização ou rotulagem. Ainda que a definição possa marcar o indivíduo e ter efeitos em sua percepção de pertencimento. Trata-se, portanto, de dispositivos institucionais para administrar e encarcerar refugiados. Desse modo, refugiados e campos de refugiados são mencionados simultaneamente.

Depois de sete anos de pesquisas em campos de refugiados na África, Agier (2018, p. 4) destaca que, se o século XX foi o “século dos campos”, hoje há no mundo uma extensão e sofisticação de várias formas de campos, que constituem um mecanismo de afastamento de “indesejáveis e estrangeiros de todo tipo – refugiados, deslocados, rejeitados”. No mundo de controle da mobilidade e das fronteiras, é possível, segundo Agier, fazer um inventário desses campos e se perguntar sobre o real propósito desses lugares, que acabam consolidando a divisão mundial em duas grandes categorias: “de um lado, um mundo limpo, saudável e visível; do outro, os restos residuais do mundo, escuro, doente e invisível”.

A divisão do mundo também é salientada por Zygmunt Bauman (1999, p. 8) em seu livro sobre as consequências humanas da globalização, ao afirmar que a mobilidade é um valor altamente cobiçado. De acordo com o filósofo, a liberdade de movimentos é “uma mercadoria sempre escassa e distribuída de forma desigual”, que rapidamente se transforma “no principal fator estratificador de nossos tardios tempos modernos ou pós-modernos”. “O que para

alguns é sinalização de liberdade, para muitos outros é um destino indesejado e cruel” (Bauman, 1999, p. 8).

Dentre todos os fatores técnicos que marcaram o progresso da mobilidade na história moderna, o transporte da informação teve um papel particularmente importante. Esse tipo de comunicação não envolve o movimento de corpos físicos, isso é feito de maneira secundária e marginalmente. Quando a informação passa a viajar independente de seus portadores físicos, numa velocidade mais rápida que a viagem de corpos ou a mudança da situação sobre a qual se informava, surge o novo espaço cibernético do mundo humano, desprovido de dimensão espacial, com temporalidade singular de uma difusão instantânea.

Mas a falsa percepção de um espaço global que conecta todos é derrubada por Bauman (1999, p. 25) ao destacar que a interface dos terminais de computadores teve impacto variado nas situações angustiosas de vários tipos de pessoas. Muitas delas ainda pode, como antes, ser “separada por obstáculos físicos e distâncias temporais, separação que agora é impiedosa e tem efeitos psicológicos mais profundos do que nunca” (Bauman, 1999, p. 25). Portanto, argumenta Bauman, em vez de homogeneizar a condição humana, a nova velocidade da informação e a anulação tecnológica das distâncias de tempo e espaço tendem a polarizá-la. Enquanto alguns estão sendo emancipados de restrições territoriais, outros seguem sendo confinados, e os detentores do poder tornam-se extraterritoriais, ainda que corporeamente estejam no “lugar” (Bauman, 1999).

Nessa mesma linha de seres sem lugar no mundo, Bauman (2005) trata da produção de uma cultura de “refúgio humano” – ou mais exatamente, de seres humanos refugiados – em seu livro *Vidas desperdiçadas*. O autor oferece um ponto de vista alternativo sobre o mundo moderno ao refletir sobre os enormes contingentes de seres humanos destituídos de meios de sobrevivência em seus locais de origem, e passam a ser considerados os párias da modernidade, os expulsos, marginalizados, o lixo humano produzido pela sociedade de consumo. É uma parcela da população que não será, segundo Bauman (2005), incorporada ao sistema produtivo do país de acolhimento nem manterá qualquer tipo de relação estável. Além disso, não terá mais para onde fugir muito menos um futuro possível.

Daí surge um grande problema para os países receptores: o que fazer com essas pessoas? Que destino dar a elas, que não podem mais ser enviadas de volta às antigas fronteiras móveis do capitalismo colonial, pois é ele que constitui o objeto das políticas de segurança, o aspecto mais importante da atenção pública do planeta neste momento?

Os refugiados, os deslocados, as pessoas em busca de asilo, os migrantes, os *sans papiers* constituem o refugio da globalização. Mas não, nos nossos tempos, o único lixo produzido em escala crescente. Há também o lixo “tradicional” da indústria, que acompanhou desde o início a produção moderna. Sua remoção apresenta problemas não menos formidáveis que a do refugio humano, e de fato ainda mais aterrorizantes – e pelas mesmíssimas razões: o progresso econômico que se espalha pelos mais remotos recantos de nosso planeta “abarroado”, esmagando em seu caminho todas as formas de vida remanescentes que se apresentem como alternativas à sociedade de consumo. (Bauman, 2005, p. 76)

Recentemente, o sistema internacional de proteção aos refugiados foi considerado um dos ramos do Direito Internacional que mais se desenvolveu, numa demonstração de sua relevância e da consciência da comunidade internacional em relação ao tema. Dotado de fundamentos jurídicos, com bases obrigatórias, também apresenta fundamentos filosóficos, que ajudam a fundamentar a questão, como a dignidade humana que deve ser preservada por todos, inclusive os Estados; a solidariedade, base da maioria das ações na esfera internacional; e a tolerância; que permite o convívio entre diferentes grupos sociais (Jubilut, 2007, p. 66).

No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados, uma vez que a aplicação efetiva da proteção aos refugiados dependerá da vontade política dos Estados. Dessa maneira, faz-se necessária a educação sobre a temática do refúgio para a acolhida, ainda considerado como ameaça à ordem interna e à garantia de direitos pelos nacionais, pressionando Estados a evitar ou limitar a concessão do status de refugiado. A falta de informação sobre a temática impossibilita o entendimento da necessidade de assistência aos refugiados como, por exemplo, “no caso do Brasil, que possui um bom sistema de acolhida, mas cuja sociedade em geral ainda não tem a compreensão adequada dos problemas desses” (Jubilut, 2007, p. 206).

### **1.3 O dinamismo da modernidade**

Num mundo em permanente mudança, todos estamos em movimento, por desígnio ou à revelia, mesmo que fisicamente estejamos imóveis. O argumento de Bauman (1999) indica que a imobilidade não é uma opção na contemporaneidade. Como dissemos, os efeitos dos processos de globalização são totalmente desiguais e, também por isso, acabam sendo pano de fundo para estudos de uma série de temas, como movimento social, conflitos, guerras, multiculturalismo e migração transnacional.

Uma das características que separa a Idade Moderna de períodos anteriores é seu dinamismo e o escopo globalizante das instituições modernas. “O mundo moderno é um ‘mundo em disparada’” (GIDDENS, 2002, p. 22). Giddens (2002) afirma que, além de o ritmo da mudança social ser mais rápido, sua amplitude e a profundidade com que ela afeta práticas sociais e comportamentos são maiores.

Para explicar a afirmação de que “a modernidade é inerentemente globalizante”, Giddens (1991, p. 60) define a globalização como “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa”. Portanto, é um processo dialético, cujas consequências não ocorrem, necessariamente, numa direção uniforme.

O caráter dinâmico da vida social moderna é explicado por três elementos: a separação de tempo e espaço; os mecanismos de desencaixe; e a reflexividade institucional. Abordaremos de maneira breve cada um deles, como forma de contextualizar o ambiente da pesquisa e criar um arcabouço capaz de justificar a escolha teórica de Giddens para conduzir o trabalho.

É o próprio Giddens que destaca as profundas conexões entre a modernidade e a transformação do tempo e do espaço, ao traçar alguns contrastes com o mundo pré-moderno em dois livros, *As consequências da modernidade* (1991) e *Modernidade e identidade* (2002). “Todas as culturas, é claro, tiveram ou têm de lidar com o tempo, de alguma forma ou de outra, e também modos de se situar espacialmente. Não há sociedade em que os indivíduos não tenham sentido de futuro, presente e passado” (Giddens, 2002, p. 22). Apesar do desenvolvimento de métodos como calendários e mapas para cálculo do tempo e ordenamento do espaço, em eras pré-modernas, o tempo e o espaço continuavam ligados pelo lugar para a maioria das atividades da vida cotidiana. O marcador do “quando” se ligava ao “onde” e à substância de determinado comportamento social. A utilização generalizada de instrumentos de marcação do tempo, provocou mudanças não apenas locais, mas universais. A separação de tempo e espaço levou a uma dimensão “vazia” de tempo e separou o espaço do lugar.

Nesse sentido, Giddens (1991) enfatiza a distinção entre a noção de espaço e lugar. “Lugar” dá a ideia de localidade, refere-se ao cenário físico da atividade social, sua situação geográfica. Nas sociedades pré-modernas, as dimensões espaciais da vida social para a

maioria da população eram dominadas pela “presença”, ou seja, por atividades localizadas geograficamente. Com o advento da modernidade, o espaço é retirado do tempo, fomentando relações entre outros “ausentes”, localmente distantes de determinada situação ou interação face a face. A vida social moderna se afasta da tradição, dando origem a sistemas globais com a criação de um passado padronizado e um futuro universalmente aplicável.

Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais *fantasmagórico*: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a “forma visível” do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza. (Giddens, 1991, p. 22)

O rompimento entre o tempo e o espaço é a condição do segundo elemento crucial para o dinamismo da modernidade: os mecanismos de desencaixe das instituições sociais. Giddens (2002) chama atenção para o descolamento das relações sociais dos contextos locais de interação e sua rearticulação por meio de partes indeterminadas do espaço-tempo. Segundo Giddens (2002), há dois tipos de mecanismos de desencaixe, que ele chama de “fichas simbólicas” e “sistemas especializados”. As fichas simbólicas são meios de troca que podem circular com um determinado valor padrão. Um exemplo é o dinheiro. “O dinheiro põe entre parênteses o tempo (porque é um meio de crédito) e também o espaço (pois o valor padronizado permite transações entre uma infinidade de indivíduos que nunca se encontraram fisicamente)” (Giddens, 2002, p. 24). Já os sistemas especializados, ou peritos, não se limitam a áreas tecnológicas e avançam pelas relações sociais e intimidades do eu. Com isso, o médico, o analista e o terapeuta, como afirma Giddens (2002), são tão importantes para o sistema perito da modernidade como o cientista ou o engenheiro.

Em todos os casos de desencaixe, a confiança está envolvida de maneira fundamental com as instituições da modernidade. No exemplo do dinheiro, espera-se que o outro honre seu valor. Giddens (1991) cita o conceito de confiança em transações monetárias de Simmel que, assim como Keynes, vincula à credibilidade pública no governo emitente. “A confiança, em suma, é uma forma de ‘fé’ na qual a segurança adquirida em resultados prováveis expressa mais um compromisso com algo do que apenas com uma compreensão cognitiva” (Giddens, 1999, p. 29). Ou seja, a confiança “nem sempre é o resultado de decisões

conscientes” (Giddens, 2002, p. 25). E um dos principais requisitos para a confiança, segundo ele, não é a falta de poder, mas a falta de informação plena.

Risco e confiança estão entrelaçados, segundo Giddens (1991), uma vez que a confiança serve para reduzir os perigos aos quais estão sujeitas determinadas atividades. Na pós-modernidade, há riscos que gerações anteriores não tiveram que enfrentar. Há riscos “aceitáveis”, que variam conforme o contexto. No caso de esportes fisicamente perigosos e investimentos em mercado de ações, destreza e acaso são fatores que limitam o risco, que normalmente é calculado. Viagens de avião, que parecem perigosas por desafiar a lei da gravidade, demonstram estatisticamente que os riscos de mortes de passageiros são baixos. Esse é o exemplo da confiança em sistema abstrato ou sistema perito, em que a maioria das pessoas não tem conhecimento técnico sobre o tema. É quando a confiança não pressupõe encontros com aqueles que são de alguma forma “responsáveis” por esses sistemas. Se a confiança está relacionada à ignorância, o terreno está dado para a deferência, o ceticismo, o alívio e o medo, segundo Giddens (1991).

Para Ulrich Beck, o conceito de risco tem um significado altamente relevante nos dias atuais. Beck sustenta que atravessamos a morte lenta da sociedade industrial enquanto surge um novo tipo de “sociedade de risco”, em que “se conscientizar sobre os riscos e evitá-los estão se tornando características centrais e as questões ambientais ganham destaque” (Giddens, 2017, p. 98). Além da catástrofe ecológica, que constitui parte inevitável do horizonte na pós-modernidade, permanece o risco de guerra maciçamente destrutiva, o risco de colapsos econômicos globais, e do surgimento de super Estados totalitários. “No autoconceito da sociedade de risco, a sociedade torna-se reflexiva (no sentido mais estrito da palavra), o que significa dizer que ela se torna um tema e um problema para ela própria” (Beck, 2012, p. 22).

A nova ordem mundial demandará a gestão de riscos globais, algo que Estados-nação não conseguirão vencer sozinhos, segundo Beck. “No sentido de uma teoria social e de um diagnóstico de cultura, o conceito de sociedade de risco designa um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial” (Beck, 2012, p. 19). Surge a questão da autolimitação daquele desenvolvimento, e da tarefa de determinar novamente os padrões (de responsabilidade, de segurança, de controle, de limitação do dano e ainda de distribuição das consequências do dano) atingidos até aquele momento, considerando as ameaças potenciais, de acordo com

Beck (2012). No entanto, essas ameaças potenciais podem escapar à percepção sensorial e ultrapassar a imaginação, uma vez que a definição do perigo é uma construção cognitiva e social. Vale ressaltar aqui que a mídia, objeto de estudo deste trabalho, contribui para a construção social de uma realidade, com impactos na imaginação coletiva e, portanto, na estigmatização de refugiados, como veremos mais adiante.

Críticos da teoria de Beck, porém, consideram sua tese exagerada, e avaliam que o conceito de risco varia de cultura para cultura, assim como a forma de lidar com os riscos. Ainda assim, mudanças sociais recentes geraram incertezas e reduziram a confiança nos modos de vida tradicionais, favorecendo uma maior sensibilidade aos riscos (Giddens, 2017).

A influência de acontecimentos distantes sobre eventos próximos e, intimidades do eu, vai se tornando cada vez mais comum no cenário pós-moderno. Mais uma vez, a mídia impressa, eletrônica e digital desempenha papel central nesse caso. A noção de estilo de vida assume significado particular, referindo-se a decisões tomadas em condições que podem envolver “a rejeição mais ou menos deliberada das formas mais amplamente difundidas de comportamento e consumo” (Giddens, 2002, p. 13). Entre o local e o global, está o que Giddens chama de “transformação de intimidade”, que tem sua própria reflexividade. A falta de sentido pessoal, aquela sensação de que a vida não tem mais nada a oferecer, torna-se um problema sério para os excluídos na modernidade tardia, como analisarei no caso dos refugiados.

Para Giddens, na pós-modernidade, a decisão de confiar é resultado de um fenômeno comum, que é o terceiro elemento da modernidade: sua reflexividade intrínseca. “A transformação do tempo e do tempo e do espaço, em conjunto com os mecanismos de desencaixe, afasta a vida social da influência de práticas e preceitos preestabelecidos. Esse é o contexto da consumada reflexividade” (Giddens, 2002, p. 25).

A reflexividade da modernidade, segundo Giddens, derruba a certeza do conhecimento. A ciência não depende mais da acumulação indutiva de demonstrações. O que entra em jogo é o princípio metodológico da dúvida. Toda doutrina científica, por mais estimada e estabelecida, está aberta à revisão, podendo até ser inteiramente descartada, à luz de novas ideias ou descobertas. Essa dúvida radical da modernidade é inquietante não apenas para os filósofos, como aponta Giddens (2002, p. 26), mas também pode ser “*existencialmente perturbadora* para os indivíduos comuns”, afetando a segurança ontológica, que veremos no capítulo seguinte.

A história da reflexividade é longa e sua definição prática é a relação entre conhecimento e sociedade, ou pesquisador e sujeito, com foco na reflexão contínua dos atores sociais em si mesmos e seu contexto social. Conhecimento e informação de várias formas alteram processos de tomada de decisões e conduzem as pessoas a ações imprevisíveis e, muitas vezes, globais. O conceito de reflexividade tornou-se mais central para a teoria social a partir do final do século XX. As ideias teóricas de Ulrich Beck (2012) e Anthony Giddens (2009) ampliaram o conceito do nível individual para o social para compreensão da sociedade contemporânea. Beck e Giddens afirmam que a modernidade tardia é um contexto social destradicionalizado, em que as tradições são contestadas, e em que “os indivíduos são isolados da estrutura social e, em consequência, forçados a serem continuamente reflexivos em relação à própria vida e identidade” (Giddens, 2017, p. 64).

Giddens (2008) argumenta que a globalização é um fenômeno que afeta a forma como pensamos nós mesmos e nossas ligações com outras pessoas. Atualmente, afirma o sociólogo, os indivíduos têm mais oportunidades de moldar suas próprias vidas. Tradição e costume perdem relevância à medida que as comunidades locais interagem com uma nova ordem global. Os modos de vida produzidos pela modernidade e as estruturas de identidade tradicionais se dissolvem, de maneira sem precedentes, para dar lugar a novos padrões. “A globalização está forçando as pessoas a viver de um modo mais aberto e reflexivo” (Giddens, 2008, p. 69). Isso significa, explica ele, que respondemos e nos ajustamos constantemente às mudanças de ambiente ao nosso redor.

No mundo pós-moderno, ocorre, portanto, o processo de individualização, em que o indivíduo precisa conviver com uma variedade de riscos globais e pessoais diferentes e contraditórios. As oportunidades e as ameaças, que antes eram superadas em grupo, também devem ser cada vez mais percebidas, interpretadas e resolvidas pelos próprios indivíduos. Até mesmo o eu [*self*] tornou-se fragmentado em discursos do eu. Na sociedade moderna complexa, os indivíduos devem dominar as oportunidades arriscadas, tomar decisões necessárias em base fundamentada e responsável, considerando possíveis consequências (Beck, 2012). No caso dos refugiados, veremos diferentes percepções sobre a representação do refugiado na mídia, em função das variadas experiências pessoais de cada entrevistado com o processo de refúgio. Com isso, a forma de lidar com a dualidade da estrutura, de certa maneira, também se torna individualizada.

#### 1.4 Estudos e teorias

O volume, a velocidade e o escopo da migração internacional contemporânea demonstram uma tendência dos estudos sobre o tema de se tornarem uma área fundamental da Sociologia e disciplinas afins. Portanto, é importante que os estudiosos se atentem para os novos padrões em contraste com períodos anteriores, que contradizem ideias convencionais de cidadania e identidade baseadas na soberania do Estado-nação, consequência do processo de globalização, com reflexos para as teorias que seguem presas a posições preestabelecidas. Alguns trabalhos, no entanto, começam a corrigir essas falhas (Giddens, 2017).

Parece provável que haverá mais migração, cuja maior parte será composta de mulheres, e que os países irão conviver com uma diversidade maior de grupos de imigrantes. Não menos significativo é o fato de que a migração está se tornando um aspecto “normal” de nosso mundo global e, para administrá-lo, governos e órgãos internacionais terão de encontrar maneiras criativas (Giddens, 2017, p. 95).

O aspecto da feminização dos fluxos migratórios tem se confirmado no caso do Brasil nos últimos anos, e se estende ao refúgio de forma mais particular. Conforme observado por Oliveira e Tonhati (2022), além do aumento do número de mulheres, também foi registrado um incremento no ingresso de crianças e jovens em território brasileiro. A migração venezuelana tem sido a grande responsável pelas novas configurações sociais das migrações no Brasil, e ainda haitianas e cubanas. Em menor medida, há angolanas. A mudança no perfil foi tão marcante, que o relatório do Observatório de Migração (ObMigra) em comemoração aos dez anos da instituição incluiu, de forma inédita, um capítulo específico para analisar os dados dos fluxos migratórios de crianças e adolescentes. Por se tratar de um grupo usualmente exposto a maiores vulnerabilidades, o objetivo foi ressaltar a importância de uma atenção especial por parte dos formuladores de políticas públicas, bem como para as mulheres refugiadas e imigrantes, sobretudo na geração de trabalho e renda, saúde e educação.

Numa revisão bibliográfica em que traça um panorama sobre as teorias para o estudo da mobilidade humana, Lussi (2015) destaca ser consenso que nenhuma teoria explica toda a realidade da mobilidade humana, o que leva à busca por abordagens interdisciplinares. Lussi retoma elementos de história das teorias das migrações, que começa com o primeiro estudo sistemático do geógrafo Ernest Georg Ravenstein em 1885, com suas hipóteses sobre

correntes migratórias de migrações curtas para centros maiores e urbanos; passando pela Escola de Chicago, com sua perspectiva assimilacionista de inserção de migrantes em contextos urbanos, que continua sendo válida, porém não dá conta de todas as questões que envolvem o processo contemporâneo.

Nossa intenção neste trabalho não é exaurir as teorias, apenas citar algumas delas para contextualizar a carência de explicações aprofundadas sobre determinados temas. Lussi (2015, p. 65) destaca, por exemplo, críticas de Joaquín Arango sobre a concentração dos estudos das migrações na economia na primeira metade dos anos 1980, defendendo que uma “uma visão de migrante somente como *homo economicus* não rende justiça à realidade do fato migratório, nem do perfil de seus atores reais”. Um autor que considera pleonasmo falar em imigrante e trabalhador é Abdemalek Sayad (1998), como mencionado, que afirma que o imigrante é uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Para Sayad, a estadia autorizada está sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida: “ser como imigrante, primeiro, mas também como homem – sua qualidade de homem estando subordinada a sua condição de imigrante” (Sayad, 1998, p. 55). Assim, é o trabalho que condiciona a existência do imigrante, segundo Sayad. Se é o trabalho que o faz nascer, é a falta dele que o faz morrer.

Esse exemplo, segundo Lussi (2015), indica a necessidade de cruzar abordagens, metodologias e disciplinas para abarcar o objeto de estudo de forma mais ampla.

É fundamental a humildade como atitude epistemológica, ao reconhecer que nenhuma tentativa vai exaurir o conteúdo do fenômeno, o qual é um “fato social total” e, quanto tal, por não ser estático, não se presta a conclusões definitivas. Migração é itinerário, projeto sempre refeito, dinamismo intrínseco que se reconfigura, transforma e reconstitui constantemente. (Lussi, 2015, p. 66).

Entre as abordagens econômicas de nível micro, estão a teoria neoclássica da migração, inspirada no pensamento de Adam Smith e outros economistas da época, e a teoria de fatores *push-pull*. São teorias que privilegiam a decisão do indivíduo. Na primeira, as decisões individuais de migração transnacional obedecem a relações de custo-benefício. Os fluxos migratórios partem de países mais pobres para os mais ricos. A combinação de fatores que atraem e expulsam o povo de sua terra de origem ficou conhecida como *push-pull theory*, que acabou sendo considerada simplista demais para explicar os padrões migratórios globais,

já que não leva em conta o contexto político e econômico internacional e outros efeitos que influenciam as decisões de migrar (Lussi, 2015). Há ainda quem migra porque vê possibilidade de valorização do capital humano – é a teoria do capital humano –, mas a experiência acaba sendo inferior ao perfil que o profissional ocupava antes de migrar. O migrante investe no deslocamento, porém o sucesso depende de fatores que ele não pode controlar.

O mesmo ocorre com a teoria do mercado segmentado, uma abordagem de nível macro que postula que a migração internacional é resultado de uma necessidade permanente de trabalhadores estrangeiros sustentada por uma série de fatores econômicos, desconsiderando qualquer fator cultural, psicológico, político e até mesmo ambiental. Há ainda outras duas abordagens macrosociológicas, que privilegiam fatores coletivos, consideradas fundamentais para os estudos migratórios. Estruturas espaciais, sistemas-mundo e sistemas migratórios são correntes que lidam com a variável do espaço e buscam enunciar fatores que levam a um desenvolvimento específico dos territórios. Provenientes tanto da Economia como da Geografia, essas correntes também têm confluência com a Sociologia, e tentam desenvolver uma perspectiva socioespacial integrada (Peixoto, 2004). Instituições, redes migratórias, laços étnicos e sociais são os temas de estudos que focam na ação dos agentes coletivos. A competência para decidir e responsabilizar-se pelo destino dos fluxos migratórios é da instituição coletiva (organizações empregadoras privadas ou públicas, agências de emprego, agências de apoio a migrantes, entidades financeiras etc.) e não mais do conjunto de indivíduos.

Em termos de teorias gerais, a Economia e a Geografia foram as disciplinas que se anteciparam na formulação de teorias para o estudo dos fluxos migratórios. Isso pode ser explicado pelo fato de a mobilidade humana ter sido um fator econômico-político determinante na época de dinamismo econômico para contribuir com o desenvolvimento, como ocorreu nas primeiras décadas na Europa do pós-guerra. Constatações empíricas e estímulos de organizações de direitos humanos influenciaram os estudos acadêmicos a ampliar os temas para a busca soluções. De um lado, macroprocessos, como políticas migratórias, interdependência entre a circulação de bens, serviços, capitais, pessoas e legislação; de outro, significados e microprocessos ligados à vivência dos sujeitos migrantes. Do comportamento das massas em deslocamento em nível internacional passou-se aos comportamentos dos atores (Lussi, 2015).

Nos últimos 20 anos, o conceito de transnacionalismo foi o que mais influenciou os estudos migratórios. Lussi (2015) aponta que a nova perspectiva assume que as migrações vão além do deslocamento de um país para outro. Incluem ainda variadas formas de comunicação, circulação, relação, além de gestão de bens, serviços e informações, efeitos da globalização em mecanismos sociais e econômicos contemporâneos. Nesse sentido, segundo Lussi, os estudos superam a visão fechada de cultura e a análise dos dados das pesquisas sociais não ficam limitados ao contexto microestrutural e à visão tradicional do migrante como sendo apenas trabalhador ou “unidade econômica” (ver Glick-Schiller; Basch; Blanc-Szanton, 1992). “Transmigrantes fazem circular pessoas, bens e ideias, e bens sociais e culturais, desconsiderando as barreiras dos estados-nação ou interpretando-as de maneira flexível” (Lussi, 2015, p. 49). Com isso, as regras estabelecidas pelos Estados são adaptadas às exigências e às possibilidades dos percursos existenciais e dos projetos pessoais e coletivos dos transmigrantes, de acordo com Lussi (2015). “O transnacionalismo desafia os ideais e parâmetros identitários dos Estados-nação e até configuração de família e de valores” (Lussi, 2015, p. 55).

Com as dimensões do transcultural, do transnacional, da transpolítica e do transreligioso, o caminho para a compreensão do processo migratório instala-se em um lugar ainda obscuro, que transcende as fronteiras do estático e nos aproxima da compreensão da complexidade (Piastra, 2008). A ausência de uma racionalidade central pode dar a impressão de estarmos numa situação sem sentido, e representar uma grande perda, uma vez que os princípios epistemológicos estão se deteriorando progressivamente como resultado do esgotamento do paradigma clássico, segundo Piastra (2008), e com a ampliação do conceito de ciência e nossa própria consciência da história, que tem aceitado outros discursos sobre o mundo. Além disso, o surgimento de um sujeito mais livre, que se constitui sobre a premissa da diversidade, nos obriga a pensar em identidades plurais, sistemas abertos e causalidades múltiplas.

Piastra (2008) ressalta que, para reconhecer um novo paradigma, é necessário reconhecer as limitações do anterior. No caso do paradigma da simplicidade, que governou o pensamento ocidental desde o século XVII, houve grandes avanços para o conhecimento científico e também consequências nocivas que hoje se mostram como obstáculos para a compreensão da complexidade. “A ordem se reduz a uma lei, a um princípio. A simplicidade vê a unidade e vê o múltiplo, mas não pode ver o que o Um pode, ao mesmo tempo, ser

múltiplo” (Morin, 1998, p. 89 *apud* Piastro, 2008, p. 19). A complexidade, segundo Morin, apresenta o paradoxo do um e do múltiplo, o que supõe novos desafios para o conhecimento, uma vez que compreende também incertezas e fenômenos aleatórios. Uma das maneiras de alcançar uma maior compreensão sobre a complexidade do humano, é considerar que não se pode conceber a parte sem o todo nem o todo sem a parte. Nesse sentido, o sujeito histórico passa a ser considerado uma parte e também um todo. Portanto, “recuperar a experiência singular significa reconhecer a possibilidade de encontrar algumas explicações dos fenômenos sociais através dos atores individuais” (Piastro, 2008, p. 23).

A defesa pela metodologia individualista para explicar acontecimentos sociais, em especial relacionada a fenômenos da migração e das identidades, segundo Piastro, não exclui qualquer holismo. A diferença é que teorias holistas geralmente excluem o individualismo e o interesse por recuperar uma perspectiva individual dentro do paradigma da complexidade explica-se pela necessidade de estudar a identidade não mais como um fenômeno linear, unívoco e unidimensional. É necessário, defende Piastro (2008), identificar suas intenções, suas ações, suas razões e seus motivos, uma vez que a identidade passa a ser concebida como uma construção social, ou seja, a partir das experiências singulares, de como as pessoas interpretam o mundo à sua volta. Daí, argumenta Piastro, surgem como necessárias as histórias de vida e a singularidade de outros processos que dão conta das representações do real, do imaginário e do simbólico.

Castles (2010) afirma que apesar do aumento exponencial da pesquisa sociocientífica sobre mobilidade humana internacional, a busca por um marco teórico único segue sem resultados. Um problema-chave, segundo o sociólogo, é a tendência em enxergar a migração como sendo distinta das relações sociais e dos processos de mudanças. Castles defende justamente que a migração é parte do processo de transformação das instituições e estruturas nas sociedades desenvolvidas, que nasce por meio de grandes mudanças nas relações sociais, econômicas e políticas globais. Ao adotarem uma visão de curto prazo para as causas e consequências da migração em suas políticas migratórias, os governos falham em alcançar seus objetivos.

No fundo, o discurso político dominante enxerga a migração como um problema a ser resolvido, com leis apropriadas. A variante repressiva controla as fronteiras de maneira rígida, enquanto a variante mais liberal tenta enfrentar as causas que levam à migração, como pobreza e violência, de modo que o migrante não saia de seu país de origem. “De qualquer

forma, a migração é vista como sendo ameaçadora e disfuncional” (Castles, 2010, p. 16). Falta-lhes, segundo Castles, uma compreensão da migração como parte intrínseca do desenvolvimento humano, pela qual as pessoas respondem às oportunidades provenientes de fatores ambientais, econômicos e políticos nos possíveis países de acolhimento.

Abdemalek Sayad (1998) é outro crítico da redução da migração a considerações economicistas e utilitaristas, restituindo ao fenômeno sua natureza de fato social total. Considerado um revolucionário dos estudos sobre a mobilidade humana, analisou a questão do colonialismo a partir dos efeitos das questões coloniais da França sobre a Argélia. Foi Sayad quem apresentou o paradigma colonial, que não se limita à colonialidade propriamente dita, mas à assimetria de poder entre nações, o que destrói a estrutura social nativa. Sayad propõe adotar um outro ponto de vista epistemológico, saindo de uma abordagem etnocêntrica, entrando num processo completo e dual para entendermos a migração. Para isso, é preciso recuperar a agência dos imigrantes/emigrantes e lhes dar voz, reconstruindo trajetórias, histórias de vida e identidades, visibilizando o caráter contraditório, opressivo e plural da sua situação. São os passos pioneiros de Sayad rumo a uma visão pós-colonial e decolonizada do fenômeno migratório que evidenciam a forma como articulou sua experiência biográfica – marcada pela condição de subalternidade e periférica – com a ruptura epistêmica, contribuindo para dismantlar muros, a partir da alteridade, identificando, reconhecendo e incorporando o outro (Villamar; Ribeiro, 2020).

Em seu recente livro *O intercultural migrante* (2023), ElHajji apresenta uma revisão teórico-metodológica com base em uma ampla bibliografia pertinente e atual dedicada à temática. Ao fazer uma releitura crítica das principais teorias e metodologias voltadas à questão migratória transnacional, ElHajji destaca o princípio da Comunicação Intercultural no processo de “negociação da condição migratória e diaspórica da contemporaneidade”. Sem a intenção de formar um corpo epistemológico uno e fechado, os construtos teóricos oferecidos por ElHajji oscilam entre o macro e micro, o coletivo e o individual, o material e o simbólico, numa busca de revelar os sentidos e as implicações das dinâmicas migratórias. Fica claro o esforço das ciências humanas e sociais de devolver ao migrante a força de sua subjetividade – afinal vivemos no bios midiático<sup>8</sup>, como lembra ElHajji – assim como a “pregnância significativa das estruturas simbólicas que o envolvem” (p. 69). “A marca da comunicação, em

---

<sup>8</sup> Veremos mais detalhes sobre o conceito de bios midiático em: 3.1. Forma de vida que condicional a ação humana.

especial, mesmo que seja em filigrana, transparece a vários níveis do desenho conceitual das teorias em questão” ElHajji, 2023, p. 70).

Para compreensão satisfatória do fenômeno migratório, ElHajji (2023, p. 58) afirma ser necessário considerar “diversos aspectos do sujeito migrante, sua comunidade e seu entorno social, político, econômico, cultural e tecnológico. O professor chama atenção ainda para a importância de perspectivas relacionadas ao contexto sociocultural, a fatores psicológicos, à qualidade de vida, às redes sociais reais e virtuais, à educação, ao acesso à informação e aos meios de comunicação.

Do mesmo modo que é preciso conciliar os níveis micro e macro da problemática e conjugar meticulosamente a correlação, muitas vezes difícil de perceber, entre os diversos sentidos da empreitada migratória nos planos social, cultural, político e suas implicações tanto para o indivíduo e sua comunidade como para a sociedade de acolhimento. (ElHajji, 2023, p. 58)

Neste sentido, ElHajji ressalta a potência da comunicação intercultural como constituinte da interface simbólica por meio da qual ocorrem as trocas sociais e humanas entre grupos e coletividades que é, por sua vez, inversamente, fruto desses mesmos contatos e trocas. Portanto, configurações de identidade, individual ou comunitária, seriam moldadas pelas estruturas comunicativas. Assim, em termos metodológicos, ElHajji propõe um procedimento em quatro tempos: aproximação, observação, conversação e interpretação. “A subjetividade, ‘agência’ e fala própria do migrante devem ser não apenas ressaltadas e valorizadas, mas utilizadas enquanto bússola e guia para empreender a pesquisa e análise” (ElHajji, 2023, p. 90). A troca e a interação entre pesquisadores e pesquisados deveria propiciar um clima de confiança mútua e ainda trazer elementos para derrubar discursos estereotipados sobre o outro e sua cultura.

Dessa forma, podemos observar que a comunicação intercultural, especialmente no contexto migratório, pode ser vista como uma prática que tanto reflete quanto influencia as estruturas sociais. A “aproximação, observação, conversação e interpretação” remetem ao processo ativo dos migrantes em interagir com e interpretar o ambiente social e cultural ao seu redor, o que, de acordo com Anthony Giddens, contribui para a criação e recriação das estruturas sociais.

Lembro que a teoria da estruturação de Giddens explora como as estruturas sociais (regras e recursos) e as ações humanas são mutuamente constitutivas, ou seja, as ações humanas criam e recriam estruturas sociais, e essas estruturas, por sua vez, moldam e guiam o comportamento humano. Ao estudar as “estruturas discursivas/enunciativas” e as “modalidades de comunicação intercultural” no contexto migratório, o objetivo é compreender como essas práticas interculturais ajudam a moldar a dinâmica social entre migrantes e a sociedade de acolhimento. No processo, essas práticas comunicativas podem reforçar ou transformar as normas e estruturas existentes, especialmente no que tange ao “reconhecimento simbólico e integração social”. Isso reflete a ideia central de Giddens de que os indivíduos, ao agirem, estão constantemente negociando e transformando as estruturas em que estão inseridos. Portanto, o intercultural migrante se alinha à teoria da estruturação ao mostrar que as interações comunicativas interculturais dos migrantes não são apenas uma adaptação às normas sociais preexistentes, mas também desempenham um papel ativo na construção e transformação das estruturas sociais em que estão inseridos.

Este trabalho segue no sentido de analisar a agência do refugiado a partir da teoria da estruturação de Giddens. Ao buscar a percepção do refugiado sobre as imagens na mídia, de certa forma, lhe dá espaço para que sua voz seja projetada. A reconstrução da trajetória e sua história de vida surgem a reboque ao longo da própria análise que ele ou ela faz da imagem midiática.

Para Castles (2010), o projeto de construção de uma teoria social para a pesquisa migratória não parte necessariamente do zero. A união de novas abordagens e pontos de vista podem servir de um marco coerente para a compreensão das transformações sociais globais. Neste sentido, busco uma teoria social que responda as perguntas da nossa pesquisa e que abranja aspectos sociais e individuais. De que forma a mídia – como estrutura institucional que permite e condiciona a ação humana reflexiva – é responsável pelo processo de estigmatização do refugiado, considerando-o um fardo/problema para a sociedade de acolhimento? Qual é o papel do próprio refugiado, como sujeito atuante, na incorporação desse estigma? Há espaço para o refugiado quebrar o estigma e agir como cidadão ou a estrutura o condena eternamente à figura vitimizada de problema social?

### **1.5        *Insights da teoria da estruturação***

Anthony Giddens (1938-) é um sociólogo britânico reconhecido por sua teoria da estruturação e por sua visão holística das sociedades modernas. Considerado um dos precursores da sociologia britânica, seu interesse acadêmico centrou-se em reformular a teoria social para elucidar processos concretos de situações sociais, desde pequenos grupos de pessoas até relações entre países. Como sociólogo, estava interessado em como os indivíduos interagem com os outros e em como as ações criam regras e estruturas pelas quais as pessoas calibram seus comportamentos. Seu pensamento teve menos ênfase em grandes pensadores como Max Weber, Karl Marx e Émile Durkheim e mais convergência com intelectuais como Erving Goffman, que teorizou sobre a interação social e a representação do eu na vida cotidiana, e Talcott Parsons, que preconizava o entendimento das ações sociais e da coesão social.

Segundo Giddens (2018), a teoria da estruturação começou a partir da falta de uma teoria da ação nas ciências sociais. Apesar da vasta literatura filosófica sobre os propósitos, razões e motivos da ação, com pouco impacto nas ciências sociais, a filosofia da ação não deu muito destaque a elementos essenciais em ciência social: a análise institucional, o poder e a mudança social. As escolas de pensamento que tentaram entender essas questões, como o funcionalismo e o marxismo ortodoxo, fizeram isso de um ponto de vista social determinista. Giddens buscava, no entanto, uma explicação mais adequada da atuação humana, que deve, primeiro, estar ligada a uma teoria do sujeito atuante e, segundo, situar a ação no tempo e no espaço como fluxo contínuo de conduta.

Assim, sua teoria da estruturação é sensível às deficiências do consenso ortodoxo e à significação dos desenvolvimentos convergentes, uma vez que, segundo Giddens (2018), há exceções notáveis na balbúrdia criada pelas vozes teóricas, que enfatizam o caráter ativo, reflexivo, da conduta humana, como é o caso do estruturalismo e do pós-estruturalismo. Essas duas escolas de pensamento estão unidas na rejeição da tendência do consenso ortodoxo de considerar o comportamento humano como resultado de forças que os atores não controlam nem compreendem. Além disso, elas dão um papel fundamental à linguagem e às faculdades cognitivas na explicação da vida social, ou seja, o uso da linguagem, num certo sentido é constitutivo das atividades da vida cotidiana (Giddens, 2018).

Em *A constituição da sociedade*, cuja primeira edição foi publicada em 1984, Giddens (2009) marca a posição diferenciada que foi desenvolvendo sobre a teoria social contemporânea e oferece um balanço completo das mais importantes novas perspectivas no

pensamento social. O foco do livro incide sobre a compreensão da agência humana e das instituições sociais, com os elementos da teoria da estruturação, assim como seus escritos de 1979 em *Problemas centrais em teoria social – ação, estrutura e contradição na análise sociológica*, agregando uma reflexão sobre a pesquisa empírica.

Apesar das críticas por ser considerada complexa e abstrata para pesquisadores da área de comunicação e outros cientistas sociais (Pozzebon; Pinsonneault, 2015), diversos estudos destacam a vantagem de adotar a abordagem de Giddens para a migração (Tammaru, Sjoberg, 1999; Goss, Lindquist, 1995; Halfacree, 1995; Boyle *et al*, 1998 *apud* Wolfel, 2005). Em geral, porém, são estudos que buscam responder os motivos pelos quais o indivíduo migra. O objetivo principal desta pesquisa não é tratar de tomadas de decisão de migrar, ao menos não num primeiro momento. Mas, se as teorias buscam identificar impasses à melhoria da condição de vida do migrante, compreender questões relacionadas ao estigma do refugiado é conduzir a uma melhor qualidade de vida social no país acolhedor. É tentar compreender parte do processo de exclusão/integração na sociedade de destino e investigar a relação entre mídia como instituição e refugiado como agente social informado nesse processo.

Em artigo sobre a teoria da estruturação de Giddens, o professor de Geografia da Universidade de Illinois Richard Wolfel (2005) utiliza os seis elementos teóricos do sociólogo inglês para refletir sobre como a estrutura da sociedade influencia a migração na nova ordem mundial – agência; estrutura; dualidade da estrutura; instituições; dialética do controle; relações tempo/espço. Wolfel remete a Gregory (1994, p. 600) para definir a teoria da estruturação como “uma abordagem da teoria social preocupada com a interseção entre agentes sociais informados e capazes e os sistemas e estruturas sociais mais amplos em que estão envolvidos”. E ressalta que não se tenta entrelaçar o estruturalismo com teorias sociais humanistas, mas superar as deficiências por meio da compreensão de que **o agente e a estrutura interagem para provocar mudança social**. Nesse sentido, segundo Wolfel (2005), a teoria de Giddens tenta dar a mesma importância às estruturas sociais e aos agentes humanos na constituição da sociedade, indo além de teorias voluntaristas e estruturalistas.

### **Agência e poder**

Na teoria de Giddens, o indivíduo tem papel importante. É um agente capaz e informado, portanto, sabe o que está fazendo e por quê. Suas ações são intencionais e o risco é calculado. As pessoas fazem uma análise de custo-benefício para tomar decisão, que não

considera apenas custos imediatos, mas consequências negativas. Giddens (2018) ressalta que o ator informado leva em conta uma série de critérios, não apenas econômicos, para tomadas de decisão.

Como nenhum ator tem um conhecimento total, há ações que levam a consequências não conhecidas e não intencionais, produzindo um resultado diferente do esperado. Giddens (2018) explica que, para compreender consequências não intencionais, é necessário considerar os resultados ao invés dos motivos das ações. Portanto, **“agência não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas à capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar”** (Giddens, 2009, p. 10).

Com isso, para Giddens, **agência subentende poder**. No Oxford English Dictionary, a definição de agente é alguém que exerce poder ou produz efeito. *“‘Agência’ diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetrador, no sentido em que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente”* (Giddens, 2009, p. 10).

De acordo com Giddens, há uma conexão lógica entre ação e poder que permite os indivíduos desenvolverem processos de mudança social. *“Atuar de outro modo”* é, segundo Giddens (2009, p. 17), *“ser capaz de intervir no mundo, ou abster-se de tal intervenção, com o efeito de influenciar um processo ou estado específico de coisas”*. Isso pressupõe, na avaliação do sociólogo, que na vida cotidiana um agente deve ser capaz de mostrar uma variedade de poderes causais, inclusive o poder de *“influenciar os manifestados por outros”*. A ação depende, portanto, da capacidade do indivíduo de *“criar uma diferença”*, ou seja, de exercer algum tipo de poder (Giddens, 2009, p. 17).

Ao analisar o cotejamento feito por Gomes *et al* (2009) entre as assertivas de Giddens e Michel Foucault sobre a noção de sujeito e poder, é possível observar que o conceito giddensiano sobre o poder é diferente do foucaultiano. Giddens reconhece a relevância das teorizações do filósofo francês, mas procura ampliá-las, por vezes, criticando-as, demarcando as diferenças, sendo a principal delas, a incapacidade de o sujeito agir, para Foucault. Uma vez que, para Giddens, a modernidade é compreendida dentro de etapas sucessivas de reflexividade que envolvem sistemas sociais, a categoria do sujeito encontra-se nessa reflexividade, com suas ações individuais. Portanto, Giddens ressalta a importância central do conceito de poder para a teoria social. *“Assim como ‘regra’, poder não é uma descrição de um*

estado de coisas, mas uma capacidade” transformadora de alcançar resultados (Giddens, 2018, p. 77).

Gomes *et al* (2009) destacam a crítica de Giddens ao pensamento de Foucault por considerar a história sem um sujeito, como se as questões sociais e humanas fossem determinadas por forças das quais os envolvidos estariam totalmente inconscientes. A história de Foucault, segundo Giddens, parece não ter sujeito ativo nenhum, sendo uma história sem ação. Os sujeitos são impotentes para determinar seus próprios destinos e a reflexividade da história não desponta no nível dos próprios indivíduos, no pensamento foucaultiano. Para combater essa opinião foi que Giddens desenvolveu a teoria da estruturação. “O ‘método genealógico’ de Foucault, na minha opinião, dá continuidade à confusão que o estruturalismo ajudou a introduzir no pensamento francês, entre história sem um sujeito transcendental e história sem sujeitos humanos conscientes” (Giddens, 1998, p. 320 *apud* Gomes *et al*, 2009, p. 302).

Giddens (2018, p. 96) cita outros autores diversos – como Hannah Arendt, Talcott Parsons e Nikos Poulantzas – para quem o poder é uma propriedade da comunidade social, “um meio pelo qual se realizam interesses comuns ou de classe”. Ou seja, o poder é determinado de alguma maneira pelas instituições. Já Bachrach e Baratz, para Giddens, estariam certos ao afirmarem que o poder tem duas “faces”, representadas, por um lado, pela capacidade dos atores de colocar em vigor decisões que preferem e, por outro, pela mobilização de tendências embutida nas instituições. Mas, pelo fato dessa explicação representar uma concepção de poder soma-zero, Giddens lança mão de outra terminologia para expressar a dualidade da estrutura nas relações de poder: a dialética do controle. Os recursos são propriedades estruturadas de sistemas sociais e o poder não é em si mesmo um recurso, mas toda a ação. Com isso, Giddens se desconecta de Foucault ao afirmar que

Não devemos conceber as estruturas de dominação firmadas em instituições sociais como se de alguma forma produzissem laboriosamente “corpos dóceis” que se comportam como os autônomos sugeridos pela ciência social objetivista. O poder em sistemas sociais que desfrutam de certa continuidade no tempo e no espaço pressupõe relações regularizadas de autonomia e dependência entre atores ou coletividades em contextos de interação social (Giddens, 2009, p. 18).

Agentes ativos, portanto, interagem e recriam sistemas sociais através de seus padrões de comunicação. Vários recursos em nossa sociedade e cultura permitem suas ações, como

linguagem compartilhada, processos interativos, conhecimento da configuração. O autor reconhece, porém, que há lógicas de coerção estrutural, descrita da seguinte maneira: “a fixação de limites à gama de opções a que um ator, ou pluralidade de atores, tem acesso numa dada circunstância ou tipo de circunstância” (Giddens, 2009, p. 208). Como agentes, os atos humanos em formas inventivas ou restritivas são indicadores de um conceito reflexivo que os torna flexíveis em casos de situações inesperadas.

No caso da migração, se uma pessoa migra para se unir à família e no processo descobre uma vaga de emprego, a consequência da melhoria de trabalho não foi intencional para decidir migrar. Mas essa ação pode desencadear outras ações de migração, já que muitas pessoas migram na tentativa de encontrar emprego. Esse seria o exemplo de uma influência individual na sociedade. Mulheres que migram para acompanhar o marido seriam outro exemplo de consequência não intencional ao manter, sem intenção, a estrutura patriarcal. Segundo Wolfel (2005), o destaque da teoria de Giddens é considerar o indivíduo como parte do processo de fazer história e não como criador da história.

### **Estrutura**

Estruturação vem do nome estrutura e se refere ao estado ou processo de organização em forma estruturada. Estar organizado é vital para grupos que requerem arranjos próprios de estrutura para guiarem suas atividades e interações. Nesse caso, **estruturas são regras, normas, linguagens e crenças que retratam o mundo social. A estrutura é intangível. Não se pode vê-la, apenas suas influências podem ser estudadas.** E nunca é estática, segue sempre sendo modificada.

Durante séculos, sociólogos insistiram que a sociedade e os fatos sociais limitavam a liberdade e as escolhas individuais. A partir dos anos 1960, o argumento começou a mudar e se voltou para perspectivas mais concentradas na ação, por exemplo, o interacionismo simbólico, a fenomenologia e a etnometodologia. Desde os anos 1980, é possível observar na Sociologia tentativas de integrar teorias de estrutura e ação, como nos trabalhos de Archer (2003), Elias (2000 [1939]), Bourdieu (1986) e Giddens (1984), segundo Giddens (2017). A mudança na direção da perspectiva do ator inseriu-se no novo pluralismo teórico, que se tornou corriqueiro para os estudantes de hoje. O objetivo da dicotomia conceitual estrutura/ação é compreender o equilíbrio relativo entre a influência da sociedade no indivíduo (estrutura) e a liberdade do indivíduo para agir e influenciar a sociedade (ação).

Na teoria giddensiana, estrutura e ação implicam uma à outra. “A estrutura é viabilizadora, não apenas restritora, e torna a ação criativa possível, porém as ações repetidas de muitos indivíduos funcionam para reproduzir e mudar a estrutura social” (Giddens, 2017, p. 15). Portanto, a estrutura não é barreira para a ação, ela também está envolvida na produção da ação. É recursiva, é influenciada e influencia mudanças sociais. Inclui as regras e os recursos que possibilitam que as práticas sociais – organizadas pelo tempo e espaço – se reproduzam ao longo do tempo. Em outras palavras, explica Wolfel (2005), a estrutura inclui as regras que governam a sociedade.

Outro ponto importante na teoria de Giddens, é a diferenciação entre estrutura, sistema e estruturação. Já vimos que estrutura são as regras na sociedade e a capacidade dos indivíduos de mudá-las. Pois Giddens (2018, p. 75) contrasta esse conceito com o sistema, definido como “relações reproduzidas entre atores ou coletividades, organizadas como práticas sociais regulares”. Humanos se comunicam por estruturas para adotar processos e ativar recursos necessários para cumprir objetivos, tarefas e resoluções. Isso dá origem a sistemas. Os sistemas sociais são sistemas de interação social, como pequenos grupos de pessoas, que confiam em estruturas para interagir e guiá-los em tomadas de decisão. Estudar a estruturação de um sistema social é investigar as formas como esse sistema é produzido na interação, por meio da aplicação das regras e recursos e no contexto de resultados não intencionais. Esses três fatores juntos influenciam a estrutura da sociedade e, por sua vez, as decisões de migração. Por exemplo, países com políticas de desenvolvimento econômico atraem migrantes em busca de prosperidade econômica, assim como a estruturação do patriarcado pode ser um fator de restrição social para a decisão de migrar (Halfacree, 1995).

### **Dualidade da estrutura**

A dualidade da estrutura é o conceito-chave da teoria da estruturação e está ligada ao caráter recorrente da vida social. Expressa a dependência entre estrutura e atuação, segundo Giddens (2018), ou seja, agência e estrutura só existem na dualidade. Dentro de cada grupo de pessoas, cada indivíduo escolhe se comportar por meio de determinadas ações e essas ações criam estruturas do grupo em que estão naquele momento. No entanto, as estruturas existentes em determinado grupo podem permitir ou restringir as ações da pessoa. Logo, é possível afirmar que vamos nos comportar de maneira diferente em cada grupo ou que agimos influenciados pelo grupo. Giddens explica que regras e recursos de uma estrutura

podem ser alterados por meio de um processo de reestruturação da sociedade, sendo regras entendidas como as coisas devem funcionar e recursos como aquilo que nos ajuda a fazer as coisas. Há, portanto, um caráter recursivo da vida social, uma dependência mútua entre estrutura e agência.

Isso dá uma visão da geopolítica e, por consequência, da migração. Segundo Wolfel (2005), quando um Estado emprega recursos para mudança social, ele modifica a estrutura geral do mundo e permite que outros Estados usem os mesmos recursos para realizar mudanças, tentando mudar o sistema mundial, nos moldes do que tem ocorrido em relação ao terrorismo global.

### **Dialética do controle**

No pensamento giddensiano, todos os agentes têm alguma capacidade e conhecimento. A capacidade é o poder de intervenção, de influenciar a estrutura. O conhecimento é a habilidade de monitorar e responder a si mesmo e a outros, ou seja, é a consciência prática e discursiva (Giddens, 2018), é o saber fazer e saber falar.

Quando a pessoa sente que não tem mais o poder de intervenção, ela deixa de ser um agente. Para Giddens, o indivíduo precisa saber qual é o poder que ele tem para usá-lo. “Quando indivíduos perdem sua capacidade de influenciar a sociedade, eles deixam de ser agentes e podem ver a mudança para outra sociedade como a única oportunidade de recuperar seu status de agentes” (Wolfel, 2005, s.p.).

Uma das influências da migração, como aponta Wolfel, é o redesenvolvimento da identidade nacional. Em alguns casos, a discriminação contra minorias tem forçado pessoas a voltarem para suas pátrias étnicas, levando de volta aspectos adquiridos fora, como um novo idioma. Isso sugere, segundo Wolfel, que qualquer estudo sobre migração deve olhar fatores de origem e de destino. Sociedades em transição, que traçam cursos diferentes da época colonial, devem ser vistas com atenção, já que mudanças políticas, sociais e econômicas estão em andamento. Portanto, conclusões sobre migração não devem ser universais, pois cada região e cada época pode influenciar o processo de maneira única e, como consequência, a subjetividade do sujeito migrante.

### **Formas de instituição**

Instituições também influenciam a estruturação de sistemas sociais. Giddens (2018, p. 104) cita Radcliffe-Brown para definir instituições como “modos padronizados de comportamento que desempenham um papel básico na constituição tempo-espacial dos sistemas sociais”. Essas práticas de rotina são reconhecidas pela maioria dos membros de uma coletividade e usadas por agentes para influenciar a mudança social. Giddens (2019, p. 39) divide as instituições em quatro tipos, que são influenciados por três dimensões dos sistemas sociais:

- |                                        |                      |
|----------------------------------------|----------------------|
| 1. Ordens simbólicas/modos de discurso | S-D-L                |
| 2. Instituições políticas              | D (autoritários)-S-L |
| 3. Instituições econômicas             | D (alocativos)-S-L   |
| 4. Instituições legais                 | L-D-S                |

Sendo S= significação; D= dominação; L= legitimação

A mídia, nosso objeto de estudo, está na classificação das ordens simbólicas e dos modos de discurso que, associados, são um importante *locus* institucional da ideologia. Giddens (2018) esclarece que, na teoria da estruturação, a ideologia não é um “tipo” particular de ordem simbólica ou forma de discurso, uma vez que não se pode desligar um “discurso ideológico”. “A ideologia refere-se unicamente àquelas assimetrias de dominação que ligam a significação à legitimação de interesses seccionais” (Giddens, 2018, p. 38). O sociólogo destaca que as estruturas de significação devem sempre ser apreendidas em conexão com dominação e legitimação, e afirma que isso conduz à influência penetrante do poder na vida social.

Muitas instituições influenciam a migração pelo mundo. Wolfel (2005) afirma que a discriminação contra minorias forçou muitas pessoas a retornarem a suas pátrias étnicas. A ameaça constante de discriminação, segundo Wolfel, fez com que indivíduos saíssem de regiões prósperas, criando decisões de migração por motivos não econômicos. Em que medida a mídia, como instituição de ordem simbólica, influencia nesse contexto? É o que analisarei nesta pesquisa.

### **Relação tempo/espço**

Uma das maiores falhas da teoria social apontada por Giddens é a falta de preocupação com questões relativas à história e às características do lugar. Por isso, o sociólogo destaca em sua teoria da estruturação que temporalidade e atributos espaciais são influências importantes na estrutura da sociedade, pois a atividade social ocorre no tempo e no espaço. Por exemplo, flagrantes instantâneos das relações de interação social não revelam padrões de interação. Somente quando as interações são examinadas ao longo do tempo, é possível identificar algum padrão. Portanto, “todos os padrões de interação que existem estão situados no tempo” (Giddens, 2018, p. 199). Na interação face a face, a presença de outros é fonte importante de informação usada na produção de encontros sociais. Seja entre indivíduos ou com grupos, a extensão dos espaços promoveu mudanças nesse tipo de interação. Desde a escrita e a troca de cartas, que permitiu a interação entre pessoas fisicamente ausentes, mas com defasagem temporal, até as modernas tecnologias de comunicação, em que a distância no espaço não influencia a temporalidade na interação mediada. Portanto, como alerta Giddens (2018), são questões que transformam as estruturas de significação do mundo contemporâneo e que influenciam tomadas de decisão do processo migratório.

Giddens indica algumas implicações da teoria da estruturação para a pesquisa empírica, mas afirma não ter a intenção de sugerir a existência de um único formato de pesquisa que todos devem adotar. Apesar de não ser um método ou uma abordagem metodológica, e de sua aplicação empírica ser reconhecidamente difícil, Giddens afirma que a teoria da estruturação fica “intrinsecamente incompleta se não estiver ligada a uma concepção da ciência social como teoria crítica” (Giddens, 2009, p. 339). As proposições e os conceitos da teoria giddensiana são considerados valiosos e perspicazes, mas operam num nível tão alto de abstração que chegam a ser vistos como meta-teoria, ou seja, mais como uma forma de pensar do que uma explicação do comportamento social que possa ser testada empiricamente (Jones, 1997 *apud* Pozzebon; Pinsonneault, 2015).

Para Giddens (2009), o cientista social é um comunicador e deve ser sensível às habilidades complexas que os atores têm para coordenar contextos de seu comportamento habitual. “O estilo literário não é relevante para a exatidão das descrições sociais” (Giddens, 2009, p. 335). E o propósito do pesquisador decorre da pretensão básica implícita em toda pesquisa social, que é comunicar “novos conhecimentos previamente inexistentes ou

inacessíveis (em qualquer sentido) aos membros de uma comunidade social ou sociedade” (Giddens, 2009, p. 339).

## 1.6 Síntese provisória

Revisitei o conceito de pós-modernidade ou modernidade tardia de Anthony Giddens para contextualizar a pesquisa sobre o estigma do refugiado. Para o sociólogo britânico, a pós-modernidade não é uma fase que supera a modernidade, mas é a própria modernidade tentando compreender a si mesma. Giddens afirma que o mundo moderno é um “mundo em disparada” e que o ritmo da mudança social é rápido, afetando práticas sociais e comportamentos, efeitos da globalização.

No contexto contemporâneo, o fenômeno migratório vem sofrendo transformações profundas. Fatores de ordem política, econômica, organizacional e social tornam os deslocamentos mais visíveis, quantificáveis e coercíveis. Segundo ElHajji, a mídia global também tem seu papel de estimular o imaginário e acentuar o desejo de migrar, ao reproduzir uma festa de consumo e gozo ininterruptos de povos e nações. A pandemia de Covid-19 declarada em 2020 provocou mudanças severas no processo de migração, de acordo com relatório da OIM. Naquele ano, pela primeira vez o mundo fechava as portas. Desinformação, dúvidas e incertezas influenciaram o comportamento social.

Como a figura do refugiado é central neste trabalho, avaliei oportuno fazer um breve histórico dos principais aspectos que levaram à construção do conceito de refugiado e tratar de questões subjetivas em relação ao termo. Nesse sentido, é relevante destacar que a falta de informação sobre o conceito de refugiado ainda é considerada um dos empecilhos para a acolhida de refugiados, principalmente no Brasil.

Na Babel de estudos e teorias sobre migração, e consciente de que nenhuma teoria dará conta da totalidade das questões que envolvem a complexidade do processo migratório, optei pela teoria da estruturação de Anthony Giddens, que traz um novo olhar sobre o comportamento social. Por meio de uma perspectiva institucional e outra individual, analisarei a responsabilidade da mídia sobre o estigma do refugiado e responderei as questões da pesquisa. Foram elencados os principais fatores da teoria de Giddens que influenciam as mudanças sociais e a maneira como cada um deles pode induzir novas tomadas de decisão no processo migratório. O principal conceito da teoria da estruturação é a dualidade da estrutura,

ou seja, a vida social é recursiva. Estruturas podem permitir ou restringir ações de uma pessoa, que, por sua vez, tem poder de agência para modificar estruturas.

## 2 Refugiados: forasteiros estigmatizados

É manhã do feriado de 15 de novembro de 2022, quando começo a escrever este capítulo. Exatamente neste dia, o mundo registra a marca de 8 bilhões de habitantes, de acordo com a Organização das Nações Unidas.<sup>9</sup> Se por um lado o crescimento deve-se a avanços em políticas públicas na área de saúde, por outro, há preocupações em relação a riscos futuros, como escassez de recursos por conta de mudanças climáticas. Ainda que a expectativa seja crescer mais devagar, a previsão é de que, até 2050, mais da metade do aumento da população mundial estará concentrado em apenas oito países: República Democrática do Congo, Egito, Etiópia, Índia, Nigéria, Paquistão, Filipinas e República Unida da Tanzânia. Países da África Subsaariana devem contribuir com grande parte do aumento previsto nos próximos anos.

Segundo a ONU, o rápido crescimento populacional tornará mais complexo o desafio de erradicação da pobreza, do combate à fome e à desnutrição e do incremento da cobertura dos sistemas de saúde e educação. Como lembra Bauman (2017), no planeta, não há mais terras livres e desocupadas para serem colonizadas e usadas para receber recém-chegados e “expurgar a população nativa”. Mudanças importantes nos modos de coexistência humanos têm ocorrido. Crescemos muito e crescemos rápido. Conclusão: vivemos em um mundo congestionado. Com densidade física e espiritual.

Para Bauman (2017), estamos nos aproximando (ou talvez já até atingimos) uma bifurcação no caminho de nossos futuros, em que um deles leva ao bem-estar cooperativo e o outro à extinção coletiva. Somos interdependentes em termos de espécie, uma condição que torna a nossa escolha entre sobreviver e extinguir “dependente de nossa capacidade de ‘viver lado a lado’, mutuamente em paz, em solidariedade e cooperação, entre estranhos que podem ou não sustentar opiniões e preferências semelhantes às nossas” (Bauman, 2017, p. 72). Em *Estranhos à nossa porta*, Bauman (2017) remete a Immanuel Kant, que já previa, em 1795, a necessidade de convivermos em paz num mundo com limitada capacidade de ocupação. É a fase em que Kant abandona a tese da hierarquia racial e da superioridade branca – que caracterizava os brancos como fracos e incapazes de serem escravizados, enquanto os negros seriam acima deles, podendo ser treinados para serem escravos, mas

---

<sup>9</sup> United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2022). **World Population Prospects 2022: Summary of Results**. UN DESA/POP/2022/TR/NO.3.

incapazes de qualquer outra instrução – e passa a ser um crítico do colonialismo e da escravidão.

No “Terceiro artigo definitivo para a paz perpétua”, Kant trata do direito cosmopolita, que deve ser limitado às condições da hospitalidade universal. Kant afirma não se referir à filantropia, mas ao direito. Portanto, hospitalidade significa “o direito de um estrangeiro a não ser tratado com hostilidade em virtude de sua vinda ao território de outro” (Kant, 2008, p. 20). O estrangeiro não deve ser confrontado com hostilidade enquanto se comportar amistosamente no seu lugar.

Não existe nenhum direito de hóspede sobre o qual se possa basear esta pretensão (para tal seria preciso um contrato especialmente generoso para dele fazer um hóspede por certo tempo), mas um direito de visita, que assiste todos os homens para se apresentarem à sociedade, em virtude do direito da propriedade comum da superfície da Terra, sobre a qual, enquanto superfície esférica, os homens não se podem estender até ao infinito, mas devem finalmente suportar-se uns aos outros, pois originariamente ninguém tem mais direito do que outro a estar num determinado lugar da Terra. (Kant, 2008, p. 20)

No capítulo “Juntos e amontoados”, Bauman (2017) chama a atenção para a cautela de Kant ao articular a paz perpétua em âmbito mundial num planeta em que seus habitantes não podem seguir até o infinito e, por isso, devem “tolerar uns juntos aos outros”. Portanto, Kant não estaria reivindicando o cancelamento da distinção entre as terras, ou seja, de países e estados soberanos e autônomos, mas de um direito de se comunicar, de interagir, estabelecendo laços de amizade em benefício mútuo. Ainda que suas teorias moral e política mereçam atenção a pontos de vista censuráveis, por necessitar de mais ajustes em conceitos influenciados pelo racismo e sexismo, Kant tem sua postulação da substituição da *hostilidade* pela *hospitalidade* destacada por Bauman. “No princípio da hospitalidade mútua Kant divisou a possibilidade e a perspectiva da paz universal, pondo fim à longa história de guerras fratricidas que castigaram o continente europeu” (Bauman, 2017, p. 74).

Mais de dois séculos e inúmeras guerras sangrentas depois, seguimos adiando o cumprimento da convocação de Kant à hospitalidade, como afirma Bauman. Não apenas seguimos em guerra, como continuamos despreparados para receber pessoas que fogem de seus países devido a perseguição por raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política, ou por grave violação de direitos humanos. Um exemplo é a retomada do poder no

Afeganistão do grupo extremista islâmico Talibã, em 2021, depois de mais de 20 anos (Fig. 13, ver p. 128). Conhecido por uma violência extrema, principalmente contra as mulheres, o regime do Talibã levou milhares de afegãos a buscarem formas de deixar o país, encontrando dificuldades para obtenção de vistos ou refúgio. A imagem do avião militar americano superlotado (Fig. 3, ver p. 115), com capacidade para pouco mais de cem pessoas, que decolou do aeroporto de Cabul com 823 pessoas, virou símbolo do desespero dos afegãos. Publicada no site do *Defense One*, do governo dos Estados Unidos, a imagem foi distribuída por agências de notícias do mundo todo.

Dias depois, o governo brasileiro acenava com a possibilidade de concessão de vistos humanitários para afegãos como forma de agilizar a vinda para o Brasil. No entanto, mais de um ano depois, em novembro de 2022, o programa Profissão Repórter<sup>10</sup> da *TV Globo* apresentou uma reportagem especial de 35 minutos sobre os mais de 2 mil refugiados afegãos que desembarcaram no aeroporto internacional de São Paulo desde o início do ano, fugindo do regime radical do Talibã, e a falta de celeridade do governo brasileiro no acolhimento dessas pessoas. Os repórteres mostraram como cerca de 120 pessoas se acomodavam no saguão do aeroporto durante dias, até seguirem para um abrigo. Havia desde jovens a casais com crianças, em acampamento improvisado com cobertores e mantas doados por voluntários de instituições e pelo próprio aeroporto.

Um ano e três meses depois da foto que deixou o mundo ciente do que acontecia no Afeganistão e de que aquelas pessoas poderiam pedir refúgio em nosso país, ainda não estávamos prontos para recebê-las. Entre os entrevistados, estavam uma mulher médica ativista pelos direitos das mulheres, e um ex-ministro afegão. Ao acompanhar o ex-ministro no processo de regularização de seus documentos e de sua família na Polícia Federal, a reportagem encontrou na fila pessoas de nacionalidades nigeriana, maliana e angolana, que aguardavam há mais de ano pelo reconhecimento do refúgio no país.

Talvez tenhamos aqui outra questão levantada por Kant. Não se trata apenas de fatos da vida em que a política administra e aspira a governar, como ressalta Bauman (2017), mas de direitos e deveres, temas relacionados com a moral. Trata-se, portanto, a propósito da paz perpétua, da discordância entre a moral e a política, conforme Kant dizia no Apêndice I.

---

<sup>10</sup> <https://globoplay.globo.com/v/11108531/?s=0s>

A política diz: “Sede prudentes como a serpente”; a moral acrescenta (como condição limitativa): “e sem falsidade como as pombas”. Se as duas coisas não podem coexistir num preceito, então há realmente um conflito entre a política e a moral; mas se ambas devem unir-se, então é absurdo o conceito do contrário e nem sequer se pode pôr como tarefa a questão de como eliminar semelhante conflito (Kant, 2008, p. 34).

Bauman (2017) traz o argumento de Hannah Arendt ao dialogar com Kant em “Algumas questões de filosofia moral” para tratar das ameaças atuais que assombram os padrões éticos sobre nossa convivência compartilhada no planeta em globalização assentada. Como Arendt observa, o único princípio novo dos tempos modernos, não é a afirmação de novos valores, o que seria o reconhecimento do bem supremo postulado por alguns pensadores, “mas a negação da moral em si” (Bauman, 2017, p. 77). Bauman analisa que, enquanto somos bombardeados por imagens midiáticas de tragédias espetaculares na interminável jornada dos migrantes, temos explosões de curta duração de solidariedade e preocupação com o outro. No capítulo seguinte, veremos mais detalhadamente o que leva o processo da mídia de sensibilização resvalar para o entorpecimento.

O problema surge no intervalo prolongado que separa esses episódios, e divide o mundo aparentemente entre “nós” e “eles”. Ainda que não haja uma “negação da moral em si”, como avalia Bauman (2017), pois de certa maneira ela fica adormecida, pronta para ressurgir e traçar a linha que separa o bem e o mal, um e outro, abrindo caminho para a rejeição, a exclusão, a desumanização... tudo em nome da moral.

Neste sentido, resgatarei Hall (2016) que, ao tratar da representação da diferença, analisa a estereotipagem como uma prática de produção de significados que mantém a ordem social e simbólica, uma vez que estabelece fronteiras entre nós e eles, ou seja, entre o “aceitável” e o “inaceitável”, o “pertencente” e o que não pertence. É o que Hall (2016) chama no livro *Cultura e Representação* de “o espetáculo do Outro”. Ao examinar uma variedade de imagens expostas na mídia de massa contemporânea e compará-las ao período da escravidão ou do imperialismo popular do final do século XIX, o autor questiona se houve mudança nos repertórios da representação em torno da diferença e da alteridade. E ressalta que o tema é complexo, uma vez que lidar com a diferença envolve sentimentos, atitudes, emoções, medos e ansiedades do espectador em níveis profundos. Dessa forma, neste capítulo, abordarei a estrangeiridade como a diferença, o medo à minoria, e a representação estereotipada do Outro, que leva ao estigma, um conceito-chave deste trabalho.

## 2.1 Ser estrangeiro

A análise de dicionários de língua portuguesa de diferentes épocas – de Bluteau (1712-1728) a Houaiss (2001) – mostra que a palavra estrangeiro esteve presente ao longo do tempo nas publicações, o que não se pode afirmar em relação aos termos imigrante, migrante e emigrante (Borges, 2015). De acordo com o estudo de Borges, a circulação de novas palavras só foi possível com o desenvolvimento do Estado moderno, caracterizado pela necessidade do estabelecimento de relações políticas entre países e a fixação de fronteiras espaciais bem delineadas. “O estrangeiro foi definido na relação com a divisão dos *espaços* (dentro e fora), dos *sujeitos* (nós e eles) e das *línguas* (palavras estrangeiras, idioma de outra nação e língua oficial do Estado)” (Borges, 2015, p. 217).

Bluteau (1712-1728) foi um dos poucos a usar a palavra “pátria” para formular o verbete “estrangeiro”, assim como o único a citar cânones da literatura que denominaram o estrangeiro como “inimigo da terra”. Em Moraes ([1813] 1922), a ideia de inimigo desaparece e o estrangeiro é aquele que vem de uma terra diferente. A alteridade (nós e eles) é apagada e as formas jurídicas do tempo são marcadas em relação à língua, ou seja, “A língua que não é ‘natural’ é ‘estrangeira’” (Borges, 2015, p. 218). Em Bluteau, o verbete “estrangeiro” foi remetido à palavra latina “barbarus”, evidenciando a separação política entre a língua do dominado (do bárbaro) e a do dominador (latim ou grego). A língua, nesse caso, também representa uma divisão simbólica do espaço, denunciando a estrangeiridade do sujeito, uma vez que os “bárbaros”, em Bluteau, estavam na oposição com os “civilizados”, não sendo aqueles que eram de sua terra, nem falavam sua língua.

Sob novas condições de produção, o dicionário Houaiss (2001) mostra nova divisão das línguas ao separar os sujeitos entre falantes da língua oficial do Estado e os da língua não vernácula, a língua estrangeira. É aquele que é de outro país, característico de outra nação (cidadão estrangeiro); que não pertence ou que se considera como não pertencente a uma região, classe ou meio; forasteiro, ádvēna (sentia-se estrangeiro naquele ambiente adverso). O termo estrangeiro vem do francês *étranger*,<sup>11</sup> cuja origem é *étrange* (*estrange* até o séc. XII) que, por sua vez, vem do latim *extranĕus* (estranho, de fora); do grego *xeno* (estranho), que está na origem da palavra xenofobia, “medo de estrangeiro”.

---

<sup>11</sup> HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

O conceito de estrangeiro desenvolvido por Georg Simmel (2005) data do início do século XX e constitui um marco paradigmático nos estudos migratórios. Considerado um dos maiores influenciadores da Escola de Chicago, Simmel incorporou a figura do viajante potencial, aquele que embora não tenha partido, não superou ainda a liberdade de ir e vir, ou seja, está num limiar, na tensão entre proximidade e distância. Para Simmel, o estrangeiro é comparado à figura do indigente e as variadas espécies de “inimigos internos”, podendo ser qualquer um do grupo, nem sempre aquele que vem de fora. O estrangeiro não é um “proprietário de terra” no sentido físico de terra, nem no figurado. Não tem um ponto fixo no ambiente social.

Imbuído do caráter da objetividade, da não filiação a algum grupo específico e da mobilidade potencial que sua condição lhe confere, o estrangeiro pode vir a ser o responsável pela apresentação da novidade, da quebra da tradição, da relativização e emancipação dos costumes. O transitar por diferentes grupos, a troca de contatos, a diferença de cultura, de hábitos, confere ao estrangeiro o caráter inovador e ao mesmo tempo ameaçador, é ele que apresenta a possibilidade de quebra, rompimento e transformação. O estrangeiro emerge no contexto da transição para economia de mercado, tendo a cidade como palco de emancipação irrevogável para a construção da individualidade moderna (Zanforlin, 2013, p. 161).

Ao remontar as estruturas organizacionais da sociedade humana em *Estrangeiros para nós mesmos*, Kristeva (1994) observa que a figura do estrangeiro aparece como “o outro” da comunidade, aquele que não compartilha seus códigos simbólicos e/ou não se submete às suas crenças e hierarquias. Por esse motivo, como ressalta ElHajji (2017), muitas vezes o estrangeiro é associado ao inimigo ou ameaça à ordem estabelecida. “A figura do estrangeiro, atualizada na presença do migrante, tem esse potencial subversivo de provocar no observador estranheza e estranhamento; seja positivamente suscitando maravilhamento e fascínio, ou negativamente, provocando medo e repulsa” (ElHajji, 2017, p. 206).

O migrante é um reflexo oposto da média, maioria e normalidade, catalisa a diferença, até então despercebida, daqueles que se colocam na norma. Conforme Simmel (2005, p. 265), o estrangeiro é um eterno suspeito e representa “o exterior e contrário” da sociedade e suas majorias. A noção do estranho, segundo Simmel, como momento de rechaço, forma uma relação de um com um outro. Há vários sentidos em relação ao estrangeiro, que pode estar mais próximo, quando se iguala em termos de cidadania, ou mais distante, no momento em

que não há laços de pertença. No entanto, sempre será alguém que não pertence ao grupo, o que induz a uma tensão mútua nas relações (Simmel, 2005).

Assim como Simmel, Schütz (2010) escreveu um ensaio sobre o estrangeiro e afirma que o padrão cultural do grupo aproximado não é um abrigo, mas um campo de aventuras a ser desvendado, uma situação difícil para dominar. A adaptação do recém-chegado ao grupo é um processo contínuo de indagação do padrão cultural. Somente quando esse padrão se tornar natural, segundo Schütz (2010, p. 129), ou seja, “um inquestionável estilo de vida, um abrigo e uma proteção”, é que o estrangeiro não será mais um estrangeiro.

Schütz, Simmel, Kristeva e ElHajji têm em comum a estrangeiridade e o interesse por desvendar seu significado. Todos vivendo fora de seus países de origem escreveram sobre o tema, sob diferentes perspectivas. Seja analisando a estrutura histórica da relação social ou aspectos subjetivos, os autores desembocaram no indivíduo da sociedade moderna e, de alguma forma, refletiram sobre o incômodo com nós mesmos.

Estranhamente, o estrangeiro habita em nós: ele é a face oculta da nossa identidade, o espaço que arruína a nossa morada, o tempo em que se afundam o entendimento e a simpatia. Por reconhecê-lo em nós, poupamos de ter que detestá-lo em si mesmo. Sintoma que torna o “nós” precisamente problemático, talvez impossível, o estrangeiro começa quando surge a consciência de minha diferença e termina quando nos reconhecemos todos estrangeiros, rebeldes aos vínculos e às comunidades (Kristeva, 1994, p. 9).

Kristeva afirma que a mudança da condição dos estrangeiros hoje nos impõe uma nova forma de pensar a nossa capacidade de aceitar novas formas de alteridade. Crises de concepções religiosas e morais seguem sendo barreiras contra a xenofobia. O indivíduo moderno é defensor de sua diferença, não apenas nacional e ética, mas principalmente subjetiva, o que o torna incapaz de absorver o estranho. Com isso, Kristeva (1994) recorre a Freud e volta à questão não mais da acolhida do estrangeiro num sistema que o anula, mas a da coabitação com estrangeiros que todos reconhecemos ser. O outro está em nós. São nossos medos, nossas pulsões não-domináveis, nossos desejos. E quando fugimos ou combatemos o estrangeiro, estamos lutando contra nosso inconsciente. “Como poderíamos tolerar um estrangeiro se não nos soubermos estrangeiros para nós mesmos” (Kristeva, 1994, p. 191).

A filósofa explica que Freud não fala dos estrangeiros, mas nos mostra como identificar a estranheza que há em nós, sendo talvez a única forma de não o perseguir do lado de fora.

“Ao cosmopolitismo estoico, à integração universalista religiosa, em Freud, sucede a coragem de nos dizermos desintegrados para não integrar os estrangeiros e muito menos persegui-los, mas para acolhê-los nessa aflitiva estranheza que é igualmente a deles e a nossa” (Kristeva, 1994, p. 201).

Ao tentarmos fugir do ódio e do fardo do estrangeiro, Kristeva sugere não coisificar a estranheza, não lhe dar forma definitiva, tornando-a mais leve. Afinal, é no encontro com o outro que temos contato com nossas próprias sensações. “Do amor ao ódio, a presença do estrangeiro/migrante nos obriga a mostrar a nossa verdadeira natureza e revelar nosso modo verdadeiro de encarar o mundo em sua alteridade” (ElHajji, 2017, p. 205). Alteridade – diferença – anormalidade que, segundo ElHajji, ganha mais em contraste e dissonância quando é conjugada à natureza minoritária do migrante.

Migrantes ou refugiados; migrantes e (ao mesmo tempo) refugiados; migrantes refugiados – quando as duas condições se conjugam para desenhar o destino do sujeito estrangeiro... pouco importa a adjetivação social ou nomenclatura burocrática no contexto global da mobilidade humana. A intersubjetividade marcada pelo deslocamento, pela alteridade, pela estrangeiridade e pelo estranhamento age nas mesmas camadas históricas e simbólicas constitutivas do imaginário nativo e interpela os mesmos registros interculturais dos recém-chegados (ElHajji, 2023, p. 56).

Nesse sentido, ElHajji (2023) sustenta que o comportamento de uns e outros não é determinado pelo estatuto jurídico daquele que participa da interlocução, mas sua posição simbólica ditada por seu pertencimento étnico e o significado histórico de sua cor e tipo físico. Tanto que ElHajji (2023) destaca não causar estranhamento o fato de, no contexto migratório brasileiro atual, reações racistas e xenófobas serem destinadas quase exclusivamente a grupos historicamente discriminados e subalternizados: negros (africanos ou caribenhos) e sul-americanos com fenótipo indígena.

## **2.2 O medo às minorias**

No mundo global congestionado, dominado pelo livre fluxo de capital financeiro e ideias liberais de ordem constitucional, pelo debate sobre a expansão dos direitos humanos e sobre as grandes possibilidades com os avanços da tecnologia, transbordam angústia e medo. Appadurai (2009) destaca que a globalização produziu condições para um aumento da

incerteza social em grande escala e na fricção da incompletude. Autor de *Modernidade à solta: dimensões culturais da globalização* [*Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*], o antropólogo indiano, que migrou para os Estados Unidos e depois para a Inglaterra, onde vive até hoje, pesquisa aspectos sombrios da globalização, como violência, desigualdade e exclusão social.

No livro *Brutalismo* (2021, p. 13), Achille Mbembe também descreve uma “época dominada pelo *páthos* da demolição e da produção, numa escala planetária, de reservas de obscuridade”. Além de dejetos de todo tipo, de domínios sobre os corpos e os imaginários, de demolição em curso, que conduz a “estados de emergência” ou “estados de exceção”. Pertencer a um terreno comum só ocorrerá com luta. Segundo Mbembe (2021), a desumanização é uma prática habitual, a guerra social é naturalizada, corpos racializados e estigmatizados são lenha e carvão da fogueira de corpos, as próprias matérias-primas da fogueira.

Appadurai (2009) afirma que há uma tendência etnicista que se transforma no cenário de violência em larga escala. Segundo o indiano, por trás da ideia do moderno Estado-nação, existe a ideia de um “*ethnos* nacional” único, como já foi observado por outros estudiosos de teoria política, especialmente por Hannah Arendt, em *As origens do totalitarismo*. O argumento sobre os modos pelos quais a incerteza social pode impulsionar projetos de limpeza étnica foi desenvolvido por Appadurai no texto “Dead Certainty” (1998).<sup>12</sup> Esse tipo de incerteza social está ligado à realidade de que existem centenas de milhares de grupos étnicos e de que seus movimentos, suas misturas, seus estilos culturais e suas representações na mídia criam profundas dúvidas sobre quem exatamente faz parte de “nós” e quem está entre “eles”, o que pode impulsionar projetos de limpeza étnica. “A velocidade e a intensidade com que elementos tanto materiais quanto ideológicos agora circulam através de fronteiras nacionais criaram uma nova ordem de incerteza na vida da sociedade” (Appadurai, 2009, p. 15).

No contexto dos refugiados, destaca Appadurai, a pergunta que se faz é “quantos deles existem entre nós?”. Nesse cenário, o conflito entre civilizações, real ou imaginário, afirmado ou negado, acaba sendo experimentado por todos, e a questão dos números se destaca. No ambiente de violência, vê-se, pelo mundo todo, um ataque contra as minorias de todos os

---

<sup>12</sup> APPADURAI, A. *Dead Certainty: Ethnic Violence in the Era of Globalization*. *Public Culture* 10 (2), 1998. 225-47.

tipos, sejam elas numéricas, culturais ou políticas. Mas por que as minorias atraem novas formas e escalas de violência?

Appadurai (2009, p. 39) lembra que as minorias são uma categoria social e demográfica recente, que gerou questionamentos sobre direitos, cidadania, pertencimento e dúvidas. Foram criadas no mundo moderno de estatísticas, censos, mapas populacionais e outras ferramentas de estado a partir do século XVII. “Minorias e maiorias emergem explicitamente do processo de desenvolver ideias de número, representação e direito de voto em lugares afetados pelas revoluções democráticas do século XVIII” (Appadurai, 2009, p. 39). Assim, o medo ao pequeno número se impõe. E o pequeno número pode ser tanto o dos oligopólios e dos bandos tirânicos, como o dos imigrantes e o dos grupos terroristas que instauram o medo. Portanto, as minorias são produzidas dentro de circunstâncias específicas de cada nação e de cada nacionalismo.

E elas suscitam novas maneiras de examinar as obrigações dos estados, bem como os limites da humanidade política, pois pertencem à área cinzenta incômoda situada entre os cidadãos propriamente ditos e a humanidade em geral. Não surpreende que pessoas consideradas “insuficientes” pelas outras (como, por exemplo, os deficientes físicos, os velhos e os doentes) sejam frequentemente os primeiros alvos da marginalização ou da limpeza. (...) Elas são as marcas do fracasso e da coação. São um constrangimento para qualquer imagem, patrocinada pelo estado, de pureza nacional e justiça do estado. São, portanto, bodes expiatórios no sentido clássico (Appadurai, 2009, p. 39).

Adquirem o status especial de bodes expiatórios na era da globalização, segundo Appadurai, os estrangeiros, os doentes, os nômades, os dissidentes religiosos e semelhantes grupos sociais menores, que sempre têm sido alvo de preconceito e xenofobia. “As minorias, em suma, são metáforas e lembranças da traição ao projeto nacional clássico” (Appadurai, 2009, p. 40). Essa traição, na verdade o fracasso do estado-nação em preservar a soberania nacional, acaba por dar o impulso para expulsar ou eliminar as minorias.

ElHajji (2023) ressalta que a “pequenez” do número não se reduz ao seu aspecto formal, quantitativo e concreto. O professor (2023, p. 234) cita Sodré (2005) para afirmar que a minoria se caracteriza, entre outros aspectos, “por sua vulnerabilidade jurídico-social, na medida em que o grupo minoritário, tal como é o caso dos migrantes, ‘não é institucionalizado pelas regras do ordenamento jurídico-social vigente’”. O migrante tem estatuto jurídico e social excepcional, conforme apontado Sayad (1998) e lembrado por ElHajji (2023), como

principal fonte das discriminações e injustiças sofridas por ele, com condições mínimas necessárias para garantir a sobrevivência imediata, e razão de ser no modo provisório. Portanto, o estado de exceção, nesse caso, é aplicado a toda uma categoria social (os migrantes) ou a um grupo específico (de determinada origem ou credo), segundo ElHajji (2023).

Wihtol de Wenden (2020) explica que o termo “minoria” teve muito impacto nos séculos XIX e XX, quando os Estados que se constituíam em Estados-nação mantinham o mito de que eram homogêneos e incorporavam grupos que não se reconheciam como seus na nova entidade política. Havia numerosas minorias nos grandes impérios, Áustria-Hungria, Rússia, Império Otomano, com um estatuto que por vezes lhes concedia direitos específicos, mas muitas vezes desiguais. Minorias religiosas, como judeus ou protestantes em países católicos ou mesmo cristãos orientais em países islâmicos, sofreram discriminações graves, como os nativos de países que foram conquistados. Também podem ser minorias linguísticas, ou de pessoas sem status.

Diversos textos internacionais, desde o início do século XX e na sequência de guerras e massacres, centraram-se na proteção das minorias. Mais recentemente, surgem no espaço público, pessoas definidas em função da discriminação, como “mulheres, pessoas com deficiência, homossexuais, nacionais considerados ‘visíveis’ pela cor da pele ou pela prática religiosa, independentemente de serem ou não da imigração”. “À escala global, o destino das minorias tornou-se um dos critérios de qualificação para a democracia e a implementação dos direitos humanos” (Wihtol de Wenden, 2020, p. 23).

Em geral, o Estado e a fronteira estão na origem da definição das minorias, afirma Wihtol de Wenden (2020), embora a cidadania individual e nacional sirva para conter desigualdades nas práticas do direito à igualdade cívica. A questão das minorias tem sido objeto de conflitos permanentes que desestabilizam a Europa, segundo a autora, na medida em que os Estados-nação foram formados por minorias que afirmavam não fazer parte delas, ou pela separação de outras minorias através das fronteiras entre vários Estados ou ainda expulsando minorias consideradas indesejáveis.

Na verdade, as minorias têm sido frequentemente consideradas como obstáculos à definição de Estados-nação homogêneos, devido à sua especificidade étnica, linguística e religiosa, por vezes alegada, às suas lealdades não-nacionais reais ou supostas e à sua aspiração, outras vezes, à

autodeterminação, até mesmo à independência (Wihtol de Wenden, 2020, p. 24).

ElHajji (2017) afirma ainda que a figura minoritária do migrante corresponde, em muitos aspectos, à noção do pequeno número de Appadurai. Historicamente, segundo ElHajji, são os grupos menores que se deslocam em direção a lugares ocupados por populações maiores e consolidadas. E enfrentam diversas formas “de discriminação, suspeição, criminalização, perseguição” e outros modos “de exclusão das minorias enquanto face dialética do projeto nacional de inclusão, completude e coesão social, política, cultural e simbólica da maioria” (ElHajji, 2017, p. 206). O *ethnos* nacional, fechado e regressivo, vira inimigo do *demos*, aberto e progressivo.

Atualmente, segundo Appadurai (2009, p. 14), nenhum país está a salvo dessa ameaça, “por mais benevolente que seja seu sistema político e por mais eloquentes que sejam suas vozes públicas sobre as virtudes da tolerância, do multiculturalismo e da inclusão”.

O medo aos fracos – abordado nas obras de Charles Cooley e Herbert Mead de 1964 sobre a natureza humana e a ordem social –, que se desenvolve a partir da interação simbólica entre “nós” e “eles” por meio da dinâmica de estereótipos, é evidente. A maioria é levada a pensar que está em perigo de se tornar minoria, seja ela numérica ou cultural. Esses medos são intensificados pela globalização, quando “as migrações globais dentro e por cima de fronteiras nacionais constantemente perturbam a cola que prende as pessoas a ideologias de solo e território” (Appadurai, 2009, p. 66).

Mbembe (2021) afirma que as fronteiras já não são linhas irreversíveis e raramente se cruzam. Também não são exclusivamente físicas, mas heterogêneas, incompletas e segmentadas. Não importa sua forma, segundo Mbembe, são carregadas de tensão. “Elas se articulam ora com núcleos securitários, ora com núcleos humanitários e ora com núcleos identitários” (Mbembe, 2021, p. 144). Capturam, afastam e imobilizam os indesejáveis. A mídia, por sua vez, dissemina um fluxo global de imagens do eu e do outro, algumas vezes transformadas em mercadoria, criando um “arquivo de híbridos que desmancham as linhas rígidas na borda das identidades de grande escala” (Appadurai, 2009, p. 66).

ElHajji (2018) ressalta que o choque da globalização e a ilusão pós-moderna escamotearam mecanismos ideológicos de opressão e exclusão de grande parte da população. O colonialismo toma formas mais sutis do que o antagonismo colonial observado

no “velho mundo”, que era linear em tempo e espaço. A circulação dos discursos e códigos simbólicos do opressor é difusa e mutável, dificultando as possibilidades de revolta ou resistência. Sob a capa da miscigenação, do sincretismo e de outras hibridizações, que apontam para uma fluidez social e identitária, avalia ElHajji, foi estabelecida uma hierarquia social e racial muito rígida e não muito distante do modelo escravocrata e genocida fundador da nação. “A única diferença é que, hoje, a hegemonia desse padrão se completou e o tornou um ideal nacional bastante consensual que abarca todos os aspectos da vida em sociedade, desde o político e organizacional até o subjetivo, ético e estético” (ElHajji, 2018, p. 270).

Nesse sentido, ElHajji (2018) sustenta que o fato migratório brasileiro é muito eloquente em relação a esse aspecto, uma vez que existe uma hierarquia racial nos moldes como se apreende a questão desde a época das grandes migrações do final do século IX e início do XX até os dias de hoje. A sociedade brasileira, segundo ElHajji (2018), segue se guiando por referências étnico-raciais. Dessa forma, o sujeito, seja migrante africano ou caribenho, não tem muita relevância para os brasileiros, “do mesmo modo que a mídia nacional continua usando modalidades discursivas diferentes segundo a origem do migrante, e os responsáveis políticos não escondem sua vontade de priorizar as migrações europeias (brancas) e barrar as outras (não brancas)” (2018, s.p.).

Caso do jovem refugiado político congolês Moïse Kabagambe morto a pauladas na cidade do Rio de Janeiro em 2022 suscitou o debate sobre xenofobia no Brasil, com repercussão internacional.<sup>13</sup> Reflexões sobre o racismo e o aumento da violência contra grupos que sofreram opressão histórica no Brasil foram destaque na mídia. Nas redes sociais, o uso de hashtag “JusticaPorMoise” denunciou a “violência insustentável” e a “selvageria”. ElHajji (2018) afirma, no entanto, que o problema do Brasil não é a xenofobia.

A origem da palavra xenofobia está nos termos gregos xénos (estranho, estrangeiro) e phóbos (medo, fobia), remetendo à aversão, à rejeição e ao ódio em relação aos estrangeiros (Joseph, 2023). Mais do que um medo, a xenofobia seria uma fobia, o que resultaria numa reação desproporcional a um suposto “perigo”, que pode ser imaginário e mais exagerado do que real, levando a atitudes irracionais e incontrolláveis (Bolaffi et al., 2003 *apud* Joseph, 2023). Essa prática de exclusão, baseada numa falsa percepção do outro, é construída, segundo Joseph, no imaginário social em diversos âmbitos, como teológico, acadêmico,

---

<sup>13</sup> Ver <https://www.bbc.com/portuguese/media-60252088>

histórico, cultural e político. Violências físicas e simbólicas são cometidas a corpos considerados fora de lugar. E a xenofobia transforma-se em tecnologia de poder por meio das “relações de dominação, de hierarquização e do ritual de humilhação e de desumanização dos outros e de seus corpos, submetidos à morte moral e social, rebaixados e inferiorizados” (Joseph, 2023, p. 316). Essa prática de exclusão divide as relações entre nós e eles por meio de estereótipos e estigmas. Joseph ressalta, no entanto, que a xenofobia não é homogênea, pois não atinge a todos da mesma maneira. Marcadores sociais de diferença, como classe, cor da pele, gênero, religião, nacionalidade suscitam práticas xenofóbicas. Portanto, para além de sua acepção inicial de medo, aversão e hostilidade ao estrangeiro, a xenofobia apresenta-se na atualidade como uma forma de racismo e repressão às minorias, dirigida aos outros, em sua diversidade. E ainda como causa política, para justificar medidas de contenção e criminalização de imigrantes, refugiados e deslocados.

Nesse sentido, ElHajji argumenta que a sociedade brasileira em geral é xenófila, excessivamente benevolente com o estrangeiro. Mas somos seletivos. Tudo depende do lugar de origem, da condição social, do gênero, da religião. “Não qualquer um: o rico, o branco europeu, o norte-americano”. Portanto, o problema da sociedade brasileira, na opinião de ElHajji, é o racismo histórico constitutivo do imaginário social nacional. O brasileiro abomina o negro, o pobre, o latino de fenótipo indígena, segundo ElHajji (2018).

Apesar de congolês, os agressores de Moïse Kabagambe se referiam a ele como angolano, deixando claro que não importava sua origem, mas evidenciando que Moïse não era um dos nossos. Era de fora. Era o Outro. E era duplamente minoria: migrante e negro. Não era minoria apenas em número, mas por sua condição social e política, que o relegou a uma situação de subalternidade, compondo a receita para variadas formas de discriminação, racismo, opressão e xenofobia.

Appadurai (2009) argumenta que os atentados do 11 de setembro tornaram o cenário de violência geral ainda mais instável e desencadearam um novo conjunto de desafios sobre a segurança do estado e a incerteza civil. O terror provocou novas discussões sobre a imigração e instaurou a geografia do ódio que, às vezes, funciona a longa distância, tanto econômica como cultural. A linha de força geral citada por Appadurai (2009, p. 88) é o ideocídio, um “fenômeno novo e grave, em que povos, países e modos de vida inteiros são considerados perniciosos e estranhos à esfera da humanidade”.

Nesse contexto de medo ao mais fraco, é também importante ressaltar a desestabilização do indivíduo, exacerbada na era da globalização, que envolve a institucionalização da dúvida. Giddens (1991) trata do desafio de produzir um eu coerente e ontologicamente seguro em tempos em que modernidade e globalização da vida social são processos incompletos e, com isso, a segurança ontológica – um sentido de ordem e continuidade a respeito das experiências do indivíduo – também pode ficar comprometida. A segurança ontológica tem a ver com “ser-no-mundo”, trata-se de um fenômeno emocional e não cognitivo, e está enraizada no inconsciente. A localidade móvel, as migrações, a falta de tradição e de rotina, a ameaça de guerras e catástrofes naturais, o desencaixe de identificação local... enfim, há uma série de riscos e perigos da vida moderna que criam novas formas de vulnerabilidade psicológica, influenciam a segurança ontológica e despertam a ansiedade existencial.

Ainda que sistemas abstratos proporcionem boa dose de segurança na vida cotidiana, Giddens (1991) destaca que a existência de muitos riscos globalizados que não respeitam divisões entre ricos e pobres ou entre regiões do mundo. A adaptação ao cenário de riscos não requer apenas a confiança básica em princípios impessoais para a existência social. Mas uma aceitação pragmática, que não é desprovida de custos psicológicos, uma vez que implica um certo entorpecimento que, com frequência, pode refletir uma profunda ansiedade. Como observa Susan Sontag sobre as metáforas da Aids (1989),<sup>14</sup> o apocalipse não é mais agora, mas um seriado de longa-metragem: “Apocalipse de agora em diante”.

### **2.3 Outsiders: sobre desvio e desviante**

O novo fenômeno citado por Appadurai (2009) de ideocídio, em que modos de vida inteiros são considerados perniciosos e estranhos à esfera da humanidade, nos leva a outro fenômeno analisado por Howard Becker, uma das figuras centrais da Sociologia desenvolvida pela Escola de Chicago: o desvio social. Becker (2008) parte de uma perspectiva interacionista, portanto, o desvio social é resultado de uma relação entre pessoas e pode ser mais comum

---

<sup>14</sup> SONTAG, Susan. **AIDS and Its Metaphors**. Harmondsworth: Penguin, 1989.

do que se pensa. “Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las” (2008, p. 15).

As regras definem o tipo de comportamento certo e o errado. O desvio seria a “quebra” de uma regra social aceita por determinado grupo e pessoa que infringe a regra imposta é rotulada como um *outsider*, ou seja, um desviante, enquanto a pessoa “normal” seria aquela comprometida com normas e instituições convencionais, capaz de controlar impulsos desviantes. Becker ressalta que os desviantes não são seres patológicos, mas participantes de um sistema de relações e interações constitutivo da vida social. Assim, podem ser *outsiders* os estrangeiros, as comunidades carentes, os ribeirinhos, e qualquer agrupamento menor dentro do maior já estabelecido.

Becker (2008) explica que as regras podem ser promulgadas de maneira formal, por meio de leis, quando há o poder de polícia do Estado para sua imposição. Também podem ser representadas em acordos informais, sedimentados com a sanção da idade e da tradição, com corretivos informais de diversos tipos. E são altamente diferenciadas ao longo de linhas de classe social, étnicas, ocupacionais e culturais. “À medida que as regras de vários grupos se entrecrocaram e contradizem, haverá desacordo quanto ao tipo de comportamento apropriado em qualquer situação dada” (Becker, 2008, p. 27).

Chicago foi um laboratório bastante diversificado para as análises sociológicas sobre o desvio, com a fundação de uma universidade, em 1895, a partir de uma grande doação feita por John D. Rockefeller, o milionário americano da indústria de petróleo. A Escola de Chicago teve como grandes temas de estudo a pobreza e a imigração que, aliás, seguem atuais. Considerada por Becker muito mais uma escola de atividade do que uma escola de pensamento, por ser formada por um grupo de pessoas com ideias diversas trabalhando em conjunto, sem partilhar a mesma teoria, a Escola de Chicago recebeu importantes nomes da Sociologia, como Georg Simmel e Robert Park.

No início do século XX, Chicago transformou-se de uma pequena vila em um amplo centro urbano, quando recebeu um grande fluxo de imigrantes em busca de trabalho e prosperidade, por conta da guerra na Europa. O crescimento da cidade do centro para as periferias criou problemas sociais, morais e culturais, que resultou no aumento da criminalidade. Foi de Park a ideia central da época sobre a investigação da vida social, que resumiu assim: “hoje, o mundo inteiro ou vive na cidade ou está a caminho da cidade; então se estudarmos as cidades, poderemos compreender o que se passa no mundo” (Becker, 1996,

p. 180). Portanto, havia a noção da importância de se compreender o contexto em que se davam os fatos.

Nesse contexto, Becker (2008) afirma que nem sempre desvios são cometidos de maneira consciente. Às vezes, pessoas envolvidas numa subcultura, isto é, numa cultura que opera dentro da cultura da sociedade mais ampla, não têm como saber se seu ato é impróprio. É possível haver áreas de ignorância de regras particulares, como é o caso de tabus vocabulares interlinguais, em que “palavras perfeitamente apropriadas numa língua podem ter um sentido ‘grosseiro’ em outra” (Becker, 2008, p. 37). Assim, a pessoa que usa um termo comum em sua própria cultura aprende depois que chocou sua audiência que é de uma cultura distinta.

Becker analisou o *modus operandi* do sujeito desviante dos grupos sociais em caráter inovador, como músicos de jazz, que produzem regras e conceitos próprios de normalidade. “Embora suas atividades estejam formalmente dentro da lei, sua cultura e o modo de vida são suficientemente extravagantes e não-convencionais para que eles sejam rotulados de outsiders pelos membros mais convencionais da comunidade” (Becker, 2008, p. 89). Também investigou o uso de maconha por determinados grupos, que enfrentam forças de controle social que fazem o ato ser considerado inconveniente, imoral ou ambos. “Os controles sociais afetam o comportamento individual, em primeiro lugar, pelo uso do poder, a aplicação de sanções” (Becker, 2008, p. 69). Dessa forma, recompensa-se o comportamento valorizado e pune-se o comportamento negativo.

o desvio é criado pelas respostas das pessoas a tipos especiais de comportamento, pela rotulação desse comportamento como desviante, devemos também ter em mente que as regras criadas e mantidas por tal rotulação não são aceitas universalmente. São, sim, objeto de conflito e discordância, parte do processo político da sociedade (Becker, 1973, p.18).

Erving Goffman (2021), outro intelectual da Escola de Chicago, definiu os desviantes sociais como aqueles que recusam aceitar o seu lugar e são tolerados temporariamente em sua rebeldia, desde que fiquem restritos na fronteira ecológica urbana de sua comunidade. São essas comunidades, como guetos étnicos e raciais, que funcionam como lugar de autodefesa e onde o sujeito deslocado considera a linha abertamente em que se encontra tão boa como qualquer outra. A definição de uma cultura constituída em torno de problemas decorrentes das diferenças entre sua definição de atividade desviante e a definição adotada

por outros integrantes da sociedade é um caminho para discernir o desviante do patológico.

Becker (2008) ressalta que alguns atos desviantes são cometidos isoladamente e as pessoas não podem desenvolver uma cultura, como é o caso do cleptomaniaco. O mesmo não se aplica ao assaltante que age em grupo. “Mas, além disso, os desviantes sociais sentem amiúde que não são simplesmente iguais a, mas melhores do que os normais, e que a vida que levam é melhor do que a vivida pelas outras pessoas que, de outra forma, eles seriam” (Goffman, 2021, p. 156).

Seja qual for o grupo desviante estudado, Becker (2008) destaca que o pesquisador sempre correrá o risco de ser acusado de tendencioso, por não estar fazendo justiça ao ponto de vista do lado oposto. No entanto, o que se apresenta não é uma visão distorcida da realidade, mas o que as pessoas estudadas criam por meio de suas interpretações de sua experiência e com base na qual agem. No fundo, foi essa perspectiva naturalista, de observar as ações do grupo estudado no dia a dia no cenário natural, sem deixar a teoria descrever o mundo, que Becker ajudou a promover na Escola de Chicago.

No desvio como ação coletiva encarado por Becker (2008), as pessoas agem atentas às reações de outros envolvidos nessa ação. No sentido do termo que Becker usou, de erro publicamente rotulado, o desvio é sempre resultado de empreendimento. Para que uma pessoa seja rotulada como desviante, é preciso que alguém tenha feito a regra, uma vez que ela não é automática. E mais, o dano precisa ser descoberto e mostrado. As pessoas devem ser levadas a sentir que fizeram algo não-convencional. “Infratores devem ser descobertos, identificados, presos e condenados (ou notados como ‘diferentes’; e estigmatizados por sua não-conformidade, como no caso de grupos desviantes legais como os músicos de casa noturna)” (Becker, 2008, p. 167).

Um dos desafios é identificar todos os participantes dos dramas morais, tanto acusadores quanto acusados, sem isentar de nossos questionamentos a ninguém, segundo Becker, por mais respeitáveis que sejam. Ao desconfiar de relatos oficiais certificados e adotar uma postura relativística diante das acusações de desvio levantadas por pessoas e autoridades constituídas, teremos matéria-prima para uma análise social que torna mais claras as bases do poder. Criadores e impositores de regras devem ocupar nossa atenção, segundo Becker (2008, p. 207). É preciso, portanto, realizar progressos em outros campos da sociedade, como instituições educacionais, serviços de saúde, forças armadas, indústria, comércio e todas as

outras áreas em que “o estudo sociológico esclarece as atividades de pessoas e instituições, influenciando, assim, as avaliações morais que fazemos delas”, como a mídia.

Na opinião de uma das entrevistadas por esta pesquisa, por exemplo, é papel da mídia “ensinar o que é uma pessoa refugiada ou residente” para organizações políticas, religiosas e outros atores que estão acolhendo refugiados, porque há um desconhecimento que, muitas vezes, alimenta o preconceito, construído com base em estereótipos.

## 2.4 Do estereótipo ao estigma

Em *Cultura e representação*, Stuart Hall (2016, p. 173) define o conceito de estereotipagem como algo “reduzido a alguns fundamentos fixados pela natureza, a umas poucas características simplificadas”. Segundo Hall, a estereotipagem é uma prática de produção de significados importante para a representação da diferença. Richard Dyer (1977, *apud* Hall, 2016, p. 190) fez uma distinção entre tipificação e estereotipagem, argumentando que, sem o uso de tipos, seria difícil, se não impossível, extrair sentido do mundo.

Entendemos o mundo ao nos referirmos a objetos individuais, pessoas ou eventos em nossa cabeça por meio de um regime geral de classificação em que – de acordo com a nossa cultura – eles se encaixam. Dessa maneira, nós “decodificamos” um objeto plano com pernas sobre o qual colocamos coisas como uma “mesa”. Talvez nunca tenhamos visto certo tipo de “mesa”, mas temos um conceito geral ou categoria de “mesa” em nossa cabeça e, nele, fazemos “caber” os objetos particulares que encontramos ou percebemos. (Dyer, 1977, *apud* Hall, 2016, p. 190)

Assim, Dyer argumenta que damos sentido às coisas em termos de algumas categorias mais simples. Já os estereótipos se apossam de poucas características, alguns traços que são depois exagerados ou simplificados, e essencializa, naturaliza e fixa a diferença. Com isso, implanta uma estratégia de cisão, segundo Hall (2016), dividindo o “normal e aceitável do anormal e inaceitável”. “Em seguida, exclui ou expelle tudo o que não cabe, o que é diferente” (2016, p. 191). Por isso, os estereótipos são considerados mais rígidos que os tipos sociais, uma vez que delimitam as regras para excluir estereótipos.

A estereotipagem, em outras palavras, é parte da manutenção da ordem social e simbólica. Ela estabelece uma fronteira simbólica entre o “normal” e o “pervertido”, o “normal” e o “patológico”, o “aceitável” e o “inaceitável”,

o “pertencente” e o que não pertence ou é o “Outro”, entre “pessoas de dentro” (*insiders*) e forasteiros (*outsiders*), entre nós e eles (Hall, 2016, p. 192).

Hall (2016) argumenta que a estereotipagem facilita a vinculação de laços entre os “normais” de uma comunidade imaginária e envia para o exílio os Outros. Vale ressaltar que a estereotipagem tende a ocorrer em lugares com grandes desigualdades de poder. Portanto, há uma violenta hierarquia, sendo o poder marcado não apenas em termos de exploração econômica e coerção física, mas, sobretudo, em termos simbólicos e culturais, incluindo o poder de representar o Outro. Nesse contexto, Hall (2016) lembra a construção da imagem estereotipada do Oriente criada por Edward Said (1978), em que o orientalismo foi o discurso por meio do qual a cultura europeia administrou e produziu o Oriente nas esferas política, sociológica, científica, militar e na imaginação depois do Iluminismo. “Esta forma de poder está intimamente ligada ao conhecimento ou às práticas do que Foucault chamou de ‘poder/conhecimento’” (Hall, 2016, p. 194).

De acordo com ElHajji (2011, s.p), “não é preciso insistir na força discursiva potencializadora da mídia enquanto locus principal de produção, construção e formatação do real político, social, étnico e cultural”. Atualmente, o discurso sobre o Outro, segundo ElHajji (2011), assim como a alteridade e a diferença, são categorias políticas, culturais e psicológicas e estão intimamente relacionadas ao aparato e ao discurso midiático global. Isso acontece tanto no sentido de aproximação de povos distantes e ampliação da capacidade de aceitação da diferença, como para reforçar preconceitos, no caso deste trabalho, com destaque para o estrangeiro. Não raro, o marcador étnico do indivíduo, muitas vezes ligado por seu potencial agregador, homogeneizador, também pode ser diferenciador e estigmatizante por conta da percepção condicionada e da representação estereotipada do fenótipo, cor da pele, sotaque e hábitos culturais de determinada população (ElHajji, 2023).

Tanto que a estrangeiridade é considerada, em si, um estigma. Uma das explicações passa pelo potencial subversivo da figura do estrangeiro de provocar estranheza, transparecendo um reflexo oposto da maioria e um dinamizador da diferença. Kristeva (1994, p. 10) argumenta que o indivíduo moderno, “defensor de sua diferença, não somente nacional e ética, mas essencialmente subjetiva”, não aceita o estranho. Afinal, esse estranho – no caso, o estrangeiro – dissemina a contradição de não ser “inteiramente verdadeiro nem

inteiramente falso”, porque tem necessidade de se fechar com suas angústias e sentir a segurança de ser (Kristeva, 1994, p. 16).

Desde os gregos, o estigma tem sido empregado como indicativo de uma degenerescência: os estigmas do mal, da loucura, da doença. Na Antiguidade Clássica, tentava-se tornar o mau visível, assim como qualquer coisa de extraordinário, por meio do estigma. Era essa marca que dava o aviso da existência de um criminoso, de um escravo, ou de uma pessoa cujo contato deveria ser evitado. Na Era Cristã, foram acrescentados dois níveis à metáfora do estigma. Havia o de natureza sagrada, a marca corporal de graça divina, e o do distúrbio físico que, com os estudos da patologia social, voltou a dar uma conotação de degradação ao conceito de estigma (Goffman, 2021).

Erving Goffman foi pioneiro em publicar um livro sobre o estigma em 1963 e deu início a um debate crescente sobre a natureza do conceito e sua relação com a discriminação. Entre os temas examinados a partir da elaboração de Goffman estão a desfiguração física e outras deficiências, a doença mental, a falta de moradia, a homossexualidade e a não conformidade de gênero, a delinquência juvenil e outras questões associadas de alguma forma a comportamentos não normativos (Parker, 2013). Para Goffman (2021), o estigma é definido como um atributo negativo (depreciativo), um defeito, associado com a questão do desvio, que torna o sujeito diferente, diminuído ou possuidor de uma desvantagem. Ou ainda, o estigma é a “situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (Goffman, 2021, p. 7).

Goffman menciona três tipos de estigma. Em primeiro lugar, há o que ele chama de “abominações de corpo”, que são as deformidades físicas. Em segundo lugar, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas, crenças falsas, desonestidade, como distúrbio mental, vícios, homossexualidade, comportamento político radical. Finalmente, há estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos por meio de linhagem e contaminar os membros de uma família. Os outros que não se afastam negativamente das expectativas particulares são chamados por Goffman de “normais”. As atitudes que pessoas normais têm com estigmatizados são discriminatórias em diversos tipos. “Tendemos a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original e, ao mesmo tempo, a imputar ao interessado alguns atributos desejáveis, mas não desejáveis” (Goffman, 2021, p. 15). E mais, é possível ainda considerar a resposta defensiva da pessoa com estigma

a tal situação como expressão direta de seu defeito e, então, segundo Goffman, considerar os dois, defeito e resposta, como justificativa da maneira como ela é tratada.

A característica central da situação de vida do indivíduo estigmatizado é uma questão do que é chamado de “aceitação”, de acordo com Goffman (2021, p. 18), e uma predisposição à “vitimização”. E ainda a pessoa com atributo diferenciado pode tentar obter ganhos secundários, inclusive como desculpa pelo fracasso a que chegou por outras razões. Após observar campos tradicionais dos problemas sociais, raça, relações étnicas, desorganização social, criminologia, patologia social e desvio, Goffman argumenta que foi possível notar que as pessoas estigmatizadas têm muito em comum entre si, o que permite classificá-las em conjunto para fins de análise.

Desviantes sociais, por exemplo, são definidos como aqueles que se recusam a aceitar o seu lugar e são temporariamente tolerados nessa rebeldia, “desde que se restrinja às fronteiras ecológicas de sua comunidade”. “Como os guetos étnicos e raciais, essas comunidades constituem um paraíso de autodefesa e um lugar onde o indivíduo deslocado considera abertamente a linha em que se encontra como tão boa quanto qualquer outra” (Goffman, 2021, p. 156). Fica claro, segundo Goffman, que esses grupos minoritários, se encontram em posição relativamente desvantajosa na sociedade. Muitas vezes, a marca de seu status é perceptível – está na linguagem, na aparência e nos gestos – e então, membros de classe baixa, descobrem que são cidadãos de segunda classe. A partir daí, indivíduos estigmatizados funcionam de maneira insegura sobre a recepção que os espera na interação face a face com organizações de serviço, cujo tratamento geralmente é baseado num ideal virtual de classe média, de acordo com Goffman.

A compreensão da relação do estigma com o preconceito e a discriminação tem sido cada vez mais foco de estudos nas últimas décadas. Por exemplo, estudiosos sentiram a necessidade de criar um novo quadro conceitual para avançar na luta contra o estigma e a discriminação relacionados com a Aids e orientar as ações destinadas a mobilização social e a resistência coletiva. Era hora de ir além da teoria inicial de Goffman, segundo a qual o estigma é uma espécie de marca, uma diferença de valor negativa. A ideia era pensar o estigma como uma espécie de processo social, ligado ao poder e à dominação.

Partimos dos princípios de que o estigma desempenha um papel fundamental na produção e na reprodução das relações de poder e controle; de que o desdobramento do estigma faz com que alguns grupos sejam

desvalorizados e outros valorizados de formas inerentemente discriminatórias, e de que a distinção entre pensamento e ação, entre a teoria e prática, deve ser reconceitualizada como uma forma mais complexa de práxis. Argumentamos que o estigma deve ser compreendido mais claramente ligado ao funcionamento das 'desigualdades sociais'; isso significa dizer que as questões de estigmatização e discriminação, quer em relação ao HIV e à Aids ou a qualquer outra questão, exigem que reflitamos mais amplamente sobre a forma como alguns indivíduos e grupos passam a ser socialmente excluídos, e sofre as forças que criam e reforçam a exclusão em diferentes contextos (Parker, 2013, p. 29).

O estudo de Parker em parceria com Peter Aggleton mostrou que o estigma não é um fenômeno de livre flutuação social. Os dois argumentaram que o estigma tem sempre uma história que influencia o momento em que aparece e a forma que assume. Essa compreensão pode contribuir para o desenvolvimento de medidas para combatê-lo e a redução de seus efeitos. Parker e Aggleton também analisaram a forma como o estigma é usado pelos indivíduos, pelas comunidades e pelo Estado para reproduzir as estruturas da desigualdade social. "Além disso, nos impulsiona a reconhecer a maneira como a compreensão do estigma e da discriminação nesses termos obriga a que nos concentremos na economia política da estigmatização e em suas ligações com a exclusão social" (Parker, 2013, p. 30).

As origens do desenvolvimento de pesquisas sobre o preconceito e a discriminação, especialmente nos Estados Unidos, foi motivado pela crescente preocupação social com questões ligadas a raça, racismo e etnia. O trabalho sobre o estigma foi mais estreitamente associado a questões relacionadas a saúde. Em anos mais recentes, os efeitos do estigma têm sido explorados em relação a pessoas que sofrem de doenças mentais, aos sem-teto, e a pessoas que vivem com HIV.

O documentário *Carta para Além dos Muros* (2019), dirigido por André Canto, mostra a cronologia da epidemia de HIV no Brasil por meio de relatos de especialistas e ativistas de diversas gerações, e expõe o estigma e a discriminação de pessoas que vivem com HIV, mesmo 30 anos depois do início da doença. Durante muito tempo, consolidou-se a ideia no imaginário popular de que a Aids era a doença do Outro. Ainda nos anos 1980, autoridades sanitárias dos Estados Unidos dividiram em quatro os grupos de risco: homossexuais, heroinômanos, hemofílicos e haitianos. A inclusão dos haitianos foi considerada por ativistas da época uma mistura de racismo e xenofobia no contexto da intensificação migratória, uma vez que não havia evidências de que o vírus teria vindo do Haiti, um país descrito por meio de estereótipos. Entre as metáforas usadas para se referir à doença na mídia, estavam "peste gay", "câncer cor

de rosa”, “doença dos pervertidos”, “providência divina”, “castigo de Deus”, “câncer gay”, “doença proveniente da promiscuidade”, “coisa do além”.

Figura 1: “Peste Gay é a epidemia do século” e “Pânico entre os homossexuais”



Fonte: Jornal *Luta Democrática*, outubro de 1983.<sup>15</sup>

A linguagem militar também era usada para fazer referência ao vírus, deixando a população alarmada. O documentário mostra campanhas de saúde com imagens de hospital, de crianças isoladas em camas, de seringas com sangue, e um locutor narrando com voz alarmista. “Atenção! Atenção! O inimigo avança cada mais e rompe todas as fronteiras. Ameaça nossos lares, não poupa mulheres nem crianças. O saldo dessa guerra continua desfavorável para os seres humanos (...)”. E continuava com números de contaminados e mortos, sendo que a maior parte, em São Paulo. “Os cientistas não acreditam na descoberta de uma vacina para antes de 10 anos. A nossa única arma é a prevenção. Aliste-se nesse exército”, dizia a peça publicitária da época. “Ao olhar para o passado, a gente consegue entender esse processo. Tudo foi tratado com tanto sensacionalismo pela imprensa e pela sociedade em geral, que essas imagens ficaram impregnadas nas nossas lembranças”, conta o diretor André Canto. “É uma construção social muito difícil de quebrar, mas o objetivo é

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/arte-e-cultura/cinema/documentario-reconta-a-historia-da-aids-no-pais/>>. Acesso em: 25/11/2022.

colaborar com todas as ações realizadas nessa tentativa de enfrentar o estigma e o preconceito”.<sup>16</sup>

Parker afirma que, ao longo dos anos, além do estigma, surgiu ainda um grande volume de trabalho para medir a experiência da discriminação. Em países como Estados Unidos e a África do Sul, com extenso histórico de discriminação racial intensa, foi realizada pesquisa para verificar a repercussão em relação a uma gama de fatores de estresse e fatores psicológicos, como autoestima, causados pelo estigma e pelo preconceito. Além disso, também tem havido trabalhos em diversas áreas sobre a violência e crimes de ódio relacionados a tais processos (Parker, 2013).

A discriminação tem sido vista como uma espécie de resposta comportamental causada por essas atitudes negativas – ou, como por vezes tem sido descrito na literatura, como uma forma efetivada de estigma ou preconceito. Em acepções mais populares, tanto o estigma quanto o preconceito têm sido considerados, em certo sentido, como a teoria, e a discriminação como a prática. Estabeleceu-se, então, uma nítida distinção entre ideias, atitudes ou ideologias, e suas consequências comportamentais e ações discriminatórias (Parker, 2013, p. 28).

Ao longo da última década, tanto o estigma quanto o preconceito têm sido cada vez mais conceituados como processos sociais fundamentalmente semelhantes. Ambos envolvem categorização, rotulagem, estereotipagem e rejeição social, e podem resultar em discriminação. “Me parece que as razões históricas subjacentes ao porquê de as sociedades estigmatizarem ou serem preconceituosas podem variar muito” (Parker, 2013, p. 31). Mas é possível afirmar, segundo Parker, que o estigma, o preconceito e a discriminação estão relacionados e ligados a uma gama de forças estruturais mais amplas, em particular desigualdades sociais e violência estrutural. “A compreensão do seu papel e da sua função como parte de um complexo aparato de exclusão social tem sido um elemento fundamental de grande parte desse trabalho recente” (Parker, 2013, p. 43). Isso abre possibilidades para construir respostas para seus efeitos negativos sobre a saúde e o bem-estar, com um retorno aos direitos humanos e à justiça social. Estudiosos se afastam do enfoque que poderia ser descrito como “iluminação” (daqueles que têm atitudes estigmatizantes e preconceituosas) e vão na direção de um enfoque maior na “resistência” (por parte de indivíduos submetidos ao

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://unids.org.br/2019/10/filme-escreve-uma-nova-carta-para-alem-dos-muros-para-acabar-com-o-estigma-sobre-o-hiv/>

estigma, ao preconceito e à discriminação) e “proteção social” dos excluídos (PARKER, 2013, p. 43).

Repensar o estigma, o preconceito e a discriminação em termos de uma relação mais ampla entre os processos culturais, as estruturas de poder e as possibilidades de resistência “nos conduzem a uma compreensão mais fundamentalmente social e política desses processos” (Parker, 2013, p. 31). Pensar as relações a partir dessa perspectiva com a violência estrutural é útil para compreender, segundo Parker, o modo como as estruturas restringem a ação de maneira que colocam as pessoas em situações de maior vulnerabilidade.

Johan Galtung (2007, p. 106, *apud* Parker, 2013, p. 32) definiu violência estrutural como uma “deficiência evitável das necessidades humanas fundamentais”, ou “o comprometimento da vida humana, que reduz o grau real no qual alguém é capaz de satisfazer as suas necessidades aquém do que seria possível de outro modo”. Na análise de Galtung, a violência estrutural é indireta. É construída na estrutura e revelada como poder desigual. São oportunidades de vida desiguais. “Pode não haver ninguém prejudicando diretamente outra pessoa na estrutura” (Galtung, 1969, p. 171, *apud* Parker, 2013, p. 32). Um dos exemplos mais citados de violência estrutural com base no pensamento de Galtung é o caso da desigualdade racial nos Estados Unidos.

Estruturas sociais, construídas sobre a base do racismo, colocam homens e mulheres negros (ou afro-americanos) em desvantagem sistemática, devido a oportunidades de vida desiguais. Pode não haver ninguém discriminando diretamente ou causando prejuízos àqueles que sofrem dessa desigualdade de oportunidade de vida. No entanto, níveis ainda maiores de morbidade e mortalidade caracterizam a população negra justamente por causa da estrutura de desigualdade racial, historicamente enraizada na escravidão, e depois perpetuada ao longo do tempo através de uma série de estruturas e práticas discriminatórias. Suas vidas são caracterizadas pela desigualdade de oportunidades de educação e pelo acesso mais limitado ao emprego, ao atendimento médico e à justiça (Parker, 2013, p. 32).

A compreensão da violência estrutural foi mais elaborada por Paul Farmer (ver Farmer 2004, 2005; Bourgois, 1995; Scheper-Hughes, 1996; Parker, 2001, *apud* Parker, 2013). Na opinião de Farmer, a violência estrutural, resultado da ação humana, tem a distribuição desigual do poder na sociedade como sua essência. Farmer e outros antropólogos destacaram ao longo dos anos 1990 e 2000 uma série de outros fatores estruturais ao lado da pobreza e da exclusão econômica, incluindo desigualdades raciais e étnicas, diferenciais de gênero em

termos de poder, opressão sexual e desigualdades relacionadas com a idade (que acomete especialmente jovens e idosos). Um conjunto de forças estruturais mais difusas concebidas como eixos de desigualdade caminham juntamente nos sistemas sociais contemporâneos, como a migração e o deslocamento (em função de fatores que vão desde a migração de trabalhadores sazonais até os conflitos armados e a migração forçada).

As relações sociais de produção e distribuição do capitalismo global também contribuem para criar a violência estrutural do mundo contemporâneo. Foram alvo de atenção dos estudos sociológicos os processos como a individualização crescente do trabalho (e o crescimento da economia informal), a exploração dos trabalhadores (especialmente crianças e mulheres), a exclusão econômica extrema de determinados grupos e a integração perversa em economias criminosas que colocam os indivíduos em risco. Como resultado, o processo contínuo de polarização de distribuição de riqueza tem crescido rapidamente, moldando diferenças sociais e vulnerabilidades que possibilitam a construção de modos de trabalho realizados sobre preconceito, estigma e discriminação (Parker, 2013).

Observamos, assim, que a estrutura é capaz excluir os estigmatizados sem, necessariamente, o indivíduo sofrer algum tipo de violência direta de outra pessoa, confirmando os argumentos da teoria da estruturação. Interessamos também analisar o impacto dessa exclusão na identidade da pessoa desacreditada frente a um mundo não receptivo. Goffman (2021) trata da busca por um refúgio moral num grupo de pessoas com o mesmo estigma.

Sabendo por experiência própria o que se sente quando se tem este estigma em particular, algumas delas podem instruí-lo quanto aos artifícios da relação e fornecer-lhe um círculo de lamentação no qual ele possa refugiar-se em busca de apoio moral e do conforto de sentir-se em sua casa, em seu ambiente, aceito como uma criatura que realmente é igual a qualquer outra normal. (...) Entre seus iguais, o indivíduo estigmatizado pode utilizar sua desvantagem como uma base para organizar sua vida, mas para consegui-lo deve-se resignar a viver num mundo incompleto (Goffman, 2021, p. 29).

Ao se reunir em grupos sociais do que Goffman chama de “mesma categoria”, surge a possibilidade de pessoas serem recrutadas para representá-los. A tarefa desses representantes seria convencer o público a usar um rótulo social mais flexível à categoria em questão, fornecem modelos vividos de realizações, são considerados heróis da adaptação,

“sujeitos a recompensas públicas por provar que um indivíduo desse tipo pode ser uma boa pessoa” (Goffman, 2021, p. 34).

Um outro modelo de socialização de um estigmatizado que pode se aplicar ao migrante refugiado citado por Goffman (2021) é ilustrado por aqueles que, inicialmente, são socializados numa comunidade e depois devem apresentar uma segunda maneira de ser. As dificuldades podem se estender às relações antigas. As pessoas com quem passou a se relacionar depois do estigma podem vê-lo como alguém que tem um defeito, enquanto as amizades anteriores não conseguem mais aceitá-lo de forma familiar.

As situações apresentadas por Goffman demonstram, por um lado, a atuação reflexiva do indivíduo em relação à dualidade da estrutura. Em outras palavras, ele age de acordo com o que a sociedade apresenta a ele e a sociedade o trata de acordo com a forma como ele se apresenta. Por outro lado, demonstra que o indivíduo se apropria da sua condição de refugiado para exercer seu poder de agência e mudar a estrutura na medida do que convém ao grupo estigmatizado, como se criasse uma identidade para atuar no novo ambiente.

## **2.5 Identidades forjadas**

A identidade social atribuída ao indivíduo inclui exigências rigorosas que devem ser preenchidas, sendo que nossa expectativa muitas vezes é ignorada por nós mesmos. É o que Goffman (2021) chama de identidade social virtual do indivíduo. A categoria e os atributos que ele tem, de fato, compõem a sua identidade social real. Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (Goffman, 2021, p. 12).

Aspectos da identidade social são usados na construção da identidade pessoal, que desempenha um papel estruturado, rotineiro e padronizado na organização social, por sua unicidade. É a imagem fotográfica do indivíduo na mente dos outros. É a identidade pessoal

que diferencia o indivíduo de todos os outros e que pode ser documentada. Sodré (2021) afirma que a identidade pessoal compõe aquilo que Goffman chama de “relações ancoradas” (ou “firmes”). Nessa situação, cada polo identifica o outro pessoalmente, ou a relação de dois indivíduos pode ser fortemente alterada, mas não pode voltar a um estado de não conhecimento.

No estudo do estigma, Goffman (2021) separa os estigmatizados em dois grupos: os desacreditados (aqueles que têm um estigma visível), e os desacreditáveis, cujo estigma não expõe o indivíduo à primeira vista. Logo, aos desacreditáveis, que não têm a diferença aparente, é dada a opção de exibi-la ou ocultá-la; contá-la ou não contá-la; revelá-la ou escondê-la. E, em cada caso, analisar para quê, como e quando fazer. Portanto, será possível manipular a informação oculta, ou lançar mão do encobrimento, como no caso do status de refugiado. A informação social que completa a imagem do indivíduo e se torna um símbolo do estigma pode se tornar visível quando sua função lhe trazer benefícios, como acessar serviços sociais sem a documentação completa.

Hall (2002) trata da questão da “crise de identidade” na pós-modernidade, como parte de um processo amplo de mudança em que quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social são abalados. Isso se dá em paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. A perda do sentido de si é chamada de deslocamento ou descentração do sujeito, tanto de seu lugar no mundo social e cultural como de si mesmos. O sujeito moderno torna-se, portanto, fragmentado, com várias identidades, reflexo da sociedade globalizada de mudança constante, rápida e permanente. “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (Hall, 2002, p. 13).

Nesse sentido, a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é, segundo Hall, uma fantasia. Hall, inclusive, recorre a Giddens ao afirmar que a modernidade é uma forma “altamente reflexiva de vida”, em que

as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando, assim, constitutivamente, seu caráter. (Giddens, 1990, p. 37-8)

Mas o que está em jogo na questão da identidade e que Hall (2002) destaca são as consequências políticas dessa fragmentação. Já que a identidade é alterada conforme o

sujeito é representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. “Ela tornou-se politizada”. E esse processo é, segundo Hall (2002), descrito como estabelecendo uma mudança de uma política de identidade para uma “política de *diferença*” (p. 21). Se as identidades nacionais são formadas no interior da representação, como afirma Hall, o sujeito moderno experimenta um profundo sentimento de perda subjetiva. As nações imaginadas tornam-se híbridas na pós-modernidade.

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha. (Hall, 2002, p. 75)

É preciso levar em conta, também, o que está sendo discutido em torno da identidade nacional no contexto da tensão entre “global” e “local”. Ao mesmo tempo que há um fascínio com a diferença, há um novo interesse pelo “local”. Nesse sentido, Hall (2002) adverte que esse “local” seria uma nova identificação “local”, e não a velha identidade. Hall afirma que a globalização é desigual e que, portanto, não produz o triunfo do “global” nem a persistência do “local” em sua velha forma. Hall (2002) destaca que a globalização tem o efeito de contestar e deslocar identidades centradas e fechadas de uma cultura nacional, ao mesmo tempo em que outras identidades tentam recuperar a pureza anterior e recobrir certezas que sentem perdidas. Enfim, em todos os casos, a identidade do sujeito estará delineada dentro dos quadros comunicativos, “diretamente responsáveis pelo ordenamento dos discursos sociais em circulação e pela modelagem de sua narratividade polifônica” (ElHajji, 2023, p. 83).

## **2.6 Síntese provisória**

No momento em que comecei a escrever este capítulo, o planeta registrava a marca de 8 bilhões de habitantes. No mundo congestionado, com densidade física e espiritual, articular a paz perpétua proposta por Kant torna-se um desafio gigantesco. Experiências recentes mostram que países como o Brasil não estão preparados para receber o estranho que bate à nossa porta. Resgatar o conceito de estrangeiro de Simmel, Kristeva, ElHajji e

Schütz, e seus vários sentidos foi o passo seguinte para tratar do migrante como reflexo oposto da média, maioria e normalidade, catalisador da diferença. Surge o medo ao pequeno número, correspondente à figura minoritária do migrante, que, segundo Appadurai, se desenvolve a partir da interação simbólica entre “nós” e “eles” por meio da dinâmica de estereótipos, levando a maioria a pensar que está em perigo de se tornar minoria numérica ou cultural. No contexto do medo ao mais fraco, surge um novo fenômeno grave, em que modos de vida inteiros são considerados perniciosos e estranhos à humanidade, o ideocídio.

Os estranhos nos levam ao fenômeno do desvio social estudado por Becker, que parte de uma perspectiva interacionista, segundo a qual o desvio é resultado de uma relação entre pessoas. Todos os grupos fazem regras e tentam impô-las em determinados momentos. Essas regras definem o certo e o errado e a quebra de uma regra social seria o desvio. Entre os desviantes, segundo Becker, estão estrangeiros e migrantes, grupos menores que desenvolvem uma subcultura, com regras particulares do grupo, dentro de uma cultura maior do grupo dominante. Apontar quem são os desviantes e rotulá-los como tal é estigmatizá-los por sua não-conformidade com as regras convencionais. Kristeva afirma que a estrangeiridade em si é um estigma pelo potencial subversivo do estrangeiro de provocar estranheza e de dinamizar a diferença.

Para chegar ao conceito de estigma, recorro à Stuart Hall e apresento uma breve explicação sobre o conceito de estereótipo. A estereotipagem é parte da manutenção da ordem social e simbólica, e estabelece fronteira entre o aceitável e o inaceitável, nós e eles. O estigma entra numa camada mais profunda. Segundo Goffman, reconhecido no trabalho do estigma, a pessoa estigmatizada é aquela que não pode ser aceita plenamente.

Se por um lado Becker analisa situações que levam ao desvio, sob uma perspectiva macro, Goffman desenvolve uma abordagem sobre o desviante e as formas de sobreviver com o estigma, a partir de uma perspectiva micro. Ambos, porém, contribuem com suas obras *Outsiders* e *Estigma*, da década de 1960, para reflexões ainda atuais sobre como o desvio e o estigma podem influenciar a forma do indivíduo agir na sociedade, limitando-o, coibindo-o. Então, o indivíduo agente, conforme a teoria giddensiana, vê sua capacidade de intervenção comprometida. Ao mesmo tempo, criadores e impositores de regras sociais devem também estar no centro de nossa atenção. Nesse contexto, relações de poder são estabelecidas. Quem tem o poder de representar o outro e de que forma? É o que veremos no capítulo seguinte.

### 3 A mídia e o Outro

O espaço midiático como *locus* por excelência de luta pelo poder simbólico na contemporaneidade é a premissa utilizada como ponto de partida neste trabalho. É na mídia em que são feitas negociações em torno de noções de inclusão, legitimidade e reconhecimento, “uma vez que foram as produções literárias, os jornais, e, em seguida, as audiovisuais, que participaram da construção e costura do que formaria a identidade nacional” (ElHajji; Zanforlin, 2008). Ao mesmo tempo, ainda que a mídia possa tecer a noção de pertencimento, não está implícita a noção de inclusão, como afirmam ElHajji e Zanforlin, uma vez que o conceito de nação, com o de identidade, se baseia “na exclusão da diferença”. “Neste caminho, acreditamos que os conteúdos midiáticos são os responsáveis pela mediação, sedimentação e circularidade de imagens, conceitos, ideologias e estereótipos que são constantemente renovados, repetidos, re-criados” (ElHajji; Zanforlin, 2008). E, se por um lado, o espaço midiático dá chance à diversidade e expressão da diferença, da alteridade, também abre lugar para “o estigma, o distanciamento, a luta pelo poder de representar”.

Nesse espaço também se investiga as negociações em torno dos sentidos e das representações, e é onde se cristalizaram discursos que vinculam a noção de moderno a signos – talvez legitimados por uma doutrina eurocêntrica – que sustentam o imaginário do imigrante desejado. Na expressão do imaginário eurocêntrico, ainda segundo ElHajji e Zanforlin, aqueles que detêm as condições de produzir e difundir informações operam a tessitura da divisão social, e perpetuam a afirmação de uma alteridade “nós e eles” no imaginário nacional, o que traz tensões sociais como consequência. No discurso eurocêntrico, por exemplo, o Outro nunca é sujeito autônomo e suficiente. É considerado um “campo de ação” do Ocidente, tanto física como simbólica e sua existência é fundamental para testemunhar e registrar a “marca existencial do Ocidente”, disponível para receber o conjunto de características negativas que produzem sua positividade.

Mas, afinal, de que mídia estamos tratando? De acordo com Sodré (2014), hoje o termo mídia resume a diversidade dos dispositivos de informação. Apesar de comunicar não ser o mesmo que informar, “a pretensão ideológica do sistema midiático é atingir, por meio da informação, o horizonte humano da troca dialógica supostamente contida na comunicação” (Sodré, 2014, p. 11). A internet surge como um dispositivo revolucionário em termos tecnológicos, gerador de um novo espaço (virtual). O que está em jogo é a

reconfiguração da vida humana, resultado de processos variados de subjetivação constantes na relação dialética entre o ser vivo e a coisa, quando o corpo humano é convertido em tela. “A internet é uma forma radical de conexão entre sujeito, coisa e sistema” (Sodré, 2021, p. 13).

Appadurai (2004) destaca que a comunicação eletrônica transforma mundos de comunicação e conduta preexistentes, porque oferece à construção de eus imaginados e de mundos imaginados novos recursos e novas disciplinas. Com a multiplicidade de formas que assume e na velocidade com que se move, a comunicação eletrônica é uma ferramenta que permite ao indivíduo se imaginar como um projeto social em curso. Nesse sentido, Appadurai (2004) afirma que se colocarmos a questão das migrações em massas (forçadas ou não) em justaposição com o rápido fluxo de imagens, textos e sensações midiáticos, haverá uma nova ordem de instabilidade na moderna produção de subjetividades. É o caso de turcos que trabalham na Alemanha assistirem a filmes turcos em seus apartamentos alemães, ou seja, serão espectadores desterritorializados. E estes vão criar esferas públicas de diásporas, invalidando a teoria de que apenas o Estado-nação arbitra a transformação social.

Em suma, a comunicação eletrônica e as migrações marcam o mundo do presente, não como forças tecnicamente novas, mas como aquelas que parecem impelir (e, por vezes, compelir) a obra da imaginação. Juntas, criam irregularidades específicas porque espectadores e imagens estão em circulação simultânea. (Appadurai, 2004, p. 15)

Seguindo essa perspectiva, Sodré (2021) ressalta a importância de compreender o novo campo conceitual da comunicação, ou seja, de buscar uma afinação (afetiva, política) com o mundo em sua diversidade. Há muita informação disponível e pouco conhecimento sobre a realidade biossensorial do corpo humano. “Daí a impressão de que, quanto mais se avança tecnologicamente, mais se regride em termos emocionais” (Sodré, 2021, p. 38). A informação vai além de um conteúdo a ser distribuído e passa a ser um processo estruturante capaz de se constituir em um solo virtual. É uma esfera vital análoga a um *bios*. E essa nova forma de vida, com estruturas que condicionam a ação humana, é o que veremos a seguir.

### **3.1 Forma de vida que condiciona a ação humana**

A tese sodreana da mídia como forma de vida (Sodré, 2014) evidencia que as coordenadas do real contemporâneo se efetivam e tomam forma apenas na esfera midiática. Sodré (2014, p. 109) explica que a midiatização é um conceito “descritivo de um processo de mudanças qualitativas em termos de configuração social por efeito da articulação da tecnologia eletrônica com a vida humana”. O conceito tenta dar conta de uma realidade capaz de permear as relações sociais por meio da mídia, constituindo uma forma de vida virtual, ou o *bios midiático*, como nomeia Sodré (2014). Nesse sentido, a luta bourdivina pelo poder simbólico ou a mobilização gramsciana contra-hegemônica, por exemplo, teriam sentido somente dentro desse *bios*.

O *bios* midiático é, portanto, a quarta forma de sociabilidade que Sodré acrescenta aos outros três *bios* aristotélicos: o modo do conhecimento (*theoretikos*), o dos prazeres (*polaustikos*), e a sociabilidade política (*politikos*). Portanto, a mídia influi no vínculo e se relaciona com o vínculo, indo além de apenas ser um aparelho de transmissor de informação de dados. A partir daí, Sodré pensa um novo objeto (*bios* midiático), em outro plano (da informação), sob uma lógica propriamente comunicacional, das conexões. Em *A ciência do comum*, Sodré (2014) define o *bios* midiático dessa maneira:

*Bios* midiático ou *bios* virtual são, assim, expressões adequadas para o novo tipo de forma de vida caracterizado por uma realidade “imaginarizada”, isto é, feita de fluxos de imagens e dígitos, que reinterpretam continuamente com novos suportes tecnológicos as representações tradicionais do real. Trata-se geralmente de um imaginário controlado e sistemático, sem potência imaginativa ou metafórica, mas com uma notável capacidade ilocutória (portanto, um imaginário adaptável à produção) que não deixa de evocar a dinâmica dos espelhamentos elementares ou primais (Sodré, 2014, p. 252).

Portanto, se antes o Estado totalitário, segundo Sodré (2014), pretendia enraizar-se na vida da nação, reunificando corpo e espírito contra o liberalismo, agora é a mídia que se enraíza na vida social culturalmente, por simulação ou por meio de uma forma espectral de vida (o *bios* midiático), “mobilizando os corpos da cidadania, instituindo um imaginário que se confunde com a realidade da vida nua, natural, de modo a constituir uma nova esfera existencial plenamente afinada com o capital” (2014, p. 252). Nessa esfera, o desejo se impõe como desejo de mercado.

No novo modo de vida, o *ethos* humano submerge numa estética telecomandada, e o indivíduo é expropriado da experiência e da singularidade, portanto da vontade, da escolha criativa e da partilha simbólica. O comportamento do homem atual, ainda segundo Sodré (2014, p. 254), é reflexo, ou seja, sua conduta é baseada na mera racionalidade funcional ou no cálculo utilitário dos efeitos, “afins à conveniência dos sistemas técnicos e do mercado”. Portanto, o *bios* midiático se define como o poder dos modelos (simbólico), que se atualizam ou se concretizam em determinados tipos de imagens. E são essas imagens midiáticas que regem as relações sociais, na reflexão de Sodré (2013), provêm dos modelos hegemônicos do capital e do mercado globais.

ElHajji (2011) afirma que as diferentes formas de luta pela hegemonia, contra-hegemonia, consenso e consentimento encontram o espaço ideal para revelar a complexidade do tecido social contemporâneo nos textos da mídia. Além disso, alinhavam os diversos campos de que são originários e possibilitam uma melhor compreensão da variedade de vozes que integram os discursos ideológicos em vigência.

Com isso, se toda organização social é estruturada, em primeiro lugar, na esfera discursiva, ElHajji argumenta que a importância do discurso da mídia não está limitada à sua capacidade de representar o real, mas é proporcional à sua eficácia na produção de sentido e de consenso para manter o *status quo*. E mais: é na mídia também que os discursos identitários, comunitários e étnicos são formados e formatados, conforme afirma ElHajji (2011), de comunidades engajadas em processos de luta pelo poder e negociação de posições e posicionamentos sociais para assegurar seus interesses e garantir a continuidade enquanto projeto e diferença.

Os Estudos Culturais abordaram a diferença de variadas maneiras em diversas disciplinas e o tema passou a ganhar um papel cada vez mais relevante. Hall (2016) destaca que o aspecto ambivalente da diferença, que pode ser tanto positiva quanto negativa.

Por um lado, é necessária para a produção de significados, para a formação da língua e da cultura, para as identidades sociais e para a percepção subjetiva de si mesmo como um sujeito sexuado. Por outro, é, ao mesmo tempo, ameaçadora, um local de perigo, de sentimentos negativos, de divisões, de hostilidades e agressões dirigidas ao Outro (Hall, 2016, p. 160).

Mas é nas relações intercomunitárias e na relação das comunidades especiais com a sociedade em geral que fica evidente a dramaticidade da questão da representação midiática do Outro, como ressalta ElHajji (2011).

Fica flagrante, portanto, a dramaticidade da questão da representação midiática do Outro nas relações intercomunitárias e, mais ainda, na relação das comunidades especiais com a sociedade em geral. Também fica evidente que não importa saber se as eventuais representações depreciativas ou preconceituosas são atos conscientes, voluntários e premeditados ou ingênuos vícios de linguagem e/ou mímesis retórica; já que, conforme temos aludido, os discursos são sociais e ideológicos.

Importa, sim, todavia, saber que o vocabulário escolhido, metáforas e outros recursos retóricos são atos políticos integrantes do edifício ideológico que rege nosso real e determina nossas ações e atitudes sociais. Os clichês ou estereótipos acumulados, ancorados e consolidados no imaginário popular, acabam compondo um terreno fértil para a discriminação, opressão e, em situações extremas, a aniquilação física (ElHajji, 2011, p. 6).

Na perspectiva da teoria da estruturação de Anthony Giddens e pelas lógicas da concepção institucional, a mídia é entendida como estrutura que condiciona e permite a ação humana reflexiva. O professor do Departamento de Mídia, Cognição, Comunicação da Universidade de Copenhague, na Dinamarca, Stig Hjarvard (2014) escreveu um artigo em que explica o conceito de instituição do ponto de vista da teoria da estruturação, que se baseia na ideia da dualidade da estrutura, na qual a estrutura é meio e resultado da prática social. Hjarvard (2014) pretende compreender a transformação na relação entre a mídia e as diferentes esferas da sociedade. Nesse sentido, midiatização, segundo ele, é entendida como o processo da mídia de coproduzir nossas representações mentais, nossas ações e relacionamentos com outras pessoas, inclusive em âmbito privado. Por isso, os efeitos da mídia vão além do domínio da formação da opinião pública e atravessam outras instituições sociais, como a família, o trabalho, a política, a religião.

A perspectiva institucional sobre a midiatização, portanto, não se destina a sobrepor a estrutura social à ação ou destacar a ordem institucional em detrimento da prática social, mas está, pelo contrário, comprometida a elucidar como as estruturas sociais funcionam como recursos para a interação social em situações específicas e como estruturas sociais são reproduzidas e talvez alteradas por meio da ação.

As instituições oferecem estabilidade e previsibilidade ao longo do tempo e do espaço, também são estruturas dinâmicas que proporcionam às organizações e indivíduos recursos materiais e simbólicos para agir reflexiva e criativamente em circunstâncias variadas e, assim, possivelmente

renovando as próprias instituições. Como consequência, a mudança acumulada em práticas de comunicação mediada, com o passar do tempo, podem suscitar transformações institucionais. (Hjarvard, 2014, p. 25)

Hjarvard (2014) destaca que a mídia influencia a interação social e que, do ponto de vista da teoria da estruturação, as instituições não são “a *camisa de força* da sociedade, limitando o indivíduo a se comportar de maneiras particulares e afirmativas” (p. 29). O indivíduo tem, sim, liberdade para “*agir de outro modo*”. No caso específico da mídia de massa e das redes sociais, há um constante fluxo de informação que, de certa maneira, orienta indivíduos e organizações a reajustarem suas práticas às condições contemporâneas, “implantando uma reflexividade progressiva na própria institucionalização da vida social” (p. 30). As mídias, por sua vez, também estão sujeitas aos processos da modernidade, entendidos como desencaixes de tempo-espço, e passam a alcançar também assuntos de caráter privado.

É preciso lembrar ainda que, conforme mencionei no primeiro capítulo, a mídia está na classificação das instituições das ordens simbólicas e dos modos de discurso que, associados, são um importante *locus* institucional da ideologia. Segundo Giddens (2018), a ideologia refere-se apenas às assimetrias de dominação que unem a significação à legitimação de interesses de grupos. A mídia é um tipo de instituição, portanto, que influencia a estruturação de sistemas sociais, padroniza comportamentos que desempenham um papel básico na constituição desses sistemas. Ao serem reconhecidas pela maioria dos integrantes da coletividade, essas práticas de rotina são usadas por agentes para influenciar a mudança social (Giddens, 2019).

Dessa maneira, ao definir vocabulário, metáforas e outros recursos retóricos para representar imigrantes e refugiados, conforme ressalta ElHajji (2011), a mídia direciona o imaginário popular sobre a figura do imigrante e do refugiado: seriam vítimas ou agentes com poder de mudanças? Por outro lado, como reagem o imigrante e o refugiado a essas representações? Assumem o papel da pessoa fragilizada e incapaz ou usam a posição de minoria para manter a diferença e estabelecer o próprio discurso? Encontra-se aí a reflexividade da estrutura, quando as duas partes interagem e se modificam.

ElHajji (2011) dá uma pista sobre como essa relação reflexiva é estabelecida. Hoje, a imagem do Outro, o discurso sobre o Outro, a alteridade e a diferença são categorias políticas culturais e psicológicas ligadas ao aparato e discurso midiático global. Isso é “tanto no sentido

de aproximação dos povos distantes e ampliação de sua capacidade de aceitação do diferente e da diferença como, ao contrário, para reforçar e arraigar clichês e preconceitos” (ElHajji, 2011, p. 6). Por outro lado, esse é o motivo pelo qual, segundo ElHajji, os grupos étnicos e culturais vêm lutando para interferir e influenciar os meios de comunicação. Tentam ainda se apropriar das “mesmas estratégias midiáticas de construção de eficientes sistemas contra-hegemônicos de comunicação comunitária” (2011, p. 7).

É a dualidade da estrutura, peça-chave da teoria de Giddens, funcionando intensamente. Ligada ao caráter recorrente da vida social, ela expressa a dependência entre estrutura e atuação. Fica evidente, portanto, que agência e estrutura só existem na dualidade. Dentro de cada grupo de refugiados, por exemplo, cada indivíduo escolhe como se comportar, por meio de ações, e essas ações vão criar estruturas do grupo em que estão naquele momento. É o caso de tentativas de intervenção comunitária identitária na paisagem midiática local, pelas várias tecnologias, suportes e linguagens, tanto na produção como no consumo. “Desde a presença e visibilidade na grande mídia até a produção de sua própria mídia comunitária, passando pelo uso das diferentes *TICs* existentes e até lançar mão de TVs transnacionais por satélite” (ElHajji, 2011, p. 7).

Nesse contexto, Oskay (2016) destaca que a autopercepção dos refugiados, que muitas vezes contrasta com as narrativas dominantes, e os variados exemplos de refugiados que constroem estratégias de sobrevivência para viver em ambientes desafiadores são ignorados ou negados de forma repetida. Em alguns casos, são até mesmo apagados. E é exatamente o que tentei resgatar neste trabalho, a partir do capítulo 4. Com isso, optei por buscar a percepção de um grupo de refugiados – ou de pessoas em contexto de refúgio – que foram selecionados pelos próprios refugiados que vivem no Rio de Janeiro para representá-los num evento nacional promovido pelo governo federal que discute propostas de políticas públicas para pessoas migrantes, refugiadas e apátridas.

Vale notar que, frequentemente, é mencionado um “tipo de refugiado ideal” no debate sobre o tema. Sabe-se que, no caso brasileiro, durante o projeto de “branqueamento” da população brasileira da ditadura Vargas, o governo selecionava imigrantes que entravam no país. Na lista dos indesejáveis, estavam negros, japoneses e judeus, assim como idosos e pessoas com deficiência. Na pesquisa de Fábio Koifman (2015) sobre o imigrante ideal, fica claro que as políticas de imigração brasileiras eram racistas, xenofóbicas e baseadas em estereótipos, com uma lógica própria de pensadores eugenistas. O imigrante ideal era branco,

católico e apolítico. Na Era Vargas, havia uma preferência maior pelos portugueses: europeus, acostumados à ditadura salazarista, que não vinham com ideias dissolventes. Ao mesmo tempo, havia um cuidado para não reproduzir o racismo contra grupos étnicos em voga nos Estados e na Europa, uma vez que a segregação poderia dificultar o projeto de “branqueamento” da população. Aliado a isso, havia um cuidado para manter uma boa imagem internacional.

Na mesma linha que Koifman, Maria Luiz Tucci Carneiro (2018) pesquisou arquivos brasileiros e identificou distintas formas de representação da imagem do imigrante, que se mostrou moldada por um discurso intolerante modelado por teorias eugenistas e políticas excludentes, principalmente durante a Era Vargas (1930-1945) e de Eurico Gaspar Dutra (1946-1954). A migração era interpretada como “problema”, ou seja, como “ameaça”. E desde a década de 1920 o estrangeiro passou a ser classificado em “desejável” e “indesejável”. Os critérios eram políticos, étnicos, culturais e religiosos. Os judeus que fugiam do nazismo e os japoneses, em especial, foram estigmatizados desde as últimas décadas do século XIX, como “indesejáveis” ou “raça inferior”. “Daí as expressões: perigo semita e perigo amarelo, além de outros perigos como o perigo vermelho/comunista” (Carneiro, 2018). Esse pensamento intolerante foi responsável por políticas discriminatórias por parte dos Estado, instigando violência física e simbólica.

Além disso, Carneiro afirma que as imagens enquanto fontes históricas e meio de conhecimento têm potencial para a reconstituição de estigmas e estereótipos que povoam o imaginário coletivo. Valores preconceituosos, clichês xenófobos e racistas eram reforçados pelas imagens criadas por caricaturistas em jornais e revistas ilustradas brasileiras. Isso expressava o conflito étnico, apesar do discurso oficial seguir no sentido do mito da democracia racial e do homem cordial brasileiro, pois nem todos os países tornavam públicas suas ideias e atos de exclusão, preocupados em construir uma imagem de nação sustentada em ideais humanísticos e democráticos, mesmo que falsos. “Ao negar os valores do ‘outro’-avaliado como um estranho à realidade nacional – o grupo dominante ‘garante’ valores positivos para os seus membros. Daí a segregação estar a um passo da exclusão” (Carneiro, 2018). Ao demonizar e animalizar enquanto símbolo da desordem e da inferioridade racial, o outro era desumanizado, como aconteceu com o judeu. Carneiro destaca que as analogias com vermes, serpentes, tubarões servia para responsabilizá-los “pela fome, pelo desemprego, pela prostituição e pelo atraso econômico”. A historiadora chama atenção ao fato de que “O

racismo persiste no contemporâneo valendo-se das novas mídias que continuam a manipular o imaginário coletivo, ainda que com novas roupagens”.

Nesse sentido, em seu trabalho *Êxodos e refúgios – colombianos refugiados no Sul e Sudeste do Brasil*, Angela Facundo (2014) observa que os colombianos são apresentados como facilmente “integráveis” por sua “proximidade cultural”. Os casos de insucesso são considerados exceções às normas. No entanto, “as interações cotidianas de solicitantes de refúgio e refugiados com os agentes de Estado sugerem que existe uma defasagem entre essas imagens e a situação das pessoas que são produzidas como refugiadas” (p. 3). As pessoas administradas mencionavam situações caracterizadas “pela precarização, pelo desamparo e pelo desespero”. Essas emoções, é importante ressaltar, não estavam relacionadas com o motivo da saída do país de origem, mas com barreiras jurídico-administrativas e a nova vida no Brasil.

Procurando aprofundar nessas leituras diferenciadas dos processos de refúgio, deparei-me com que elas foram se mostrando relacionadas – e, por vezes, justificadas – com uma contradição aparente entre uma ação humanitária sobre vítimas sofrentes que privilegiaria o alívio da dor dessas pessoas e uma razão de segurança nacional que se lhe oporia, subordinando as ações tendentes à sua proteção à necessidade de resguardar a integridade e as fronteiras de um Estado imaginado como nacional. Contudo, mais do que interrogar como verdadeira ou falsa essa oposição, me interessou indagar os próprios limites do humanitário como uma ação de governo de populações que inclui nela mesma um cálculo de contenção e uma necessidade de diferenciação entre as dores dignas de serem transformadas na figura de refúgio – que, como oferta de salvação da vida, adquire um caráter sagrado – e as dores profanas que não justificariam a transformação do sofrimento em um novo pertencimento à ordem ordenante da nação. (Facundo, 2014, p. 3)

Do mesmo modo, Sayad (1998) destaca que a imigração, sob a influência de diversos fatores, se constituiu como “problema social” antes mesmo de se tornar objeto da sociologia. “Não existe outro discurso sobre o imigrante e a imigração que não seja um discurso imposto” (Sayad, 1998, p. 56). Uma das formas dessa imposição, segundo o autor, é justamente perceber sempre e falar do imigrante como de um problema social. Não se leva em conta, por exemplo, que a imigração, por ser um fato social total, começa na emigração, como se não houvesse – e realmente não há – interesse em conhecer os motivos que levaram o imigrante a deixar o seu próprio país. Com isso, não sendo o imigrante um sujeito nacional, é aplicada a ele uma economia de exigências.

Sob o mesmo ângulo, Malkki (1995, p. 8 *apud* Facundo, 2014, p. 27) afirma que, quando os refugiados são abordados como objetos de estudo, há uma tendência a localizar “o problema” no corpo e nas mentes das pessoas e não na opressão política ou na violência que motivaram os deslocamentos. A produção da categoria do refúgio como condição anormal, segundo Facundo (2014), permite que os refugiados sejam considerados desprovidos de uma ordem ou que estão à margem dela. Com isso, está autorizado o tratamento como sujeitos que devem ser acolhidos e restituídos a uma condição de normalidade para recuperação da sua existência em sociedade, por meio de uma nova cidadania. Em sua pesquisa, Facundo desenvolve, ao longo do texto, argumentos para evidenciar que

a forma ideal que se persegue para o refúgio no Brasil é uma que, em primeiro lugar, não acarrete grandes custos econômicos ou diplomáticos e, em segundo lugar, não represente um problema em termos de risco de perder o prestígio de país receptor e humanitário, nem em termos de comprometer os interesses nacionais. (Facundo, 2014, p. 32)

Nesse contexto, segundo Oskay (2016), pesquisadores no âmbito acadêmico devem deixar de lado o tipo ideal e aproveitar o olhar analítico que reconhece e integra com sucesso a complexidade e a diversidade do exercício da agência dos refugiados, como faremos mais adiante.

### **3.2 A representação do sofrimento do Outro**

A História mostra que vivemos num eterno estado de emergência e que o conceito de catástrofe foi ampliado para darmos conta de compreender a experiência coletiva diante do sofrimento do Outro. No entanto, classificar um evento como capaz de gerar comoção pública não é tarefa óbvia. O termo “comoção” tampouco deve ser reificado. É fato que a palavra é um construto – documentada pela primeira vez na língua portuguesa em 1623, de acordo com o Houaiss –, que foi apropriada em diferentes contextos e adquiriu novas definições. Mas o significado a que nos referimos neste texto é de emoção forte e repentina, relacionado à comoção pública, em que é criada uma corrente emocional que unifica uma região ou país na perplexidade mediante, por exemplo, desastres de grandes proporções, no caso, tragédias consequentes do processo de refúgio. Diferentemente da comoção popular, associada a

baderna e desordem, a comoção pública reforça os laços sociais e o imaginário de nação, que compartilha sentimentos e se mobiliza para a ação.

Thomas Labbé (2019) lembra que nem sempre eventos extremos foram concebidos como uma ocasião de “crise humanitária” que justificasse políticas compassivas. O pesquisador apresenta as raízes históricas da supervalorização dos sentimentos empáticos na base da moralidade política e nos ajuda a compreender a construção da visão catastrófica na sociedade contemporânea, em que o imaginário gravita em torno da noção de “morte coletiva”. O desastre cristaliza a reação social determinada em grande parte pelas emoções e medos associados a ele. Portanto, “a catástrofe torna-se uma ferramenta heurística para analisar a construção social das emoções” (Labbé, 2019, p. 49).

Labbé (2019) remete ao lugar da compaixão no imaginário e na política da Idade Média. Nas sociedades medievais, a gestão dos desastres era mais voltada às orações do que ao amparo material. Ações de solidariedade eram raras e as autoridades públicas não se consideravam obrigadas a prestar socorro às populações atingidas. A documentação sobre a Peste Negra no século XIV, por exemplo, traz pouca informação sobre o choque emocional e o sofrimento das vítimas da pandemia.

A ajuda às vítimas não se tornou uma questão política até a virada do século XV para o século XVI, quando houve uma ruptura na política ocidental das catástrofes e a percepção do evento natural extremo foi remodelada por uma trágica apreensão da realidade. Os textos passaram a expressar gestos e a descrever situações que representavam o sofrimento dos aflitos. Mas Labbé (2019, p. 69) destaca que teóricos atentaram para o fato de as calamidades públicas, já naquele século, terem se tornado “objeto de uma possível instrumentalização do exercício do poder”, uma estratégia política de governantes para inspirarem compaixão, conquistarem os súditos e serem respeitados.

No fim da Idade Média, as expressões do estranho, do excesso e do medo eram as emoções que dominavam os discursos de catástrofe entre os cronistas. Naquela época, os desastres naturais eram encarados como uma atitude divina de punição aos pecadores no plano terrestre. Os discursos eram no sentido de inspirar terror nos homens e temer a Deus.

Com o tempo, novos valores e práticas surgiram, o sofrimento da vítima foi reconhecido e, no século XVIII, o discurso religioso caiu por terra. Surgiu uma sensibilidade ao infortúnio, simbolicamente marcado pelo terremoto de Lisboa em 1755, quando o sofrimento ganhou lugar na interpretação do mundo, base da razão humanitária que se expressou, mais

tarde, no governo humanitário. Foi preciso, então, ir além do desastre. A busca por soluções de compensação para as vítimas da realidade, segundo Labbé (2019), passou a ser uma obrigação moral.

Mas como mobilizar o coletivo para a ação? No caso do refúgio, como sensibilizar a sociedade de destino para o acolhimento? De 2015 até os dias atuais o mundo tem enfrentado a pior crise relacionada ao refúgio desde a Segunda Guerra Mundial, de acordo com dados de organizações internacionais. Os números mostram que nem mesmo a pandemia de Covid-19 deverá reduzir o movimento migratório, ainda que barreiras impostas sob o argumento de proteção sanitária permaneçam de alguma outra maneira.

Durante a travessia, muitos migrantes, em geral, ainda sofrem diversos tipos de violência e, em inúmeros casos, a fuga acaba terminando em tragédia. Os eventos que se tornam catástrofe são registrados em imagens perturbadoras, divulgadas pela mídia e disseminadas em redes sociais. Tecnologias culturais de comoção pública associadas ao jornalismo são usadas para comunicar a dor, e a emoção pauta a construção midiática do tema.

É consenso entre estudiosos que vivemos hoje a época das emoções. Diversos campos acadêmicos passaram a estudar a emoção nas últimas três décadas do século XX, o que foi considerado por Thomas Dixon (2003) uma verdadeira “revolução”. Os estudos passaram a celebrar o corpo e as emoções, em uma reação à suposta preocupação com o intelecto e a razão, observada em trabalhos anteriores. “A categoria das emoções, concebida como um conjunto de sentimentos moralmente desengajados, corporais, não cognitivos e involuntários, é uma invenção recente” (Dixon, 2003, p. 3).

Dixon (2003) explica que “paixões”, “afeições” e “sentimentos” deixaram de ser usados por psicólogos para se referir às emoções. Foi uma tentativa de desconectar das ideias religiosas do passado, quando falar de “paixões e afeições da alma” era encaixar o pensamento em uma rede de conceitos e categorias cristãos. A categoria de “emoções” era estranha ao pensamento cristão tradicional, e passou a fazer parte de uma rede mais nova e secular de palavras e ideias. Mas, segundo Dixon (2003), o status moral da emoção segue obscuro, uma vez que o uso excessivo da emoção abre espaço para questionar a verdadeira causa de um comportamento: um sentimento involuntário ou um ato cognitivo? Seja qual for a resposta, a mobilização afetiva do público é parte da estratégia da mídia na cobertura de catástrofes.

A comunicação eficaz sobre a migração – e, mais especificamente, sobre o refúgio – é fundamental para gerenciar o processo migratório. Políticas públicas e percepções da comunidade são fortemente influenciadas pela mídia de massa. Em geral, o discurso midiático sobre a migração é construído sob a perspectiva do país de destino e as atitudes da população acolhedora costumam ser moldadas por fatores contextuais, como crises econômicas e conflitos políticos. Relatório da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2011) aponta que a mídia é frequentemente a principal fonte de informação do público sobre o tema.

Portanto, a cobertura episódica, o exagero de fatos, a superestimação do número absoluto de migrantes em determinada região são alguns fatores que podem moldar uma percepção equivocada, disseminar a desinformação e estimular um ciclo vicioso de políticas restritivas. Além disso, mal-entendidos sobre a migração, com a criação de estereótipos e representações negativas, também podem levar a uma sensação de marginalização do grupo. “A comunicação eficaz sobre os migrantes e a política de migração para o público em geral continua sendo um dos maiores desafios que os países de origem e destino enfrentam” (OIM, 2011, p. I).

Enquanto isso, na medida em que o espectador é continuamente confrontado na mídia com diversas imagens de desastres, traumas e formas de sofrimento, suas emoções são envolvidas e influenciam seu comportamento em relação a quem vem de fora. Neste momento, são analisadas, de início, duas fotos que retratam o refúgio na contemporaneidade e que foram divulgadas pela mídia de massa e disseminadas pelas redes sociais em duas ocasiões distintas. É possível identificar o uso pela mídia de duas poderosas tecnologias culturais da comoção nos dois casos: sentimentalismo e sensacionalismo.

A primeira foto (Figura 2) é de 2015, registrada pela fotógrafa Nilüfer Demir, que cobria em Bodrum a crise migratória para a agência de notícias turca Dogan. Entre janeiro e setembro daquele ano, mais de 350 mil pessoas atravessaram o Mediterrâneo para chegar à Europa, um número quase 60% maior que o registrado em 2014. A crise humanitária na Síria levou milhares de imigrantes a atravessarem o mar. Estima-se que cerca de 2,6 mil tenham morrido na travessia. Um deles é o menino da foto que estampou a capa dos principais jornais do mundo na ocasião e que acabou se tornando emblemática da situação do refúgio na contemporaneidade.

Figura 2: Menino refugiado na praia de Bodrum, na Turquia (2015)



Fonte: O Globo/AFP

Aylan Kurdi, de três anos de idade, estava de bruços na areia, perto do mar, com camiseta vermelha, short azul e sapatos pretos... morto. Tentou fugir do conflito na Síria com a família num bote, que afundou próximo à península de Bodrum, um balneário com resorts de luxo, a caminho da ilha de Kós, na Grécia, destino buscado por milhares de refugiados que tentam chegar à Europa. “Vítima”, “vergonha”, “tragédia”, “catástrofe”, “horror” e “crise” foram algumas das palavras que ocuparam as manchetes daquele dia junto com a foto do menino, para demonstrar a complexidade sobre questões do deslocamento forçado de pessoas que fogem de perseguições e guerras.

A segunda foto (Figura 3) é de 2021, quando o Talibã tomou o poder no Afeganistão, levando milhares de pessoas a fugirem do país. A foto mostra um avião da Força Aérea dos Estados Unidos, que tem capacidade para cerca de 100 pessoas, com mais de 600 afegãos embarcados no aeroporto de Cabul. A imagem revela homens, mulheres e crianças sentados no chão da aeronave. As manchetes dos jornais traziam palavras como “caos”, “amontoados”, “tumulto”, “desespero”, “carnificina”, “fúria”.

Figura 3: Avião militar americano segue para o Qatar com 823 afegãos a bordo (2021)



Fonte: Defense One/Reuters<sup>17</sup>

A imagem do menino viralizou na internet com a hashtag que dizia algo como “a humanidade se choca contra a costa” e causou comoção mundial, sendo comparada à icônica foto da menina vietnamita correndo nua após o bombardeio em 1972. Mas por que a foto de Aylan Kurdi, que morreu afogado junto com outras 15 pessoas que viajavam no mesmo bote, chamou tanta atenção em meio a inúmeras outras imagens de vítimas das tragédias atuais? Por que Aylan foi o escolhido para estar na capa dos jornais? A imagem foi ainda reproduzida em obras de arte, como a escultura doada à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), cujo lançamento teve a presença do Papa Francisco em 2017, quando destacou em seu discurso que a fome só acabará quando não houver mais guerra.

A segunda foto, de 2021, divulgada pelo governo norte-americano, chegou a ser confundida com outra imagem de um avião lotado nas Filipinas em 2013 devido à passagem de um tufão e causou confusão nas redes sociais, levando a esclarecimentos pela mídia. O enquadramento similar e o fato de as imagens mostrarem o interior de aviões do mesmo modelo da Força Aérea dos EUA podem ter contribuído para a confusão entre as fotos, que começou com a divulgação da foto de 2013 em um perfil de um brasileiro nas redes sociais.

---

<sup>17</sup> Avião militar que decolou de avião superlotado do Afeganistão tinha 823 passageiros. **Folha de S.Paulo**, 20.ago.2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/08/aviao-militar-que-decolou-superlotado-do-afeganistao-tinha-823-passageiros.shtml>

Nos dois casos, na foto de 2015 e na de 2021, é possível observar a exploração de dois tipos de sensibilidade que coexistem na estrutura do ser humano, como explica Jervis (2015). Uma é a sensibilidade física, aquela ligada à disposição do indivíduo para experimentar sensações, que se manifesta no funcionamento do corpo como receptor de estímulo. A outra é a sensibilidade moral, vinculada ao sentimento que conecta nossas afeições às de outras pessoas. Segundo Jervis (2015), o sensacionalismo pode distorcer nossa capacidade de adquirir autoconhecimento e compreender eventos ao nosso redor. No entanto, o pesquisador não acredita que o sensacional seja mera distorção, mas uma visão e experiência de mundo moderna. Jervis examina a dinâmica da sensação como uma experiência, como ocorre nos efeitos corporais de choque e no impacto dramático de eventos midiáticos, e afirma que o mundo moderno nos apresenta uma série de momentos sensacionais, com experiências que se tornam públicas, envenenadas pela intensificação da reprodução midiática.

Desde o século XVIII, a modernidade ocidental está imbricada em uma cultura do espetáculo e da sensação, que é concomitante a fenômenos como a literatura em massa e os meios de comunicação de massa, segundo Jervis (2015). “Na cultura da hipérbole, até o normal se torna extraordinário se for para ser noticiado, e nenhum problema vale ser anunciado, nenhuma desgraça vale ser proclamada, a não ser que alguém possa dizer que ficou traumatizado com isso” (Jervis, 2015, p. 2).

É, portanto, uma forma culminante do “espetáculo da sensação”, um processo que liga corpos, mentes, tecnologias e outros, ou seja, uma realidade cultural que aponta e tenta incorporar dimensões discursivas e físicas. Em um contexto de sensacionalismo e espetacular, estão em jogo a resposta empática do público, as batalhas entre o bem e o mal, e absolutos morais. Jervis (2015) explica que em tempos de ideologias racionalistas de transformação social que se desvanecem, a influência da mídia – do sensacionalismo e do espetáculo – na distorção do conteúdo supera a capacidade do público de se defender contra o transbordamento de um sentimento indisciplinado.

### **3.3 Entre a sensibilização e o entorpecimento**

A fotografia flertou com a morte desde seu surgimento no século XIX, ao produzir um vestígio que superava qualquer pintura como lembrança do passado desaparecido. Em *Diante*

*da dor dos outros*, Susan Sontag (2003) conta que, atualmente, somos espectadores de calamidades ocorridas em outro país por meio de notícias que sublinham conflito e violência. A tecnologia da comunicação de massa aproximou distâncias e nos fez repensar as fronteiras entre público e privado, real e virtual. Guerras são também sons e imagens em nossas casas. E a globalização nos traz a noção de uma solidariedade global. Mas o sofrimento com as guerras distantes, segundo Sontag, é algo construído. “O sofrimento explode, é compartilhado por muita gente e depois desaparece de vista” (Sontag, 2003, p. 52).

A compreensão da guerra de quem não vivenciou de perto é, portanto, produto do impacto das imagens que, por ter apenas uma língua, ao contrário do texto, se destina potencialmente a todos. “O fluxo incessante de imagens (televisão, vídeo, cinema) constitui o nosso meio circundante, mas quando se trata de recordar, a fotografia fere mais fundo” (Sontag, 2003, p. 59). Assim, Sontag afirma que, na era de muita informação, a fotografia apresenta um modo rápido de apreensão de algo.

Mas nem sempre foi assim. De início, a fotografia de guerra pretendia registrar imagens positivas da atividade guerreira. O fotógrafo “oficial” da Guerra da Crimeia, Roger Fenton, por exemplo, clicava o sacrifício dos soldados, para enviar outra mensagem de uma guerra impopular. Suspeitavam até de encenações para os registros. Essas suspeitas só passaram a ser descartadas com a chegada da televisão, a partir da Guerra do Vietnã, quando a fotografia passou a competir com as imagens em movimento. Portanto, a foto da menina que correu nua em fuga por uma estrada gritando de dor pertence ao grupo das fotos que não foram posadas, destaca Sontag.

Apenas a foto pode captar uma morte quando ela ocorre e embalsamá-la para sempre. E é justamente esse tipo de foto que costuma ser reproduzida com mais frequência, segundo Sontag. Mas por que será que isso acontece? Qual o sentido de exibir fotos que causam desconforto?

O reconhecimento de um sofrimento que poderia ter sido evitado e a crença na inocência do sofredor tendem a justificar a seleção desse tipo de foto, capaz de gerar um desconforto no espectador relacionado à injustiça da desigualdade, despertar compaixão e indignação moral que, por sua vez, levaria à ação. “Precisamos fazer mais” foi a manchete do canadense *Metro* que acompanhava a foto de Aylan Kurdi. Como avalia o diretor de emergências do Human Rights Watch, Peter Bouckaert, foi a carga de etnocentrismo na reação dos europeus em relação à foto. A primeira reação de grande parte do público foi

pensar: “Poderia ter sido meu filho”. Tanto que, explicou Bouckaert, semanas antes, fotos de dezenas de crianças africanas mortas em praias da Líbia não teriam causado o mesmo impacto (Paraguassu, 2019).

Conforme teoriza Kaplan (2011), o conceito de empatia deve ser estendido desde a identificação com a vítima no aqui e agora até a identificação com grupos. O acontecimento de quem sofre só ganha importância na medida em que representa uma condição compartilhada por muitos. “A identificação empática com um indivíduo é apenas o começo: a narrativa e a estrutura das pinturas levam o espectador de indivíduos a coletividades” (Kaplan, 2011, p. 276).

Jornais explicaram a opção pela publicação da foto do menino naquele momento. Para uns, foi uma maneira de humanizar a crise. A foto foi considerada um marco sobre o refúgio, quando as pessoas finalmente se deram conta de que se trata de pessoas reais e sobre o fato de que pessoas arriscam tudo – até mesmo a vida dos filhos para cruzar fronteiras. No Brasil, o *UOL* divulgou um texto em que explica a decisão de publicar a foto, ainda que a imagem pudesse espantar as pessoas em vez de atraí-las. “O jornalismo existe para informar. E palavras não descreveriam com a força necessária a dimensão da tragédia em curso na Europa e no Oriente Médio. Não nos compete suavizar a realidade, mas sim retratá-la com precisão.” Para o autor da foto do menino, Nilüfer Demir, da agência de notícias turca Dogan, a imagem estabeleceu uma nova forma de se conversar sobre a crise migratória (Paraguassu, 2019).

Sontag (2003) alerta que fotos aflitivas não perdem necessariamente seu poder de chocar. “Mas não ajudam grande coisa, e o propósito é compreender”. Segundo ela, “narrativas podem nos levar a compreender. Fotos fazem outra coisa: nos perseguem” (2003, p. 242). Mas a compaixão, lembra Sontag, é uma emoção instável. Se não for traduzida em ação, ela definha. Se “nós” não podemos fazer nada por “eles”, então a empatia pode se transformar em apatia. Portanto, não é quantidade de imagens despejadas que tornam o espectador insensível. Na avaliação de Sontag, é a passividade que embota o sentimento.

Mostrar um inferno não significa, está claro, dizer-nos algo sobre como retirar as pessoas do inferno, como amainar as chamas do inferno. Contudo, parece constituir um bem em si mesmo reconhecer, ampliar a consciência de quanto sofrimento causado pela crueldade humana existe no mundo que partilhamos com os outros. (Sontag, 2003, p. 306).

Ao teorizar sobre como a empatia está envolvida no impacto que as imagens diárias de catástrofes causam no espectador, Kaplan (2011) afirma que nem todos respondem de maneira igual em relação a uma mesma foto. Kaplan segue na mesma linha de Sontag e destaca ainda que a empatia vazia é produzida por imagens que são recebidas de forma massiva. Ou seja, a empatia é dissipada na medida em que as fotos chegam sucessivamente. E mais, imagens fora de contexto, de forma fragmentada, também distanciam o espectador e suscitam uma empatia fugaz.

Assim, se por um lado houve questionamentos sobre o incentivo de “fascínio mórbido” com a publicação da foto do menino Aylan Kurdi, evidenciando a toxicidade da imagem, por outro lado, profissionais da mídia alegaram que seria uma forma de mostrar a tragédia dos que tentam cruzar a fronteira e conscientizar governos e sociedade civil. Na foto do avião com afegãos, a imagem que representa um grande fluxo em deslocamento, sem contextualizar o momento da chegada além da fronteira, foi associada a um discurso midiático de receio dos países em absorver aquele contingente indefinido. Manchetes falavam em “nova onda de refugiados”, a França “nervosa” com a chegada de afegãos em busca de refúgio e a Europa se articulando para “evitar” a chegada em massa de pessoas desse país, num tom diferente das manchetes indignadas que seguiam a foto do menino sírio.

Esse tipo de estado de negação em relação ao sofrimento do Outro chamou a atenção de Jervis (2015b) em outro artigo sobre sentimentos empáticos, quando o autor tenta criar uma estrutura de sentimento em estado virtual, observada em diferentes contextos históricos e configurações culturais. Se o sentimentalismo envolve um imediatismo de resposta emocional, que pode ser incorporado em forças coletivas poderosas, a empatia envolve sentimentos em um sentido mais amplo, que envolve reflexão, e assume um grau de distanciamento do outro ao mesmo tempo em que busca superá-lo. Com isso, Jervis destaca que o problema do sentimento parece estar ligado à relação com o outro.

A questão que surge, segundo Jervis (2015b), é se nós temos empatia apenas por aqueles com quem mais nos parecemos. Gostamos mais porque somos mais parecidos? Somos mais propensos a ter empatia por aqueles que são “mais próximos” de nós? A cobertura da mídia europeia durante o ataque russo à Ucrânia, quando a Europa abriu os braços para receber os milhões de refugiados ucranianos, ganhou destaque internacional no momento em que jornalistas afirmavam que aqueles refugiados não eram os que o mundo estava acostumado a ver. Diziam que eram refugiados “que se parecem conosco”. “Es muy

emotivo para mí porque veo europeos com ojos azules e cabelo rubio... ser asesinados todos los días”, relatava um profissional da BBC, conforme matéria do *The Washington Post*.<sup>18</sup> “Europeus, cristãos, civilizados, classe média”. Outro profissional do *The Telegraph* afirmava que “Se parecen tanto a nosotros. Eso es lo que lo hace tan impactante. La guerra ya no es algo que afecta a las poblaciones empobrecidas y remotas. Le puede pasar a cualquiera”. Imagens de sofrimento, especialmente de crianças ucranianas, estampam jornais do Brasil e do mundo.

Figura 4: Infância interrompida na Ucrânia (4/3/2022)



Fonte: O Globo/Daniel Leal/AFP

Figura 5: Criança na guerra da Ucrânia dentro do trem para o refúgio, 5/3/2022.



Fonte: Folha de S.Paulo/Sergei Chuzavkov/AFP

<sup>18</sup> Hellyer, H.A. La cobertura en Ucrania evidencia viejos prejuicios racistas em los médios occidentales. **The Washington Post**. 01/03/2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/es/post-opinion/2022/03/01/ucrania-invasion-rusia-racismo-prejuicios-cobertura-medios/>

Enquanto isso, conflitos sangrentos seguem em outros países sem tanta atenção midiática internacional, como Etiópia, Iêmen, Haiti, Mianmar, além de Síria e Afeganistão, que perderam destaque na mídia. É importante notar, como explica Jervis (2015b), que os avanços da tecnologia vêm permitindo espetáculos cada vez mais sofisticados na mídia à medida que o capitalismo investe na publicidade de massa.

Mas, afinal, qual é a responsabilidade dos meios de comunicação de massa, ao construir narrativas que ressaltam a superficialidade de sentimentos e a fragilidade da ética e da moralidade, em relação à empatia do espectador? De onde vem, de fato, nossa empatia? Ou a falta dela? A guerra entre Ucrânia e Rússia mostra um novo tipo de acolhimento de refugiados pela Europa. No entanto, os braços estão abertos para os brancos, enquanto as portas fechadas seguem fechadas para os negros. O preconceito dá outros elementos para a reflexão sobre a empatia do mundo moderno, como mostram as matérias a seguir.

Figura 6: Refugiados ucranianos cruzam fronteira com Polônia (7/3/2022)

**Boa vontade dos europeus aparece quando refugiados são brancos**



Fonte: G1/AP Photo/Czarek Sokolowski

Figura 7: Sem precedentes: Leste europeu abre braços para ucranianos (7/3/2022)

20 Mundo | 7 de março de 2022 | O GLOBO

**GUERRA NA EUROPA**

**CONTRASTE COM ONDAS ANTERIORES**

**LESTE EUROPEU AGORA ABRE BRAÇOS PARA UCRANIANOS**

... para diferentes causas de deslocamento, a maioria das vezes por motivos políticos, econômicos ou religiosos. Segundo o relatório, os refugiados brancos são recebidos com mais facilidade do que os negros e muçulmanos. Isso ocorre porque os países europeus têm uma tradição de acolher refugiados brancos, especialmente os que fogem de regimes autoritários ou de conflitos armados. No entanto, a situação atual é diferente. A maioria dos refugiados ucranianos são brancos e cristãos, o que facilita sua integração nos países europeus. Além disso, a maioria dos países europeus já tem uma tradição de acolher refugiados brancos, o que facilita sua integração nos países europeus.

**CONSEQUÊNCIAS**

... para diferentes causas de deslocamento, a maioria das vezes por motivos políticos, econômicos ou religiosos. Segundo o relatório, os refugiados brancos são recebidos com mais facilidade do que os negros e muçulmanos. Isso ocorre porque os países europeus têm uma tradição de acolher refugiados brancos, especialmente os que fogem de regimes autoritários ou de conflitos armados. No entanto, a situação atual é diferente. A maioria dos refugiados ucranianos são brancos e cristãos, o que facilita sua integração nos países europeus. Além disso, a maioria dos países europeus já tem uma tradição de acolher refugiados brancos, o que facilita sua integração nos países europeus.

**DESAFIOS**

... para diferentes causas de deslocamento, a maioria das vezes por motivos políticos, econômicos ou religiosos. Segundo o relatório, os refugiados brancos são recebidos com mais facilidade do que os negros e muçulmanos. Isso ocorre porque os países europeus têm uma tradição de acolher refugiados brancos, especialmente os que fogem de regimes autoritários ou de conflitos armados. No entanto, a situação atual é diferente. A maioria dos refugiados ucranianos são brancos e cristãos, o que facilita sua integração nos países europeus. Além disso, a maioria dos países europeus já tem uma tradição de acolher refugiados brancos, o que facilita sua integração nos países europeus.

Fonte: O Globo/Daniel Leal/AFP

Não somos obrigados a olhar, mas devemos refletir sobre o que significa tomar conhecimento dessas fotos. Como ressalta Sontag, devemos compreender o que fazer com um conhecimento que essas fotos de um sofrimento distante podem trazer. Existe um esforço de instituições que acolhem refugiados de apresentar histórias que retiram essas pessoas do papel de vítima e tentam mostrar suas potencialidades. Mas o que predomina na grande mídia ainda é a conjuntura.

A imagem de Aylan Kurdi parece surgir do inconsciente coletivo da sociedade contemporânea quando se trata do tema dos refugiados. Seja pela sua capacidade de criar empatia ou até mesmo pela sua toxicidade, que provoca desconforto. A saída de um grupo de afegãos em fuga conduz a uma preocupação com deslocamentos em massa. O registro está aí para quem quiser ver.

O desafio agora parece ser avaliar com mais profundidade as perdas e os ganhos de usar o sofrimento para falar de desigualdade, reificando crianças em tragédias que também atingem adultos “indesejáveis”, além do sofrimento de grupos que se deslocam simultaneamente. O que, de fato, essas imagens retratam? Seres humanos em condição vulnerável que precisam de ajuda para retomar uma vida digna e serem incluídos na sociedade receptora ou vítimas frágeis que se transformam em fardo para o país acolhedor?

Além da falta de uma comunicação equilibrada, talvez a gente ainda descubra que um dos grandes males do nosso tempo esteja na dor moral do espectador. E isso passa pela capacidade da mídia de sensibilizá-lo ou entorpecê-lo. Se a empatia vem da reflexão, a mídia pode e deve ser também o lugar para o debate sobre nossa capacidade de ter empatia, compaixão e, até mesmo, a fadiga da compaixão.

### **3.4 A construção midiática do refúgio**

O teórico cultural Stuart Hall (2016) obteve destaque acadêmico se perguntando como as imagens que vemos constantemente nos ajudam a entender o mundo em que vivemos. Apesar de seu foco ter sido a situação dos negros, o próprio Hall explicou que a análise poderia ser aplicada a outras minorias, como os imigrantes. Ao procurar entender o papel da mídia nas sociedades, e tendo a representação como conceito central, Hall via o real como uma “construção social”. Sua linha teórica era, portanto, construtivista. A partir dessa perspectiva, o sentido das coisas é produzido de acordo com sua função simbólica. Portanto, o significado

é relativo. “Somos nós – na sociedade, dentro das culturas humanas – que fazemos as coisas terem sentido, que lhes damos significado. Sentidos, conseqüentemente, sempre mudarão, de uma cultura ou período ao outro” (Hall, 2016, p. 108). Com isso, para o teórico, é sempre necessário interrogar as imagens para questionar os valores contidos nela e além dela. Ou seja, trata-se também de identificar quem tem o poder de representar.

Wright (2002) escreveu um artigo sobre a representação dos refugiados na mídia no qual afirma que a imagem visual ganhou destaque na “era digital” e que as imagens que vemos na tela da televisão desempenham papel crucial na determinação de como construímos nossa realidade. Ainda assim, o autor afirma que o poder da imagem visual recebeu pouca atenção nas pesquisas sobre a representação midiática referente à migração. Atualmente, há muitas imagens de refugiados e, por isso, leitores já devem ter visto algumas dessas fotos e a maioria acaba tendo “um forte senso visual de como é ‘um refugiado’”. “A representação visual de refugiados desempenha um papel essencial, ainda que negligenciado, na formação do estereótipo do ‘refugiado’” (Malkki, 1995, p. 9 *apud* Wright, 2002, p. 53, tradução minha).

Muitas imagens que vemos atualmente de refugiados obedecem a padrões pré-estabelecidos. Wright sugere que essas imagens da mídia ocidental têm origens na iconografia cristã: de “A expulsão do Jardim do Éden” em imagens estereotipadas de grupos em estados de total degradação até “A fuga para o Egito”, com a figura de pessoas em deslocamento, mas não necessariamente em estado muito precário. Esses podem ser retratados, por exemplo, em meios de transporte, levando alguns pertences. Na categoria “Exodus”, os movimentos de massa de pessoas podem dar ideia da presença de um perseguidor fora de quadro.

Existe ainda a imagem de “Madonna e a Criança”, uma ocorrência cada vez mais frequente na mídia, com variações contemporâneas, como “Migrant Mother” (1936), da fotógrafa Dorothea Lange, que retrata uma trabalhadora migrante de campo em Nipomo, Califórnia. Apesar de a foto de Lange não ter o ato da amamentação, Wright (2002) analisa que imagens desse tipo são capazes de provocar respostas emocionais. Há, portanto, similaridades em conteúdo e estilo. As imagens com essa tradição visual que são reproduzidas e disseminadas instintivamente, possivelmente com efeito subliminar no espectador, segundo Wright (2002), sugerem que a obrigação moral de quem assiste é um tipo de resposta desencadeada, estimulando a empatia e motivando respostas públicas ao “problema”. Wright avalia ainda que Lange teria buscado uma imagem que pudesse satisfazer uma ideia preconcebida. Com a maioria das imagens jornalísticas, sustenta Wright, há uma sensação de

que os fotógrafos não oferecem uma impressão imparcial ao clicar o que está ali. Parece que estão procurando imagens que estejam de acordo com seus preconceitos. Embora, enfatiza Wright, ainda que os fotógrafos consigam fotos que consideram não estereotipadas, será difícil que as imagens da “realidade” passem pelas barreiras ao longo da cadeia editorial, que acabará, segundo o autor, escolhendo as imagens mais previsíveis. Somam-se a isso, acrescenta Wright, restrições políticas e sociais “invisíveis” que afetam a mídia.

Nesta parte, explicarei como foi feita a seleção de imagens que foram submetidas aos entrevistados deste trabalho. Foram selecionadas imagens a partir da palavra-chave “refugiados” publicadas na versão digital de dois dos principais veículos diários brasileiros – *O Globo* e *Estadão* – desde 2015, ano marcado por um elevado aumento no fluxo migratório, causado sobretudo pela guerra civil na Síria, gerando impasses de ordem política e humanitária em vários países da Europa. No momento seguinte, as fotos foram divididas em quatro grupos. Além do artigo de Wright (2002), o estudo de Chouliaraki e Stolic (2017) sobre a responsabilidade da mídia em relação à “crise”<sup>19</sup> de refugiados também foi providencial para contribuir com a análise da representação de cada grupo.

Com base em observação empírica semiótica de imagens de refugiados em jornais europeus, as autoras construíram categorias de visibilidade, em que os refugiados são situados dentro de regimes de visibilidade e reivindicação de ações, a partir das perguntas sobre humanidade (Como os refugiados aparecem nessas imagens?) e agência (quem ou o que parece sentir e agir com ou sobre eles?). São cinco categorias, que vão além das duas perspectivas encontradas na maior parte dos estudos. Ora os refugiados são considerados vítimas de um conflito geopolítico em busca de proteção, ora surgem como ameaça para a nação receptora e devem ser excluídos da comunidade que os recebe. Essa instabilidade simbólica, que estigmatizam o refugiado entre a vítima sem voz e o terrorista malfeitor, como apontam Chouliaraki e Stolic, está no cerne dos estudos sobre imagens de refugiados. Como resultado do estudo das autoras, as cinco categorias criadas ficaram assim: visibilidade como vida biológica, associada à ação de monitoramento; como ameaça, relacionada à segurança

---

<sup>19</sup> Chouliaraki e Stolic (2017) utilizam a palavra “crise” entre aspas para, segundo as autoras, desafiar os usos eurocêtricos do termo, que enquadraram as chegadas à Europa em 2015 como a principal causa de preocupação e foco político do continente, ao mesmo tempo em que ignoram as causas sistêmicas que levaram a esse aumento de chegadas à Europa – ou seja, as crises atuais relacionadas a conflitos no Oriente Médio e a capacidade excessiva dos países vizinhos de hospedar mais do que já estavam hospedando.

do Estado; visibilidade como empatia associada à ação beneficente; visibilidade como hospitalidade, em associação ao ativismo político; e visibilidade como autorreflexividade, relacionada a um envolvimento pós-humanitário com pessoas como “nós”. Essas categorias acabaram por se encaixar na seleção feita para este trabalho, como se pode observar a seguir.

### **Grupo 1: Vida biológica**

Nesta seleção, é possível observar imagens de grupos grandes e multidões. São histórias de massas, de corpos, sem protagonistas. Todas as imagens são de agências internacionais e foram publicadas no jornal *O Globo*. Na primeira (Fig. 8), há um barco com imigrantes. É uma foto de Massimo Sestini clicada em 2014 agraciada com o prêmio World Press Photo de 2015. Por conta dos conflitos na Síria e em países do Nordeste da África, o número de imigrantes que afundaram no Mar Mediterrâneo aumentou consideravelmente em 2014. O título da matéria é “Barcos fantasmas com imigrantes: um problema à deriva no Mediterrâneo”. Na imagem seguinte (Fig. 9), refugiados ucranianos cruzam a fronteira a pé com a Polônia, durante a guerra com a Rússia, deflagrada em fevereiro de 2022. Na foto divulgada pelo Acnur (Fig. 10), congoleses fazem fila para se refugiar na Uganda em 2020. Na última imagem do primeiro grupo (Fig. 11), um amontoado de afegãos foge de suas casas em Cabul por causa da violência entre o Talibã e as forças de segurança afegãs. O título que acompanha essa figura é “UE promete ajudar vizinhos do Afeganistão para evitar onda de refugiados nos países do bloco”.

Imagens que retratam uma “massa de infelizes” em botes frágeis ou em campos de refugiados situam os refugiados dentro de um regime visual de vida biológica. É um campo de representação em que a vida está reduzida à existência corpórea e às necessidades do corpo (Boltanski, 1999). Esse regime de visibilidade, em que precisam ser governadas, pode ser considerado biopolítico. É “um campo de poder simbólico que produz corpos humanos como ‘matéria viva’, sujeitos à benevolência do Ocidente” (Vaughan-Williams, 2015 apud Chouliaraki; Stolic, 2017, p. 167). Esse tipo de imagem pode despertar uma compaixão generalizada com o sofrimento de alguém distante, conforme Boltanski, uma vez que se trata de uma massa de desafortunados e não de uma pessoa específica.

Figura 8: Barcos fantasmas com imigrantes (13/3/2015)



Imigrantes em um barco naufragado são resgatados pela marinha italiana nesta foto de junho de 2014. Foto: Massimo Sestini/World Press Photo / REUTERS

O Globo - Massimo Sestini/World Press Photo/Reuters

Figura 9: Refugiados ucranianos cruzam fronteira com Polônia (7/3/2022)



Uma grande multidão de refugiados ucranianos cruzou a fronteira com a Polónia, fugindo para o oeste de 1,5 milhão, na periferia da Europa Ocidental a 27 de Junho

O Globo - Daniel Leal/AFP

Figura 10: ONU registra recorde de deslocados e refugiados (18/6/2021)



O Globo - Divulgação Acnur

Figura 11: UE ajudará vizinhos para evitar refugiados afegãos no bloco (31/8/2021)



O Globo - Reuters

Essas imagens se tornam um alimento ao projeto neoliberal que tenta adequar, segundo ElHajji (2017), os fluxos humanos às suas necessidades gerenciais marcadas pela flexibilização das relações de trabalho e a fluidez da mão de obra. “A produção da ‘irregularidade e da ‘clandestinidade’ em massa, a instituição da figura jurídica negativa de não cidadão e sua tradução social pela condição de marginal de não sujeito” seriam alguns dos métodos utilizados pelo regime político e econômico global para o controle de amplos segmentos da população (p. 210). Isso se daria por meio do barateamento da força de trabalho e do enfraquecimento de trabalhadores pelo mundo (ElHajji, 2017).

## Grupo 2: Ameaça

O processo contemporâneo de produção de pessoas em situação de vulnerabilidade em indesejáveis, conforme conceito utilizado por Agier (2018), acaba por alimentar práticas

de separação social executadas por agentes de securitização de Estado em nome da segurança coletiva e da ordem pública. Antes da morte física, há a morte social dos indesejados, deixados à deriva em embarcações, condenados à morte por práticas estabelecidas pelo medo da vingança de ex-colonizados e pela rejeição ao não-europeu. Tais práticas, segundo Agier, estão vinculadas à adoção de “políticas do medo e da rejeição que veem os migrantes como hordas de ‘invasores’ e massas de estrangeiros predadoras que devem ser contidas” (Alcântara; Toji; Bersani; Agier, 2023, s.p.).

Neste grupo, optei por selecionar imagens com o aspecto da opressão em destaque. Na Figura 12, um homem da guarda costeira está em pé no barco com imigrantes sentados com a cabeça abaixada. Na imagem seguinte (Fig. 13), um soldado dos Estados Unidos aponta uma arma para um afegão, que não demonstra resistência. As duas imagens são de agências internacionais e foram publicadas no jornal *O Globo*. Na primeira, o título da matéria é “Barco que levava imigrantes naufraga na Líbia e deixa 116 desaparecidos”. Na Fig. 13, o título que acompanha uma série de fotos é uma frase do secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, ao admitir erros durante os 20 anos de intervenção no Afeganistão: “‘Nossa missão era proteger os EUA, não o Afeganistão, e foi o que fizemos’, diz secretário-geral da Otan”.

É possível observar que o gênero masculino – homens jovens – está em destaque. Na Figura 12, homens negros, na Figura 13, um homem de barba. A disseminação de imagens como essas, segundo Chouliaraki e Stolic (2017) implicam a difamação daqueles que não são como “nós” e valida a exclusão dos outros. Num ambiente de ameaça, são priorizadas ações de fechamento indiscriminado de fronteiras no lugar de acolhimento de vítimas de guerra (Chouliaraki; Georgiou, 2017 *apud* Chouliaraki; Stolic, 2017)

Figura 12: Barco com imigrantes naufraga na Líbia e deixa 116 desaparecidos (25/7/2019)



Na imagem, um barco da guarda costeira da Líbia resgatou 147 imigrantes que tentavam entrar ilegalmente na Europa, em 2017. Foto: TAHA JAWASHI / AFP

*O Globo - Taha Jawashi/AFP*

Figura 13: Soldado dos EUA aponta arma para afegão (17/8/2021)



Soldado dos EUA aponta arma para passageiro afegão no aeroporto de Cabul. Foto: WAQIL KOHSAR / AFP

*O Globo - Wakil Kohsar/AFP*

Na opinião de Agier, a indesejabilidade vem com o tema da segurança. Isso torna a questão política mais profunda, uma vez que é um Estado, uma sociedade, que “não consegue, não quer ceder espaço, formular leis ou não deseja receber e acolher tal e outra pessoa. Então a rejeita” (Alcântara; Toji; Bersani; Agier, 2023, s.p.).

### **Grupo 3: Empatia**

Neste grupo, homens jovens ameaçadores são substituídos por crianças. A primeira imagem é do menino turco Aylan Kurdi (Fig. 14), sobre a qual tratamos no item 3.2. Dissemos que a imagem foi usada como emblemática pela mídia para representar a situação dos refugiados em 2015. Em 2020, *O Globo* publicou novamente a imagem com o título “Alan Kurdi: A história por trás da foto que fez o mundo despertar para a crise dos refugiados”. O uso da imagem de crianças para retratar o refúgio pela mídia foi abordado em meu trabalho de Mestrado “Narrativas de crianças refugiadas – a criança como protagonista da própria história”, publicado em livro pela Editora Mauad X em 2021. Em meu trabalho, argumentei que a foto está inserida no contexto da razão humanitária, desenvolvido pelo antropólogo francês Didier Fassin. O humanitarismo seria uma linguagem para justificar discursos e práticas do governo dos seres humanos, ou seja, “cortina de fumaça que joga com o sentimento” para impor a lei do mercado e a brutalidade do sistema (Paraguassu, 2021, p. 123).

Ao escolher a foto do menino como emblemática da situação dos refugiados, a mídia lança mão do afeto para representar as crianças como vítimas e arrisca afastá-las da realidade social em que vivem. A emoção torna os julgamentos morais menos certos e as soluções menos homogêneas, poupando a urgência por medidas concretas. (Paraguassu, 2021, p. 125)

Na sequência, apresento a foto de um menino resgatado após bombardeio na Síria (Fig. 15), que também teve ampla divulgação na mídia. No *G1*, o título é “Menino é resgatado sob escombros de prédio após bombardeio na Síria”. E um bebê da Ucrânia (Fig. 16) chorando se despedindo, durante a guerra contra a Rússia, com o título “Guerra na Ucrânia gera onda de crianças refugiadas” no jornal *O Globo*. Em seguida, duas fotos (Figs. 17, com o título “World Press Photo premia imagem de refugiados sob cerca de arame farpado na Hungria” e 18, “Milhões enfrentam miséria na maior crise de refugiados desde a Segunda Guerra,

denúncia ONG”) do World Press Photo de 2016 mostram, cada uma, um homem com uma criança no colo e cercas de arame farpado. As fotos deste grupo são de agências internacionais e foram publicadas no jornal *O Globo* e *G1*, e se mostram capazes de gerar imediata empatia no lugar de medo e angústia por eventual ameaça, como no caso dos homens jovens de barba e de pele negra. É a inocência substituindo a maldade. Mas “apesar do potencial humanizador inerente à individualização do sofrimento, no entanto, a imagem infantil é responsabilizada por infantilizar os refugiados; por retratá-los predominantemente como angustiados, desorientados e impotentes” (Chouliaraki; Stolic, 2017, p. 168, tradução minha). Portanto, se a infantilização tem como objetivo mobilizar a empatia em nome da humanidade comum, ao retratá-los como crianças necessitadas, segundo Chouliaraki e Stolic, os refugiados são privados de agência e voz.

Figura 14: Socorrista turco próximo ao corpo do menino em Bodrum (2/9/2020)



*O Globo* – Nifuler Demir/DHA/AFP

Figura 15: Menino resgatado após bombardeio na Síria (18/08/2016)



*G1* - Aleppo Media Center/AP

Figura 16: Guerra gera crianças refugiadas na Ucrânia (9/3/2022)



*O Globo* – Alexandros Avramidis/Reuters

Figura 17: Homem e bebê tentam cruzar fronteira na Hungria (18/2/2016)



Richardson fotografou homem e bebê que tentavam cruzar uma cerca de arame farpado para entrar na Hungria. Foto: Warren Richardson / World Press Photo 2016

*O Globo - Warren Ricardson / World Press Photo 2016*

Figura 18: Refugiado sírio espera atrás da cerca (18/2/2016)



Um refugiado sírio reage enquanto espera atrás de cercas da fronteira turca. Foto: UMIT DEKTAS / REUTERS

*O Globo - Umit Bektas/Reuters*

O regime de empatia estimula a doação de caridade, encoraja a relação de compaixão e cuidado e nos lembra da alteridade dos refugiados. Segundo Chouliaraki e Stolic, é uma resposta moral, ainda que muitas vezes momentânea, pois os estados de ânimo são instáveis e tendem a mudar, levando à fadiga da compaixão, conforme analisei em meu trabalho anterior. Na compaixão pós-moderna, a distância entre sofredor e audiência é diminuída ao máximo pelo aparato tecnológico. Escrevi que a compaixão nem sempre é considerada virtude, já que a generosidade pode ser motivada pelo medo de que um destino semelhante recaia sobre nós, é o juízo de possibilidades similares. Seria então como se a caridade fosse uma tentativa de nos libertar de um sentimento de dor.

De qualquer forma, sendo a compaixão legítima ou não, é possível afirmar que, na sociedade contemporânea, em que a desigualdade atinge níveis sem precedentes, o humanitarismo provoca a fantasia de uma comunidade moral global que ainda pode ser viável e a expectativa de que a solidariedade possa ter poderes redentores (FASSIN, 2011). E assim, por mais efêmera que seja a consciência para a solidariedade, o humanitarismo não deixa de ter a capacidade de tornar ilusórias as contradições do nosso mundo, deixando uma sensação de que as injustiças podem ser suportáveis.

Fassin (2011) lembra que a compaixão é sempre dirigida do mais poderoso para o mais vulnerável, sendo o governo humanitário uma política de vidas precárias. Por outro lado, o desgaste de sentimentos morais que chegam a se tornar indiferença ou até mesmo agressividade tem sido chamado de fadiga da compaixão. (Paraguassu, 2021, p. 124)

#### **Grupo 4: Hospitalidade**

Este grupo foi criado para questionar a hospitalidade, ou seja, a inclusão dos refugiados pela sociedade receptora. Aqui surgem os protagonistas da própria história. As fotos são tiradas por fotógrafos do jornal *O Globo* e do *Estadão*, e não mais por agências internacionais.

Na seleção de imagens, há curso de gastronomia para ajudar a inserir os refugiados (Fig. 19) representado em foto na matéria com título “Curso de gastronomia ajuda a inserir refugiados no mercado de trabalho”; um grupo de crianças venezuelanas sorrindo em Boa Vista (Fig. 20), com o título “Governo brasileiro concede status de refugiado para mais de 21 mil venezuelanos”; torcedores refugiados para assistir a um jogo da Copa América (Fig. 21), com o título “Do drama ao Maracanã: Refugiados venezuelanos vão torcer pela Vinotinto contra a Argentina”; um congolês com seu trabalho de arte (Fig. 22) e o título “Refugiados do Congo e da Síria que vivem no Rio abrem mostra de arte”; refugiados com uniforme em posto de gasolina e passaporte na mão (Fig. 23) e o título “Estrangeiros: postos de menor qualificação até para quem tem instrução”; e uma congoleza em São Paulo (Fig. 24), a cidade das oportunidades, que ilustra matéria com o título “São Paulo ultrapassa Quito como porta de entrada de refugiados na América Latina”.

Figura 19: Curso de gastronomia ajuda a inserir refugiados (5/12/2015)



Alunco do curso de gastronomia cortam ingredientes para suco Foto: Guilherme Ramalho / O Globo  
O Globo – Guilherme Ramalho/O Globo

Figura 20: Crianças venezuelanas em Boa Vista (27/7/2019)



Crianças venezuelanas em Boa Vista, Paraíba Foto: Daniel Marenco / Agência O Globo/27-07-2019  
O Globo - Daniel Marenco/Agência O Globo

Figura 21: Refugiados da Venezuela assistem jogo da Copa América (28/6/2019)



Grupo de torcedores refugiados da Venezuela assiste ao jogo da seleção Vinotinto contra a Argentina Foto: Marcelo Regua / Agência O Globo  
O Globo - Marcelo Regua/Agência O Globo

Figura 22: Refugiado congolês abre mostra de arte (17/9/2016)



Estadão - Marcos Arcoverde

Figura 23: Refugiados ocupam vagas de baixa qualificação (21/1/2018)



*O Globo - Ana Branco / Fabio Guimarães*

Figura 24: Refugiada congoleesa vive em São Paulo com a família (3/6/2015)



*O Globo - Michel Filho/Agência O Globo*

O objetivo é refletir sobre o “oferecimento de salvação da vida que o refúgio faz”, sendo um “oferecimento que não tem opção”. “Dizer que não seria traição ou, [...], dizer que não e rejeitar a salvação, nos termos em que ela é oferecida, é um ato de rebeldia que pode chegar a subverter a mensagem sacrossanta da bondade do refúgio” (Facundo, 2014, p. 353). Nessa mesma linha, Chouliaraki e Stolic (2017, p. 170) afirmam que a hospitalidade mediada parece ser puramente simbólica, uma vez que ela é “encenada por meio da representação de reivindicações discursivas sobre a humanidade dos refugiados, ao mesmo tempo em que reserva a capacidade realmente humanizadora da visibilidade pública aos atores ocidentais”. Com isso, a exclusão dos grupos marginalizados segue perpetuada.

Chouliaraki e Stolic (2017) criaram ainda uma quinta categoria, que não foi utilizada neste trabalho, sobre visibilidade como autorreflexividade. Nessa categoria, celebridades, como Angelina Jolie, Vanessa Redgrave e Susan Sarandon, dão suporte aos refugiados. O foco está, portanto, na figura da celebridade em visita a campos de refugiados, praias, em cenas abraçando crianças ou conversando com as pessoas em situação de refúgio. Dessa maneira, há uma transferência de capital simbólico das celebridades para os anônimos e destituídos, com o objetivo de aumentar a conscientização sobre a situação e gerar o reconhecimento da

causa (Sandvik, 2010 *apud* Chouliaraki; Stolic, 2017, p. 171). Essa forma de visibilidade é considerada por estudiosos como parte de um espetáculo glamoroso, de um cuidado estetizado e, como resultado, os refugiados tornam-se veículo de uma conversa que ocorre exclusivamente, segundo as autoras, por “nós” e sobre “nós”.

### 3.5 Síntese provisória

Neste capítulo, vimos que a mídia influencia a interação social e que, do ponto de vista da teoria da estruturação, as instituições não são “a *camisa de força* da sociedade, limitando o indivíduo a se comportar de maneiras particulares e afirmativas” (Hjarvard, 2014, p. 29). O indivíduo tem liberdade para “*agir de outro modo*”. No caso específico da mídia de massa e das redes sociais, há um constante fluxo de informação que, de certa maneira, orienta indivíduos e organizações a reajustarem suas práticas às condições contemporâneas, “implantando uma reflexividade progressiva na própria institucionalização da vida social” (p. 30).

Vale ressaltar que a mídia está na classificação das instituições das ordens simbólicas e dos modos de discurso que, associados, são um importante *locus* institucional da ideologia. Segundo Giddens (2018), a ideologia refere-se apenas às assimetrias de dominação que unem a significação à legitimação de interesses de grupos. A mídia é um tipo de instituição, portanto, que influencia a estruturação de sistemas sociais, padroniza comportamentos que desempenham um papel básico na constituição desses sistemas. Ao serem reconhecidas pela maioria dos integrantes da coletividade, essas práticas de rotina são usadas por agentes para influenciar a mudança social (Giddens, 2019).

E de que maneira a mídia representa o refugiado? Para buscar a resposta, comecei pela análise da representação do sofrimento do outro. Na medida em que o espectador é continuamente confrontado na mídia com diversas imagens de desastres, traumas e formas de sofrimento, suas emoções são envolvidas e influenciam seu comportamento em relação a quem vem de fora. Tratei da sensibilização ao entorpecimento diante de imagens da mídia sobre o refúgio e resaltei a importância da comunicação equilibrada.

Na última parte do capítulo, expliquei de que forma foi feita a seleção das imagens que foram utilizadas nas entrevistas aplicadas neste trabalho. As imagens de mídia foram agrupadas por temas: vida biológica; ameaça; empatia; hospitalidade. Depois de analisar a

forma como o refugiado é representado pela mídia, partirei para a recepção dessas imagens, que serão apresentadas a eles sem legenda, sem título nem explicação alguma. Desta vez, o foco está apenas na imagem do próprio representado. Qual é a percepção do refugiado sobre como ele é representado na mídia e de que maneira isso reflete em seu poder de agência? É o que veremos a seguir.

#### 4 Percepções e agência

De que maneira os refugiados reagem à forma como são representados pela mídia? O objetivo deste capítulo é oferecer um espaço de escuta aos refugiados e imigrantes em contexto de refúgio ao buscar a percepção dessas pessoas em relação às imagens da mídia sobre o tema. A partir daí, será possível ter uma noção da percepção de cada um sobre seu próprio poder de agência. De acordo com a teoria da estruturação de Anthony Giddens, o indivíduo é agente humano, parte do processo de fazer História e, com isso, de mudança histórica, um processo chamado pelo teórico de dualidade da estrutura. A relação entre estrutura e agência é, portanto, dialética, uma vez que ambas interagem para provocar transformações na sociedade. “Na medida em que um indivíduo provoca mudanças sociais, as regras que o agente usou também são alteradas no processo” (Wolfel, 2005). O poder é considerado por Giddens uma importante influência na estruturação da sociedade. Para Giddens, todos os agentes têm poder de influenciar mudanças sociais. Quando a pessoa deixa de ter esse poder, ela deixa de ser agente. Isso fica claro na migração, na medida em que um migrante que não se sente capaz de promover mudanças na sociedade receptora, ele provavelmente migrará mais uma vez.

Nesta parte da tese, vou recorrer a um trabalho publicado pela Universidade de Leuven, na Bélgica, que segue na linha de refletir sobre as representações para ir além da vitimização, para explicar a metodologia utilizada: photovoice (fotovoz). O artigo sobre imagens de imigrantes e refugiados na Europa Ocidental reflete sobre as representações de afegãos, iraquianos e sírios na Bélgica. A ideia é se concentrar em como refugiados e solicitantes de refúgio dão sentido à forma como são representados e, no caso deste trabalho, como essas representações se conectam à percepção de seu poder de agência, conforme a teoria da estruturação. “Os estereótipos embutidos nessas representações são muito poderosos, pois influenciam as representações e práticas sociais” (Smets *et al.*, 2019, p. 177).

Desta forma, esta pesquisa inclui a perspectiva de representantes de grupos em situação de vulnerabilidade na produção de conhecimento. Vale ressaltar que os entrevistados para este trabalho trouxeram, de forma espontânea, aspectos de sua experiência do processo migratório e da hospitalidade da sociedade brasileira.

#### 4.1 A percepção do refúgio na mídia

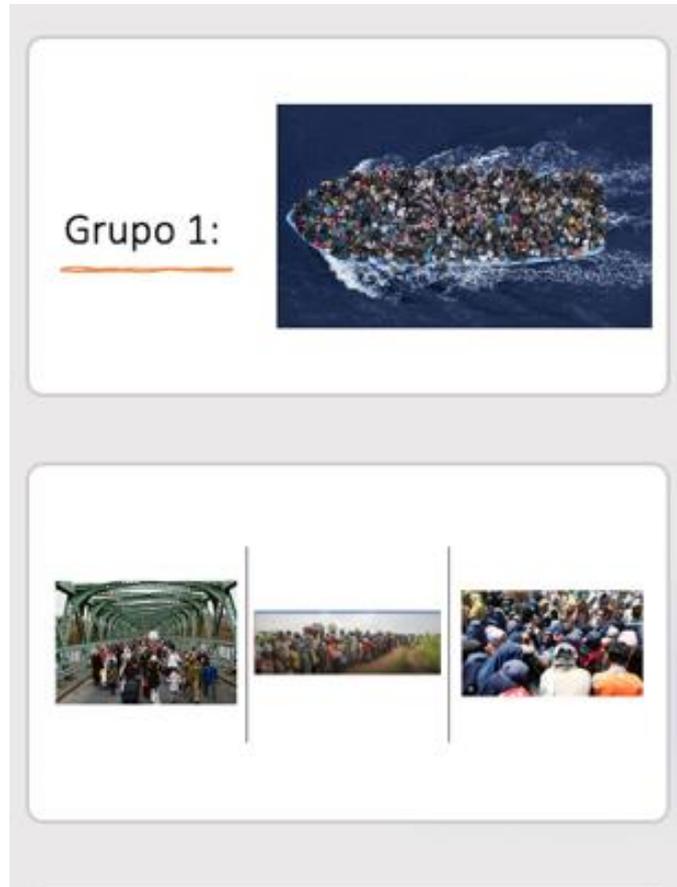
“*É mar, perigo, não é terra*”. As palavras são de Adel Bakour, que chegou ao Brasil há 12 anos, fugindo dos conflitos na Síria, sobre a imagem do barco lotado de gente, se movimentando nas águas do mar aberto. É a foto de Massimo Sestini, registrada em 2014, de um barco de imigrantes no Mar Mediterrâneo, que venceu o prêmio World Press Photo de 2015 e foi selecionada pela revista Time entre as Top 10 de 2014. A foto rodou o mundo, tornando-se uma imagem icônica do refúgio. São cerca de 500 imigrantes num barco na costa da Líbia, que seriam resgatados pela marinha italiana durante a Operação Mare Nostrum. A imagem, clicada verticalmente, de cima, foi feita por Sestini pendurado na porta de um helicóptero a 760 metros de altura, e se destacou das demais num momento em que a mídia publicava imagens de homens, mulheres e crianças em barcos, na perigosa travessia para a Europa em busca de uma vida melhor.

Estou convencido de que a distância oferece uma vantagem inestimável [...] Tirando uma foto de uma altura de até 2.500 pés, posso capturar a intimidade e o poder de uma cena de uma forma que não conseguiria se estivesse fotografando do chão, em contato próximo com meus objetos [...]. Por meio de uma perspectiva aérea, você descobre uma visão completamente diferente do mundo. [...] Tudo toma forma no instante em que você aperta o obturador, você descobre algo que nunca viu antes... a beleza do invisível. [...]. Eu queria tirar uma fotografia que fosse diferente das imagens que estamos acostumados a ver sobre o fenômeno dramático da imigração. Eu tinha em mente uma imagem que desse uma sensação de esperança. Em 2014, tentei pela primeira vez tirar algumas fotos do barco, mas não fiquei satisfeito com os resultados. Não consegui capturar aquele momento em que todos estavam olhando para o helicóptero, com medo, mas felizes ao mesmo tempo porque estavam salvos. Em 2015, tentei uma segunda vez e minha imagem vencedora do World Press Photo nasceu, exatamente como eu havia sonhado. (Sestini, s.d.)<sup>20</sup>

Essa primeira foto (Fig. 8) do Grupo 1 do barco já tinha sido vista por todos os entrevistados. Por alguns, foi vista mais de uma vez, não apenas na mídia, mas também em apresentações institucionais ou enviada por outros imigrantes pelas redes sociais. Daniel Diowo, da República Democrática do Congo, destacou que essa situação se repete para pessoas de países africanos. “*Nós, de país africano, às vezes com dinheiro e toda a*

<sup>20</sup> Ver SESTINI, Massimo. **Profile Massimo Sestini**. Canon. s.d. Disponível em: <https://www.canon.dk/pro/ambassadors/massimo-sestini/> Acesso em: 30/7/2024. (tradução minha)

*documentação possível, esses países negam o visto. Por isso, muitas pessoas preferem pegar esse caminho, passar pelo mar...”.*



As imagens (Figs. 9, 10 e 11) de deslocamento por terra também pareceram familiar para os entrevistados. Bakour afirmou se identificar mais com essas três. *“Eu saí caminhando. Não o tempo inteiro. Na fronteira, sim. E foi de uma forma não perigosa, conforme os ucranianos saíram”,* disse, referindo-se à Figura 9. *“Só que por conta de um conflito armado. Não é uma guerra, um Estado contra o outro. A minha travessia foi segura igual a deles. Foi perigosa até a hora de sair. Na Turquia, não era uma boa recepção, por exemplo, como pode ser na Polônia. É uma mistura. Não sei...”* Para o sírio, sua experiência de travessia foi considerada mais “tranquila”. *“A minha travessia foi mais a do meio (Fig. 10), porque foi uma fila, pessoas com o que podiam levar, eu tava com duas malas. Era isso. Não era bagunçada. Nem esse desespero na imagem da direita. Mas não tão confortável como a da esquerda”.*

Jean Baptiste, do Haiti, usa a expressão “na minha terra” para explicar que em seu país as pessoas vivem situação parecida à situação da Figura 10 (em fila com objetos na cabeça) ao

buscar refúgio em outro lugar por conta da violência. Isso mostra que, há 11 anos no Brasil, o haitiano ainda não tem sensação de pertencer ao país receptor. Daniel Diowo, congolês também há 11 anos no Brasil, é outro que repete a expressão “*no meu país*”. Diowo afirmou não se identificar com nenhuma das fotos, mas contou que, ao olhar as Figuras do Grupo 1, “*isso aqui no meu país acontece mesmo, na parte leste, onde tem a guerra. De lá, às vezes entra por Ruanda, ou fica nos campos dos refugiados esperando ajuda da ONU*”.

Para Catalina Pardo, imigrante colombiana, as Figuras 9 e 10 remetem à migração forçada. No entanto, a Figura 11 não remete exclusivamente à migração. “*Poderia ser uma manifestação. Não vejo o colete do Acnur por aí. Não tem fluxo*”, afirma, numa demonstração de que havia uma expectativa por parte de Catalina de que a foto atendesse a uma ideia preconcebida de refúgio, conforme problematiza Wright (2002), sobre a busca dos fotógrafos por imagens estereotipadas. Mariama Bah afirma que a romantização dessas imagens a incomoda.

*Às vezes, nossa imigração africana é muito ligada à imigração ilegal. Às vezes, fatos de direito é ilusão. Todo mundo tem direito a ir e vir, e isso não é para todo mundo. O africano que pode sair, talvez um filho de ministro, de presidente, com um passaporte, então não é só porque você tem uma boa cabeça que pode estudar... é uma imigração forçada... sentir a necessidade de saída do território e o sensacionalismo que é colocado atrás. Para mim, é a romantização dessas imagens que incomoda... a situação, tem que pensar quem são essas pessoas, são seres humanos, que isso tá acontecendo todos os dias, e cada vez aparece uma notícia. (Mariama Bah, Gâmbia)*

O que ficou conhecido como a crise dos refugiados em 2015 deve ser situado dentro das mudanças de longo prazo nas percepções dos solicitantes de asilo na Europa. Essas mudanças ficam evidentes pelo clima crescente de suspeita e pelo surgimento de uma distinção entre refugiados e solicitantes de asilo reais e falsos (Bohmer e Shuman, 2018; Fassin e Rechtman, 2007 *apud* Smets *et al.*, 2019, p. 183). Atualmente, apenas famílias de “vítimas reais”, aquelas cujas vidas estão sob ameaça e que vêm de países oficialmente reconhecidos como zonas de guerra, são bem-vindas para entrar pelo processo de asilo. De acordo com Lacroix (2016 *apud* Smets *et al.*, 2019), essa seleção está no “cerne do paradoxo liberal”, pois é construída como uma “abertura condicional para alguns, um fechamento para outros, tudo contra o pano de fundo de trocas desregulamentadas e do livre fluxo de capital, bens e informações” (Lacroix, 2016, p. 14 *apud* Smets *et al.*, 2019, p. 183). Ao mesmo tempo, nota-se uma convergência crescente entre o direito penal, por um lado, e a política de imigração,

por outro, dando origem ao que Stumpf (2006 *apud* Smets *et al.*, 2019) cunhou como “crimigração”. A convergência entre as duas esferas marca novamente divisões entre novas categorias de pessoas: “inocentes versus culpados, admitidos versus excluídos ou, como alguns dizem ‘legais’ versus ‘ilegais’” (Stumpf, 2006, p. 380 *apud* Smets *et al.*, 2019, p. 183).

As imagens do Grupo 2, com a presença de pessoas armadas, foram consideradas “ *muito violentas*” por Catalina Pardo. Na Figura 12, em termos subjetivos, ela analisa como uma forma de opressão máxima do militar. “*As outras pessoas estão em outro plano, abaixo, com cabeças abaixadas, com as mãos ao alto, parecem muito oprimidas*”. Na foto seguinte (Figura 13), Pardo considera um ato de extrema violência para uma pessoa que está assim: “*cara, você está super armado... não estou te fazendo nada ruim, não vou te ferir, não vou assassinar ninguém*”. É a vítima desse militar, segundo ela.



Sandra Cardozo, da Venezuela, também avalia que a imagem passa a mensagem de que são pessoas reprimidas que estão tentando escapar de algum lugar e que está sendo usada uma força desnecessária contra elas. “*Isso acontece lá pelo lado da Palestina... esses militares estão assim contra a população*”. Jean Baptiste, do Haiti, narra o episódio em que sentiu medo das autoridades policiais durante sua tentativa de entrar no Brasil para solicitar refúgio. Ele chegou de barco, partindo do Peru, pelo Amazonas.

*Aí quando chega no Brasil todo mundo tem que correr, porque não é uma situação que você vai sair de boa... Tem que correr porque falam que a Polícia Federal acabou de sair daí, se chegar aqui vai mandar todo mundo de volta... Você tem que pegar a mala correndo sem saber aonde você vai. Aí eu passei*

*por essa situação, assustado, desesperado, com medo para não ser pego pela polícia. Essa é a situação de vida de quem é refugiado, de quem está buscando a vida em outro lugar. Você pode cair numa situação parecida com essa. Na minha vida eu saí de situação, que é pior também... A polícia no caminho, com fuzil... não é estranho pra mim, que eu sofri, como migrante e refugiado... É uma chegada bem com sofrimento. Não é uma chegada que vem de avião de boas, não... A minha chegada no Brasil é bem complicado. Eu sempre lembrei também conversando com minha família sobre minha chegada ao Brasil, não é tão fácil, então é situação que eu já sofri... eu conheço. (Jean Baptiste, Haiti)*

Jean Baptiste afirma não saber dizer se a autoridade faz de má-fé ou se está seguindo ordens. No auge da situação, não é possível refletir. *“Porque você tá num momento desesperado, espera uma saída, é um momento que você não sabe quem tá na sua frente, o que vai acontecer com você, se é uma pessoa boa ou não...”*. A troca de informações entre os migrantes também pode ajudar de forma relativa, segundo o haitiano. Isso porque, explica, cada um reagirá de uma forma nas situações. Por essa razão, cada pessoa descreverá a imigração à sua maneira. Depois de trabalhar na área de migração, ajudando migrantes e refugiados, Jean Baptiste disse ter se dado conta de ter sofrido uma situação violenta *“que não deveria ter sofrido”*. Naquela época, porém, ele não sabia nada sobre o processo migratório. *“Hoje eu posso escrever que é uma posição abusiva”*, afirmou, referindo-se à postura das autoridades policiais. *“Porque a gente que é imigrante não é bandido, não é terrorista, é pessoa tá buscando uma vida melhor, não é por isso que a gente precisa sofrer essa situação. Hoje eu consigo pensar assim”*. Isso é uma demonstração de que o indivíduo informado tem mais consciência de sua capacidade de agência, de acordo com a teoria da estruturação.

O haitiano Garry Ulysse, há oito anos no Brasil e trabalhando no atendimento a migrantes e refugiados, diz que tem mais força e sabedoria quando vê imagens desse tipo para, *“quando chegar um irmão aqui, vou receber com o coração aberto e saber o motivo de vir, o que passou no caminho até chegar aqui...”*. Ulysse conta que viria pelo caminho do norte do Brasil, pelo Acre, como a maioria dos haitianos entrou entre 2013 e 2015, segundo ele. *“Mas, graças a Deus, tive a oportunidade de vir pela Argentina, mas eu sei como é isso, é difícil”*. No município onde mora no Brasil, Ulysse destaca que há pessoas resistentes a receber migrantes por falta de entendimento. Quando colocaram uma foto no grupo (de rede social) sobre a situação no Afeganistão, segundo ele, houve comentário do tipo *“para de trazer aqui*

*pra nossa cidade, não tempos pros nossos*". Segundo Ulysse, são pessoas que poderiam acolher quem vem de fora, *"é uma coisa que as pessoas poderiam entender bem melhor"*. Nesse sentido, ele explica que há um trabalho para informar a população e melhorar o atendimento *"de seres humanos através do próprio ser humano"*. Na avaliação de Mariama Bah, a presença do policial na foto reforça a imagem já existente de que o refugiado é uma pessoa perigosa. *"Mas também fala das violações de direitos"*. Ela chama atenção para a presença de uma criança na Figura 13. *"Qual vai ser o psicológico dessa criança?"*.



Soldado dos EUA aponta arma para passageiro afegão no aeroporto de Cabul Foto: WAKIL KOHSAR / AFP

Para Mariama Bah, a foto acima é uma *"imagem que reforça, estigmatiza bastante, porque um policial não pode, no meio de pessoas... o que essa pessoa teria feito? Nem tem para justificar... Então dá um medo que, por medida de segurança... cadê a segurança? Se fosse um negro poderia ser pior"*. O preconceito de cor também foi apontado por Garry Ulysse como uma surpresa quando chegou ao Brasil. Até chegar aqui, o Brasil era considerado um paraíso, o país do futebol, Kaká, Ronaldinho Gaúcho, Ronaldinho Fenômeno... *"E a maneira como o jornal passa lá fora o tratamento ao ser humano é maravilha"*. O racismo não existe no Haiti, segundo Ulysse. *"Tem irmãos que confundem racismo com preconceito"*. Ele explica que em seu país há preconceito de classe social. *"Mas dizer que a pessoa do Haiti vai me julgar por causa da minha cor de pele? Não, não tem isso. Se você se formou, tem ensino, tem estudo acadêmico, vai ocupar um lugar porque você merece, não é por causa da sua cor"*.

As fotos mostram que a imagem do refugiado no imaginário coletivo foi se transformando ao longo do tempo. A imagem romantizada do migrante-herói que prevaleceu

nas décadas de 1960 e 1970, do ativista que depois de passar por muitas dificuldades, finalmente acessa o país acolhedor, deu lugar ao refugiado em situação de extrema vulnerabilidade, “despojado de tudo, sem nome, sem opinião” (Vanoeteren & Gehrels, 2009, p. 494 *apud* Smets *et al.* 2019, p. 183). Passamos de uma “história principalmente dedicada à celebração dos vencedores... para a narrativa de memórias dolorosas” (Vrancken, 2010, p. 52 *apud* Smets *et al.*, 2019, p. 183). Ao ampliar as categorias dos refugiados, aumenta o clima de suspeição, a partir do qual as pessoas que solicitam refúgio precisam demonstrar que são legítimas de serem acolhidas. Os grandes grupos, as massas de pessoas, que acabam sendo reduzidas a corpos em sofrimento, perdendo sua condição de seres humanos de direitos, correspondem ao conceito de vida nua de Agamben (2002), aquela insuscetível, que qualquer um pode tirar sem cometer homicídio. É uma vida sem valor algum.

Jean Baptiste, do Haiti, avalia que a representação do refúgio com policiais armados pode influenciar a opinião pública de duas maneiras. Uma delas é colocando pressão em quem está passando por uma situação difícil. Seria uma forma de comunicar o que a pessoa encontrará pelo caminho, demovendo-a da decisão de migrar. *“Se você sai do seu país para buscar uma vida melhor, quando aparece para mim essa imagem, caramba, mané, eu vou sofrer assim. Aí o pessoal vai colocar fuzil na minha cara, eu não sei se vão me matar, melhor morrer onde estou”*. O outro sentido apontado por Jean Baptiste deveria ser ensinar as pessoas que não se deve tratar os migrantes assim, *“porque essas pessoas não vêm para fazer mal ao país”*.

*É pessoa que tá procurando uma vida melhor, e quer sair de um sofrimento. Às vezes você sai do seu país para refugiar, cada um pode sair por um motivo diferente, crise política, fome... Mas com essa imagem você deixa as pessoas lá pensando que a situação lá é melhor. Imagina só, se eu tô passando fome... eu tô passando fome, mas tô vivendo mais ou menos. Tô com medo de sair e alguém pode botar o fuzil na minha cara e me matar. Eu vou morrer de fome... No início da Bíblia, existe refúgio. Jesus é um refugiado. Saiu da terra dele e buscou refúgio em outro lugar. Isso é uma coisa que o mundo não vai conseguir parar, mas tem que tratar de uma forma com humanidade. É isso que eu tô pensando. (Jean Baptiste, Haiti)*

Sob a perspectiva da teoria da estruturação de Anthony Giddens, ficou evidente que as imagens dos Grupos 1 e 2 representam o refugiado como sujeito sem agência. É significativa nesse contexto a falta de voz dos refugiados nas imagens, que acabam desafiando

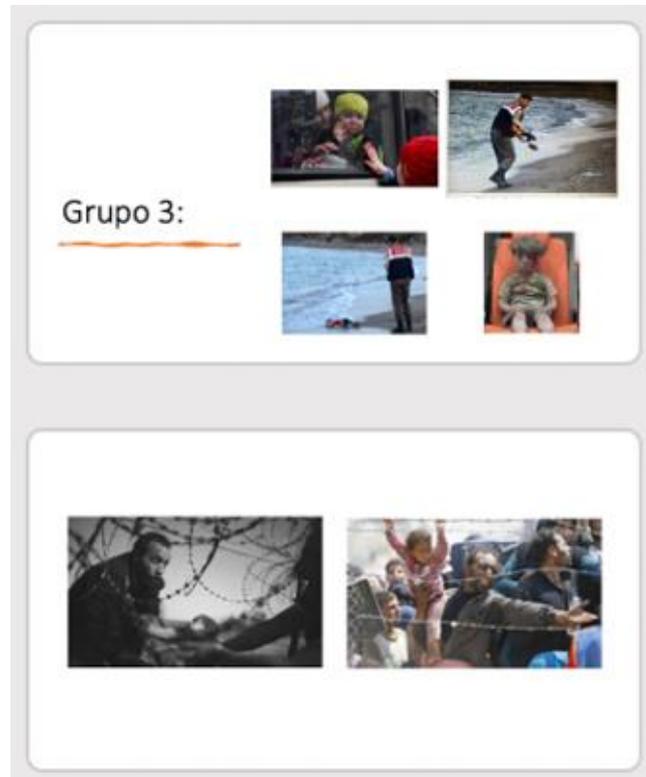
representações midiáticas durante as entrevistas. Ainda que muitos dos próprios refugiados não concordem com a necessidade de publicar determinadas imagens, é possível observar uma autorrepresentação uniforme reducionista que pode influenciar na forma como são tratados pela comunidade internacional. Ao serem enquadrados em fenômenos de massa, em imagens de grupos grandes acompanhadas por palavras como “inundação”, “onda”, os refugiados deixam de ser tratados como indivíduos com origens diferentes e complexas. Por sua vez, predomina nesse tipo de representação, uma construção de pessoas sem voz, silenciosas, impotentes, com reflexos nas interações diárias entre as comunidades locais e as deslocadas (Oskay, 2016, p. 25). É a natureza do humanitarismo que prevalece sobre a percepção do refugiado como agente da própria vida.

Do deslocamento das massas e da figura ameaçadora à individualização do sofrimento, conforme as imagens do Grupo 3, com crianças protagonistas e em primeiro plano. Foi possível observar que, neste ponto da conversa, o comportamento dos entrevistados mudou. Todos se emocionaram com a primeira foto desse conjunto, que é a menino sírio morto na praia da Turquia (Fig. 14). Ressalto aqui que fiz questão de perguntar se tinham filhos, justamente porque eu partia da premissa que o efeito da imagem de crianças em quem tem filhos poderia, de alguma forma, ser diferente. Não estou me referindo à gradação da comoção, mas à empatia no sentido de pensar naquela situação no caso de seus próprios filhos. Registro que, dos sete participantes, seis têm filhos.

Sandra Cardozo, mãe de três filhos, afirma que ficou muito impactada com a foto do menino afogado. *“A história foi muito forte. Lembro do menino na praia. As crianças sempre serão vítimas em qualquer conflito bélico”*. Para a venezuelana, não parece correto publicar fotos com crianças para retratar o refúgio. *“Mas eles são os mais afetados. Eles são a imagem, vamos falar assim, um slogan, para falar de refúgio... não me parece correto, porque expõe a criança, elas não têm culpa do que acontece com os adultos, são as mais prejudicadas”*.

Catalina Pardo, mãe de dois filhos, pediu para retirar as imagens e chorou. *“São muito fortes para mim. É muito difícil para mim”*, declarou, chorando. *“Como meu filho... ele tem 5 anos... cada vez que vejo essa imagem não tem como não chorar. Eu evito as imagens jornalísticas que me impactam... do menino achado na Turquia, ela me marca muito. É muito forte. Tem imagens jornalísticas que não consigo ver”*. Perguntei se ela se identifica com a dor na foto por conta da idade do filho. *“Quando eu vi essa foto, ainda não tinha o meu filho. Sempre me impactou muito porque as imagens de crianças em migração forçada dão uma*

*sensação de que realmente está tudo muito errado. É um símbolo de muita desumanidade, tipo do fim do mundo, sinceramente”.*



Historicamente, a criança operou como instrumento na mobilização da ternura e do amor parental, representando uma manifestação exemplar de vulnerabilidade inocente. De acordo com Moeller (2002, *apud* Chouliaraki; Stolic, 2017, p. 168), “crianças dramatizam a retidão de uma causa, ao ter sua inocência contrastada com a malevolência (ou talvez hostilidade banal) de adultos em posição de autoridade”. Nesse sentido, a foto do menino sírio ganhou status icônico por representar o fracasso adulto em proteger a criança. É como pensa também Daniel Diowo, congolês, pai de três filhos. “Primeiro, a criança é uma pessoa que não sabe escolher, não entende nada, que o pai e a mãe tá levando nesse lugar, ele é inocente”. Mas, na realidade, continua Diowo, o que acontece é que às vezes, a pessoa responsável, que deveria dar segurança, faleceu.

Jean Baptiste, do Haiti, é pai de três filhos e conta que já chorou muito como imigrante. “Eu não tenho problema com adulto, porque a criança é uma pessoa inocente que não consegue decidir sozinho. Para um pai tá faltando uma vida. Mas não sei qual o motivo para colocar (publicar). Cada foto tem um motivo”. Talvez, segundo ele, seja para sensibilizar os

países que estão recebendo os refugiados abrirem as portas. *“Pode ser assim”*. Mas ele mesmo sabe que nem sempre funciona dessa maneira. O próprio Jean Baptiste destacou a forma como os filhos foram tratados durante uma tentativa de travessia para os Estados Unidos em 2023. A família foi barrada no aeroporto da Guatemala e ficou quatro dias sem comer. *“A gente só bebeu água e teve biscoito que acabou. Uma forma de tratar as crianças... Acho que as pessoas estão sem coração”*.

Para Catalina Pardo, o desastre da foto não é a foto em si, mas a situação que ela representa. Era necessário estar presente para o registro, na opinião dela. *“A foto não é sensacionalista, isso é que é mais impactante nela. Porque a dor... quando eu choro... é precisamente por isso... Aliás, é uma foto esteticamente simples, muito bem-feita”*. Catalina avalia que nem todas as imagens de crianças são necessárias. No entanto, a foto de Aylan Kurdi é *“bem importante”*. A colombiana ressalta, porém, que é preciso ter cuidado com a exposição das crianças, no caso de fotos jornalísticas, de agências. Em muitos casos, explica, as imagens das crianças são utilizadas para finalidades de captação de recursos, por exemplo, situação em que há sensacionalismo de fato com o refúgio. Mariama Bah, da Gâmbia, levantou, por sua vez, a questão o racismo no destaque da cobertura jornalística e da comoção sobre o refúgio. Ela questionou o fato de a mídia normalizar episódios em que barcos afundam, que se tornam *“flashes”* de notícia, que logo depois todo mundo já esqueceu.

*A imagem de um neném sírio com o rosto [virado] na costa do Mediterrâneo viralizou. Isso foi tão triste, tão lamentável, que virou uma imagem do mundo, mas eu me perguntava, desde quando a população negra tá morrendo ali todo dia? Ou seja, não é um bebê, são bebês. Por que essa diferença de trato se passamos a mesma coisa? Esse lugar quem mais morre são senegaleses, gambianos, pessoas do Mali, West African... Toca todas as pessoas, mas é mais próximo territorialmente. Então por que isso é tão natural, por que, na mesma dimensão, se fosse um barco com cinco brancos, que afundasse por que isso vira uma notícia? De uma maneira triste e lamentável. E outro pode ser milhares de pessoas e isso não toca. Isso é preocupante para mim, no sentido midiático. (Mariama Bah, Gâmbia)*

O congolês Daniel Diowo também afirma que o impacto de imagens como a do menino sírio são uma prova de que existe discriminação no tratamento das notícias.

*É muito triste ver uma criança assim, nessa idade, faleceu passando essa situação, porque ele não escolheu para vim na vida, ele não escolheu seguir o caminho, são o pai e a mãe que levou ele. Mas por que nas mídias fala só*

*das crianças brancas? Porque nas mesmas condições morrem crianças pretas...*

Por que você acha que é assim?

*Não sei qual é a finalidade da ideia deles. Mas vai ter também muita assistência política só para essa categoria, as instituições vão querer saber foi onde. Às vezes outras crianças brancas também vão passar por essa situação, mas não vão se beneficiar desse cuidado. Eu acho esse cuidado das crianças passando por essa situação seletivo, pelo caso, pelos interesses, pela cor, pela religião.*

Você diz que é seletivo o cuidado que vão ter no país que as recebe?

*Isso.*

Não apenas os adultos, mas as crianças também têm tratamento seletivo?

*Têm.*

A mídia também faz um recorte seletivo?

*Isso.*

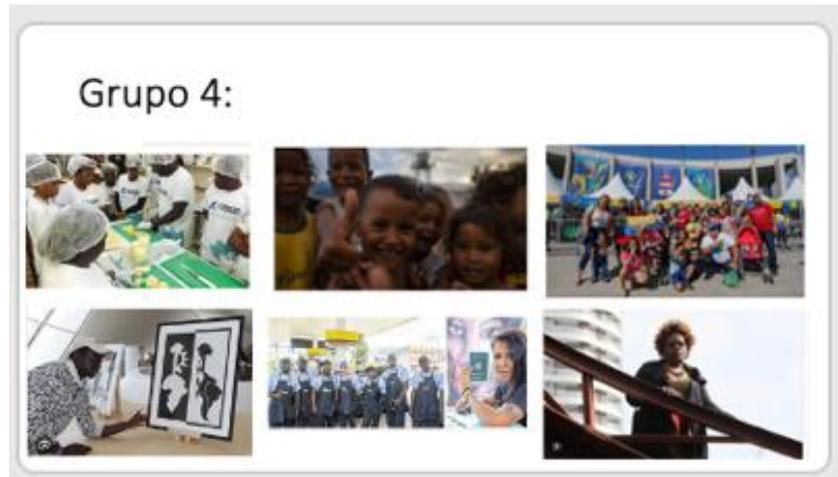
Na avaliação de Adel Bakour, o único participante sem filhos, a presença da criança na foto sensibiliza muito mais. Segundo o sírio, naturalizado brasileiro, as pessoas tendem a querer proteger as crianças de qualquer forma. Por isso, Bakour considera importante mostrar, uma vez que conseguiram sensibilizar com a foto de Aylan Kurdi. *“O menino morto na praia fez diferença nas condições de refúgio e travessias para a Turquia, da Turquia para a Europa, por exemplo”*.

No artigo *“Inocentes no exterior: fantasias ocidentais sobre a infância e a iconografia das emergências”*, Burman (1994) explora os interesses emocionais mantidos pelas imagens de crianças utilizadas em emergências do que ela chama de Terceiro Mundo. Os limites entre adulto e criança, segundo a autora, são reproduzidos por meio de relações de paternalismo entre o Norte e o Sul, de maneira que a infantilização do Sul exemplificada nas imagens das crianças funciona para garantir a competência e a maturidade do doador do Norte.

Com base na análise das origens culturais e dos significados de infância e nas perspectivas psicanalíticas, Burman sugere que a cobertura da mídia desperta tanto identificação como adota estratégias para afastar e proteger o espectador da ansiedade que isso traz. Isso funcionaria ao desumanizar crianças, suas famílias e suas culturas, e torná-las objetos passivos de um olhar ocidental que busca confirmar sua própria ação e onipotência para afastar suas próprias inseguranças. Burman (1994) indica que as organizações e campanhas de ajuda humanitária se envolvem e, por vezes, são coniventes com essas reações, tanto que ela sugere que devem existir *“estratégias através das quais as imagens de crianças podem servir para comentar, em vez de manter, as relações coloniais paternalistas prevalentes”*.

Gorin (2022) afirma que ainda estamos lutando para encontrar uma forma de retratar a infância em sofrimento de guerra. Segundo a autora, a divulgação de imagem de crianças-soldado continua sendo amplamente reduzida, bem como meninas transformadas em escravas sexuais. Essa realidade é bem mais complexa, além da integração dessas crianças nas comunidades envolvidas. Organizações não-governamentais que defendem a desradicalização de crianças-soldado do Estado Islâmico ou dos filhos de jihadistas, detidos no Iraque ou na Síria, seguem hesitantes e raramente discutem esses temas. E programas de ajuda sobre violência de gênero e sexual, que tiveram mais exposição nos últimos anos, priorizam mulheres vítimas de abuso em detrimento de crianças. Gorin ilumina a necessidade de desafiar os tabus ligados à visão clássica da infância idealizada e de transcender os atributos clássicos da infância insegura, ou seja, inocência e falta de empoderamento. Elevar a criança ao status de um ícone de vulnerabilidade tem se mostrado, segundo a Gorin, útil a projetos humanitários, conforme observado em um trabalho etnográfico de Sophie Nakueira entre crianças refugiadas em Uganda, citado por Gorin (2022). Preocupações desse tipo levaram organizações humanitárias a desenvolver códigos de conduta ética para levar em conta a representação exposta de crianças em apelos humanitários, incluindo o consentimento e a responsabilização. Começam a levar em conta aspectos como identidade, autonomia e participação dos mais jovens em programas voltados para crianças.

Nesse contexto, o desafio da representação midiática de forasteiros – física e simbolicamente – parece estar em lidar com a mudança fugaz de estados de ânimo afetivos rivais de indignação ou medo, alimentando respostas moralizantes da sociedade acolhedora em relação aos refugiados. No último slide apresentado aos entrevistados desta pesquisa, surgem fotografias que foram registradas por fotógrafos no Brasil e não mais de agências internacionais – o Grupo 4. Portanto, é um olhar mais próximo aos refugiados que vivem no país que, muitas vezes, surgem de pautas oferecidas por agências que acolhem imigrantes e solicitantes de refúgio.



O haitiano Jean Baptiste considera esse tipo de foto positiva. *“Eu acho bem legal porque o imigrante refugiado não vem só para buscar, pegar, buscar uma vida. Ele tem coisa que pode também compartilhar com a sociedade onde ele conseguiu refúgio. Pode compartilhar experiência, profissão”*. Baptiste acredita que essas imagens podem sensibilizar o imigrante e mostrar que a pessoa pode vir para o Brasil somar à sociedade. *“Dentro de imigração tem que existir integração”*. E a integração, na avaliação do haitiano, é *“uma coisa bem difícil”* e não tem muito por aqui. Segundo ele, a dificuldade para o imigrante que tem formação educacional em seu próprio país é aprender o novo idioma e ser encaminhado para trabalhar em sua área de conhecimento. Baptiste chama atenção para o fato de que instituições que trabalham no acolhimento a imigrantes, por exemplo, não têm imigrantes em seu quadro de funcionários. *“Deveria ter, pode ter para tradução de idioma... essa forma de integração é muito importante”*.

Boa parte dos programas contemporâneos de refúgio coordenados pelo Acnur no mundo tem como objetivo a integração. Considerada uma das “soluções duradouras” para o refúgio, junto com o “retorno” e o “reassentamento”, a integração seria a princípio, algo pronto, já elaborado, conforme Facundo (2014). Em tese, seria realizada em três âmbitos: legal, econômico e social/cultural.

Adel Bakour também vê de forma positiva essas imagens do Grupo 4. No entanto, ele diz que mostram apenas o *“lado bom da história”*. Em seu trabalho de atendimento a imigrantes e refugiados, Bakour nota que há projetos com a pretensão de incluir e integrar, mas sem impacto de alto nível. *“É de baixo para médio”*. Então, na avaliação dele, essas imagens são restritas ao momento da realização. Por exemplo, percebe-se que alguns não

conseguem se manter nos empregos. Não há um acompanhamento por quem ofereceu o trabalho pelo projeto. A foto da visita ao estádio com crianças é outro exemplo, na opinião de Bakour, de um registro do momento. *“Tiram foto e ‘Nóóó, tão no Maracanã’, estão integrados”*. E, segundo ele, mais nada acontece depois disso. *“São momentos bons, mas a mídia sempre faz isso. Pega o melhor e o pior momento para aproveitar”*.

Para a venezuelana Sandra Cardozo, esses são o registro da *“parte bonita”* do refúgio. *“Porque sabem que quando um começa a peregrinação de um país a outro é impactante, mas essa seria a parte bonita”*. Catalina Pardo avalia essas imagens como mais adequadas. *“Porque as pessoas estão completas, bem-sucedidas, fazendo projetos, dando continuidade a suas vidas, que na real é isso o que acontece. A representação na fronteira é muito cruel sempre”*. O congolês Daniel Diowo é outro que avalia que essas fotos demonstram uma população em processo de integração social. *“Eles estão tentando agora se regularizar, trabalhar, fazendo uma atividade remunerada ou aprender uma profissão”*. As fotos de crianças sorrindo, segundo Diowo, demonstram esperança. *“Nas outras fotos, elas estavam chorando. Significa que as coisas mudaram a favor delas”*.

Catalina Pardo, que trabalhou no centro de atendimento a imigrantes e refugiados, conta que as pessoas em situação de migração forçada não querem ser retratadas com aspectos de vulnerabilidade. *“Essa é uma narrativa muito frequente”*. Quando faziam registros com fotógrafos, por exemplo, ela lembra que as pessoas eram avisadas com certa antecedência. *“Tenho que ficar bonita, bonito, bonite... então trata-se da estética, ninguém quer sair descabelada, sem maquiagem... isso é dignidade”*. Já Mariama Bah tem outra opinião sobre esse tipo de foto.

*Para quem tem pouco lugar de positividade pode aparentar uma coisa de pessoas andando... para pessoas como eu, na militância, nem sempre. Isso para mim, às vezes, vira propaganda enganosa. Porque quando o ano inteiro a gente tá lutando pra ser ouvida, a gente tá lutando para falar, chega o Dia Mundial do Refugiado, ou de qualquer evento, essas falas dos refugiados são bem recebidas, estão se superando e às vezes ... vamos pensar no Brasil, qual é a porcentagem de refugiados empreendedores? De avanço positivo que a gente pode falar? Será que alguém poderia acreditar que Mariama não tem lugar para morar ou não tem um trabalho com todo o perfil e idiomas que eu falo? Então isso, na realidade, é uma fachada. Às vezes eu falo, problematizando o negro, como mulher, como refugiada, isso é uma propaganda enganosa. Porque a gente vive 365 dias no ano, não podemos ser lembrados em certas ocasiões. A gente passa essas violações... Quem tá falando? Para quem? Onde? Será que esses refugiados compactuam com*

*aquilo? Já fui tirada foto que foram feitas coisas supostamente positivas onde eu me senti um lixo e fui para o canto chorar. Então é nesse sentido, para mim é relativo. (Mariama Bah, Gâmbia)*

Esse aspecto também foi levantado pelo haitiano Garry Ulysse, ao destacar que “o ser humano deveria acolher. Teria que dar oportunidade de verdade”. Segundo Ulysse, há pessoas que dão oportunidade, mas “enquanto no lugar de fala, a gente não tem poder de falar, de explicar. Eles tentaram falar por nós e limita a gente”. O haitiano explica que nas ocasiões em que conseguem espaço para se expressar, as falas são conduzidas. “Você tem essa fala para você fazer, é até aqui. Não é isso. A pessoa tem que falar o que tá passando”.

No estudo de Facundo (2014), são apontados os momentos de continuidade, mas também de rupturas na história brasileira de gestão de grupos migrantes ou refugiados. Facundo menciona o trabalho de Giralda Seyferth que aponta diferentes momentos em que, por meio da ideia de assimilação ou aculturação, a integração dos migrantes na sociedade nacional foi preocupação desde meados do século XIX. Ideais da importação de estrangeiros foram guiados a partir de critérios raciais e culturais. Sendo assim, havia povos com maior possibilidade de “abrasileiramento” do que outros. Havia ainda preferência histórica pelos processos migratórios que permitiam escolher estrangeiros mais desejáveis (de acordo com os propósitos de cada momento histórico), “assim como o temor expresso de que os estrangeiros formem ‘guetos’ segundo o discurso dos agentes do refúgio contemporâneo” (Facundo, 2014, p. 313). Portanto, se antes a recepção de refugiados era remetida a questões de fronteiras externas do Estado-nação, a partir deste momento, o tema da integração passa para as fronteiras internas “desse lugar imaginado como uma unidade nacional” (p. 314).

Apresenta-se, então, a figura de um “tipo ideal de refugiado”. “A possibilidade de autoridade sobre suas próprias vidas está em estreita relação com a obediência aos agentes, aos tempos e às formas dos organismos que os administram e que lhes oferecem uma opção possível de existência” (Facundo, 2014, p. 44). É como se houvesse uma obrigação de gratidão eterna, sem questionar o poder soberano da hospitalidade, para não correr o risco de tornar-se novamente indesejável.

## **4.2 O contradiscurso**

O debate filosófico em torno da agência humana é tradicional na academia. No entanto, esta pesquisa tem como foco o conceito da teoria da estruturação de Anthony

Giddens, que define a agência como a escolha (sub) consciente e orientada por um propósito de um indivíduo para agir de determinada maneira, levando em consideração o contexto estrutural. Desse modo, vale lembrar que o conceito de estrutura, para Giddens, refere-se a “propriedades estruturais” ou regras imateriais e recursos materiais, o que permite uma análise das dimensões materiais, discursivas e institucionais das estruturas (Oskay, 2016, p. 21).

Críticos da academia apontam o discurso e as imagens infantilizadas de vitimização e vulnerabilidade que surgem em contextos humanitários e impactam a experiência dos refugiados. De acordo com Oskay (2016), a idade, o gênero, o estado civil e a orientação sexual do refugiado, entre outros fatores, dão margem a certas suposições sobre suas necessidades e características. Com base nisso, as agências humanitárias determinam o acesso a locais de reassentamento, assistência e acomodação em campos e programas especiais. A partir de uma análise sistemática das representações visuais e textuais de refugiados em documentos do Acnur entre 1999 e 2008, Clark-Kazak (*apud* Oskay, 2016) confirma que mulheres e crianças, além de jovens e idosos, seguem sendo o epítome e o rosto da vulnerabilidade, o que reforça a noção de que esses grupos são, por definição, vulneráveis.

Como resultado, essas imagens fazem parte de um imaginário coletivo e sendo reproduzidas pela mídia, por fotógrafos e editores que buscam imagens que se encaixam numa ideia preconcebida. Com isso, as diversas maneiras pelas quais os refugiados exercem sua agência acabam sendo ignoradas. Há esforços de intelectuais, como a antropóloga Malkki (1995a *apud* Oskay, 2016), no sentido de apontar uma tendência comum na literatura acadêmica sobre refugiados de homogeneizá-los em uma vitimização generalizada. Parece haver uma figura quase genérica, ideal, de modo que não é incomum encontrar referências semelhantes à “experiência do refugiado”, “mentalidade do refugiado”, “psicologia do refugiado” e assim por diante.

Nesse sentido, desde a década de 1990, antropólogos e acadêmicos enfatizam a importância de “explorar as complexidades das experiências individuais dos refugiados e as maneiras como eles negociam seus arredores” (Oskay, 2016, p. 28). No entanto, a literatura existente ainda carece de uma discussão mais aprofundada do significado teórico-conceitual da agência de refugiados, como aponta Oskay. Pesquisas sobre essa temática geralmente utilizam uma compreensão restrita de agência com base em suposições ontológicas e epistemológicas específicas. Geralmente, o foco é limitado à linguagem, como (auto)

representações linguísticas, rumores ou instrumentalização da linguagem dos direitos humanos por refugiados (Moulin, 2010; Thomson, 2013; Holzer, 2013; Tabar, 2007 *apud* Oskay, 2016) ou ações físicas, incluindo protestos políticos, automutilação ou atividades militantes (Harpviken, 2008; Clark-Kazak, 2010; Holzer, 2015 *apud* Oskay, 2016).

Há ainda os que enfatizam noções implícitas de agência com base em resultados concretos e tangíveis de agência, e outros que dão atenção ao propósito e à intenção por trás de uma ação como critério mínimo para agência, embora na maior parte dos casos isso não esteja claro. “Na maioria das vezes, porém, a literatura acadêmica analisa o exercício da agência nos campos econômico, político ou jurídico, tratando cada um como separado e independente um do outro” (Oskay, 2016, p. 29).

Ainda que esses relatos forneçam alguns insights sobre formas como refugiados desafiam governos nacionais e atores internacionais ou manipulam políticas de ajuda humanitária em benefício próprio, não se verifica na academia uma discussão mais abrangente sobre agência de refugiados em nível conceitual como prioridade. Antes de entrarmos nas percepções dos entrevistados, esclareço que, embora o foco no nível micro seja imperativo na análise da agência do refugiado, é necessário compreender melhor a relação entre as dimensões individuais (micro) e estruturais (macro). Ou seja, as ações humanas no nível individual devem estar relacionadas ao contexto em que acontecem. E mais: partimos da premissa de que a capacidade de agência é inerente a todos os seres humanos. “Todos os seres humanos exercem alguma medida de agência em suas vidas diárias e enfrentam certas limitações” (Oskay, 2016, p. 31).

Para Giddens, porém, os indivíduos precisam aplicar certo nível de consciência às suas ações para que se qualifiquem como agência. A consciência requer que os agentes tenham conhecimento sobre a ação e o contexto em que a ação é exercida. Os indivíduos devem ainda agir com intenção para que sejam capazes de modificar suas ações quando necessário. Isso é classificado por Giddens como monitoramento reflexivo, que pode ser baseado em alto nível de consciência das razões (racionalização) ou um conjunto subconsciente de intenções guiando suas ações (motivação). Com isso, a agência é caracterizada pela ação concreta (exercício da agência de alguém) ou pelo processo de pensamento cognitivo (consciência e reflexividade) que a sustenta (Oskay, 2016). A agência requer ainda um certo grau de escolha, que pode ser de agir ou se recolher. Esse é o poder de agir, para Giddens. Sem ele, o indivíduo deixa de ser agente. Salienta-se ainda que, na perspectiva da teoria da estruturação, a agência

trata muito mais do exercício da ação do que do grau da realização. Portanto, resultados bem-sucedidos não são medida de sucesso para a agência.

Em resumo, partindo da conceituação de agência de Giddens e das imagens selecionadas para este trabalho, ficou evidente até aqui que a mídia tenta representar o refugiado como indivíduo sem poder de agência. Dessa maneira, estariam totalmente a mercê da governança humanitária e de seu jogo de interesses. No entanto, isso não se confirma nas entrevistas realizadas por este trabalho. Nas conversas com os participantes, ficou evidente que a autopercepção do refugiado contrasta com a narrativa dominante. Onde havia desumanização nas imagens, houve uma tentativa de re-humanizar a figura do refugiado. Ainda que não tenha tido uma história única do processo migratório, pelo contrário, cada um dos sete entrevistados narrou uma experiência distinta de deslocamento e de entrada no país, foi possível notar um esforço dos próprios imigrantes e refugiados de usar lentes analíticas para desvelar a complexidade e a diversidade de cada indivíduo.

Discriminação, degradação, negligência foram aspectos pessoais encontrados na maioria das narrativas dos participantes. Alguns relataram que sofreram medo de violência física durante o deslocamento para o Brasil, enquanto a violência simbólica foi ainda mais presente nas tentativas de integração na sociedade brasileira.

Nesta parte do trabalho, apresento aspectos do contradiscurso dos participantes em direção a representações mais realistas da figura do refugiado. O Grupo 4 foi considerado *“bem legal”* por Jean Baptiste por mostrar *“a entrega”* do refugiado ao país que o recebe. No entanto, o haitiano avalia que a cobertura da mídia sobre o tema ainda precisa melhorar, porque sempre representa o refugiado como vítima. E a partir do momento em que o indivíduo que solicita o refúgio torna-se um refugiado, ele não é mais vítima, na avaliação de Baptiste. *“Estou há 11 anos no Brasil, não posso me apresentar como vítima. Posso ser uma pessoa que precisa se integrar à sociedade, oferecer à sociedade”*. Ele conta que tentou deixar o Brasil algumas vezes, mas que não consegue. Tem primos aqui e, para os parentes, o país é o melhor do mundo, por conta da forma como deixa os refugiados participarem. *“Tem espaço para participar, a gente precisa de mais espaço para integrar”*, afirmou, ao citar a Comigrar como oportunidade para mostrar que a participação não é integral. *“Eles querem que a gente participe daquilo que eles fazem pra gente”*.

A venezuelana Sandra Cardozo avalia as imagens dos Grupos 2 e 3 como as mais adequadas para representar o refúgio. *“São imagens muito fortes. Nós todos queremos viver*

*em nossos países. Não queremos fugir, sair, temos nossas vidas em nosso país. Saímos para outro país, começamos do zero, encontramos muita barreira*". O congolês Daniel Diowo considera todos os grupos iguais. Não há um mais adequado que o outro para representar o refúgio. Cada um tem um motivo. São várias histórias.

*Cada um tem o motivo dele, cada um tem a maneira que ele usa para fazer esse trâmite, esse processo do refúgio pro país. Tem outro que vem pelo mar, outro pelo avião, outro pelo caminho terrestre. Enfim, mas todos estão fazendo uma migração para sobreviver, para se proteger, integridade física dele, para salvar a vida dele. (Daniel Diowo, República Democrática do Congo)*

Diowo afirma que se identifica pessoalmente com as imagens do Grupo 4 porque foi quando voltou *"um pouquinho da alegria, da esperança"*. São imagens que remetem à época em que fez algumas formações e conseguiu trabalho no novo país.

Para Adel Bakour, os Grupos 1 e 4 são os que representam melhor o refugiado na mídia. *"É o que eu vejo mais. Momentos de agressão são pontuais"*. Bakour não se sentiu representado por grupo algum. Explicou que seu caso é particular e que sua condição de refúgio foi melhor que a de muitas pessoas, ainda que tenha tido seus momentos de vulnerabilidade. *"Acho que ninguém é igual"*. Sobre a representação midiática do refúgio, Bakour não sente que a mídia brasileira mostre o assunto como perigo, mas afirmou que uma parte da sociedade age dessa forma. *"São coisas diferentes. Ela [a mídia] mostra crise, o momento de migração, o momento da chegada de muitos imigrantes, mas não sinto que tem a intenção, mas políticos têm intenção"*.

Em geral, as imagens da mídia facilitam a vida do refugiado, na avaliação de Bakour. No entanto, segundo ele, a mídia traz um corte específico e não a informação no contexto geral. Para Bakour, a mídia publica notícia, tragédia, e não leva a informação necessária sobre o refúgio para as pessoas.

*Então quando eu me apresento "Ah, sou Adel, moro aqui há dez anos, sou sírio, e alguém fala 'nossa, vi a criança morta na praia, sinto muito, espero que a gente possa receber vocês bem' e tudo mais... Isso é legal, isso é positivo, só que ela continua zero sabendo dos direitos dos refugiados aqui. Se ela vê algum refugiado na rua, tem que orientar, tem que passar no CRAI, você pode ser assistido pela saúde, pela assistência [social]. Isso a mídia não faz, isso ela não trabalha. Acho que fica um gap. (Adel Bakour, Síria)*

Bakour vê espaço para a mídia trabalhar outros tipos de informação sobre o refúgio, como o acesso a direitos da pessoa refugiada. *“Ela tem todos os direitos. Só não vota e não é votada”*. Outro exemplo citado por ele é o espaço da mídia destinado aos delegados da Comigrar. Apesar da expectativa de contribuir para o debate na mídia, Bakour adianta que não espera que o interesse midiático seja de acordo com a expectativa dos refugiados. Na avaliação dele, na primeira edição do evento, havia apenas brasileiros no debate com experiência intelectual na área. Isso deve se repetir de alguma maneira na edição de 2024, uma vez que, segundo Bakour, há pessoas que acreditam que, por sua formação acadêmica, sabem mais sobre as demandas dos refugiados do que os próprios refugiados. *“Essas pessoas acham que entendem sobre como nós podemos ser ajudados”*.

Nesse contexto, Bakour afirma que sempre aceita conceder entrevistas e contar os motivos que o levaram a deixar a Síria, como era a vida lá antes da guerra, e deixar um pensamento, uma reflexão. *“Para mim, é mais importante falar com alunos de faculdade do que dar uma entrevista para o Globo, que vai recortar e depois colocar o que quiser. Eu acho que é isso”*. Bakour destacou ainda que o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva não subiu a rampa do Palácio do Planalto, ao tomar posse, acompanhado de imigrantes. *“Subiu com indígenas, mulheres, pessoa negra, pessoa com deficiência. A única coisa de imigração que ele falou foi de Venezuela. Ainda chamou de crise, de problema, ‘trouxe problema’, se aproximou do presidente de lá”*. Então, na avaliação de Bakour, atitudes como essa da posse reforçam a cobertura da mídia numa linha diferente, uma vez que servem de orientação sobre como o governo conduzirá o tema da migração no seu mandato. *“Eu reflito sobre isso”*.

O congolês Daniel Diowo também ressalta que a cobertura da mídia dependerá de quem está no poder e afirma que isso não acontece apenas no Brasil. *“Na realidade, as mídias têm uma tendência. Ela não pode mostrar uma imagem do líder ou da pessoa que está apoiando”*, mas precisam de recursos. No Brasil, segundo Diowo, é preciso mostrar o fluxo de venezuelanos em Roraima, como estão sendo tratados, para justificar o trabalho do governo. *“Mas às vezes eles não mostram a solução que levam para a população. Eles mostram que está vindo um fluxo grande de venezuelanos, mas tem que mostrar o que vão fazer deles, como tá a vida deles no Brasil, a integração. Isso não mostra. Só mostra quando tá dando colchão, comida”*.

Para Adel Bakour, a falta de informação da sociedade sobre o refúgio também é outro entrave para a aprovação de políticas públicas relacionadas ao tema. Tanto que as propostas

levadas para a Comigrar de direito a voto para imigrantes ou passagem de transporte gratuita para famílias não nacionais em situação de vulnerabilidade não deverão ser aprovadas no Congresso Nacional por desconhecimento dos parlamentares sobre a realidade dos refugiados. No caso da mídia, a imagem criada da pessoa refugiada, na avaliação de Bakour, é de vítima, de pessoa sem nada, que precisa de ajuda, carente. *“Muitos querem ajudar depois dessa reportagem, doar roupa para a igreja. É muito legal, mas não pode ser a necessidade do momento”*.

Para Sandra Cardozo, além da falta de conhecimento há também preconceito. Quando chegou ao Brasil, a venezuelana conta que o país não estava preparado para receber uma migração massiva de um país vizinho e acredita que até hoje não está preparado porque há leis que são totalmente desconhecidas. Ela afirma que há inclusive funcionários de organizações que lidam com refugiados que não sabem a diferença entre refugiado e residente. Esse desconhecimento dificulta o acesso aos direitos. Além disso, influencia o preconceito. Por esse motivo, Sandra Cardozo acredita que a mídia deveria ampliar a cobertura para explicar os motivos que trazem os refugiados para o Brasil e não se deter apenas à situação de precariedade que se encontram quando já estão aqui.

O haitiano Garry Ulysse reclama da falta de conhecimento do brasileiro em relação ao Haiti. Segundo ele, a informação que passam sobre seu país se limita a pessoas fugindo da guerra, com armas grandes. *“Mas se a mídia justamente queria nos ajudar e mostrar o problema e a realidade, seria ótimo e as pessoas poderiam refletir... as pessoas estão em guerra, mas tem outro lado, tem a praia maravilhosa, tem pessoa estudiosa, que pode agregar”*. Ulysse conta que os brasileiros acham que Haiti e África são a mesma coisa. *“Não sabem que a África é um continente com 54 países. E que lá também tem alguns países que têm pessoas brancas. Mas para eles todos os pretos vêm da África, é escravo, é estranho”*. Os brasileiros desconhecem ainda, segundo Ulysse, que a língua que o haitiano fala é o crioulo. *“Mas crioulo para os brasileiros é a cor da pele. A gente não pode falar. ‘Viu, Garry, você é negro.’ Não, sou preto. Sou grato e feliz pra chegar e dizer que sou o preto mais lindo do mundo. Eu me amo”*. Ulysse afirma que sabe que existem migrantes refugiados brancos, pardos, pretos, mas ressalta que os pretos sofrem mais.

*De qualquer forma, e não vou só falar sobre migrante, o próprio filho, minhoca da terra, do Brasil, sofre, é por isso que eu, como Garry, olha esse cabelo que tá na minha cabeça, eu não tinha esse cabelo, mas na primeira*

*palestra que eu dei na escola do estado, eu vi que precisaria desse cabelo como exemplo pra dizer para meus irmãos brasileiros, mulheres, que têm cabelo crespo, que eles podem sim, não pode ficar com medo, num lugar de lazer, de estudar, por causa do seu cabelo, você usa seu cabelo do jeito que você quiser. Então é por isso que deixei crescer pra dar esse exemplo aos meus irmãos. (Garry Ulysse, Haiti)*

Bakour ressalta que a cobertura midiática dá ênfase a determinada nacionalidade em cada momento. Teve uma época em que a guerra na Síria não saía das manchetes dos jornais. Então Bakour recebia convites para entrevistas com frequência. Porém, isso não o ajudava, porque não era, necessariamente, visto como um indivíduo com potência. Exemplo disso foi quando buscou emprego na Rota de Direitos, uma ação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro para atender demandas de imigrantes e refugiados e ajudar no acesso a serviços básicos. Bakour explicou que, durante o atendimento, ao mostrar seu currículo, foi considerado muito qualificado para a base de dados da instituição e que, provavelmente, não teria vaga para ele. “Mas eu preciso de trabalho”. No entanto, entendem que, se o currículo do indivíduo é bom, o refugiado não precisará de assistência, segundo Bakour.

Catalina Pardo avalia que a mídia tem responsabilidade sobre o estigma do refugiado como vítima, o que pode dificultar a retomada da vida no país que o recebe. No entanto, a colombiana acredita que a mídia não age sozinha. “*A mídia tem uma intencionalidade política maior que está planejando e desejando fazer essa representação*” do refugiado como vítima e como crise. “*Mais que vítima, como uma crise. E obviamente como uma vítima, porque a migração não é uma crise. Os territórios estão em crise. A migração é um movimento, não é uma questão crítica. Há um aumento de quantidade de pessoas em migração porque os territórios estão em crise*”. Então, segundo Catalina Pardo, há intencionalidade de colocar a pessoa refugiada nesse lugar de vulnerabilidade, incapacidade, ameaça, num contexto de pessoas de processos políticos, econômicos para controle das fronteiras dos Estados-não. E gerar processos, na opinião de Pardo, de construção de subjetividades nas pessoas leitoras que vão criar um imaginário da pessoa refugiada como uma ameaça. “*Mas isso é uma intenção política*”.

Sobre o espaço para o refugiado exercer seu poder de agência, Catalina Pardo faz uma análise sobre a criação do imaginário da pessoa refugiada empoderada. “*É uma pegada complexa. Há uma intencionalidade política, econômica, de setores da humanidade, sistema-mundo, em gerar essa imagem*”. E as agências de notícias, segundo ela, estão alinhadas, além

de algumas agências humanitárias, no sentido de criar um imaginário de ameaça e, em alguns casos, de redenção. *“As agências humanitárias que vão salvar, que vão dar pacotes de intervenção integral para fazer as pessoas mudarem de foto, da merda à reiniciação”*. Portanto, Catalina Pardo afirma que, quando há *“pessoas refugiadas em enunciação de empoderamento, de agência, de construção própria, a gente tem que ter também um cuidado”*.

Pardo menciona o trabalho de Facundo (2014) sobre o dispositivo do refúgio, que tende a criar o sujeito refugiado. *“Então temos que ficar atentos se o caminho do empoderamento que se vê nessas fotos (Grupo 4) está ligado com essa lógica de laços e entrelaçados de poder”*. Isso porque, explica Pardo, o dispositivo do refúgio cria pessoas empoderadas e que são, ao final, simplesmente, criação desse sistema. Ao mesmo tempo, elas não são só imagem, há pessoas que estão há décadas fazendo cursos ofertados por agências humanitárias, mas a vida não passou disso e ainda estão numa expectativa de que é por esse caminho que vão sair.

*Aí é onde está o meu ponto de militância no movimento de migrantes. Não sou uma pessoa refugiada, mas no meu entender é fazer processos de base de empoderamento que seja próprio, organicamente, tentando conversar com instâncias que criam esses dispositivos e esses sujeitos refugiados. Para muitos refugiados já caiu a ficha. Mas esse dispositivo do refúgio é muito complexo e muito poderoso. Mesmo a ficha caindo essa criação desse sujeito que é utilizado pelas instituições – pelo Conare, pelo Ministério da Justiça e pela Comigrar – essa criação desse sujeito, é muito necessário o trabalho, a formação crítica, conversar, fazer processos de base, para que, coletivamente, esse empoderamento parta realmente, não da enunciação e dessa construção institucional do sujeito refugiado, mas da realidade de cada um. (Catalina Pardo)*

Ela cita o exemplo de uma amiga colombiana que não quer participar de nenhuma iniciativa proposta por agências humanitárias ou governamentais destinada exclusivamente a refugiados. Preferiu tocar o próprio negócio, ser empreendedora e não se identificar como refugiada para não ser enquadrada na figura do refugiado institucional. *“O cotidiano dela está livre da pressão da criação do refúgio. Há outras amigas que estão presas, angustiadas, acham que a qualquer momento pode pipocar alguma oportunidade”*. Portanto, ao mesmo tempo em que o dispositivo do refúgio cria esse sujeito, por outro lado, o sujeito refugiado não vive sem essa criação. *“Então não há uma intencionalidade de que se supere essa dependência*

*institucional*". Porque se o refugiado se empoderar efetivamente, a agência não faz mais sentido de existir, explica Pardo. *"Você vê isso em muitas representações de muitas maneiras e isso leva muitas vezes ao adoecimento das pessoas, porque, mesmo tendo um olhar crítico, a gente cai na armadilha. É uma estrutura muito forte"*.

Mariama Bah, da Gâmbia, tem convicção de que sua imagem de luta e superação foi usada por organização não governamental. *"E hoje estou catando moeda para sobreviver"*. Segundo ela, a população negra, com limitação de idioma, de tecnologia, vira, às vezes, a matéria-prima para ser usada. *"Mas a pessoa avança e não você. Ainda com uma imagem ou com uma propaganda enganosa e desrespeitosa com a minha pessoa"*. Mariama Bah ressalta que há uma limitação de lugares para se expressarem. Quando reclamam, de forma legítima, viram *"problemáticos, inimigos"*. *"Não é conveniente você expor as coisas"*. Ela diz ainda não conhecer governo comprometido com a transformação social, econômica, financeira e mental de migrantes e refugiados. *"Porque conhecer governo é conhecer políticos comprometidos"*. Na opinião de Mariama Bah, muitas ongs viraram também *"lugar de tortura"*. Donos de ongs que ocupam o espaço de fala, usam suas histórias. *"Eu acho isso errado, porque qualquer setor social não pode ser mais importante que qualquer refugiado. Então esse é um questionamento social da humanidade que eu tenho"*. A falta de crédito em trabalhos acadêmicos, de direitos autorais em peças de teatro ou livros que usam suas histórias também foram mencionadas por ela. *"A gente se sente usado por todos os lados"*. Se há instituições e governos bons, ela ainda não conhece. Políticos tampouco levam os refugiados a sério, na opinião de Mariama Bah.

Sobre o espaço aberto para o debate pela Comigrar, ela chama atenção para a população latina forte em número, principalmente da Venezuela, que podem ocupar lugar de fala no evento. No entanto, Mariama Bah receia que pessoas que não entendem os anseios da negritude possam dificultar mudanças. *"Pessoas negras têm realidades diferentes, religiões diferentes, territórios diferentes, idiomas diferentes, travessias diferentes"*. Ela explica ainda que existe uma diferença entre descendências africanas, porque o africanismo é pensado a partir da perspectiva de onde a pessoa nasceu. *"Aqui eles pensam a negritude a partir da escravidão. Então há diferença. Eles falam o afro-brasileiro. Eu não falo o afro-brasileiro. Eu estou na diáspora, mas não sou diaspórica"*. Mariama Bah questiona como seriam ouvidos então. Ela diz que tenta trazer esse ponto de vista para o debate, como delegada da Comigrar, de ressaltar a importância de serem ouvidos para promover mudanças para seu povo.

### 4.3 A tipologia da agência

Nesta parte da pesquisa, vou tratar de quatro tipos de agência exercidos por refugiados que foram abordados no estudo de Oskay (2016), com base na teoria da estruturação de Anthony Giddens. Esses conceitos contribuem para um entendimento sobre como os refugiados agem dentro de um sistema em que a instituição (mídia) reforça o estigma de vítima e de pessoa em situação de vulnerabilidade que necessita de assistência social. A compreensão do cenário permite identificar aspectos de reflexividade entre a agência do refugiado e as mudanças estruturais, suas características restritivas e qualidades facilitadoras no que diz respeito à agência de refugiados.

Oskay (2016) define os tipos de agência em formas abertas e encobertas, divididas em quatro tipos predominantes: rejeição, assimilação, desvio e manipulação. Nessa análise, rejeição e manipulação seriam formas abertas de agência, enquanto desvio e manipulação acontecem de forma mais velada.

<b>Aberto</b>	<b>Encoberto</b>
<b>Rejeição</b>	Desvio
<b>Assimilação</b>	Manipulação

Reprodução da tabela de Oskay (2016, p. 68) – tradução minha

Em seu trabalho, Oskay (2016) ressalta que refugiados agem como seres humanos, apesar de navegarem por diferentes estruturas. Em princípio, todos os humanos rejeitam, assimilam, ignoram ou manipulam em determinado momento certas estruturas nas quais estão inseridos. Podem ser espaços universitários, de trabalho, estruturas familiares, religiosas ou regimes políticos. O que diferencia a agência do refugiado, segundo Oskay (2016), é como ela se manifesta no contexto de certas estruturas que são particulares às vidas dos refugiados. Um exemplo é o fato de refugiados e não refugiados poderem protestar por seus direitos. Enquanto não refugiados podem ter como foco seus governos locais ou estaduais em suas demandas, os refugiados devem se dirigir ao Estado anfitrião ou às agências humanitárias. “Enquanto os primeiros podem enquadrar suas demandas predominantemente em termos de seus direitos como cidadãos do país, os refugiados se baseiam no direito internacional dos refugiados ou em princípios gerais de direitos humanos, humanidade e

compaixão”, (Oskay, 2016, p. 67). Esses são exemplos de como as estruturas são distintas para refugiados e locais, moldando as maneiras pelas quais esses grupos exercem sua agência.

A tipologia de Oskay não obedece a uma hierarquia entre os diferentes tipos de agência nem faz julgamento sobre sua eficácia. Para Oskay, ainda não está claro como as estruturas permitem ou limitam os refugiados a exercer certo tipo de agência, o que demandaria novas pesquisas sobre a temática. Embora Oskay ilustre as categorias da tipologia com base em exemplos empíricos de agência de refugiados em resposta às estruturas dos campos, ao status legal do refúgio e ao relacionamento danificado com o país de origem, os argumentos mantêm certo nível de abstração que permite a tradução para outros tipos de estruturas. Com isso, a ideia é utilizar essas tipologias para tratar da agência em relação ao estigma de vítima do refugiado, consolidado pela representação midiática.

A rejeição refere-se a atos intencionais de resistência aberta a estruturas existentes criadas por agências humanitárias ou governamentais. Nesse caso há uma recusa em cooperar ou um impulso sistemático em mudar as estruturas existentes. Pode ser expressa por meio de protestos, manifestações ou campanhas. É o caso de mulheres refugiadas que se recusam a cumprir programas de saúde por conta de costumes da própria cultura, constituindo uma forma de escolha e, portanto, de agência, que pode prejudicar os programas humanitários e ser considerada uma ameaça à ordem. Ou mesmo dos protestos nas ruas e nas redes sociais de coletivos de refugiados após a morte do refugiado congolês Moïse Kabagambe, no Rio de Janeiro, em 2022, quando suscitou o debate sobre xenofobia e racismo no Brasil.

O desvio é uma forma secreta de contornar e fugir de estruturas existentes sem intenção explícita de questioná-las. Rumores produzidos por refugiados, como foi o caso do haitiano que correu amedrontado ao chegar de barco no Brasil pela região Norte, ajudam a escapar das autoridades, que tentam manter o controle nas fronteiras e nos discursos oficiais. O exemplo das amigas de Catalina Pardo que esperam oportunidades de agências humanitárias há anos, sem questionar a demora, pode ser outro caso de desvio de estruturas com intenção de não questionar aquelas existentes. Dessa maneira, o silêncio funciona como forma de rejeição para se proteger de eventuais injustiças.

Já a manipulação refere-se ao uso dissimulado das estruturas em causa própria. Nesse caso, mantém-se uma aparência de conformidade e cooperação enquanto são feitas manobras sem desafiar abertamente o sistema. Exemplo disso citado no trabalho de Oskay (2016) são jovens que se registram em assentamentos para receber benefícios materiais

enquanto vivem em outras áreas urbanas. Além disso, há casos em que a autorrepresentação é manipulada para que a própria imagem seja adequada e atraente aos estados ocidentais.

O quarto tipo é a assimilação, que é a escolha consciente que os refugiados fazem para aceitar as estruturas existentes de forma aberta. Nesse caso, aprendem e conhecem as estruturas para extrair delas suas vantagens e se preparar para as desvantagens, já que estão conscientes de que não serão capazes de realizar mudanças. Oskay (2016) afirma que é possível se encaixar em várias categorias ao mesmo tempo. A assimilação pode ser o primeiro passo, por exemplo, pelo qual os refugiados se estabelecem em circunstâncias difíceis. Isso fica evidente nas declarações dos participantes sobre o momento da chegada, quando mencionam a necessidade de aprender o novo idioma, buscar emprego. À medida que aprendem mais, sobre as estruturas e seu funcionamento interno, podem começar a manipular determinados elementos ou rejeitar e tentar mudá-los lentamente. Ao apontarem a necessidade de imigrantes e refugiados dentro do quadro de funcionários das agências que atendem refugiados, sob o argumento de que são eles os que mais sabem sobre a realidade desse grupo, estariam manipulando o sistema, no maior sentido de “nós precisamos de vocês, mas vocês também precisam de nós”. Ou seja, a intenção que está por trás das ações afetará certos resultados.

Atitude semelhante pode se dar em relação ao estigmatizado, segundo Goffman (2021), ao tentar ter o controle da informação. Quando o motivo de seu estigma não é visível, o indivíduo tem a possibilidade de manipular a informação sobre ele. “Exibi-lo ou ocultá-lo; contá-lo ou não contá-lo; revelá-lo ou escondê-lo; mentir ou não mentir; e, em cada caso, para quê, como, quando e onde” (Goffman, 2021, p. 51). Símbolos de estigma podem ser contrapostos com símbolos de status, segundo Goffman. Ou seja, são signos efetivos para “despertar a atenção sobre uma degradante discrepância de identidade que quebra o que poderia, de outra forma, ser um retrato global coerente, com uma redução consequente em nossa valorização do indivíduo” (p. 53).

Se de um lado os agentes de Giddens manipulam as estruturas existentes ou desviam de forma discreta das regras impostas, os refugiados estigmatizados em posição de vítima podem igualmente manipular a informação e apenas ocultar sua condição de solicitante de refúgio, sua história, seu passado. No entanto, sustenta Goffman (2021), se o indivíduo entender que sua condição de refugiado poderá lhe trazer benefícios para sua identidade social, então ele usará seu estigma – sua condição de refugiado – para obter ganhos

secundários como desculpa pelo fracasso que tenha chegado por outras razões ou até mesmo para tentar se empoderar em determinados espaços políticos e sociais, como pode ser o caso da participação como delegado na Comigrar.

A falta de percepção da própria capacidade de agência faz com que o indivíduo tome a decisão de deixar de conviver com a estrutura em que está situado, sem se dar conta de que essa atitude também faz parte de seu poder de agência. Exemplo de uma situação em que o refugiado se sentiu totalmente desprovido da capacidade de agir foi narrado pelo haitiano Jean Baptiste, quando ficou barrado no aeroporto da Guatemala com a família na tentativa de migrar para os Estados Unidos. Sem informação nem comida durante quatro dias, o haitiano contou ter chorado, com uma sensação de total desamparo.

Segundo Parker (2013), trabalhos recentes repensam o estigma, o preconceito e a discriminação de forma a abarcar uma relação mais ampla entre os processos culturais e incluir as estruturas de poder e as possibilidades de resistência. O objetivo seria conduzir a uma compreensão mais social e política dos processos, ao concentrar a atenção nas ligações entre o estigma, o preconceito e as estruturas mais amplos de desigualdade social e os processos de exclusão social. “Justamente por isso, é útil pensar sobre as relações dessa perspectiva com o que tem sido cada vez mais descrito como ‘violência estrutural’” (Parker, 2013, p. 31). A definição de “violência estrutural” de Johan Galtung (2007, p. 106 *apud* Parker, 2013, p. 32) mencionada no trabalho de Parker é uma “deficiência evitável das necessidades humanas fundamentais”. Seria então “o comprometimento da vida humana, que reduz o grau real no qual alguém é capaz de satisfazer as suas necessidades aquém do que seria possível de outro modo”. E qual é o papel da mídia nisso tudo?

Nesse sentido, a gambiana avalia a mídia como importante e necessária.

*A mídia é importante e necessária. É essencial para qualquer luta, dá visibilidade. Mas a minha questão é de que visibilidade o refugiado precisa? Eu, como população africana, a vida inteira é ligada a pobreza, miséria, será que reforçar vendo isso o tempo todo, uma criança vai crescer acreditando ainda nisso mais? Que tal mudar? Se você quer mostrar muita força, eles não têm interesse para isso. O lado positivo eles não querem. Eu gostaria que a mídia brasileira falasse o quanto maravilhoso Mariama é, o quanto Mariama lutou, o quanto Mariama superou, a superação de Mariama hoje me interessa mais que o sofrimento da Mariama. Porque meu sofrimento me adoce mais, me entristece mais. É como você cutucar o que uma mãe sente separada da sua filha. Eu deixo essa resposta com você, se você for mãe, arrasada, destruída, você já sabe. Talvez esse sensacionalismo seja bom para a mídia. Não. Não quero isso. Eu quero que a pessoa venha falar ‘Nossa, que*

*mulher é essa aí. Então eu acho que a mídia poderia ser mais positiva. Mas a mídia do jeito que ela vende o refúgio, para mim não é positiva. Hoje precisamos de uma mídia positiva. E o equilíbrio. Não é não falar das guerras, mas eles não podem ser nossa única realidade absoluta, porque tem outras realidades, se você vai ver uma notícia sobre refúgio, você vai ver pessoas andando, sobretudo se é africano, com coisa na cabeça, nem todo refugiado [vai assim], alguns pegam avião. Não é uma realidade de todo refugiado. Então como desligar isso sempre achando que tá no mato ou às vezes tá na fronteira. É outro tipo, pode ser no Mediterrâneo, ou travessia no caminho. São realidades diferentes. Então a gente está torcendo para uma mídia mais justa. E a mídia também às vezes não é que ouviu uma coisa e ficar partidária. Ela precisa ser mais neutra, mais representativa. Você não pode colocar... por exemplo, no Dia da África, no dia 25 [de maio], poderia falar das positivities e das riquezas da África, mas na notícia saiu um nigeriano que roubou sei lá o quê... e isso reforça o quê? Para as pessoas um negro nigeriano representa todo negro africano. Então isso é preocupante, como reeducar a população brasileira, é de reaprendizado, porque nem todo preconceito e tudo que passei na minha vida foi por querer, às vezes é inocência. Brasil tem gente que está atrapalhada na História, não quer ser preconceituosa. Por exemplo, no mundo LGBT, como chamar uma menina? O Brasil tem medo da discussão mais importante, sobre racismo, xenofobia, feminicídio. Precisamos é de escuta ativa. Porque tem pessoas que podem ser recuperadas. Não sou dona da verdade, mas quero ensinar a população que nem tudo que ouviram sobre refúgio, negro ou árabe é o certo. É importante ouvir do próprio árabe o que é o certo. Entender a diversidade não só da sua perspectiva, mas da perspectiva do outro. (Mariama Bah, Gâmbia)*

Nesse contexto, Hall (2015) traz formas de contestar um regime de racialização de representação na mídia, que pode ser aplicado a diversos tipos de diferença. O teórico cultural sustenta que o significado nunca poderá ser fixado, o que abre espaço para intervenções. No entanto, ele mesmo questiona sobre as possibilidades de se desafiar um regime dominante de representação. Quais contraestratégias podem começar a subverter o processo, atualmente preso num jogo de poder? Algumas delas são consideradas arriscadas, como a inversão dos estereótipos populares, uma vez que, ao se prender em uma estrutura binária de sentidos, não daria conta da complexidade e da variedade das vidas refugiadas. A inversão de papéis entre refugiados maus e bons tampouco consegue deslocar o aspecto negativo.

Portanto, a mudança através do olhar da representação para contestar a partir de dentro das complexidades e ambivalências da representação em si tem se mostrado a mais adequada. Nesse caso, a preocupação se dá mais com a forma de representar do que com a introdução de novos conteúdos. A busca por visibilidade e legitimidade por parte dos refugiados deve considerar mudanças significativas na sua representação midiática, o que seria um movimento reflexivo que leva em conta transformações no campo da representação

e a capacidade de agência do refugiado. Para isso, seguindo o pensamento de Hall (2016), parece tornar-se fundamental a participação efetiva de refugiados em centros de poder cultural e econômico.

#### **4.4 Síntese provisória**

Neste capítulo busquei a percepção de imigrantes e refugiados para compreender o papel da mídia na consolidação do estigma do refúgio. Foram selecionadas imagens da mídia a partir de 2015, que depois foram divididas em quatro grupos temáticos: vida biológica, ameaça, empatia e hospitalidade. Porém, as imagens foram mostradas sem legendas ou contexto para os participantes. Ainda assim, foram facilmente identificadas por todos. A percepção foi predominantemente negativa, revelando impactos profundos sobre suas vidas, e contribuindo para a estigmatização do refugiado como vítima.

Esta pesquisa ouviu sete participantes, sendo uma imigrante e os demais, refugiados. Todos foram eleitos delegados para representar o Rio de Janeiro e defender as propostas do estado na 2ª. Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (Comigrar), convocada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para discutir o aprimoramento de políticas públicas destinadas a este público em 2024. Todos os entrevistados declararam sentimentos de desvalorização e alienação a partir da observação da mídia. Socialmente, essas representações negativas dificultam a construção de redes de apoio e a integração nas comunidades locais. Além disso, a ênfase na ameaça, na desordem ou na crise pode levar a um ambiente de hostilidade e rejeição aos refugiados pela sociedade que deveria acolhê-los, e influenciar as políticas governamentais, resultando em medidas mais restritivas e menos apoio aos refugiados.

O método utilizado para a abordagem do grupo selecionado foi o photovoice, que provou ser eficaz para amplificar as vozes dos refugiados e deve ser considerado em futuras pesquisas e intervenções midiáticas. Ao facilitar a reestruturação das narrativas sociais, o photovoice permite a promoção de uma representação mais autêntica e complexa dos refugiados. A partir de cada grupo temático, os participantes analisaram a representação na mídia e narraram a própria experiência referente àquele contexto.

O reconhecimento do poder de agência dos refugiados, conforme discutido na teoria da estruturação de Anthony Giddens, foi fundamental para entender as formas utilizadas por

eles de influenciar e transformar as narrativas que os afetam. A falta de um espaço para expressar suas demandas e de garantia da autonomia no discurso dos refugiados foram outros aspectos levantados pelos participantes. Pela perspectiva da teoria de Giddens, a mídia surge como estrutura que impõe narrativas que retratam esses indivíduos de maneira estigmatizante e desumanizadora.

No entanto, os refugiados ouvidos pela pesquisa mostraram que não são meros receptores passivos dessas representações. Eles exercem sua agência ao compartilhar a própria percepção e a experiência, desafiando a narrativa dominante e propondo novas formas de entendimento sobre suas vidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da premissa de que a mídia consolida o estigma do refugiado como vítima ou ameaça à ordem e à sociedade acolhedora, esta pesquisa buscou uma teoria social para analisar a representação midiática do refugiado e o impacto no seu poder de agência, como forma de superar deficiências no processo migratório. A teoria da estruturação, de Anthony Giddens, mostrou-se adequada e eficiente para compreender a interação entre mídia como instituição e refugiado como agente social informado, e avaliar as possibilidades de mudanças sociais. Fez sentido considerá-la uma metateoria, como afirmam alguns estudiosos, uma vez que contribuiu como forma de pensamento para refletir sobre a responsabilidade da mídia em relação ao estigma dos refugiados e seu poder de agência.

Pela teoria giddensiana, a capacidade de agência é inerente a todos os seres humanos. Agentes ativos, portanto, interagem, modificam estruturas e recriam sistemas sociais através de seus padrões de comunicação. Os sistemas sociais são sistemas de interação social, como pequenos grupos de pessoas, que confiam em estruturas para interagir e guiá-los em tomadas de decisão. Estruturas são regras, normas, linguagens e crenças que retratam o mundo social. A estrutura é intangível. Não se pode vê-la, apenas suas influências podem ser estudadas. Nunca é estática, segue sempre sendo modificada.

Estudar a estruturação de um sistema social é investigar as formas como esse sistema é produzido na interação, por meio da aplicação das regras e recursos e no contexto de resultados não intencionais. A dualidade da estrutura é o conceito-chave da teoria da estruturação e está ligada ao caráter recorrente da vida social. Expressa a dependência entre estrutura e atuação, segundo Giddens (2018), ou seja, agência e estrutura só existem na dualidade. No entanto, as estruturas existentes em determinado grupo podem permitir ou restringir as ações da pessoa.

A inovação deste trabalho foi analisar essa interação entre refugiados no país acolhedor com estruturas até então desconhecidas. Nesse caso, a segurança ontológica do indivíduo é abalada, uma vez que seu objetivo principal é integrar-se à nova sociedade. Para isso, precisa conhecer a nova estrutura, ou seja, novas regras, linguagem, normas, crenças, cultura. Enfim, uma nova forma de interpretar o mundo. É nesse contexto que o conceito de interculturalidade ganha relevância ao considerar que as interações comunicativas interculturais dos migrantes não são apenas adaptação às normas sociais preexistentes, mas

também desempenham um papel ativo na construção e transformação das estruturas sociais em que estão inseridos.

Foram feitas sete entrevistas semiestruturadas entre refugiados e pessoas em contexto de refúgio. Utilizou-se o método fotovoz, em que fotos publicadas na mídia foram expostas para análise dos entrevistados. Apesar de não representarem a totalidade dos refugiados que se encontram no país, esse grupo permitiu apresentar um recorte de possibilidades de ativismos, protagonismos, ou até mesmo de outras formas de agência contra o estigma, de maneira consciente ou não.

No caso da representação midiática do refúgio, a percepção dos refugiados foi predominantemente negativa, revelando impactos profundos sobre suas vidas, e contribuindo para a estigmatização do refugiado como vítima. A mídia representou o refugiado como indivíduo sem poder de agência em todos os grupos expostos, segundo a percepção dos entrevistados, inclusive no grupo de fotos relacionado à hospitalidade, uma vez que atentaram para o fato de as oportunidades de empoderamento serem criações de um sistema ligado a laços de poder. Isso significa que são fixados limites e caminhos para o beneficiado que, por sua vez, ficam a mercê da governança humanitária e seu jogo de interesses.

A cobertura episódica, o exagero de fatos, a superestimação do número absoluto de migrantes em determinada região são alguns fatores que podem moldar uma percepção equivocada, disseminar a desinformação e estimular um ciclo vicioso de políticas restritivas, a criação de estereótipos, o reforço de estigmas e a exclusão.

Nas conversas com os participantes, observou-se ainda que a autopercepção do refugiado contrasta com a narrativa dominante. Onde havia desumanização nas imagens, houve uma tentativa de re-humanizar a figura do refugiado. Ainda que não tenha tido uma história única do processo migratório, pelo contrário, cada um dos sete entrevistados narrou uma experiência distinta de deslocamento e de entrada no país, foi possível notar um esforço dos próprios imigrantes e refugiados de usar lentes analíticas para desvelar a complexidade e a diversidade de cada indivíduo.

Ao analisar as respostas dos entrevistados à luz da teoria da estruturação, nota-se a necessidade de separar o discurso midiático e a percepção daquilo que está sendo representado do poder de agência do refugiado de acordo com Giddens (Oskay, 2016). Pela teoria giddensiana, levar em consideração a agência do refugiado é ir contra o tratamento

comum dado a eles e as representações como vítimas silenciosas e infelizes, que impulsionam respostas humanitárias, anônimas, despojadas de agência. É importante esclarecer que não há um “tipo ideal” de refugiado e reconhecer que há diferentes maneiras pelas quais eles podem exercer seu poder de agência. Suas ações influenciam estruturas e podem desencadear mudanças em discursos.

Em seu trabalho “Refugiados como agentes”, no qual pesquisa sobre refugiados do Burundi na Tanzânia, Oskay (2016) afirma que refugiados seguem sendo agentes humanos quando cruzam fronteiras para buscar refúgio e não se tornam de repente passivos e silenciosos, sem agência. Mas parece haver uma resistência, por diferentes motivos, de diferentes partes, em admitir isso. No entanto, ao rotular os refugiados como escória, párias, outsiders, excluídos... talvez estejamos homogeneizando-os e desconsiderando suas diversidades bem como suas maneiras de exercer agência, como lembra Oskay. Portanto, considerá-los agentes pode fortalecê-los e abrir novos caminhos.

Os números mostram que os deslocamentos forçados atingem quantidades recordes nos últimos anos e que a previsão é de seguir aumentando. Números não são eternos nem absolutos, e seu sentido e valor podem ser ressignificados de acordo com o recorte teórico-metodológico, mas é certeza que evidenciam tendências do fenômeno migratório. Por exemplo, ElHajji (2023) explica que, atualmente, o volume das migrações Sul-Sul já é superior ao das migrações Sul-Norte, resultado de deslocamentos laborais, ambientais e/ou em decorrência de conflitos armados.

Ficou claro, neste trabalho, que para gerenciar o processo migratório e amplificar as vozes dos refugiados é necessário que a mídia adote práticas mais responsáveis e equilibradas de representação, promovendo uma compreensão mais justa e humanizada das questões. Até mesmo porque a mídia interfere na representação mental, nas ações e nos relacionamentos com outras pessoas, indo além da opinião pública, atravessando outras instituições sociais, como família, trabalho, política e religião, além de influenciar políticas públicas e percepções da comunidade, que são fortemente influenciadas pela mídia de massa.

Sabe-se, porém, que esse é um longo caminho que demanda a participação de muitos atores. Atuações celulares costumam transformar histórias individuais, sem impactos evidentes no coletivo, mas não devem ser desprezadas. A inclusão de refugiados em debates sobre políticas públicas referentes a migração, refúgio e apatridia, como a Comigrar, é vista com bons olhos, ainda que os próprios refugiados reconheçam que há limites para sua

capacidade de transformação efetiva. Essa consciência, porém, é resultado de um entendimento sobre o sistema em que estão inseridos, o tal agente informado, que busca cada vez mais informação para ampliar seu poder de agência, ainda que de forma a rejeitar, manipular ou até mesmo assimilar determinadas estruturas que encontra pelo caminho.

Entre as limitações deste trabalho, está o recorte com participantes do mesmo estado, o Rio de Janeiro. Novas pesquisas podem buscar a percepção e novas subjetividades de refugiados de outras regiões do país, especialmente da região Norte, onde venezuelanos que ingressaram pela fronteira com o estado de Roraima ainda aguardam serem interiorizados, ou refugiados que não se reconhecem como ativistas, ou ainda que não buscaram assistência humanitária porque encontraram outro tipo de rede de apoio, não sofrendo a vitimização que o sistema impõe ou, pelo menos, tendo esse sentimento suavizado.

Diante do exposto, espero ter contribuído com o debate sobre a necessidade de uma reflexão acerca da importância de uma representação da mídia mais equilibrada sobre o refúgio e, portanto, mais eficaz ao buscar a percepção dos próprios refugiados, além de reforçar a segurança ontológica do refugiado, ao destacar a sua capacidade de agência. Recentemente, o sistema internacional de proteção aos refugiados foi considerado um dos ramos do Direito Internacional que mais se desenvolveu, numa demonstração de sua relevância e da consciência da comunidade internacional em relação ao tema. No Brasil, é praticamente consenso de que houve avanços na legislação relacionada ao refúgio.

Parece que o próximo passo é ir além do “direito a ter direitos”. O desafio que se impõe no momento é a busca pelo “direito a **exercer** esses direitos”. Aliás, o exercício da cidadania deve ser uma busca universal na Babel do nosso tempo. Como afirma Canclini (2007b), é necessário expandir o imaginário e estimular o interesse pelo estranho à nossa existência. Afinal, na modernidade tardia, todos corremos o risco de não sermos aceitos plenamente e nos tornarmos refugiados, numa busca interminável de nós mesmos. Nosso poder de agência está em jogo. Mas nem sempre estamos conscientes do nosso poder agir. Isso fica claro com os entrevistados desta pesquisa. Quanto mais bem informados, mais consciência têm da sua capacidade de agente. Seja para rejeitar, assimilar ou manipular a estrutura. Nesse sentido, segundo Stuart Hall (2021), é fundamental entender “como o maldito sistema funciona”<sup>21</sup> [*Understand how the bloody system works*].

---

<sup>21</sup> Trecho da entrevista de Stuart Hall retirado da videoaula de Teoria da Comunicação III, do curso que ministrei em 2021, que pode ser acessada em <https://www.youtube.com/watch?v=JdaESoFFFwo>.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

AGIER, Michel. **Managing the undesirables**. Refugee camps and humanitarian government. Cambridge: Polity Press, 2018.

ALCÂNTARA, Maurício; TOJI, Simone; BERSANI, Ana Elisa; AGIER, Michel. Do medo dos outros, da hospitalidade e da necessidade de uma cosmopolítica da vida em comum: uma entrevista com Michel Agier. **Ponto Urbe** [Online], 31 | 25 jul. 2023. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/15263>. Acesso em: 20/7/2024.

APPADURAI, Arjun. **Dimensões Culturais da Globalização**. Lisboa: Editorial Teorema, 2004.

APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número**. Trad. Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009.

ARENDT, Hannah. **Nós, os refugiados**. Trad. Ricardo Santos. Covilhã: LusoSofia:Press, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Trad. Magda Lopes. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Trad. Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BECKER, Howard. A Escola de Chicago: Conferência. **Mana** 2(2): 177-188, 1996.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOLTANSKI, Luc. **Distant suffering: morality, media and politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BORGES, Julie Kellen de Campos. O estrangeiro nos dicionários de língua portuguesa: sujeito, língua e espaço. **Polifonia**, Cuiabá, MT, v. 22, n. 31, p. 200-221, janeiro-junho, 2015.

BOURDIEU, Pierre. Um analista do inconsciente. In: **A imigração e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BURMAN E. Innocents abroad: Western fantasies of childhood and the iconography of emergencies. **Disasters**. set. vol. 18,3, 1994. p. 238-53.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Diferentes, Desiguais e Desconectados**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Cultura sem fronteira**. Caderno de Leitura, N.2. Entrevista concedida a Reynaldo Damazio. São Paulo: Edusp, 2007a.

CANCLINI, Néstor Garcia. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007b.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1998.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP**, n. 119, out./nov./dez., 2018.

CASTLES, Stephen. Entendendo a migração global. Uma perspectiva desde a transformação social REMHU - **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, vol. 18, n. 35, jul- dez, 2010, pp. 11-43.

CONVENÇÃO relativa ao Estatuto dos Refugiados. 1951. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf)

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Quando as imagens tomam posição** – O olho da história, I. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

DIXON, Thomas. **From passions to Emotions**. The Creation of a Secular Psychological Category. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ELHAJJI, Mohammed. **O intercultural migrante: teorias & análises** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Fi, 2023. 352p

ELHAJJI, Mohammed. Movimentos migratórios, diásporas e identidades culturais: entrevista com o pesquisador Mohammed ElHajji. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, vol. 16, núm. 16, pp. 270-279, 2018.

ELHAJJI, Mohammed. Migrantes, uma minoria transnacional em busca de cidadania universal. In: **Interin**, v. 22, n.1, jan/jun, 2017. p. 203-220.

ELHAJJI, Mohammed. Migrações, mídia e globalização: Identidades transnacionais e diásporas locais. In: **IX Congresso Lusocom**, São Paulo, 2011. São Paulo: Lusocom, 2011.

ELHAJJI, Mohammed. Mapas subjetivos de um mundo em movimento: Migrações, mídia étnica e identidades transnacionais. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010.

ELHAJJI, Mohammed. Comunicação Intercultural: Prática social, significado político e abordagem científica. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (E-COMPÓS)**, Brasília, vol.6, 2006. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/86/86>. Acesso em: 20/3/2024.

ELHAJJI, Mohammed; ZANFORLIN, Sofia. A construção dos pertencimentos e alteridades na mídia nacional: entre negação e negociação. In: **Compós 2008**, 2008, São Paulo. XVII Compós: São Paulo. São Paulo: Compós, 2008.

ESCUADERO, Camila. **Comunidades em festa**: a construção e expressão das identidades sociais e culturais do imigrante nas celebrações das origens / Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2015.

ESPOSITO, Roberto. Enemigo, extranjero, comunidade. In: Cruz, M. (comp.). **Los filósofos y la política**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 69-83.

FACUNDO NAVIA, Angela. **Êxodos e refúgios**: colombianos refugiados no Sul e Sudeste do Brasil. Orientadora: Adriana de Resende Barreto Vianna. Tese (doutorado) - UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2014.

FASSIN, Didier. **Humanitarian reason**. A moral history of the present. Berkeley: University of California Press, 2012.

GATRELL, Peter. The Making of the Modern Refugee. In: Keynote address for conference on 'Refugees in the Post-war World', Arizona State University, 8-9 April, 2010. Disponível em: [https://www.academia.edu/1691435/The\\_Making\\_of\\_the\\_Modern\\_Refugee](https://www.academia.edu/1691435/The_Making_of_the_Modern_Refugee). Acesso em: 22/6/2022.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da Sociologia**. Trad. Claudia Freire. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. Trad. Álvaro Cabral. 3ª. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GIDDENS, Anthony. **Problemas centrais em teoria social**. Ação, estrutura e contradição na análise sociológica. Trad. Marcus Penchel. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Trad. Alexandra Figueiredo, Ana Patrícia Duarte Baltazar, Catarina Lorga da Silva, Patrícia Matos, Vasco Gil. Coord. José Manuel Sobral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GLICK SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina. Towards a definition of transnationalism: Introductory remarks and research questions. **Annals of the New York Academy of Sciences**, Vol. 645, Issue 1, 1992, p. IX-XIV.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Trad. Mathias Lambert. Ed. LTC, 2021.

GOMES, Ivan Marcelo; ALMEIDA, Felipe Quintão de; VAZ, Alexandre Fernandez. Sobre corpo, reflexividade e poder: um diálogo entre Anthony Giddens e Michel Foucault. **Política & Sociedade**. Vol. 8. N. 15, outubro de 2009.

GORIN, Valérie. The place of the child in humanitarian action and communication: moving away from the cliché of childhood as icon, **Humanitarian Alternatives**, n. 19, Mar. 2022. p. 1-5.

GREGORY, Derrick. **Geographical Imaginations**. Cambridge, MA: Blackwell, 1994.

HALFACREE, Keith. H. Household Migration and the Structuration of Patriarchy: Evidence From the USA. **Progress in Human Geography**. 19(2), 1995. p. 159-182.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ, 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 7. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HJARVARD, Stig. Mídiação: conceituando a mudança social e cultural. In: **Matrizes**, v. 8 – n. 1, jan./jun., 2014. p. 21-44.

International Organization for Migration. **World Migration Report 2011: Communicating Effectively About Migration**. Geneva, 2011.

**International Organization for Migration (IOM)**, Geneva, 2021.

JERVIS, John. **Sensational subjects: the dramatization of experience in the modern world**. Londres: Bloomsbury Publishing, 2015.

JERVIS, John. **Sympathetic sentiments**: affect, emotion and spectacle in the modern world. Londres: Bloomsbury Publishing, 2015 (b).

JOSEPH, Handerson. Xenofobia. *In*: Rios, Flávia; Santos, Marcio André dos; Ratts, Alex. (Orgs). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023. p. 316-321.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua**. Um projecto filosófico. Trad. Artur Morão. Covilhã: LusoSofia Press, 2008.

KAPLAN, E. Ann. Empathy and Trauma Culture: Imaging Catastrophe. *In*: Amy Coplan and Peter Goldie (org.). **Empathy**: Philosophical and Psychological Perspectives. Oxford University Press, 2011. p. 277-301.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal**: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LABBÉ, Thomas. **Aux origines des politiques compassionnelles**: émergence de la sensibilité envers les victimes de catastrophes à la fin du Moyen Âge. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v. 74, n. 1, 2019. p. 45-71.

LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. Babilônios somos. A modo de apresentação. *In*: **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Org. Jorge Larrosa e Carlos Skliar. Trad. Semíramis Gorini da Veiga. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LYOTARD, Jean-François. **The Post-Modern Condition**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1985.

LUSSI, Carmem. Teorias da mobilidade humana – Revisão bibliográfica. *In*: **Metodologia e Teorias no Estudo das Migrações**. Carmem Lussi; Jorge Durand. Paco Editorial, 2015.

McAULIFFE, M. and A. TRIANDAFYLLIDOU. Report overview: Technological, geopolitical and environmental transformations shaping our migration and mobility futures. *In*: **World Migration Report 2022** (M. McAuliffe e A. Triandafyllidou, eds.). International Organization for Migration (IOM), Geneva, 2021.

MOURA, Mariluce. Entrevista com Muniz Sodré: A forma de vida da mídia. *In*: **Pesquisa Fapesp** n. 78, agosto de 2002, p. 86-89.

OLIVEIRA, Tadeu; TONIATI, Tania (2022). Mulheres, Crianças e Jovens na Migração Internacional no Brasil. *In*: Cavalcanti, L. *et al.* **Relatório Anual OBMigra 2022**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança

Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

OSKAY, Ecem. **Refugee as an Agent**: Insights from Structuration Theory. Master of Arts. Department of Political Science, McGill University, Montreal, 2016.

PARAGUASSU, Fernanda. **Compaixão além das fronteiras**: narrativas para a humanização do refúgio de indesejáveis. Anais do VII Seminário Internacional de Estudos Fronteiriços. Corumbá, 2019.

PARAGUASSU, Fernanda. **Narrativas de infâncias refugiadas**: a criança como protagonista da própria história. Rio de Janeiro: Mauad X, 2021.

PARKER, Richard. Interseções entre estigma, preconceito e discriminação na saúde pública mundial. In: **Estigma e saúde**. Org. Monteiro, S.; Villela, W. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. 207p.

PEIXOTO, João. **As Teorias Explicativas das Migrações**: Teorias Micro e Macro-Sociológicas. Lisboa: SOCIUS, 2004.

PIASTRO, Julieta. Consideraciones epistemológicas y teóricas para una nueva comprensión de las identidades. In: Santamaría, Enrique (Org.) **Retos epistemológicos de las migraciones transnacionales**. Barcelona: Anthropos, 2008.

POZZEBON, Marlei; PINSONNEAULT, ALAIN. Challenges in Conducting Empirical Work Using Structuration Theory: Learning from IT Research. In: Organization Studies. SAGE Publications. London, 2015. Disponível em: [https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/marlei\\_pozzebon\\_challenges\\_in\\_conducting\\_empirical\\_work\\_using\\_structuration.pdf](https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/marlei_pozzebon_challenges_in_conducting_empirical_work_using_structuration.pdf) Acesso em: 5/8/2022.

PÓVOA NETO, Helion. Migração e fronteiras. In: **OLIVEIRA, Fabricio Leal de; NOVAIS LIMA JUNIOR, Pedro. (orgs.). Território e planejamento: perspectivas transdisciplinares**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, v. 1, p. 91-106.

SAYAD, Abdemalek. "O que é um imigrante?" In: **A imigração e os paradoxos da alteridade**, Edusp, São Paulo, 1998.

SCHÜTZ, Alfred. O estrangeiro – um ensaio em psicologia social. Trad. Márcio Duarte e Michael Hanke. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 113, outubro, 2010.

SIMMEL, G. **O estrangeiro**. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, 2005.

SLOTERDIJK, Peter. **No mesmo barco**: ensaio sobre a hiperpolítica. Trad. Claudia Cavalcanti. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

SMETS, Kevin; MAZZOCCHETTI, Jacinthe; GERSTMANS, Lorraine; MOSTMANS, Lien. Beyond Victimhood: Reflecting on Migrant-Victim Representations with Afghan, Iraqi, and Syrian Asylum Seekers and Refugees in Belgium. In: **Images of Immigrants and Refugees in**

**Western Europe** - Media Representations, Public Opinion and Refugees' Experiences. Leuven University Press, 2019. p. 177-198. Disponível em:  
<https://www.jstor.org/stable/j.ctvh1dkhm.12>. Acesso em: 20/7/2024.

SODRÉ, Muniz. Bios midiático // The media Bios. **Dispositiva**, 2(1), 108-110, 2013.  
 Recuperado de <https://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/6093>.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SODRÉ, Muniz. **A sociedade incivil**: mídia, iliberalismo e finanças. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TÉLLEZ, Magaldy. A paradoxal comunidade por-vir. In: **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Org. Jorge Larrosa e Carlos Skliar. Trad. Semíramis Gorini da Veiga. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

UJVARI, Stefam Cunha. **História das epidemias**. São Paulo: Contexto, 2020.

VILLAMAR, María del Carmen Villarreal; RIBEIRO, Gisele Maria Almeida. Abdelmalek Sayad e o pioneirismo do pensamento pós-colonial nos estudos migratórios. In: **A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad**. Org. Gustavo Dias, Lucia Bógus, José Carlos Alves Pereira, Dulce Baptista. São Paulo: EDUC, 2020.

WANG, Caroline; BURRIS, Mary Ann. Photovoice: Concept, Methodology, and Use for Participatory Needs Assessment. **Health Education & Behavior**, vol. 24, no. 3, 1997, pp. 369–87. *JSTOR*. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/45056507>. Acesso em: 30 jul. 2024.

WIHTOL DE WENDEN, Catherine. Minorités, quelle place et quels droits dans les États-nations? In: **Matériaux pour l'histoire de notre temps**. 2020/3-4. n. 137-138. p. 23-28.

WOLFEL, Richard L. **Migration in the New World Order**: Structuration Theory and its contribution to Explanations of Migration. Department of Geography, Southern Illinois University Edwardsville, 2005. (tradução minha)

WRIGHT, Terence. Moving images: The media representation of refugees. **Visual Studies**, vol. 17, n. 1, 2002. p. 53–66.

ZANFORLIN, Sofia. Migração e Escola de Chicago: caminhos para uma comunicação intercultural. **Esferas**. Ano 2, n.3, julho a dezembro de 2013.

Reprodução do trecho da videoaula no YouTube: Hall, Stuart. Canal oestrangeiro.org, 2021.

## APÊNDICE

### REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**1) Título do protocolo do estudo:**

Fase de entrevistas do estudo ESTIGMA, MÍDIA E REFÚGIO NA MODERNIDADE TARDIA: Uma teoria social para conceituar a ação humana reflexiva.

**2) Convite:**

Você está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa de doutorado em **Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**.

Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações.

**3) O que é o projeto?**

O projeto consiste em compreender questões relacionadas ao estigma do refugiado. O estudo aborda aspectos que envolvem a estrutura social (em especial a mídia) e o indivíduo com o objetivo de analisar o poder de agência do próprio refugiado em relação ao estigma, sendo estigma um atributo negativo, um defeito, “uma situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”, segundo o sociólogo Erving Goffman. Como a mídia representa o refugiado na sociedade que o recebe? Será um fardo/problema social para o Estado-nação que apenas cumpre uma obrigação legal de abrir as portas ao forasteiro? O que acontece quando a segurança de ser no mundo é da sociedade que o acolhe e do refugiado é abalada?

**4) Qual é o objetivo do estudo?**

O objetivo do estudo é compreender a responsabilidade da mídia na representação do refúgio e buscar a percepção do próprio refugiado em relação a essa representação ao observar imagens previamente selecionadas por terem tido destaque na mídia tradicional.

**5) Por que você escolhido(a)?**

Foram escolhidos os delegados eleitos na Comigrar-RJ. Portanto, como refugiada/o ou representante dos refugiados, busca-se compreender sua percepção sobre as representações midiáticas relacionadas ao tema.

**6) Você tem que participar?**

Sua participação **não** é obrigatória. Mesmo se você decidir participar, ainda terá a liberdade de se retirar da atividade a qualquer momento, sem qualquer justificativa. Isso não causará nenhum prejuízo.

**7) O que acontecerá comigo se eu participar? O que eu tenho que fazer?**

Haverá perguntas sobre sua nacionalidade, idade, informações sobre como foi sua chegada ao país. Na sequência, serão mostradas fotos publicadas na mídia tradicional a partir de 2015 relacionadas ao tema do refúgio. Você deverá responder a cerca de cinco perguntas. Outro bloco de fotos será mostrado e novamente as mesmas perguntas serão feitas. São quatro grupos de imagens.

**8) O que é exigido nesse estudo além da prática de rotina?**

Não haverá exigência, apenas o **desejo** de participar.

**9) Quais são os eventuais riscos ao participar do estudo?**

É importante destacar que, ao relembrar determinadas situações de dificuldade na adaptação ao novo país, poderá ser observada alguma **sensação de desconforto**.

**10) Quais são os possíveis benefícios de participar?**

A sua avaliação poderá **contribuir para a compreensão da situação do estigma do refugiado no Brasil e no mundo e para a reflexão sobre a responsabilidade da mídia na construção desse estigma**.

**11) O que acontece quando o estudo termina?**

A versão final do estudo será publicada no endereço eletrônico da UFRJ, no campo (teses e dissertações de mestrado) com **livre acesso** em [http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses\\_dissertacoes](http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes).

**12) E se algo der errado?**

A pesquisa somente será realizada com o **consentimento dos envolvidos**. Mesmo assim, se durante a participação, caso você não se sinta confortável, poderá se retirar da pesquisa quando desejar, sem qualquer prejuízo ou justificativa.

**13) A participação neste estudo será mantida em sigilo?**

Caso seja da sua vontade, a participação poderá ser mantida sob sigilo, mediante a **troca do nome**. Basta informar à pesquisadora no momento da entrevista.

**14) Contato para informações adicionais:**

Dados da pesquisadora responsável: Fernanda Paraguassu (fparaguassu@gmail.com)

Dados do CEP: Comitê de Ética em Pesquisa do CFCH – Campus da UFRJ da Praia Vermelha – Prédio da Decania do CFCH, 3º andar, Sala 30 – Telefone: (21) 3938-5167 – Email: cep.cfch@gmail.com

Escola de Comunicação – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ – Av. Pasteur nº 250, Urca, Rio de Janeiro. Telefone: (21) 3938-5075

**15) Remunerações financeiras:**

**Nenhum incentivo ou recompensa financeira** está previsto pela participação nesta pesquisa.

Obrigada por ler estas informações. Se deseja participar deste estudo, assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e devolva-o à pesquisadora. Você deve guardar uma cópia destas informações para seu próprio registro.

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**  
**Autorização**

1 – Confirmando que li e entendi a folha de informações para o estudo acima ESTIGMA, MÍDIA E REFÚGIO NA MODERNIDADE TARDIA: Uma teoria social para conceituar a ação humana reflexiva, e que tive a oportunidade de fazer perguntas.

2 – Entendo que a minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados.

3 – Autorizo minha participação na pesquisa acima.

Nome do participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**(DUAS VIAS)**